

Lyndon de Araújo Santos
Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus
ORGANIZADORES

LEITURAS SOBRE HISTÓRIA CONECTADA

Culturas e Poderes





Universidade Federal do Maranhão

Reitor *Prof. Dr. Natalino Salgado Filho*

Vice-Reitor *Prof. Dr. Marcos Fábio Belo Matos*



Editora da UFMA

Diretor *Prof. Dr. Sanatiel de Jesus Pereira*

Conselho Editorial *Prof. Dr. Luís Henrique Serra*

Prof. Dr. Elídio Armando Exposto Guarçoni

Prof. Dr. André da Silva Freires

Prof. Dr. José Dino Costa Cavalcante

Prof.^a. Dra. Diana Rocha da Silva Prof.^a. Dra. Gisélia Brito dos Santos

Prof. Dr. Marcus Túlio Borowiski Lavarda

Prof. Dr. Marcos Nicolau Santos da Silva

Prof. Dr. Márcio James Soares Guimarães

Prof.^a. Dra. Rosane Cláudia Rodrigues

Prof. Dr. João Batista Garcia

Prof. Dr. Flávio Luiz de Castro Freitas

Bibliotecária Dra. Suênia Oliveira Mendes

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Os textos desta coletânea de artigos são de responsabilidade dos(as) respectivos(as) autores(as) não refletem necessariamente a linha programática e ideológica dos organizadores.

**Lyndon de Araújo Santos
Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus
(Organizadores)**

**LEITURAS SOBRE HISTÓRIA CONECTADA:
Culturas e Poderes**

São Luís



**EDUFMA
2023**

Copyright © 2023 by EDUFMA

Capa *Antonio Wendel Caires de Almeida*

Projeto Gráfico *Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus*

Revisão *Lyndon de Araújo Santos*

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Leitura sobre história conectada: cultura e poderes / Lyndon de Araújo Santos, Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus (organizadores). — São Luís, EDUFMA, 2023.

302 p.:il.

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5363-192-2

1. História – miscelânea. 2. História cultural. 3. História e crítica. I. Santos, Lyndon de Araújo. II. Mateus, Yuri Givago Alhadeff Sampaio.

CDU 930.85

CDD 902

Elaborada pela bibliotecária Erlane Maria de Sousa Alcântara – CRB 13/512

Criado no Brasil [2023]

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, armazenada em um sistema de recuperação ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico, mecânico, fotocópia, microimagem, gravação ou outro, sem permissão do autor.

EDUFMA | Editora da UFMA

Av. dos Portugueses, 1966 – Vila Bacanga CEP: 65080-805 | São Luís | MA | Brasil Telefone: (98) 3272-8157 www.edufma.ufma.br | edufma@ufma.br

SUMÁRIO

<u>PREFÁCIO</u>	8
---------------------------------------	---

Victor de O. P. Coelho

<u>APRESENTAÇÃO</u>	11
---	----

Lyndon de Araújo Santos

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Matens

<u>PRÓLOGO</u>	15
--------------------------------------	----

Soraia Sales Dornelles

<u>HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA SOB UM OLHAR INTERDISCIPLINAR: interfaces para a História Global</u>	17
--	----

Dayse Marinho Martins

<u>A VIOLÊNCIA CONTRA O FEMININO EM A DEMANDA DO SANTO GRAAL: uma Análise da Condição de Vulnerabilidade Feminina Medieval</u>	34
--	----

Claudienne da Cruz Ferreira

<u>A CANÇÃO DE ROLANDO, A MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO E NA INTENÇÃO DE SUA AUTORIA</u>	48
--	----

Elisângela Coelho Moraes

<u>“NOS QUI CUM EO FUIMUS”: Representação e Memória do Milagre dos Estigmas de Francisco de Assis nas Hagiografias Franciscanas “Não Oficiais” (Séculos XIII e XIV)</u>	76
---	----

Alex Silva Costa

<u>CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COLONIAL</u>	93
---	----

Nivaldo Germano dos Santos

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA PENSAR A ECONOMIA DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DOS SETECENTOS.....111

Adriana Dourado Oliveira

“NÃO TEM LUGAR DEFERIR-SE A INTRODUÇÃO DA MOEDA NESSE ESTADO”: perspectivas sobre as dinâmicas comerciais no Maranhão (1706-1750).....127

Ana Paula Durans Lopes

REVOLTAS POPULARES À LUZ DA HISTÓRIA GLOBAL: reflexões teórico-metodológicas acerca do Maranhão Imperial.....142

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

CADEIAS, CRIMES E CRIMINOSOS: A Reforma Prisional no Maranhão do Século XIX.....169

Marcos Melo de Lima

UM OLHAR SOBRE A SÃO LUÍS OITOCENTISTA A PARTIR DA OBRA “A SOCIEDADE DOS INDIVÍDUOS” DE NORBERT ELIAS.....186

Tayná Silva Cuba

A IMPRENSA LUDOVICENSE NO PÓS-ABOLIÇÃO: Análise das Representações Contidas em Jornais Ludovicenses acerca da Última Geração de Libertos (1888-1908).....201

Carlos André Colins dos Santos

COLONIALISMO PORTUGUÊS E CRISTIANISMO EM MOÇAMBIQUE ENTRE OS SÉCULOS XIX-XX: aproximações teóricas acerca do processo de assimilação.....215

Claudia Silva Lima

O IMIGRANTE JAPONÊS NO MARANHÃO: A Ambiguidade da Experiência Imigratória Nipônica em 1960.....233

Hemelita da Silva e Silva

<u>A EXPANSÃO CAPITALISTA NA AREA RURAL DE SÃO LUÍS A PARTIR DA DECADA DE 1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL.....</u>	248
---	-----

Marcelo de Sousa Araújo

<u>HISTÓRIA DA BELEZA FEMININA NOS ANOS DOURADOS.....</u>	267
---	-----

Mariane de Sales Silva

<u>SOBRE @S AUTOR@S.....</u>	285
------------------------------	-----

PREFÁCIO

Victor de O. P. Coelho

Se acaso há alguma “lei” histórica, ela diz respeito mais propriamente à disciplina da História: a historiografia é sempre mutável, tal como a própria história. Foi-se já o tempo das velhas e nem tão velhas teleologias, da filosofia da História hegeliana à reivindicação de um “fim da História” em seu inevitável duplo sentido – fim como finalidade, finalidade como o fim. O próprio fim do “fim da História” tem uma dupla via: a história como experiência coletiva no tempo insistia em sair de qualquer esquematismo ideológico de mão única; a historiografia ganhou outro capítulo de sua renovação.

O período histórico recente, que ficou marcado pelo conceito de globalização, trazia não só a renovação das disputas ideológicas – em torno, por exemplo, do próprio sentido da “globalização” – como também a consolidação, na historiografia, do afastamento do eurocentrismo. Assim, podemos apreender o campo da história global cada vez mais de maneira descentralizada, o que obviamente não implica recusar abordagens tradicionais – até porque não há como pensar em história global sem as contribuições originais vindas do passado da historiografia e do pensamento social: Marx e o pensar sobre os processos globais do capital e do trabalho, Braudel e a apropriação, para a historiografia, do estruturalismo enquanto tempo de longa duração e ponte entre história e espaço.

Da mesma forma, temos as histórias conectadas em sintonia com a descentralização do pensar histórico com relação seja à Europa – como espaço privilegiado da constituição do tempo histórico –, seja ao Estado – como locus e modelo de constituição de racionalidade – seja, por fim, à Nação – como espaço por excelência da identidade. Tal descentralização não pode deixar de reivindicar a revolução no conhecimento propiciado pelas diversas vias do estruturalismo, em especial aquela vinda da Antropologia. Nem os trabalhos e autores muitas

vezes “denunciados” pelo rótulo genérico de “pós-modernismo”. Não desejo afirmar que a renovação propiciada pelos campos da história global e das histórias conectadas seja apenas uma ilusão por baixo de novos rótulos. Pelo contrário, a afirmação de tais campos diz respeito a um movimento de descentralização, não tanto dos centros de poder mas da própria prática historiográfica ao redor do mundo. Certo é que alguns dos autores-chave do pensamento pós-colonial fizeram carreira e construíram seu nome em países europeus ou nos EUA – como já foi observado em de ironia, que não deixa de ter sua pertinência. Mas, o que importa é a inegável transformação no âmbito dos princípios que guiavam a pesquisa histórica.

No caso do Brasil, a tradicional correspondência entre centro privilegiado de produção científica (em termos inclusive da historiografia), acabava correspondendo a uma escala que, mesmo que de forma automatizada, reproduzia relações de centro-periferia: um estado como o Maranhão produzia sua história local de forma comprometida tal como outros estados da federação e aqueles da região Sudeste, mas as grandes referências em termos de obras sobre História do Brasil acabavam sendo escritas do ponto de vista, grosso modo, do Sudeste. Esse padrão foi sendo rompido à medida da própria expansão dos programas de pós-graduação e sua consolidação mesmo em estados que eram (ou ainda são) vistos na margem do sistema acadêmico nacional. Se o Maranhão já contava como uma historiografia de qualidade, é inegável que o fortalecimento de seus programas de Pós-Graduação, em especial a partir da aprovação, em 2018, do primeiro curso de Doutorado local no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHis/UFMA), traz novas e boas perspectivas. Esperamos não só a valorização da própria história maranhense e regional como, além disso, que o próprio PPGHis se afirme como espaço potencial de renovação da produção historiográfica. É positiva e já reconhecida a variedade na trajetória de formação de seu corpo docente, como é positiva e será cada vez mais reconhecida a autonomia para a recepção criativa de obras e ideias sem se considerar mais um “centro” privilegiado. Obviamente, se há um “centro”, este é para nós o nosso lugar, o Maranhão: lugar de trabalho, de laços profissionais

e de companheirismo, mas também o ponto de perspectiva através do qual podemos pensar não só nosso lugar, mas também o Brasil e o mundo.

A aprovação do Doutorado se deu junto com a mudança da área de concentração do Programa – Diálogos e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes. Tal mudança na nomenclatura, além de corresponder a escopo temático e teórico-conceitual que já se realizava no Programa, obviamente provoca um movimento muito estimulante de autorreflexão e de configuração renovada dos projetos acadêmicos e da própria comunhão da comunidade em torno dos novos desafios. Este livro, enfim, é um resultado imediato desse clima renovado de disposição profissional e de fortalecimento de nossos laços acadêmicos locais. O leitor poderá aproveitar trabalhos de qualidade, frutos de um primeiro seminário sobre histórias conectadas mobilizado pelo corpo discente do programa, incluindo a primeira turma de doutorado. Fica claro como a construção da excelência de um Programa deve contar também com o empenho e o entusiasmo de seu corpo discente.

São Luís, 5 de abril de 2021

APRESENTAÇÃO

Lyndon de Araújo Santos

Yuri Givago Albadev Sampaio Mateus

No segundo semestre de 2019, foi ministrada a disciplina *Seminário de Pesquisa* dentro do cronograma estabelecido pelo PPGHIS-UFMA. Com a consolidação do programa que recebeu a nota 4 em 2018, consequentemente, obteve aprovação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para ofertar a sua primeira turma de doutorado. Assim, aquela era a primeira turma de doutorandos e de doutorandas, compondo uma experiência inicial pioneira, com a promessa de termos uma boa leva de historiadores e de historiadoras escrevendo e publicando as suas teses.

A disciplina trazia a expectativa de se avançar na temática da *história global* ou da *história conectada*, de acordo com a área de concentração do programa, pois a rigorosa seleção aprovou projetos que estavam afinados com essa abordagem. O empenho coletivo foi o de apresentar, rediscutir e problematizar os projetos, incluindo os mestrandos e as mestrandas com suas temáticas também. A totalidade dos participantes demonstrou o compromisso acadêmico na seriedade com que lidaram com os debates.

Entretanto, alguns dos/as pesquisadores/as aceitaram o desafio de publicarem seus textos iniciais como resultado das discussões feitas na disciplina. Os 15 capítulos da atual coletânea trazem o resultado dessa experiência comum, revelando a disposição em compartilhar e de socializar os seus escritos, com consistência e conteúdo. Temos, então, um conjunto de temas reunido em torno do eixo central que é a história global/conectada, a partir do qual se projetaram olhares e leituras dos objetos trabalhados. Em outras palavras, temáticas como a arqueologia, a violência, a memória, o discurso, a economia, as revoltas populares, o sistema prisional, a imprensa, a religião, a

imigração e o gênero foram problematizadas sob a ótica do *globalismo* em distintas temporalidades e espaços.

O primeiro texto, *História e Arqueologia sob um olhar interdisciplinar: interfaces para a História Global*, a autora propõe-se a apresentar a relação entre História e Arqueologia, intermediadas pela Antropologia no campo das investigações em ciências humanas, ressaltando-se aproximações e fronteiras na construção de interfaces para o paradigma da História Global. O segundo capítulo, *A violência contra o feminino em a Demanda do Santo Graal: uma análise da condição de vulnerabilidade feminina medieval*, a autora utiliza três obras medievais, sendo a primeira *A Demanda do Santo Graal*, novela de cavalaria anônima do século XIII, e a segunda a *Crônica de D. Pedro* e a *Crônica de D. Fernando* escritas por Fernão Lopes, cronista mor da Dinastia de Avis, produzida no século XV, com o objetivo centrado no aspecto da violência contra o feminino durante os séculos XIII e XIV. No texto, *A Canção de Rolando, a memória na construção e na intenção de sua autoria*, a autora trata da memória e sua representação e intencionalidades na obra *Chanson de Roland*, em suas diversas versões.

O autor do capítulo “*Nos Qui Cum Eo Fuimus*”: *Representação e Memória do Milagre dos Estigmas de Francisco de Assis nas Hagiografias Franciscanas “Não Oficiais” (Séculos XIII e XIV)* trabalha com materiais hagiográficos em que o seu objeto de estudo está inserido dentro de um intenso debate sobre as variadas memórias construídas em torno da figura de Francisco de Assis. No texto *Considerações sobre a análise crítica do Discurso Colonial*, o autor elaborou um ensaio, um teste de uma possibilidade teórica de análise crítica do discurso colonial, em que se aponta as principais características históricas e conceituais de duas perspectivas teóricas distintas, mas que tem raízes comuns em Michel Foucault. Em *Aportes Teóricos e Metodológicos para pensar a economia do Maranhão na segunda metade dos setecentos*, tem por objetivo apresentar considerações iniciais da sua pesquisa de mestrado em que se propõe a pensar as relações estabelecidas a partir das práticas creditícias de grandes negociantes do Maranhão com outras praças mercantis.

No capítulo “*Não tem lugar deferir-se a introdução da moeda nesse estado*”: *perspectivas sobre as dinâmicas comerciais no Maranhão (1706-1750)*, a autora apresenta discussões historiográficas que tratam

das redes de sociabilidades e negócios ultramarinos no Maranhão, inserindo-se na temática da economia na Amazônia colonial. Em *Revoltas Populares à Luz da História Global: reflexões teórico-metodológicas acerca do Maranhão Imperial*, o autor apresenta o objeto de estudo da pesquisa de doutorado, expõe alguns dos conceitos e teóricos que serão trabalhados na tese e discute de forma breve os estudos do banditismo social sob perspectiva da História Global, assim como algumas interpretações sobre este novo campo de estudo. O nono capítulo, *Cadeias, crimes e criminosos: a reforma prisional no Maranhão do Século XIX*, o autor tem como foco de análise o aparelho carcerário e a criminalidade, bem como versa a respeito da estruturação do sistema penitenciário na província maranhense do século XIX. A autora do texto *Um olhar sobre a São Luís Oitocentista a partir da obra “A sociedade dos indivíduos” de Norbert Elias* analisa a sociedade da cidade de São Luís do século XIX e a divisão de suas funções, como aponta Norbert Elias em seus estudos.

Em *A imprensa ludovicense no pós-abolição: análise das representações contidas em jornais ludovicenses acerca da última geração de libertos (1888-1908)*, o autor busca compreender as representações dos jornais ludovicenses acerca do conceito de liberto delimitando as informações concernente à população negra de São Luís, capital maranhense, contidas nestes impressos nas duas primeiras décadas após a promulgação da Lei Áurea. No capítulo *Colonialismo Português e Cristianismo em Moçambique entre os séculos XIX-XX: aproximações teóricas acerca do processo de assimilação*, a autora teve como principal objetivo apresentar uma contribuição para a desconstrução de um imaginário baseado em estereótipos pejorativos, contra as perspectivas epistemológicas de dominação-agressão e representação negativa dos africanos, tanto no seu sentido cultural, religioso, subjetivo, intelectual.

No décimo terceiro capítulo *O Imigrante Japonês no Maranhão: A Ambiguidade da Experiência Imigratória Nipônica em 1960*, a autora aborda a experiência imigratória japonesa e os dissabores causados a alguns colonos pelas expectativas não atendidas, além de todas as ambiguidades e estratégias tanto as do governo do Maranhão quanto as dos nipônicos que foram para o Maranhão. O autor do texto *A expansão capitalista na área rural de São Luís a partir da década de 1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o*

DISAL trata das relações entre a comunidade do Maracanã – situada na zona rural de São Luís – e a expansão capitalista na área rural da capital do Maranhão a partir da década de 1980, expansão representada pela instalação de um Parque Industrial, precisamente, o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) nessa região. Por fim, em *História da Beleza Feminina nos Anos Dourados*, a autora mostra que ao longo da história, os ideais de corpo e beleza feminina foram sofrendo variações de acordo com seu tempo, povo e cultura.

O PPGHIS, desse modo, cumpre sua vocação como programa e como espaço de pesquisa histórica e de debate historiográfico, publicizando um valioso material para futuras consultas e discussões. Esperamos que, a partir dessa pioneira experiência, outras publicações venham como resultados das pesquisas em andamento e dos avanços obtidos em termos teóricos e metodológicos.

PRÓLOGO

Soraia Sales Dornelles

A Universidade Pública é resistência democrática!

No dia 11 de agosto de 2022, no pátio da Faculdade de Direito da USP, Faculdade do Largo São Francisco, foi realizada a leitura pública da *Carta às Brasileiras e aos Brasileiros em Defesa do Estado Democrático de Direito*, ato que, tanto rememora a iniciativa realizada em 1977, durante a ditadura militar, quanto recoloca a necessidade da vigilância e atuação da Universidade Pública enquanto ator central na defesa da democracia no país.

A Universidade Pública brasileira pauta-se pela defesa do ensino público, gratuito e de qualidade, possuindo assim, compromisso com políticas de combate à desigualdade social e a todas as formas de discriminação. Desse modo, a construção de programas de ações afirmativas sócio-étnica e raciais, bem como a elaboração e aperfeiçoamento de programas de permanência, são parte central de seu propósito de pensar a Universidade dentro do contexto político atual, onde as ações afirmativas devem confrontar a realidade social. A Universidade repudia publicamente todas as formas de esfacelamento de direitos historicamente conquistados, mas também a negação sistemática que a ciência vem sofrendo.

Para o Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (PPGHis), que nesse momento discute e implementa suas próprias políticas de ações afirmativas, já são perceptíveis as transformações que o programa adquiriu ao ampliar sua área de concentração para debruçar-se sobre a História Global e Conectada. Tal como se poderá observar na leitura dos capítulos que se seguem, houve um aumento de qualidade dado o enriquecimento epistemológico e historiográfico que novas vozes trouxeram ao debate, principalmente quando o objetivo é produzir conhecimento histórico que amplie discussões anteriormente

pautadas pelas ideias de centros (dominadores/modelares) e periferias (subalternizados/reprodutores).

Importante ressaltar que a excelente produção de conhecimento histórico apresentada aqui, também marca um lugar de resistência democrática em muitos sentidos. O PPGHis é um programa “jovem”, resultante de um conjunto de políticas que buscaram ampliar o acesso à educação superior, cujo fim é possibilitar a formação de excelência em regiões que não o Sul e Sudeste. Assim, como o sistema de pós-graduação de forma geral, sofreu com cortes sistemáticos de recursos nos últimos anos. Essas pesquisas, portanto, foram realizadas nem sempre em condições ideais no que diz respeito ao acesso a bolsas de estudo, oportunidade de financiamento, compra de materiais, participação em eventos. Ainda assim, são prova da qualidade da produção realizada, mas sobretudo, do compromisso desses jovens doutorandos e mestrandos com os propósitos da reconstrução de narrativas sobre o Maranhão, o Brasil e outros pontos do globo. O debate em torno das dinâmicas políticas, sociais, econômicas e culturais no tempo são de interesse coletivo, ultrapassando os muros da Universidade, e contribuem para o fortalecimento de políticas públicas, dos movimentos sociais, e da recuperação da auto-estima social de povos e parcelas da população historicamente desfavorecidos ou ignorados.

HISTÓRIA E ARQUEOLOGIA SOB UM OLHAR INTERDISCIPLINAR: interfaces para a História Global

Dayse Marinho Martins

1 Introdução

As pesquisas científicas envolvendo elementos da cultura material visam inferir dinâmicas culturais, processos e normas que regem os universos sociais dos grupos que os produziram. Através delas, o homem tenta compreender os vários segmentos de sociedades que viveram no mesmo espaço ocupado por ele atualmente. Desta forma, ideias, comportamento e técnicas se materializam em objetos cujos contextos refletem padrões peculiares ao tempo, espaço e indivíduos responsáveis por sua configuração. Artefatos líticos, objetos cerâmicos, vestígios de habitações, ruínas, utensílios de uso doméstico ou ritualístico permitem identificar a “intenção” que motivou sua fabricação, seu conteúdo simbólico e a caracterização do grupo que o elaborou.

No Brasil, a pesquisa direcionada à cultura material foi atribuída à Arqueologia mediante uma perspectiva tradicional de História que trata por documento, somente o escrito. Com o século XX, a Escola dos *Annales* e o apelo a uma Nova História, a cultura ganha novas dimensões, suscitando a correlação com estudos da Arqueologia e outras áreas, evidenciando a interdisciplinaridade na compreensão das ações humanas.

Nessa perspectiva, este artigo se propõe a apresentar a relação entre a Arqueologia e a produção do conhecimento histórico no cerne da renovação historiográfica proposta pela Escola dos *Annales*. O estudo foi direcionado pelas contribuições teórico-metodológicas da História Cultural que parte da perspectiva antropológica da cultura. O historiador da cultura compreende, portanto, a reconstrução a partir das fontes, das representações humanas no passado. Para tanto, são evidenciadas as interações entre História e Arqueologia,

intermediadas pela Antropologia no campo das investigações em ciências humanas, ressaltando-se aproximações e fronteiras na construção de interfaces para o paradigma da História Global.

2 História e Historiografia

O conhecimento histórico é considerado essencial na compreensão da dinâmica social e formação cultural de um povo. Em união com a Filosofia, os saberes de Clio mostram-se tão antigos quanto a própria humanidade diante da necessidade inerente ao homem de elucidar sua origem.

Na antiguidade grega, Heródoto propôs a utilização da história no sentido de investigação num discurso sem preocupação com a origem distante, tal como o mito, e sim, buscando a compreensão do momento histórico concreto pela via da narrativa. Ao escrever sua História sobre as guerras, Heródoto objetivou “evitar que os vestígios das ações praticadas pelos homens se apagassem com o tempo” (HERÓDOTO, 2001, p. 30).

Ainda na antiguidade grega, Tucídides, discípulo de Heródoto, dedicou-se ao estudo das guerras com trabalhos que revelaram uma proveniência relacionada ao seu contexto social de participação na tribuna pública, em assembleias políticas gregas. Assim, analisou as relações internacionais no conflito entre os estados gregos em guerra.

Numa crítica a Heródoto, Tucídides promoveu uma postura historiográfica que ocultava o narrador, privilegiando o discurso dos fatos. Por meio dessa estratégia, objetivou em sua escrita, oferecer ao leitor a impressão de que os fatos falam por si mesmos. O pensador grego enfocava o olhar como fonte histórica e diferente de seu predecessor buscou se distanciar de fontes indiretas; privilegiando o relato factual sobre o contexto contemporâneo na garantia de veracidade.

Assim, a discussão sobre o historiador como sujeito na elaboração do conhecimento histórico acompanha a trajetória da Historiografia. Há nesse processo, um embate contínuo acerca da objetividade da ciência histórica.

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam (CERTEAU, 2007, p. 66-67).

Na cultura romana, outro importante polo basilar da formação ocidental, a História surge como herdeira da cultura grega obtendo destaque na obra de Políbio, Tito Lívio e Tácito. A historiografia romana é feita, portanto, por homens políticos, para uma exaltação da cidade e do império, adquirindo caráter patriótico. Havia o predomínio dos anais com registro de acontecimentos políticos. A cultura romana acrescenta à ação histórica uma noção utilitária, pragmática. Diante disso, a história atua politicamente promovendo a exaltação do papel de Roma, servindo ao seu imperialismo (BORGES, 1993).

A difusão da religião judaico-cristã no Império Romano em desestruturação promove mudanças no rumo da produção histórica, direcionando sua compreensão ao Cristianismo como fundamento e justificativa da história. De acordo com Borges (1993, p. 22), “A história da humanidade se desenrolaria de acordo com um plano divino, sendo a vinda de Cristo à terra, o centro desse processo”. A tônica política do discurso histórico no referido período, denominado Medieval, é substituída pela caracterização religiosa vinculada ao Cristianismo segundo a providência divina, ou seja, fundamentada no dogma.

Nesse contexto, o homem buscava explicar a realidade a partir do sagrado vivendo sob a égide da hierofania, ou seja, da manifestação do sagrado (FRANCO JR, 1981). A história no medievo é marcada, portanto, pela hagiografia, os narradores das cortes e os cronistas com seus relatos de nobres enfocando uma formação ética e moral por princípios cristãos (LE GOFF, 1989).

Com o despontar do Renascimento no século XV, a historiografia moderna apresenta uma reação às concepções teológicas do mundo e da História. Nesse processo, destacaram-se eventos como a formação dos Estados Nacionais, o humanismo, a Reforma e a Contrarreforma (RUSSEL, 1967).

Tais aspectos influenciaram mudanças na mentalidade ocidental ao questionarem o dogma religioso, propiciando a liberdade de pensamento necessária ao processo científico.

A valorização de elementos culturais contribui para a pesquisa direcionada ao resgate de textos antigos. “O humanismo convida a um retorno aos clássicos e a um olhar deslumbrado diante dos escritos dos historiadores gregos e romanos” (DOSSE, 2003, p. 27). A História retoma seu viés político e torna-se veículo do sentimento nacional quando os historiógrafos passam a ser utilizados pelos príncipes para exaltar e defender seus interesses políticos. Ressalta-se a atuação do italiano Giambattista Vico que reflete sobre a religião e a política de forma conservadora tomando por base as teorias do passado e a utilização de uma linguagem teológica. A crítica de Vico era direcionada aos filósofos e historiadores de sua época que tornavam a história uma invenção, direcionada para exaltar nações ou determinados personagens históricos (BOURDÉ, 1983).

Nessa conjuntura, o Racionalismo direciona a compreensão da História da humanidade como a busca pelo progresso. Por sua vez, o Empirismo enfatizando o papel da experiência no conhecimento, recusa explicações que não se apoiem em fatos. Diante disso, destaca-se paralelamente, a elaboração de técnicas de crítica à documentação e interpretação histórica. A partir do século XVIII tomam forma as filosofias da história por meio dos pensadores que preconizam um movimento ascendente da humanidade em direção a um Estado ideal (FALCON, 2002).

No século XIX, a História adquire o estatuto de Ciência como disciplina reconhecida acadêmica e profissionalmente. De acordo com Le Goff (2003, p. 123), “é um período decisivo porque atualiza o método crítico dos documentos que interessa ao historiador desde o Renascimento, difunde este método e seus resultados e une história e erudição”. Inicialmente, com a afirmação dos nacionalismos europeus e o surgimento de conflitos políticos, ocorre o interesse pelo desenvolvimento de uma história nacional. Surgem historiadores como August Thierry e Jules Michelet, considerados românticos.

Segundo Borges (1993, p. 32), “para compreender a história de cada nação, os historiadores voltam ao passado, procurando caracterizar o espírito de cada povo”. É nesse contexto que

surgem os arquivos nacionais e o ensino da História conformou-se a um instrumento de propaganda a serviço da formação dos cidadãos. Ainda nesse período, o gênero histórico se profissionaliza. Diante disso, constitui-se de um método com regras e um novo conceito de História denominado positivo.

É verdade que a História existiu bem antes da constituição das ciências humanas; desde os confins da idade grega, exerceu na cultura ocidental, certo número de funções maiores: memória, mito, transmissão da palavra e do exemplo, veículo da tradição, consciência crítica do presente, decifração do destino da humanidade, antecipação do futuro ou promessa de um retorno [...] concebia-se uma história plana, uniforme em cada um de seus pontos que teria arrastado num mesmo fluir, todos os homens [...] esta unidade se achou fraturada no começo do século XIX, na grande reviravolta da epistême ocidental [...] descobriu-se que atividades tão singularmente humanas, como o trabalho e a linguagem, detinham uma historicidade que não podia encontrar seu lugar na grande narrativa comum (FOUCAULT, 2007, p. 508-509).

A história-disciplina se profissionalizou em torno de um consenso amplo acerca do método a ser aplicado na geração do conhecimento histórico. Assim, o trabalho histórico era compreendido como um procedimento centrado na manipulação rigorosa, imparcial e objetiva das fontes primárias, escritas.

Numa conjuntura de caráter pós-Kantiano e sob a influência dos estudos de Augusto Comte, no século XIX ocorreu o questionamento sobre a impossibilidade da metafísica. O referido processo partiu da premissa de que não se pode conhecer algo sem a apreensão dos fatos pela sensação. Tal concepção contribuiu para a sobreposição das relações de causa e efeito e a perda de sustentação das filosofias da história racionalistas propiciando o desenvolvimento do conhecimento positivo. Conforme Reis (1996, p. 05), este se caracteriza pela atitude científica de “observar os fatos, constatar suas relações, servir-se delas para a ciência aplicada”.

O “espírito positivo” se disseminou entre os historiadores promovendo a recusa ao modelo de uma filosofia da história, buscando a instituição da “ciência da história”. Para tanto, o método histórico foi evidenciado enquanto modelo de outras

ciências humanas e os historiadores recebem destaque intelectual e social, por estruturarem seu conhecimento a partir de bases empíricas positivas (DOSSE, 2003).

Na perspectiva positivista, as fontes são exclusivamente, documentos escritos e oficiais que possam atestar a veracidade dos acontecimentos. O aspecto político caracterizava a tônica dos princípios da Escola Histórica Positivista na tarefa de conhecer o passado tal como ocorreu através de uma postura cronológica e linear que permitisse a sua descrição. Os positivistas não consideravam o “lugar-social” do historiador. Com relação a este aspecto, cabe destacar a perspectiva de Morin (2007, p. 73), segundo a qual; “o sujeito é como um ponto singular de holograma que contém a maioria das características do todo na sua singularidade”. Enquanto sujeito, o historiador possui valores socioculturais que lhe são incutidos pelo contexto histórico, por suas experiências e relações sociais.

Apesar de fornecerem uma notável contribuição para o amadurecimento da ciência histórica, a busca de neutralidade e imparcialidade na análise histórica caracterizou uma das principais críticas aos historiadores positivistas. Em meados do século XIX, seus pressupostos serviram de base para mudanças nas teorizações relacionadas ao método de organização da História, enquanto ciência, através das elaborações do Historicismo com diferenciações relacionadas a três aspectos:

A dicotomia objetividade e subjetividade; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do Historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social) (BARROS, 2011, p. 73).

O Historicismo com as contribuições de Ranke e Dilthey, contrariamente ao Positivismo, alertava para necessidade de compreensão dos acontecimentos acima da simples descrição perpassando pela interpretação dos vestígios e testemunhos. Baseava-se nos documentos diplomáticos para fazer a história do Estado, suscitando uma postura do historiador que objetivava “recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação e fazer-lhe a narrativa, sendo a história,

limitada a documentos escritos e oficiais de eventos políticos” (REIS, 1996, p. 12).

Diante desse aspecto, no decorrer do século XIX, a historiografia alemã passou a ser vista com uma imagem distorcida. Tal concepção reduziu a constatação de suas contribuições à ciência histórica: “Como se toda a produção historiográfica germânica adotasse a escrita rankeana de História” (BENTIVOGLIO, 2010a, p. 03). Os historiadores alemães mostram o trabalho de delimitação de um novo campo do saber diante da instituição do método histórico, considerando a crítica documental e a utilização da hermenêutica. A historiografia alemã do século XIX elegeu a escrita da história como foco de análise, sinalizando a importância das exposições da pesquisa. Assim, os autores da chamada Escola Histórica Prussiana promoveram o diálogo com a Filosofia e a Literatura: A seu modo, Humboldt, Ranke, Gervinus e Droysen foram historiadores que destacaram o problema da escrita da História, ao ressaltar a dimensão narrativa da pesquisa (BENTIVOGLIO, 2010, p. 214).

É comum perceber nas referências, a caracterização da historiografia alemã como movimento factual e conservador, reduzindo-a ao modelo rankeano. Porém, tais historiadores propiciaram o diálogo entre pensamento histórico e ação política.

O despontar do Marxismo e da Psicanálise promove a crítica à postura dos historiadores ortodoxos. Sigmund Freud através da Psicanálise evidenciou que os motivos declarados pelos humanos nem sempre explicam suas ações. Por outro lado, Karl Marx assinalou a complexidade do contexto histórico. O marxismo surge, portanto, como tendência de destaque no trabalho histórico. No contexto capitalista, Karl Marx e Friedrich Engels criticam a sociedade através do materialismo histórico.

A concepção histórica de Marx se fundamenta no princípio da contradição diante dos antagonismos de classe e da exploração de uma parte da sociedade pela outra em diferentes épocas. Assim, as abordagens dos estudiosos privilegiam temas que englobam aspectos econômicos, políticos e sociais. De acordo com Hobsbawm (1998, p. 162); “sua principal contribuição foi a crítica do positivismo, ou seja, às tentativas de assimilar o estudo das ciências sociais ao das ciências naturais”.

A influência marxista representa uma tendência que propiciará o desenvolvimento dos estudos da escola francesa dos *Annales*.

Na França dos anos 30 do século XX, historiadores declaram a crítica à história tradicional e seu viés nacional e político por meio de trabalhos publicados no periódico acadêmico *Annales d'histoire économique et sociale*. Esse grupo passou a ser denominado escola francesa ou Escola dos *Annales*, empreendendo uma luta contra a história narrativa e factual a partir de uma visão interdisciplinar.

O movimento historiográfico dos *Annales* questiona o regime de verdades e modelos globalizantes de explicação totalizante da realidade considerando a contribuição de outras áreas do conhecimento humano (PESAVENTO, 2005). A aproximação da História com novas Ciências Sociais, especialmente Sociologia, Economia e Antropologia, culminou com uma renovação na forma de produção. Os indícios dessa relação podem ser identificados nas elaborações do Marxismo ao focar a dinâmica e estrutura das sociedades humanas. Todavia, é a Escola dos *Annales* que propiciará a efetivação dessa perspectiva interdisciplinar por meio da abordagem sobre as mentalidades coletivas.

Na trajetória da historiografia, o movimento dos *Annales* se pautou em redefinições teórico-epistemológicas, no sentido de promover mudanças nos métodos de trabalho do historiador. Para tanto, se fundamentou numa concepção de história interdisciplinar, voltada para a totalidade por meio de uma postura problematizante que considerasse a diversidade de fontes históricas, propiciando o desenvolvimento do paradigma da História Cultural. Sua caracterização se dá a partir da preocupação com o popular, da valorização dos conflitos de ordem social, da diversidade de abordagens, além da interdisciplinaridade (CARDOSO & VAINFAS, 1997).

Este campo contempla as análises sobre a produção de imaginários, o que implica “resgatar discursos e imagens de representações que incidem sobre espaços, atores e práticas sociais”. (PESAVENTO, 2005 p. 78). A pesquisa no âmbito da História Cultural se pauta na substituição de uma explicação funcional por uma interpretação simbólica.

3. Mediações da Antropologia na História interdisciplinar

A pesquisa historiográfica no último terço do século XX evidenciou uma renovação de caráter antropológico ou culturalista. O diálogo entre Antropologia e História sobressai significativamente na França dos anos 60 e 70 nos primórdios da História Cultural.

O acordo cordial entre historiadores e antropólogos parece manifesto graças à antropologização do discurso histórico. Os historiadores mergulham nas delícias de uma história de permanências e a historiografia privilegia, por sua vez, a figura do Outro em relação à imagem segura do mesmo. O Outro, a diferença, que até então eram procurados sob os trópicos pelos antropólogos, tornam-se objeto da investigação histórica (DOSSE, 2003, p. 82).

A relação entre Antropologia e Historiografia não se restringe às inovações recentes. Nos primórdios da ciência antropológica no século XIX, o evolucionismo cultural praticamente se confundia com a história concebida como progresso presente na vertente rankeana. A partir da crítica ao evolucionismo, a corrente difusionista — a fim de explicar a difusão das culturas superando o etapismo do esquema primitivo-bárbaro-civilizado —, recorreu a uma história muito mais “conjectural” que efetiva das sociedades analisadas, conforme a crítica que lhe foi dirigida por funcionalistas como Malinowski e Radcliffe-Brown. Isso promoveu o afastamento entre a história e o horizonte antropológico.

No século XX, as dificuldades de diálogo entre as referidas disciplinas residiam na oposição entre a análise sincrônica dos sistemas socioculturais — objeto da antropologia — e a análise diacrônica das transformações históricas — preocupação por excelência da razão historiadora (CARDOSO & VAINFAS, 2012).

Na década de 1970, Clifford Geertz apresenta a chamada antropologia simbólica, com base nas influências de Max Weber, fomentando para além da descrição do evento, a compreensão da intencionalidade dos sujeitos (JOHNSON e OLSEN, 1992). A Antropologia supera nesse modelo, a perspectiva de ciência experimental voltada para a elaboração de leis sobre a cultura

humana e se volta para uma postura interpretativa dos significados culturais. Conforme Symanski (2014, p. 25), tal processo ressignificou o entendimento do conceito de cultura:

A cultura não consistiria simplesmente em tradição, ou no conjunto de normas transmitidas no processo de aprendizagem, muito menos em um mecanismo de adaptação do homem ao ambiente, como defendiam os materialistas culturais; antes, a cultura consistia em teias de significados tecidas pelos próprios seres humanos. A antropologia visaria, portanto, o entendimento dos significados que envolviam as ações sociais. Tais significados não estariam restritos às mentes dos atores, mas materializados em signos que são publicamente disponíveis.

A abordagem da cultura nesse sentido requer um processo de interpretação considerando o contexto da prática humana. Ocorre nessa conjuntura, uma aproximação da Antropologia com a História que ampliou os referenciais dos historiadores, contribuindo para a redução das fronteiras disciplinares. No entanto, não foram desconsideradas as diferenças de perspectivas no plano epistemológico no tocante ao sujeito e ao objeto dos respectivos saberes. Clifford Geertz ilustra a complexidade das fronteiras interdisciplinares afirmando que:

O “nós”, assim como o “eles”, significam coisas diferentes para quem olha para trás [o historiador] e para quem olha para os lados [o antropólogo], problema este que não se torna propriamente mais fácil quando, como vem acontecendo com frequência cada vez maior, alguém tenta fazer as duas coisas (GEERTZ, 2001, p. 113).

As fronteiras entre as disciplinas são espaços privilegiados de análise, pelos contatos e repulsas, bem como, pela produção de saberes híbridos. Ao abordar a interdisciplinaridade e as fronteiras entre Antropologia e História, “é preciso entender como ideias antropológicas ‘viajam’ para outras disciplinas, e como elas são traduzidas ou rejeitadas” (CLIFFORD, 2002, p. 256). A interdisciplinaridade história-antropologia tem contribuído na produção de pesquisas que estabelecem relações entre diferentes perspectivas de abordagem da vida social, dentre elas a ressignificação da Arqueologia na relação com os estudos históricos.

4 O diálogo entre História e Arqueologia

Além do viés cultural, o enfoque interdisciplinar em História se pautou na ressignificação da concepção sobre tempo histórico. Para tanto, destaca-se o historiador francês Fernand Braudel, com o estudo em História sob três perspectivas de tempo: a curta duração, a média duração e a longa duração. A curta duração abrange o tempo da vida dos sujeitos, os acontecimentos que eles podem acompanhar enquanto a média duração engloba acontecimentos políticos, econômicos, sociais e a longa duração, as mudanças no campo das estruturas (BURGUIÈRE, 1993). Diante disso, Braudel (1969, p. 44) defende “uma noção multifacetada de tempo, com ênfase para o valor da Longa Duração”. Tal proposta requer um trabalho conjunto entre as ciências humanas, sem sobreposição de umas sobre outras, numa atuação fundada na colaboração mútua.

A ampliação no olhar acerca do tempo pela Nova História suscitou a renovação de métodos analíticos, alargando a percepção sobre fonte histórica para além de documentos oficiais incluindo conforme Reis (2000, p. 23), “todo o tipo de produto derivado de alguma ação ou intervenção humana”. Tal processo demandou a adoção de técnicas e conceitos de outras ciências sociais no processo de interpretação das fontes e aspectos simbólicos da cultura, expandindo as relações com a Antropologia e ainda, com a Arqueologia.

A Arqueologia constitui o campo científico direcionado ao estudo da cultura material. No âmbito de sua atuação, se vincula às ciências humanas por compartilharem do ser social enquanto objeto de estudo: a Arqueologia focada na materialidade da cultura e as humanidades, nos aspectos coletivos e individuais.

Conforme Childe (1977), os dados arqueológicos caracterizam as alterações no mundo material a partir da ação humana, constituem evidências da conduta humana. Assim, a Arqueologia aborda como objeto de estudo, o ser social representado por meio do artefato. Segundo Hodder (1999, p. 200):

Todos nós interpretamos o passado a partir de diferentes perspectivas e essas diferentes interpretações podem ser avaliadas em relação à evidência [...] a evidência arqueológica tem uma materialidade “objetiva” que limita e confronta o que pode ser dito sobre ela [...].

A pesquisa arqueológica remete às ciências humanas no aspecto de reflexão acerca do objeto em suas condições de produção social, tomando por base um olhar holográfico sobre a multidimensionalidade humana. Paralelamente, considera as contribuições de ciências da natureza tais como a biologia, química, física no processamento dos dados sobre a cultura material enquanto: “amplo segmento de realidades físicas definidas por sua inserção na atividade humana” (CARDOSO & VAINFAS, 2012, p. 134). Em sua constituição, se destaca no século XIX a partir do empirismo, com trajetória diferenciada pelos paradigmas europeu e norte-americano:

Na Europa, a institucionalização da arqueologia ocorreu, sobretudo, nos departamentos de história, havendo, assim, um elo mais explícito da arqueologia com a história, neste caso, como a pré-história das populações europeias. Nos Estados Unidos, por outro lado, a institucionalização da arqueologia se deu nos departamentos de antropologia, no estudo do passado pré-colonial, sociedades do outro não ocidental (SYMANSKI, 2014, p. 12).

Assim como na Antropologia conduzida por Clifford Geertz, a Arqueologia de forte cunho processual passa na década de 1980, por um movimento de redefinição a partir de um modelo contextual proposto pelo arqueólogo britânico Ian Hodder. Com isso, as pesquisas são redirecionadas para a abordagem dos significados simbólicos da cultura material, considerando-se a compreensão de seu contexto social. A esse respeito, Hodder (1986, p. 92) conjecturou que:

A cultura material participa ativamente na criação, desenvolvimento, alteração e extinção dos complexos simbólicos; nesse sentido, os artefatos deixam de ser considerados apenas como os vestígios materializados de comportamentos que foram culturalmente condicionados.

A atenção é dispensada, portanto, para a vida social dos objetos e seus sentidos simbólicos. A esse respeito, Navarro (2017, p. 102) reafirma a necessidade de compreensão dos “artefatos como símbolos, difundidos dentro de uma sociedade ou propagados para outros grupos, no caso de contato transcultural”. Tomando por base esses pressupostos, a Arqueologia contemporânea concebe a cultura material como um texto, suscitando interpretações por parte do pesquisador, ampliando o olhar sobre a cultura material, suas mensagens e simbolismos, superando o enfoque de processos adaptativos do homem ao ambiente. Desse modo, propicia a reaproximação com a História que em suas recentes teorizações fomenta a ampliação da percepção sobre as fontes.

No campo da História, os estudos sobre cultura material foram tradicionalmente concebidos como objeto da Arqueologia que segundo Pinsky (2005, p. 84), “foi encarada, por muito tempo, como uma disciplina auxiliar, fonte complementar, mera ilustração”. A abordagem de sociedades ágrafas nas quais era inviável o estudo de documentos escritos fundamentou o repasse dos estudos sobre povos antigos à Arqueologia mediante uma perspectiva positivista de História que “trata por documento somente o escrito, deixando os vestígios materiais para outras Ciências” (BORGES, 2004 p.31).

O paradigma moderno de história centrado no documento escrito passou a ser questionado pela Escola dos *Annalles* e o apelo a uma Nova História. A História suscita a abordagem da vivência humana enquanto “a ciência dos homens no tempo” ressignificando o cotidiano, a cultura: “Por trás dos traços sensíveis da paisagem, dos utensílios ou das máquinas [...] são exatamente os homens que a História pretende apreender” (BLOCH, 2001 p.75).

A interface com a Arqueologia possibilita à História o acesso a fontes que ampliam as considerações sobre os objetos de estudo. Para Lima (2011), “os estudos de cultura material transcendem a prática arqueológica” e a relação interdisciplinar com a História permite superar a visão da Arqueologia como abordagem restrita ao recuado passado da humanidade, evidenciando perspectivas de estudo sobre fenômenos históricos recentes e ainda, sobre segmentos sociais pouco visíveis.

No tempo presente, a abordagem interdisciplinar sobre homem e sociedade é fundamental para o entendimento do processo de globalização e suas repercussões como o encurtamento das distâncias; a aceleração do tempo histórico; aumento populacional; e o incremento das desigualdades econômicas e sociais” (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 482). Nessa conjuntura, destacam-se os estudos subalternos que abordam temáticas e sujeitos silenciados pelos referenciais tradicionais de pesquisa, na perspectiva decolonial de crítica das narrativas hegemônicas da modernidade.

Tal postura requer que o pesquisador se desvincule de uma relação engessada com as disciplinas formalmente instituídas. Essas reformulações no campo das humanidades refletem na produção do saber histórico, com destaque para a emergência da chamada história global no enfoque à “pluralidade de temáticas que superem particularismos centrados nas fronteiras nacionais, em nítidos esforços para escapar de uma visão eurocêntrica/ocidentalista” (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 482).

A História Global se volta para a análise de objetos em contextos globais ressaltando processos de conexão e intercâmbio entre a comunidade humana. Dessa forma, requer a reelaboração dos processos de pesquisa e a desvinculação de dogmas fundadores da História:

Ela implica também novos métodos de pesquisa ao propor uma mudança de escala historiográfica, no caso empenhando-se em pensar o globo. [...] Fica clara a necessidade de se trabalhar com a longa duração, a validade de se trabalhar tanto com fontes primárias quanto com secundárias, e a necessidade de uma pesquisa multiarquivo que contemple os lados tratados na investigação. Trata-se de gerir pesquisa coletiva e também divulgá-la eficientemente (SANTOS JUNIOR; SOCHACZEWSKI, 2017, p. 491-494).

A pesquisa histórica nessa perspectiva situa os grupos humanos enquanto sujeitos ativos no fazer histórico, por meio de ferramentas interpretativas, considerando a interdisciplinaridade na compreensão das ações humanas na realidade. Trata-se de uma alternativa historiográfica de abordar objetos que evidenciem conexões e elucidem relações para além

das fronteiras do referencial de Estado-nação. Em meio à interdisciplinaridade com a Arqueologia, no enfoque ao simbólico na cultura material, a História descortina versões e dá voz a sujeitos silenciados.

Considerações Finais

A perspectiva da interdisciplinaridade na pesquisa histórica tem contribuído na produção de pesquisas que estabelecem relações entre diferentes perspectivas de abordagem da vida social. A Nova História resulta numa concepção de história em que se destaca o conceito antropológico de cultura, enfatizando temas do cotidiano e das práticas culturais. A História amplia sua relação com a Arqueologia possibilitando evidenciar, entre o passado e o presente, descontinuidades e permanências, ressignificando o sentido da narrativa. Os vestígios passam de elemento central puramente descritível a indícios que revelam aspectos do contexto cultural e práticas humanas.

Contemplando as análises sobre a produção de imaginários e representações que servem para justificar ou lutar pela alteração de um determinado projeto, seja ele político, social ou cultural, a interface interdisciplinar História e Arqueologia suscita possibilidades para a produção de uma História Global. Inseridos na paisagem ou preservados nas coleções, os traços do passado, monumentos ou objetos da cultura material permitem uma interpretação simbólica que suplanta a explicação funcional e dá visibilidade a grupos sociais silenciados, problematizando o conhecimento histórico.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José dAssunção. **Teoria da História**. vol. II. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BENTIVOGLIO, Julio. História e narrativa na historiografia alemã do século XIX. **Anos 90**. Volume 17, nº 32, dez 2010.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BORGES, Jóina Freitas. **A história negada: em busca de novos caminhos**. Teresina: FUNDAPI, 2004.

- BORGES, Vavy Pacheco. **O que é história**. São Paulo: brasiliense, 1993
- BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **As escolas históricas**. S.l: Publicações Europa América, 1983.
- BRAUDEL, Fernand. O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II (Prefácio). In: **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1969. p. 13-16.
- BURGUIÈRE, André. **Dicionário das Ciências Históricas**. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**: ensaios de teoria e metodologia. 5.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CHILDE, V. Gordon. **Introdução à arqueologia**. 2ª ed. Porto: Publicações Europa-América, 1977.
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2002.
- DOSSE, François. **A história**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.
- FALCON, Francisco. **História Cultural**: uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas**: Uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes. São Paulo, 2007.
- FRANCO JR., Hilário. **As Cruzadas**. São Paulo: Brasiliense, 1981
- GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- HERÓDOTO. **História**. Tradução: J. Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001.
- HOBBSBAWN, E. **Sobre a História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- HODDER, I. **Reading the past**: current approaches to interpretation in archaeology. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- HODDER, I. **The archaeological process**: an introduction. Oxford: Blackwell, 1999

- JOHNSEN, Harald; OLSEN, Bjornar. Hermeneutics and archaeology: on the philosophy of contextual archaeology. **American Antiquity**, Washington, v. 57, n. 3, p. 419-436, jul. 1992.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 5. ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.
- LE GOFF, Jacques. **O Homem Medieval**. Lisboa: Presença, 1989.
- LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.**, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, Abr. 2011.
- MORIN, Edgar. **Cultura e barbárie europeias**. Tradução de Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- NAVARRO, A. G. Arte e estilo nas estearias maranhenses. **Arquivos**. Belo Horizonte, v. 25 n. 1-2 dez 2017.
- PESAVENTO, Sandra J. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005
- REIS, José Carlos. **A história entre a filosofia e a ciência**. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales: inovação em história**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- RUSSEL, Bertrand. **História da Filosofia Ocidental**. Livro 3º. 2. Ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.
- SANTOS JUNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo**, Niterói, v. 23, n. 3, p. 483-502, Dec. 2017.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. **Tessituras**, Pelotas, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.

A VIOLÊNCIA CONTRA O FEMININO EM A DEMANDA DO SANTO GRAAL: uma Análise da Condição de Vulnerabilidade Feminina Medieval

Claudienne da Cruz Ferreira

1 Introdução

Utilizamos enquanto fonte três obras medievais, sendo a primeira *A Demanda do Santo Graal*, novela de cavalaria anônima do século XIII, e a segunda a *Crônica de D. Pedro* e a *Crônica de D. Fernando*¹, escritas por Fernão Lopes², cronista mor da Dinastia de Avis, produzida no século XV.

A Demanda do Santo Graal é uma novela de cavalaria cristianizada escrita na França e que adentra Portugal ainda no século XIII. Narrativa centrada na figura de rei Artur e dos cavaleiros da tábua redonda, conta as aventuras destes últimos na busca por reencontrar o Santo Graal, relíquia sagrada utilizada por Cristo na Última Ceia, na qual José de Arimatéia recolheu o sangue de Jesus na cruz. As personagens femininas presentes na narrativa são associadas ao imaginário de Eva, primeira mulher que segundo os relatos bíblicos é apontada como a principal culpada pela queda da humanidade do paraíso; ou a partir da difusão do culto Mariano no século XIII, associadas ao imaginário de Maria- a redentora das filhas de Eva.

A Demanda do Santo Graal circulou em Portugal do século XIII até o século XV, quando se tem registro do último

¹ D. Fernando foi o nono e o último rei da dinastia de Borgonha. Também conhecido como “O Formoso”, governou Portugal entre 1367-1383. Filho de D. Pedro I e D. Constança de Castela firmou união com Leonor Teles. Mesmo com todas as críticas ao seu governo por causa da desaprovação popular diante da união com D. Leonor, D. Fernando I ampliou a relação mercantil com o estrangeiro, o desenvolvimento da marinha, impulsionou a Universidade, criou a Companhia das Naus, e promulgou a Lei das Sesmarias.

² Fernão Lopes foi cronista oficial do reino português e patrocinado pela dinastia de Avis, ficou responsável por escrever as crônicas dos reis portugueses. Fernão Lopes escreveu a *Crônica de D. Pedro*, a *Crônica de D. Fernando* e a *Crônica de D. João I*, Mestre de Avis, este último, iniciador da Dinastia, ao qual se buscou por meio dos instrumentos ideológicos legitimar no trono de Portugal enquanto predestinado, devido ao fato de ser bastardo. Imaginário este que serviu de legitimação para a dinastia avisina.

manuscrito conservado. A relevância de ser estudada se dá pelo fato desta obra ter servido tanto pedagogicamente para modelar o comportamento da sociedade, quanto por sua utilização ideológica.

A *Crônica de D. Pedro* e a *Crônica de D. Fernando* foram produzidas por Fernão Lopes no século XV, com claro objetivo de exaltar a Dinastia Avisina pela qual era patrocinado. Nesta obra o cronista demonstra que D. João por ser filho do rei D. Pedro e irmão do rei D. Fernando, era um sucessor legítimo ao trono português. As crônicas atribuem características negativas aos monarcas que antecederam D. João, Mestre de Avis. Principalmente a rei D. Fernando e a Rainha Leonor Teles³, que foram utilizados ideologicamente para legitimar a dinastia iniciada por D. João, Mestre de Avis. Apesar de D. João, Mestre de Avis ser filho bastardo de D. Pedro e meio irmão de D. Fernando, o cronista deixa claro em seus escritos que o Mestre era predestinado a ser o rei venturoso que retornaria Portugal a prosperidade. Narrando as más escolhas e conselhos de D. Fernando, o cronista demonstra os perigos que mulheres como a rainha Leonor Teles e Inês de Castro provocavam na sociedade.

A *Crônica de D. Pedro* mescla um pouco de admiração e temor diante da figura de um monarca que tinha um forte desejo de justiça, tanto que a fazia com as próprias mãos. De acordo com os escritos cronísticos tanto D. Fernando quanto D. Pedro foram homens que se deixaram dominar pelo amor em detrimento dos interesses do reino. Contrapondo-se a eles, o casamento de D. João e D. Filipa representa a boa união e o interesse político do reino.

Por meio de comparações entre os comportamentos femininos presentes nas obras em relação aos casos de violência, assim como dos motivos apresentados nas narrativas que levavam aos atos de violência feminina buscamos construir interpretações com relação a problemática central.

³ Leonor Teles foi a última rainha da dinastia de Borgonha. Consorte por meio da união com D. Fernando I (1364-1383), rei de Portugal. Por ter sido casada com um vassalo do rei, e ter essa união dissolvida para casar-se com o monarca, Leonor Teles foi transformada na “Eva” portuguesa. O povo português foi contra essa união, vendo mais vantagem o casamento do rei com as herdeiras das casas de Castela ou Aragão.

Partir inicialmente da compreensão da relação entre história e tempo nos ajuda a entender o nosso papel como historiadores. Segundo José de Assunção Barros (2013), o tempo do historiador é diferente do tempo cronológico, pois é a partir de “grandes acontecimentos” na vida humana que as datas são estabelecidas como início e fim. O tempo cronológico serve para o tempo do historiador, porém este vai além, seu tempo é construído por problematizações criticamente formuladas.

[...] o tempo não se apresenta à compreensão humana apenas como “devir” (como algo que se movimenta e traz transformações), mas também como “extensão” (isto é, como algo que perdura). Uma determinada extensão ou período do tempo, ao ser comparada com períodos anteriores, tanto parece introduzir mudanças como re-atualizar permanências (BARROS, 2013, p. 38-39).

Ao tratarmos dos casos de violência contra o feminino no período medieval atentamo-nos para pensar essas permanências e ressignificações. Posto que, nosso objetivo centra-se no aspecto da violência contra o feminino durante os séculos XIII e XIV, a partir da inquietação dos inúmeros casos de ataques às mulheres ainda se fazerem presentes no contexto atual.

O nosso trabalho insere-se nos campos de História Cultural, em diálogo aberto com a História Social, visto que perpassam os conceitos de imaginário e representações, que caracterizam a História Cultural. Ao mesmo tempo, mantém relação com a História. O campo da História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social e construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa deste tipo supõe vários caminhos” (CHARTIER, 2002, p. 16-17).

Utilizaremos enquanto instrumento teórico o conceito de imaginário e o de representação, compreendendo este primeiro conceito enquanto apreensão de uma coletividade da realidade social, na qual:

[...] por imaginário, entendo uma realidade coletiva que consiste em narrativas míticas, em ficções, em imagens, partilhadas por atores sociais. Toda sociedade, todo grupo constituído produz um imaginário, sonhos coletivos, garantidores de sua coesão e de sua identidade (SCHMITT, 2007, p. 351).

Le Goff (1994, p. 17) afirma que “estudar o imaginário de uma sociedade é ir ao fundo da sua consciência e da sua evolução”. Buscando elucidar possíveis distorções quanto ao uso dos conceitos de imaginário e representações como sinônimos, Le Goff defende que mesmo compreendendo o imaginário como pertencente ao campo das representações; o conceito de imaginário supera o de representação.

O imaginário social, segundo Castoriadis (1982) representa o meio pelo qual podemos compreender a Igreja Católica enquanto instituição produtora de um imaginário social de ressignificação dos sujeitos, posto que: “O imaginário social ou a sociedade instituída é na e pela posição-criação de significações imaginárias sociais e da ‘presentificação’ destas significações e dessas significações como instituídas” (CASTORIADIS, 1982, p. 414)

O estudo do passado através das representações discursivas ou imagéticas possibilita ao historiador a compreensão do mundo e dos homens. Para a História Cultural a representação não significa a reprodução do real, como uma cópia verdadeira, “mas como uma construção feita a partir dele” (PESAVENTO, 2012, p. 40). Assim as representações inserem-se dentro da noção de verossimilhança e credibilidade; as quais enquanto portadoras do simbólico representam muito mais do que simplesmente mostram. Seus sentidos ocultos construídos social e historicamente, internalizam-se no inconsciente coletivo, dispensando reflexões, naturalizando-se.

O trabalho historiográfico a partir da literatura deve partir da consciência de que não se pode buscar a verdade do tempo narrado, mas sim compreender o tempo da escrita. Este é expresso através das escolhas dos temas, enredos e explicações do autor. A História Cultural busca, através de questionamentos, resgatar na fonte literária as representações do passado, visto que é uma importante fonte do imaginário histórico. De acordo com Pesavento (2012, p. 82):

A literatura permite o acesso à sintonia fina ou clima de uma época, ao modo pelo qual as pessoas pensavam o mundo, a si próprias, quais os valores que guiavam seus passos, quais os preconceitos, medos e sonhos. Ela dá a ver sensibilidades, perfis, valores. Ela representa o real, ela é fonte privilegiada para a leitura do imaginário.

O historiador que trabalha com História Cultural e tem por fonte a literatura reconhece a importância desta para a compreensão da sensibilidade de determinada época e espacialidade. O texto literário fala do seu tempo de escrita. Por isso, buscamos compreender como essas questões são abordadas n'*A Demanda do Santo Graal* e na *Crônica de D. Fernando*, de Fernão Lopes. Cruzar diferentes fontes literárias nos possibilita tanto apreender o posicionamento de determinadas obras, assim como do tipo.

Outro campo que contribuiu ricamente para se pensar essas questões foram os estudos de gênero, ao pensar as construções socialmente impostas aos indivíduos, assim como ampliar as discussões acerca dos direitos das mulheres, entre outras pautas levantadas pelos movimentos feministas. Ao mesmo tempo, um processo inverso por parte de homens machistas vem buscando legitimar seu papel de domínio sobre corpos que compreendem como seus.

É de fundamental importância discutirmos a relação entre passado-presente, posto que, as raízes desse imaginário machista podem ser identificadas no período em que foi legitimado uma representação sobre o feminino que ainda se mantém tão atual. Os discursos projetados no medievo sobre as mulheres, podem ser percebidos, principalmente dentro dos lares e relacionamentos, onde ocorrem com mais frequência violência e tentativas de domínio sobre os corpos femininos.

Desta forma, *A Demanda do Santo Graal*, contribui enquanto literatura misógina constituída no medievo para se pensar esses imaginários que se justificam e se repetem cotidianamente na sociedade. A DSG⁴ narra as aventuras dos cavaleiros da tábola redonda de rei Artur que se lançam na demanda por reencontrar o Santo Graal, objeto sagrado no qual José de Arimatéia teria recolhido o sangue vertido por Cristo na Cruz e que também foi

⁴ DSG é a forma abreviada para a obra *A Demanda do Santo Graal*.

usado na Última ceia, a restituição desse cálix sagrado buscava tanto restaurar a harmonia do reino, assim como provar quem eram os melhores cavaleiros.

Nosso foco na pesquisa não se centra diretamente nos cavaleiros, e sim nas personagens femininas. Porém como nossa pesquisa utiliza a categoria gênero é imprescindível compreender as relações sociais e historicamente construídas entre masculino e feminino. Gênero é uma categoria útil de análise “que estabelece significados para as diferenças corporais” (SCOTT, 1989, p. 13), enquanto categoria não biológica, recusa o determinismo biológico e a imagem de que a distinção sexual é natural, total ou invariante, contrariando assim as disputas entre macho e fêmea; porém compreendida como saber que estabelece significados para as distinções corporais construídas na sociabilidade.

Scott⁵ (2013, p. 162) salienta ainda que para que gênero seja utilizada enquanto categoria de análise deve-se fazer um conjunto de perguntas cujas repostas ainda irão ser buscadas:

[...] gênero representa uma pergunta que deve ser feita por qualquer sociedade, em qualquer momento: como mulheres e homens estão sendo definidos, um em relação ao outro? [...] quem estabelece as definições? Para que fins? Como elas são aplicadas? Como indivíduos e grupos resistem às definições.

A abordagem problematizadora dos estudos de gênero, assim como na história, vem a contribuir para se pensar criticamente a presença feminina na história e as razões para a invisibilidade e marginalização das mulheres. A autora ainda defende que um trabalho de gênero ou história das mulheres só incorrerá na construção da vitimização, caso este seja o caminho delimitado pelas perguntas e pensamento crítico formuladas pelos historiadores. A *DSG* por sua forte presença do discurso clerical possibilita pensar a relação entre gênero e religião, pois

⁵ Para uma melhor compreensão como Scott trabalha com a categoria gênero ver LEMOS, Fernanda. Entrevista com Joan Scott. **Mandrágora**, v. 19, n. 119, 2013, p. 161-164.

“a religião é, certamente, um campo que se pode estudar com a lente crítica de gênero”⁶.

Soihet e Pedro (2007) ao abordarem a historicidade dos estudos de gênero e da história das mulheres no Brasil e em outras partes do mundo, destacam as contribuições que os campos da história das mentalidades e história cultural trouxeram para essas discussões. A interdisciplinaridade possibilitou aos estudos de história utilizar-se da literatura, linguística, antropologia, psicanálise, etc.

Visto que a historiografia é fruto de uma operação localizada e hodierno, sua escrita, repete um outro início, impossível de datar ou de representar, postulado pelo desdobramento, à primeira vista simples, da cronologia⁷.

2 Alguns casos de violência em *A Demanda do Santo Graal* e na *Crônica de D. Pedro e D. Fernando*.

O olhar de clérigos e leigos em relação ao feminino era carregado pela desconfiança. De acordo com Duby (2013), a intensidade com que o uso do imaginário sobre Eva era difundido tanto pelo discurso clerical, quanto pelos próprios leigos, buscando legitimar o maior controle sobre as mulheres, vistas como perigosas, ardilosas, gerou o afastamento das mulheres do discurso cristão, deixando-as à mercê dos discursos heréticos. No século XII, cientes do que estava acontecendo, os padres começaram a falar sobre as mulheres e principalmente para elas, tentando assim preveni-las das seitas, conduzindo estas ovelhas desgarradas.

Nesse sentido, o imaginário da Virgem Maria, mãe de Deus, tinha, pois, a função de reeducar as mulheres a partir de modelo comportamental de abnegação, virgindade, castidade para as casas, e principalmente de submissão em relação aos homens. A misoginia medieval estava intrínseca na relação dos homens com as mulheres e concepção que os primeiros faziam destas últimas. A partir desta compreensão sobre as relações entre os gêneros que partimos para a análise dos casos de violência presentes nas fontes.

⁶ Ibidem, p. 164

⁷ CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 99.

Segundo Fernão Lopes, a rainha Leonor Teles teria sido culpada pela morte da própria irmã D. Maria. Temendo o casamento de sua irmã com o cunhado D. João⁸, já que ambos eram muito queridos por todos e percebendo que seu marido D. Fernando não duraria muito tempo. Para garantir que manteria a coroa, Leonor Teles junto com seus comparsas convencem D. João de que ele seria o próximo regente caso casasse com D. Beatriz, união da qual o rei e a rainha faziam grande gosto para a garantia da unidade de Portugal.

Encantado pela possibilidade de ascender ao poder, o único entrave aos seus planos era sua união com D. Maria. A solução encontrada foi acusá-la de traição e lavar a honra com a morte. D. Maria era uma mulher muito bondosa e devota da fé cristã. Ao perceber que seus rogos de nada serviriam para convencer D. João de sua inocência, morreu rogando a Deus seu socorro.

Na *Demanda do Santo Graal*, a mulher das duas tendas é uma personagem que coloca a honra masculina em situação constrangedora ao receber o cavaleiro Leonel durante a ausência do marido. Quando o cavaleiro Leonel estava andando pela floresta durante a demanda, encontrou a mulher das duas tendas que o recebeu muito bem por ser cavaleiro andante, e ficou muito feliz quando descobriu que era do reino de Gaunes, assim como ela. A mulher das duas tendas se mostrava muito cortês e ativa na fala. Contou-lhe que a torre pertencia ao homem a quem rei Artur a tinha dado por esposa, em galardão de seus serviços. Quando Leonel perguntou-lhe sobre as tendas, a resposta da mulher

- Estas tendas, de quem são?

- Do que me pegou por mulher, disse ela.

- E os escudos, disse ele, de quem são?

- Este escudo branco, disse ela, é dele; e aquele negro, de seu pai, e aqueles outros dois são de seus irmãos.

- E onde estão? disse Leonel.

- A pé, disse ela, foram folgar por esta floresta, e logo agora aqui estarão (DSG, 2003, p. 63) (grifo nosso).

A mulher mostra-se desinteressada em falar sobre “o homem que a pegou por mulher”, buscando saber do cavaleiro

⁸ Este D. João é filho de D. Pedro com Inês de Castro, meio irmão de D. Fernando e de D. João, Mestre de Avis.

as notícias sobre Lancelote e demais aventuras do cavaleiro. Por meio da fala dessa personagem podemos perceber seu descontentamento com o casamento, sendo mais interessante o contato com as histórias que o cavaleiro estava lhe contando. Quando o marido e sogro retornam, percebem a presença do cavaleiro e são tomados de ira pela ideia da possível ofensa sofrida, pois a mulher estava alegre com o cavaleiro.

O temor masculino diante da possível desonra por causa da alegria feminina na presença de outro homem são apresentados como justificativa para as ações dos maridos com relação aos corpos e vida das mulheres. Enquanto primeiro agravante, ela recebe o cavaleiro na ausência dos homens, podendo ter liberdades que maculariam a honra masculina. Através da fala do marido ao pai podemos perceber que a mulher não demonstrava contentamento com a presença do marido, pois, [...] quando viu o cavaleiro armado dentro da tenda, e que tinha **a mulher tão alegre, ficou com isso muito espantado**, e teve tão grande pesar (DSG, 1988, p. 63) (grifo nosso). Como solução para lavar a honra que acredita ter sido manchada pela esposa, o marido corta-lhe a cabeça e desfia para um combate o cavaleiro cúmplice da suposta desonra.

Durante o quatrocentos os discursos de submissão e obediência feminina para com o marido são reforçados. O casamento é um negócio em que a mulher, enquanto colaboradora, deve ao homem submissão, reverência, respeito e afeto (VECCHIO, 1990, p. 174). Os exemplos extraídos da *Demanda* e das crônicas lopesianas nos apresentam como o olhar masculino era direcionado, seja por interesses financeiros para aquisição de um novo matrimônio, ou pela desconfiança da desonra, estavam atrelados ao comportamento feminino no matrimônio, ou no caso da crônica, a desculpa que o marido criou para legitimar o assassinato da mulher.

Segundo Godinho (1997), a jurisdição portuguesa em relação ao adultério garante a punição de ambos os adúlteros, a menos que o marido perdoe a ofensa sofrida. Porém, para manter o equilíbrio hierárquico da sociedade, as punições estavam sujeitas a restrições, posto que, se o adúltero fosse de maior condição que o marido, a punição só poderia ser executada após ordenação régia. A punição estava sujeita à hierarquia social, pois fidalgo, cavaleiro ou escudeiro e que por isto estivesse em

um estamento superior ao do ofendido, este último nada poderia fazer contra. Exemplo: o culpado fidalgo e o marido cavaleiro e escudeiro, ou daquele cavaleiro e escudeiro e este peão.

A jurisdição garante a proteção do homem de acordo com o seu estamento. Já a mulher culpada pela desonra é lícitamente punida, posto que, o marido precisa lavar sua honra. A condição feminina presente na literatura ou na sociedade é carregada pela misoginia.

Dentro dessa logística patriarcal, totalmente misógina, o papel feminino é deslegitimado, seu direito de fala, até mesmo de defesa não é garantido. Vista enquanto uma extensão das propriedades dos homens, cabe a eles vigiar, controlar e punir todos aqueles que estavam sob o seu domínio, tanto filhos quanto as esposas.

O uso da defesa da honra não é algo tão distante, pois até o século passado ainda era utilizado para legitimar o assassinato das esposas, namoradas, entre outras. A sociedade naturalizava aquilo que culturalmente era legitimado tanto pelo aparato jurídico, como pelo discurso dos meios de comunicação. A imagem da mulher assassinada era exemplo para controlar o comportamento das outras mulheres, que deveriam temer seus companheiros.

Essa visão cultural sobre a violência contra o feminino nos apresenta os aspectos das permanências e ressignificações de mecanismos misóginos que ainda hoje fazem-se presentes na sociedade. Reconhecemos as transformações, o novo olhar diante destes casos bárbaros, as denúncias e luta das mulheres pelo reconhecimento de seus direitos a vida e a seus corpos, contudo, a presença de assassinatos e busca de controle dos corpos femininos por homens machistas comprovam que algumas rupturas ainda precisam percorrer um grande caminho para que elementos como estes sejam exterminados das relações entre gênero em nossa sociedade.

O olhar da Cristandade sobre os não cristãos é sempre de desconfiança e vendo-o como símbolos da barbárie. Elementos estes que podemos identificar na *Demanda* e na *Crônica de D. Fernando* organizada por Fernão Lopes. Quando D. Pedro e D. Henrique estavam lutando entre si pela coroa de Castela e dos reinos a ela submetidos, durante o cerco a cidade de Córdoba, o imaginário das mulheres cristãs medievais mostra os temores que

elas tinham em relação aos mouros. Pois, estando D. Pedro cercando o castelo junto com seu aliado o rei mouro de Granada:

As ‘donas e donzelas’ da cidade, vendo em cima do muro ‘alguns mouros com seus pendões’ e imaginando que a vitória a eles pertenceria, gritavam em lágrimas, descabeladas, pelas ruas e praças, implorando proteção aos senhores e cavaleiros, que delas se apiedassem **‘e não as deixassem ser desonradas e postas em cativeiros de mouros’** (LOPES, 1975, p. 66 *apud* MALEVAL, 2010).

Fernão Lopes mostra que as mulheres entraram em desespero temendo serem desonradas e feitas prisioneiras. Atentemos para este último elemento que representa os temores femininos em relação ao controle masculino, enfatizado pelo temor do estranho, sobre seus corpos. A desonra é um elemento que tem um sobrepeso sobre as mulheres pois quase sempre dando eram desonradas, mesmo que a força, eram vistas de forma negativa pela sociedade e até mesmo, pelo grupo familiar. A constante desconfiança em relação ao feminino, fazia com que suspeitassem de ter colaborado, ter gostado ou ter incitado a violência sofrida. Não nos parece algo estranho se pensarmos que constantemente estes elementos são apresentados enquanto suspeita dos motivos pelos quais as mulheres sofreram algum tipo de violência, principalmente sexual.

A transgressão sexual⁹ eram fortemente combatidas pelo rei D. Pedro, e no caso que trataremos agora será por nós analisadas em três aspectos, para se compreender todas as problemáticas que envolvem o caso: primeiro abordaremos o acontecimento e a postura de D. Pedro; em seguida perceberemos a resignificação do sujeito, não mais visto como violador, mais como marido e pai. E por fim, um elemento que quase passa despercebido durante a construção do texto, o codinome da mulher violada.

Segundo os escritos de Fernão Lopes, D. Pedro teria ficado instigado com a forma como uma mulher era chamada, ao descobrir os motivos pelo qual D. Maria Roussada, era assim

9 Segundo Souza (1997, p. 363) apesar das punições de D. Pedro diante das transgressões sexuais e mesmo da grande produção moralista produzida no mesmo século, não era vista com igual gravidade pela sociedade. Sendo por isso “[...] a sociedade afigura-se-nos extremamente permissiva”.

chamada “rouçar” por ter sido violentada por seu marido antes do casamento e como solução para a reparação da honra tinham se casado, vindo a ter filhos e viver em benquerença. Contudo, nada do que se sucedeu após interessou ao monarca que resolveu dar ao marido a punição devida à violação de uma donzela, a morte. Independentemente do tempo e dos rogos da mulher e dos filhos pela vida do homem, o monarca mandou-lhe enforcar.

Como havíamos sinalizado ao início deste caso, fecharemos com algumas inquietações, pois D. Pedro somente soube do caso de violação muitos anos após o ocorrido, e justamente por causa do codinome pelo qual a mulher era chamada pela sociedade. Porque mesmo após o “casamento de reparação” a mulher carrega a condição de violada? Será que a sociedade não reconhece essa medida enquanto reparadora da honra? Ou seria uma forma de punir socialmente a mulher, vista como provocadora dessa explosão de virilidade? Porque o homem não carrega igualmente a condição de roussador?

Se por um lado a união de reparação de honra era vista como uma solução possível para amenizar a condição da honra familiar, por outro lado, reforça as suspeitas da cooperação feminina para contrair a união. A condição de violada que a mulher carrega lhe torna um exemplo para que a comunidade tenha mais cuidado com suas donzelas. Por mais que a ação do homem violador seja vista negativamente, por violar o direito de outro, ou por pôr sob a história de uma linhagem, uma condição pouco honrável, o ato de unir-se a mulher, assumindo-a enquanto esposa, representa uma responsabilidade que somente inverteu a ordem das coisas, contrair casamento para depois desposá-la, mas que socialmente não faz com que o homem viva sob o julgo de roussador.

Enquanto aspecto comparativo em relação ao quantitativo de casos de violência presentes nas fontes, destaca-se a *DSG* como contendo o maior número de relatos. Os casos de violência presentes nas narrativas em sua grande maioria partem do imaginário de dominação masculina sob os corpos femininos, contudo, elas também são agentes provocadoras de violência, em alguns momentos incitando ao masculino a ação almejada.

Considerações Finais

A *Crônica de D. Pedro* ao punir o masculino pelas ações violentas e criminosas, avançam na proteção do feminino, mesmo que não seja este o objeto central das ações. Na *Crônica de D. Fernando*, o assassinato feminino não traz sanções aos criminosos, sendo resolvido com um simples pedido de desculpas, como D. João fez após assassinar D. Maria. Ou na *Demanda* em que os múltiplos casos retratam a condição de vulnerabilidade feminina, mais também, a condição social dada a mulher após a violência sofrida (no qual destacamos o descaso dado aos corpos das mulheres assassinadas).

REFERÊNCIAS

FONTE

A Demanda do Santo Graal: manuscrito do século XIII. Texto sob os cuidados de Heitor Megale. São Paulo: T. A. Queiroz/EDUSP, 1988.

A Demanda do Santo Graal. Tradução de Heitor Megale. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

LOPES, Fernão. ***Chronica de El-rei D. Pedro***. V. I. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portuguezes, 1895.

LOPES, Fernão. ***Chronica de El-rei D. Fernando***. V. I. Lisboa: Biblioteca de Clássicos Portuguezes, 1895.

Obras de estudos

BARROS, José D'assunção. ***O tempo dos Historiadores***. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTORIADIS, Cornelius. ***A Instituição Imaginária da Sociedade***. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. ***A escrita da História***. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. ***A História Cultural entre práticas e representações***. 2ª Ed. Tradução de Maria Manuela Galardo. Portugal: DIFEL, 2002.

- DUBY, Georges. **Damas do século XII**. Tradução: Paulo Neves e Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. **Aprendendo história: reflexões e ensino**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- GINZBURG, Carlos. **Relações de forças: história, retórica e prova**. Tradução de Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. 3ª ed. Lisboa: Arcádia, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **O Imaginário Medieval**. Portugal: Estampas, 1994.
- LEMOS, Fernanda. Entrevista com Joan Scott. **Mandrágora**, v. 19, n. 119, 2013, p. 161-164.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. Mulheres do povo nas Crônicas de Fernão Lopes. In: ZIERER, Adriana (org.). **Uma viagem pela Idade Média: estudos interdisciplinares**. São Luís: Editora Uema, 2010, p. 205- 215.
- MARQUES, Maria do Carmo Barreto Gomes de Sousa. **No reino aventureiro de Artur: um olhar sobre a mulher a partir da leitura da versão portuguesa de *A Demanda do Santo Graal***. 2013, 113f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos e Culturais) - Universidade da Madeira, Funchal, 2013.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- SCHMITT, Jean-Claude. **O corpo das imagens: ensaio sobre a cultura visual na Idade Média**. Bauru: EDUSC, 2007.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Tradução de DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. Nova York, **Columbia University Press**, 1989. Disponível: <http://disciplinas.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=110109>. Visualizado em: 08/09/2014 às 10h52min.
- SOIHET, R., & PEDRO, J. M. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, 2007, 27, 281-300.
- VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Volume 2 – A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 227-271..

A Canção de Rolando, a memória na construção e na intenção de sua autoria

Elisângela Coelho Morais

1 Introdução

A memória, e sua representação possuem intencionalidades, e a obra *Chanson de Roland* demonstra tal princípio, em suas diversas versões, que se modificam adaptando-se de acordo com as demandas do período em que estas vem à tona. Isso demonstra interesses na preservação de elementos sociais que vão além da importância de seu autor/copista¹, e sim de quem ela representa, no caso da *Chanson*, a nobreza francesa do século XII.

Falando especificamente na versão considerada mais completa, encontrada no Manuscrito de Oxford (BÉDIER, 1923, p. 303), onde percebemos as intensões da sociedade, apesar de pouco sabermos sobre a identidade de sua autoria² (CHENU, 1927, p. 83), presumida de ter sido escrita por um cronista chamado Tuoldus, que grava seu nome no final do poema, juntamente com a palavra *declinet*, (*Ci falt la geste que Tuoldus declinet-ver.4003*) que pode significar compor, transcrever ou recitar, então se conclui que ele pode ser um cronista, um copista ou um jogral (MICHARD & LAGARD, 1965, p. 05).

E a partir da nebulosidade acerca de seu autor e suas intenções outras dúvidas surgem, entre elas foram formuladas, entre elas, há aquela sobre as diversas versões e estruturas da

¹ Cet exemple est l'occasion d'évoquer des caractères du texte médiéval pour nous déroutants: non seulement il est très souvent anonyme ou porte le nom d'un auteur-vrai ou faux- dont on ne sait rien, mais il n'est pas vraiment fixé. [...] Ces phénomènes marquent essentiellement la littérature narrative[...]

² Aqui empregando a definição de Marie Dominique Chenu, de autor(auctor) é o idealizador da obra diferente de actor, que seria o copista, onde o primeiro “*va prendre une valeur spéciale en direction et en dépendance de auctoritas, où se bloquent l'idée d'origine (atteler: qui prend l'initiative d'un acte) et l'idée d'autorité, de dignité; il prend ainsi la couleur juridique de tout le système de vocabulaire qui, dès l'antiquité, s'était développé autour du concept d'auctoritas (cf. Thesaurus linguae latinae, ad verb.: Auctor, Auctoritas). Un Auctor, désormais c'est celui qui, grâce à une reconnaissance officielle, civile, scolaire, ecclésiastique, voit son avis, sa pensée, sa doctrine authentiqués, au point qu'ils doivent être accueillis avec respect et acceptés avec docilité*”

Chanson original, que apresentam convergências e divergências, e dúvidas de qual seria a versão mais completa ou a que menos se afasta do que realmente foi escrito pelo autor original.

Essa versão é a mais conhecida, e foi grafada em dialeto anglo-normando³ (LOYN, 1997, p. 157) por volta dos anos 1050 e 1100, onde sua estrutura apresenta 4002 versos decassílabos divididos em longas estrofes, essa canção chegou ao conhecimento popular através do manuscrito de Oxford (PREVITÉ-ORTON, 1978, p. 251). (Digby 23).

Há outras versões da *Chanson* em Francês antigo e outros idiomas e estruturas, somando com a versão de Oxford sete, com mudanças na estrutura textual e narrativa.

Há mais seis manuscritos da *Chanson* de Roland em francês antigo, os quais, com o manuscrito de Oxford, constituem sete versões do texto redigida em 1100. À exceção de Venise 4 que, tal como Oxford, adota a rima imperfeita, os outros manuscritos apresentam rimas perfeitas. [...] Em flagrante contraste com a versão de Oxford, Venise 4, entre outros manuscritos, dá grande relevo à personagem de Aude e incluiu Berthe/Ghisla, irmã de Carlos Magno e mãe de Roland. (ALVARES, 2014, p. 267).

O Manuscrito de Oxford foi traduzido e estudado por Joseph Bédier, (publicada em 1923) estudioso e erudito francês que traduziu a canção a partir do manuscrito para o francês moderno, e graças a ele podemos ter um acesso mais amplo à *Chanson*.

Ele também é reconhecido como a versão mais antiga da *Chanson*, e se encontra conservado na [Biblioteca Bodleiana](#) de [Oxford](#), desde 1634 dado pelo matemático inglês Thomas Allen (1542-1632) a seu aluno Sir Kenelm Digby (1603-1665) um diplomata da corte do rei Carlos I que a doou para a Universidade de Oxford, mesmo sendo a mais antiga, ela não foi a primeira a ser traduzida;

³ O francês importado na Grã-Bretanha pelos conquistadores normandos continuou sendo o vernáculo falado na aristocracia até pelo menos o final do século XIII, embora mais como uma língua adquirida do que como uma língua materna..

Em 1837 foi publicada na França a primeira versão em francês moderno da *Chanson*, por Francisque Michel, traduzido de um manuscrito achado por ele, assemelha-se às versões Venise, Versailles, Lyon e Cambridge. Esta versão foi descoberta dois anos antes de sua publicação, em Londres e é considerada a versão em francês moderno mais antiga⁴ (GENTIL, 1967, p. 7), mas não é tão completa como a do Manuscrito de Oxford.

Dentro dessas várias versões da *Chanson*, percebe-se que as variantes posteriores ao manuscrito de Oxford apresentam características mais voltadas ao romance, enfatizando mais as relações amorosas do que o campo de batalha, evidenciando personagens femininas como Berthe, a mãe de Roland e Aude, sua noiva e irmã de Olivier, isso se deve ao avanço do romance cortesão e os desejos expressos pela audiência, mostrando a progressão do amor cortês e o declínio da canção de gesta, resgatando uma memória mais palaciana e destacando uma maior participação feminina.

Numa clara adaptação à sociedade mais citadina e voltada às movimentações da corte, onde o modelo de cavaleiro será o galante cortes e não mais o cavaleiro que demonstra virilidade e ferocidade no campo de batalha.

Outra dúvida recai sobre o idioma original da *Chanson*, não há uma prova cabal de qual foi a língua em que o texto tenha sido escrito originalmente, mas vendo as versões escritas em outros idiomas, percebe-se que o escrito grafado em anglo-normando é o mais completo em termos de narrativa e considerado assim o mais inteiro que se tem conhecimento.

O anglo-normando, um dialeto da língua vernácula francesa, considerado língua de transmissão e não de produção, haja visto que a produção escrita era feita pela Igreja que usava o latim, além de ser considerado uma língua da elite baronial inglesa, trazida pelos conquistadores normandos, chamada língua vulgar e sem produção original textual.

⁴ Fala-se de dois manuscritos, um de 1817 feito por Claude-Antoine Desherbiers, e outro de 1832 de Henri Monin, que eram conhecidos, mas não foram publicados, sendo o de Francisque Michel o primeiro.

Bédier, ao fazer sua edição, mostra que não desconhecia as demais versões da *Chanson* e assim as cita na introdução de seu texto:

Un manuscrit célèbre, le manuscrit 23 du fonds Digby de la Bibliothèque bodléienne, à Oxford, nous a seul conservé ce poème en 4002 vers assonances, signé ((. Tuoldus)), qui est, de toutes les versions de la Chanson de Roland, la plus ancienne et aussi la plus belle. C'est en 1837 que Francisque Michel en procura l'édition princeps. Depuis ont paru l'édition de Francis Génin (1850), et les trois éditions de Theodor Müller (1851, 1863, 1878), et les éditions sans nombre de Léon Gautier (à partir de 1872), et celles de Boehmer (1872), de Petit de Julleville (1878), de Léon Clédât (1886), de Gaston Paris (Extraits, 1887, 7^e édition, 1903), de Stengel (1900), de Gröber (1907). Or, bien que tous ces érudits se soient proposé une qui était de publier pour le mieux un même texte d'après le même manuscrit, leurs éditions diffèrent les unes des autres, singulièrement. tâche identique, fort simple en apparence.⁵(BÉDIER, op.cit, p. I e II).

Assim infere-se que o pesquisador percebia nesse manuscrito um diferencial ligado a seu propósito de expor um texto que valorizava a nobreza da origem francesa, num ambiente pós Primeira Guerra Mundial.

Escolhendo-a por ser a mais famosa produção do chamado *Ciclo Francês ou Carolíngio*, que, como o nome de seu ciclo sugere, trata do período de tempo do reinado do imperador Carlos Magno, e a exemplo das obras escritas sobre essa temática traçam os primeiros esboços do modelo do herói cristão (FERNANDES, 2000, p. 56), mas traz consigo reminiscências das sociedades pré-cristãs.

Essa versão apresenta assim como as demais produções do período, determinadas características: o gosto pela batalha, a

⁵ Um manuscrito famoso, um manuscrito 23 da coleção Digby de la bodléienne de Biblioteca Bodleiana, em Oxford, nos tem conservado este poema em 4002 versos assonantes, assinado ((. Tuoldus)) que é de todas as versões da Canção de Rolando, o mais antigo e também o mais belo. Está desde 1837 quando Francisque Michel adquiriu a primeira de edição (publicando). Desde então foram publicadas as edições de Francis Génin (1850) e três edições de Theodor Müller (em 1851, 1863 1878), e a publicação sem número de Léon Gautier (de 1872), e as de Boehmer (1872), Jovem de Julleville (1878), Léon Clédât (1886), Gaston Paris (Extraído, em 1887, 7^a edição, em 1903), de Stengel (1900), Gröber (1907). Ainda, embora todos estes eruditos se propuseram publicar o melhor de um mesmo texto de acordo com o mesmo manuscrito, suas edições diferem umas das outras, particularmente tarefa idêntica, muito simples em aparência. (tradução nossa),

exaltação da figura do guerreiro e por tudo o que o cerca, além de ter como o pano de fundo um fato histórico, a Batalha de *Roncevaux*, ocorrida em 15 de agosto de 778⁶ (LE GOFF, 2005, p.43-44), elementos como coragem, força e honra, que também se enquadram para motivar os leitores em 1923.

A batalha retratada na *Canção* tinha por objetivo a anexação de um território estratégico, que impedia o avanço dos muçulmanos. (Ibidem, 43-44) *Roncevaux*, no burgo aragonês da província de Pamplona/Pampelune, foi o local onde se travou a batalha numa altura em que Carlos Magno, o futuro imperador, regressava de uma expedição conduzida a Espanha em 778. É que, por 777-778, o senhor dos francos preparava uma guerra além-Pireneus que se estenderia pelo último quartel do século VIII.

O seu grande objetivo era ampliar a campanha iniciada pelo seu avô Carlos Martel que em Poitiers (732) alcançou uma importante vitória sobre os muçulmanos instalados em Espanha desde os primeiros anos do século VIII (711), e reforçar a fronteira dos Pirenéus.

O exército franco, liderado por Carlos Magno, composto por austrásios, burgúndios, bávaros, lombardos e provençais, regressava da Espanha; a maior parte dos seus homens atravessaram sem grandes problemas as montanhas pirenaicas estacionando no vale de Nive, contudo a retaguarda foi atacada pelos montanhese bascos, *mortificados pela destruição de Pampelune* (FLORI, 2005, p.54) na garganta ou desfiladeiro de *Roncesvaux*, onde foram esmagados pelos pedregulhos, paus e dardos arremessados pelos agressores.

Misturando história e realidade, a *Canção de Rolando* tem reconhecido o embasamento histórico, apesar de ter sido escrita centenas de anos depois dos acontecimentos. Há relatos de que Carlos Magno realmente andou pela Espanha e por lá permaneceu por sete anos, se aliou a árabes e além dessa comprovação há menção de sua presença e da batalha em *Roncevaux* em várias fontes, entre elas:

⁶ Em 778, Carlos Magno tomou Pampeluna, mas não atacou Saragoça [...]. Montanhese bascos armaram uma emboscada contra a retaguarda dos Francos [...] no desfiladeiro de Roncesvales, massacraram as tropas comandadas pelo senescal Eggiharde, o conde palatino Anselmo e o prefeito da Marca da Bretanha, Rolando.”

Eis a crônica do frade de Silos (aproximadamente 1110), ato da fundação da abadia de Saint-Pede-Gèneres em Bearn (1096); história eclesiástica de Fleury (1109); epístola III de Raoul lê Tourtier (antes de 1114); Les exploits de Tancrède (As proezas de Tancredo), de Raoul de Caen (1112-1118). Uma cruz adorna a gola de Cize antes de 1106 e é mencionada numa Carta Episcopal de Baiona, em 980; os arquivos de Pampelune (1127), falam de uma capela erguida por Carlos Magno nesse local de carnificina (AUERBACH,1972, p. 114).

Explicada por Leon Gautiér na quinta edição da sua versão da *Chanson* de 1875, relatando a presença de Carlos Magno nos Pirineus motivada pelo combate aos mulçumanos, seu retorno e a consequente batalha contra os povos bascos onde estava Rolando, tal evento é relatado por Eggihard :

Le 15 août 778 \ au fond d'une petite vallée des Pyrénées qui est encore aujourd'hui connue sous le nom de Roncevaux, il se passa un drame terrible, dont le retentissement devait être incomparable, et qui allait, durant plusieurs siècles, inspirer les poètes de toutes les nations chrétiennes. Le roi des Francs, Charles, revenait de cette expédition d'Espagne où il n'avait été qu'à moitié vainqueur. Attiré là-bas par les divisions des princes musulmans, il s'était généreusement proposé de délivrer l'Église du joug des Sarrazins ; mais il n'avait rien fait au delà de l'Èbre. Il avait réussi devant Pampelune, mais échoué devant Saragosse.[...] Dans son arrière-garde se trouvaient Roland, le préfet de la Marche de Bretagne; Anselme, le comte du palais; i Cette date a été tout récemment élablie.[...] La Grande Armée avait passé sans encombre. Mais tout à coup, au moment où l'Arrière-garde arrivait en ce passage étroit de la montagne qu'indique la petite chapelle d'Ibagneta, un bruit formidable se fit entendre dans les bois épais dont cette partie des Pyrénées est encore couverte. Des milliers d'hommes en sortirent et se jetèrent sur les soldats de Charles. Ils précipitèrent les Francs dans le petit vallon qui est là tout près, afin de se donner la joie de les égorger tout à leur aise. Et de fait, ils les égorgèrent jusqu'au dernier. C'est ainsi que mourut Roland. L'histoire

*ajoute que les Gascons se dispersèrent, que leur crime demeura impuni,*⁷(GAUTIER,1975, p.vj).

Essa visão de demarcação de espaços físicos de poder, entra em consonância com século XII, envolvidos em conflitos territoriais onde essa mensagem se dissemina, no momento em que ocorre um processo de escrituração e burocratização nas instâncias religiosas e políticas do que hoje é a França, numa forma de fortalecer o poder real e reduzir a fragmentação institucional feudal, o texto se torna um meio de validação e referência aos modelos de práticas sociais.

A burocracia emergente instala a autoridade no texto que institucionaliza como instância de validação do vínculo social e referencia maior das práticas sociais. A reforma desencadeia um sistemático movimento de textualização das instituições e da cultura que atinge a língua vulgar, dando origem à literatura em Francês antigo (ALVARES, 2014, p. 270).

E este artifício valioso, foi utilizado para benefício próprio da nobreza, pois, no século XII, a monarquia francesa passou por diversos embates na determinação sobre a quem de fato a coroa pertencia, e, para legitimar sua posição, os reis do período usavam a descendência carolíngia como mote para sua posição (DUBY, 1992, p. 30) e para comprová-la, buscavam nas

⁷ Em 15 de agosto de 778, no fundo de um pequeno vale dos Pirenéus, que ainda é conhecido hoje como Roncesvalles, ocorreu um drama terrível, cuja reverberação deve ter sido incomparável e que durante vários séculos inspirou os poetas de todas as nações cristãs. O rei dos francos, Carlos, estava retornando desta expedição espanhola, onde ele só tinha sido meio vitorioso. Atraído pelas divisões dos príncipes muçulmanos, ele havia proposto generosamente livrar a Igreja do jugo dos sarracenos; mas ele não fez nada além do Ebro. Ele teve sucesso na frente de Pamplona, mas falhou na frente de Zaragoza. Na retaguarda estavam Rolando, o prefeito da Marcha da Bretanha; Anselmo, o conde do palácio; Esta data foi recentemente estabelecida. O Grande Exército passou sem engate. Mas de repente, no momento em que a retaguarda chegou a esta estreita passagem da montanha indicada pela pequena capela de Ibagneta, um barulho formidável foi ouvido nos espessos bosques nesta parte dos Pirinéus ainda está encoberta. Milhares de homens saíram e se atiraram nos soldados de Carlos. Eles fizeram tombar os Francos no pequeno vale que está lá muito perto, para se dar a alegria de matá-los à vontade. E na verdade, eles os mataram até o final. Foi assim que Rolando morreu. A história acrescenta que os Gascões se dispersaram, que seu crime permaneceu impune. (tradução nossa)

narrativas sobre a vida do monarca carolíngio, laços de semelhança e parentesco com o rei do período.

Além de refletir essa tendência na produção artística escrita do período, a França teve precedência nas criações das formas literárias dos séculos XI e XII, possuindo uma estrutura feudal organizada, e um terreno fértil para a construção de um espírito cavaleiresco e cortês bem desenvolvido.

Isto é perfeitamente compreensível, uma vez que à França devemos aquelas condições ideológicas, morais, políticas e econômicas, que permitiram o aparecimento dessas matrizes literárias: a organização feudal e a consequente formação do espírito cavaleiresco; a cortesia e seu corolário-a dignificação da mulher e uma nova concepção do amor, desconhecida da Antiguidade Clássica (SPINA, 1997, p. 37).

O processo de escritura de documentos e burocratização das instituições religiosas e laicas se estendeu para o meio cultural, cultivando a memória e fortalecendo a literatura de salão, já incentivadas com o fortalecimento das cidades e a evidenciação das cortes citadinas, que fornecia um público avido por aventuras, cada vez menos envolvidos em querelas domésticas.

Todavia, nestes tempos, o escrito desenvolve-se a par do oral e, pelo menos no grupo dos clérigos e literatos, há um equilíbrio entre memória oral e memória escrita, intensificando-se o recurso ao escrito como suporte da memória. (...) Durante muito tempo, no domínio literário, a oralidade continua ao lado da escrita e a memória é um dos elementos constitutivos da literatura medieval. (LE GOFF, 1984, p. 29).

Mesmo sendo essencialmente oral, a *Chanson* foi transcrita com os versos seguindo a musicalidade característica, suas *laisses*; mantém a estrutura decassilábica do mesmo molde de como era cantada, como um meio de harmonização que agradava ao público ouvinte, ao povo que tanto estava nos salões como nas feiras.

Isto é levado em conta pelo autor da *Chanson*, que propõe a narração do texto com verbos na primeira pessoa do plural, numa evidente tentativa de aludir a participação do povo como contadores da história, como parte do corajoso e valente exército franco.

Quem seria esse povo, essa coletividade? No período em que o manuscrito foi produzido esse povo representa a elite cavaleiresca, espelho dos personagens da alta nobreza franca, expressos no texto, vistos por exemplo, nos versos 168- 177:

*LI empereres s'en vait desuz un pin,
Ses baruns mandet pur sun cunseill fenir,
170 Le duc Oger e l'arcevesque Turpin.
Richard li velz e sun nevold Henri
E de Gasaigne li proz quens Acelin,
Tedbald de Reins e Milun sun cusin,
E si i furent e Gerers e Gerin ;
175 Ensembl' od els li quens Rollant i vint
E Oliver, li proz e li gentilz ;
Des Francs de France en i ad plus de mil⁸; (BÉDIER, op.cit,p.14).*

Vê-se a sugestão modelar de ligação entre os membros da nobreza dentro da *Chanson*, representada na obrigatoriedade de manutenção dos laços feudais, onde o rei recebe dos seus, além da fidelidade, assistência financeira no momento em que for solicitado, mas também conselho⁹ (LE GOFF,2013,p.212) , o que Carlos pede de seus melhores homens:[...]*conselho ao mesmo*

⁸ O Imperador passa por um pinheiro; para ter seu conselho, ele chama seus barões: duque Ogier e o arcebispo Turpin, Richard the Elder e o seu sobrinho Henri e o valente Conde de Gasconia Acelin, Thibaud de Reims e seu primo Milon. Também vem Gerier e Gerin; e com eles o conde Rolando, e Olivier, o valoroso e o nobre; Francos da França são mais do que um milhar; (tradução nossa)

⁹ Jacques Le Goff ao ver esse e outros detalhes das ações de Carlos Magno, sinaliza: Parece-me que é sobretudo a figura do rei (aqui imperador) que é evocada. Carlos Magno não é um autocrata, ele consulta, pede conselho, avalia os riscos, reclama de suas obrigações. Ele mostra que, no imaginário europeu, o poder político supremo não é um poder absoluto, o que faz com que o período absolutista da monarquia do século XVI ao XVII seja não a realização da ideologia política europeia, mas sim um parêntese nesta evolução.

tempo político e judiciário por ocasião de assembleias e tribunais reunidos periodicamente (LYON, op.cit.p.58)

E nesse privilegiado grupo há além do rei, obviamente, barões, duques e condes, que formam o cerne da narrativa do lado franco, e até mesmo o conselho do opositor a Carlos Magno, liderado por Marsile, é cercado de nobres, sua parentela, mostrado nos versos 501-505:

*ENZ el verger s'en est alez li reis,
Ses meillors humes en meinet ensinbrod sei,
E Blancandrins i vint, al canud peil,
E Jurfaret, ki est ses filz e ses heirs,
E l'algalifes, sun uncle e sis fedeil*¹⁰(BÉDIER, op.cit,p.40).

Percebe-se no texto, uma restrita exposição do povo franco, (somente a nobreza) que não era a maioria, mas era quem patrocinava a produção das gestas e quem queria ser representado, resgatando os ideais de seu estamento, assim como na perfeição cristã de retidão e amor a Deus. Com isso, elite laica francesa desejava através dessa e de outras obras, resgatar sua imagem mais benéfica, num período onde a nobreza está cada vez menos em evidencia, perdendo prestígio e o protagonismo no ambiente da cidade e da corte.

E esse estamento observa nas produções literárias uma forma de divulgação de suas intenções, e modos de vida, real ou idealizado, formatando para si e para os outros uma concepção de perfeição heroica, com elementos cotidianos que facilitavam a identificação do ouvinte com os personagens do texto.

¹⁰ MARSILE retirou-se para o pomar. Levando com ele seus melhores vassalos e Blancandrin de cabelos brancos, e Jurfaret, que é seu filho e seu herdeiro, e o Algalife, seu tio e seu fiel. Blancandrin diz: "Chame o francês. Ele nos servirá, ele jurou em sua fé. "O rei disse: "Traga-o, portanto. »E Blancandrin levou-o pela mão direita pelo pomar até ao rei. Lá eles debatem a desagradável traição. BÉDIER, Joseph. LCR., p.40.(tradução nossa)

Para que fossem escutadas, era de fato preciso que essas obras, de alguma forma estivessem em relação com o que preocupava as pessoas para as quais elas eram produzidas, com sua situação real. Inversamente, elas não deixaram de influir sobre a conduta daqueles que lhes davam atenção (DUBY, 2011, p. 68).

A nobreza busca recursos e com eles exibe uma imagem construída de ostentação, luxo e poder. Para manter seu *status*, a elite senhorial também usará de sua posição para obtenção de dinheiro e assim prosseguir no topo, vivendo nas cidades, este grupo precisava demonstrar seu poder e este vem revestido na ostentação e no fausto, além de buscar expor sua ideologia por meio de elementos culturais, patrocinados por esse estamento, que tentava impor seu modo de vida como modelo ideal de manifestação das graças e benesses divinas. Para isso, a nobreza recorria aos produtores de distração e entretenimento, que através de suas obras exibiam os desejos e vontades.

2.1. Autoria, transmissão e manutenção

E como pensar no autor da *Chanson*, suas intenções, e seus propósitos? Como definir seu nível de autoridade¹¹(BATANY in LE GOFF &SCHMITT, 2006, p.383) na produção do escrito? Pode-se perceber os intentos da nobreza que patrocinou o texto, mas será possível entender quem era a mão por trás da pena?

Várias hipóteses sobre a autoria da *Chanson* e quando ela foi concebida chegaram até nós, e tal informação seria de ajuda para a compreensão mais direta de suas intenções de escrita e ordenação da narrativa. Mas em virtude dos dados nebulosos e imprecisos convencionou-se tratar do autor através de uma imagem construída a partir de sua escrita. Essa dificuldade em

¹¹ Aqui usando o princípio de autoridade com relação à identidade do autor, suas características na obra, utilizado por Jean Batany, que assim conceitua autoridade: atrás de cada texto, procuramos também a identidade de um “autor”, ou de vários responsáveis, que gostaríamos de situar em níveis precisos: a autoridade de uma “fonte” escrita conservada ou perdida, a autoridade moral de um grande personagem ou de um narrador, os desígnios de escrita de um clérigo lutando com sua folha branca, as intenções de um duplo registro de um recitante às voltas com os ouvintes..., mas nunca sabemos quantos, nem quais, desses níveis afloram verdadeiramente no texto.

identificar o autor não ocorre somente na *Chanson de Roland*, mas também em diversos outros casos no medievo.

Embora a massa literária deste segundo período da Idade Média (X-XIII) apresente aos olhos de quem a estuda uma série de contornos mais coerentes, muitas dificuldades para aquele que pretende ordenar esse conjunto de textos dentro de critérios mais precisos surgem. As formas expressivas dessa época, aliadas ao caráter internacional, coletivo e institucional da literatura então, são responsáveis pelo anonimato de grande parte do que se produziu no tempo (MEDEIROS, 2009, p. 81).

Ainda sobre a questão da autoria, deve-se pensar a *Chanson* num contexto onde a gesta traz em si uma sugestão de coletividade, de uma unidade de ações e sentimentos de um determinado povo, uma vontade interna para um acontecimento coletivo. Essa noção aparece logo nos primeiros versos do texto onde com a expressão: *CARLES li reis, nostre emperere magnes, Set anz tuz pleins ad estet en Espaigne :Tresqu'en la mer cunquist la tere altaigne. N'i ad castel ki devant lui remaigne ;*¹²(BÉDIER, op.cit.,p.02)

Além disso, como a essa canção de gesta se manteve notável durante tanto tempo e como ela foi transcrita? Algumas hipóteses sobre isso apareceram no decorrer dos anos. Um dos que primeiro propuseram essas ideias foi Leon Gautier¹³, que na introdução de sua versão da escritura, defendia a proposta de que a *Chanson* fora escrita quase que de forma imediata ao fim da Batalha de *Roncevaux*, e que no decorrer dos séculos sofreu

¹² Rei Carlos, nosso Imperador, o Grande, permaneceu por sete anos completos na Espanha, conquistou a terra aliva até o mar. (tradução nossa)

¹³ Émile-Théodore-Léon Gautier (Nascido em 8 de agosto de 1832, Le Havre, França, morreu em 25 de agosto de 1897, Paris), historiador literário que reavivou o interesse na literatura francesa adiantada com sua tradução e discussão crítica da *Chanson* de Roland (1872) e sua pesquisa sobre as *Chansons* de geste.

Em Paris, em 1859, Gautier tornou-se detentor dos arquivos imperiais e dos arquivos do departamento de Haute-Marne. Em 1871, tornou-se professor de paleografia na École des Chartres, a escola na qual ele havia sido educado (1852-55). Foi eleito membro da Académie des Inscriptions et Belles-Lettres em 1887 e tornou-se chefe da seção histórica dos arquivos nacionais em 1893. Suas obras incluem *Les Épopées françaises*, 3 vols. (1886-88; "The French Epics", 2ª ed., 5 vol., 1878-97, com uma bibliografia de *Chansons* de geste). Proeminente estudioso da *Chanson*, Membro da École de Chartres, editou sua própria versão em 1872. *Encyclopædia Britannica* online disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Leon-Gautier>. Acesso em: 19/06/2018

algumas modificações até a forma conhecida do manuscrito de Oxford.

*Dès le lendemain de la catastrophe de Roncevaux , la Légende, — cette infatigable travailleuse et qui ne reste jamais les bras croisés. — se mit à travailler sur ce fait profondément épique. Et nous allons assister, d'un oeil curieux, à ce long et multiple labeur.*¹⁴ (GAUTIER, op.cit,p.ix)

Segundo ele, foram feitas sete modificações, a primeira através de uma certa associação da batalha de *Roncevaux* com a invasão Sarracena em 792 e as duas invasões Gascãs de 812 e 824, o que aumentou a importância do combate, a segunda, foi o estabelecimento do parentesco de Carlos Magno com Rolando, que apesar de ter agnação real com o lendário imperador franco, tem pontos obscuros em sua biografia (LE GOFF,2013,p.15) e que assume o status de herói, devido suas habilidades corajosas e guerreiras, sendo este cavaleiro o centro de toda a trama heroica. Nesse esforço imaginativo, se introduz a terceira modificação, ou acréscimo, a persona de Ganelon, o traidor de seu próprio povo.

Depois, a quarta mudança: são retirados os vencedores de fato, os gascões substituídos pelos sarracenos, que pouco a pouco serão postos como inimigos dos cristãos. Com isso, mais elementos são acrescentados como a represália de Carlos Magno contra os sarracenos e Ganelon, com a lição de que a inocência é recompensada e o vício, punido.

Afora essas cinco mudanças, o estudioso aponta duas outras, ocorridas precisamente nos séculos IX e X, e decorrem do contexto social e político do período, a primeira, é a introdução dos costumes e ideias feudais, modificando pouco a pouco o que Gautier chama de fisionomia primitiva da *Chanson*, o que poderia definir seu uso mais longo, haja visto, que a *Chanson* será trazida a tona com o objetivo de ressaltar e reviver os costumes feudais no século XII. Se ela não tivesse sido

¹⁴ No dia seguinte à catástrofe de Roncesvalles, a lenda - esse trabalhador incansável e que nunca permanece inativo. - começou a trabalhar neste fato profundamente épico. E vamos testemunhar, com um olho curioso, esse trabalho longo e múltiplo. (Tradução nossa)

modificada nesse molde no século IX, teria tanta relevância seu ressurgimento no século XII?

A transformação do século X é o acréscimo de personagens como o duque Geoffroi d'Anjou (verso 106) e o duque Richard da Normandia (verso 171), que segundo Gautier: *c'est alors sans doute que les personnages de Geoffroi et de Richard furent imaginés par quelque poëte adulateur* (GAUTIER, op.cit.p.vj).

Essa teoria seria embasada por duas hipóteses: a primeira de que a Canção fora inspirada em cantos épicos (a epopeia, estruturada com um certo desenvolvimento, poemas longos e sempre cantados por pessoas do meio, à sua medida, semelhante aos gregos) e outra de que ela resultaria das cantilenas (várias versões populares, poemas curtos, semelhantes às canções de roda, canções de rua e vilarejos, cantados por todos).

Em ambas, apesar de suas diferenças em extensão, tem como inspiração um evento histórico, geralmente heroico, que se populariza através de canções curtas e breves. Onde uma inspiraria a outra e se diferenciariam a partir de outras influências.

*Nous sommes aujourd'hui convaincu que nos premiers épiques n'ont pas soudé réellement, matériellement, des cantilènes préexistantes. Ils se sont seulement inspirés de ces chants populaires; ils en ont seulement emprunté les éléments traditionnels et légendaires; ils n'en ont pris que les idées, l'esprit et la vie. Et ils ont trouvé tout le reste.*¹⁵(ibidem, p. xiv).

Continuador da teoria, de que as canções de gesta em geral tem origem em canções antigas e populares, está o discípulo de Gautier, Gaston Paris (1839-1903), que aprofunda as ideias de seu mestre, em sua tese de doutorado¹⁶ e funda a chamada teoria tradicionalista, creditando às cantilenas literárias as raízes das canções de gesta, e que elas seriam uma espécie de poesia lírico-

¹⁵ Hoje, estamos convencidos de que nossas primeiras épicos não realmente se ligaram, fisicamente, cantilena pré-existente. Elas só foram inspiradas por essas músicas populares; elas apenas emprestaram os elementos tradicionais e lendários; Elastomaram apenas as ideias, o espírito e vida. E elas encontraram o resto. (tradução nossa)

¹⁶ PARIS, Gaston. *Historie Poétique de Charle Magne*, tese de doutorado apresentada na Universidade de Sorbonne em dezembro de 1865.

épica primitiva, nascidas de uma forte impressão a cerca de um evento surpreendente (PARIS, 1865, p. 507).

Para Gaston Paris, as cantilenas com seus elementos cativantes passaram de geração em geração afastando-se do seu sentido histórico aos poucos, sem pretensões literárias, mas eram emotivas e inspiradoras. Com o passar do tempo estas foram ligadas e religadas dando origem a poemas mais longos e mais desenvolvidos, que teriam surgido entre os séculos VII e X e as epopeias entre os séculos X e XII. (Idem, 1903, p. 291).

A partir do processo de escrituração, esses poemas foram reunidos, escritos, reformulados e ordenados de acordo com uma ordem e cronologia determinadas pelos jogais ou copistas. Para Paris, a *Chanson de Roland* é um trabalho de muitos autores, o que dá ao texto um caráter coletivo.

Essa conclusão ligada à coletividade se alinha à influência do pensamento inspirado na filologia alemã do século XIX, em que Gaston de Paris está imerso, e transpõe tal ideário à sua análise da *Chanson*.

O pesquisador busca ainda explicar o hiato do aparecimento da *Canção de Rolando*, que segundo ele surgiu após a batalha através de seus participantes e foi ouvida entre os séculos VIII e X. Sustentando que a escritura teria perdido força com a desagregação do Império Carolíngio, haja visto que a *Chanson* tinha segundo Paris um caráter nacionalista, esquecido ao fim da era carolíngia.

Mas o cerne da narrativa era sempre reavivado de acordo com o contexto da audiência e sua realidade, sendo trazida à tona quando se encaixava a um modelo ou necessidade político-social, o que de fato ocorrerá no século XII no contexto da tecidura do Manuscrito de Oxford.

Esta memória, esse espírito nacionalista¹⁷, (FLORI, op.cit.p.56) segundo Paris, necessitava ser reafirmado e a *Chanson* tornou-se um meio utilizado para isso, pois traz em si memórias

¹⁷ Essa busca pela identidade pelo viés da unidade do país será um reflexo do contexto em que esses estudiosos viviam, um momento de construção de fronteiras e defesa de territórios. Na época eminentemente nacionalista que viveu a França entre 1870 e 1914, eruditos como L. Gautier ou J. Bédier quiseram ver na evocação da “doce França” na *Canção de Rolando* e algumas outras epopeias antigas (início do século XII), a expressão de um sentimento nacional patriótico. De fato, a noção da França evocada aqui se refere menos ao país que ao reino, e mais ainda aos laços que unem a Carlos Magno todos aqueles que seguem o rei franco por meio das armas.

de um passado glorioso e próspero, de uma *douce Francia*, almejado no presente e de olhos voltados ao futuro.

Essa ideia da *Chanson* ter de fato um caráter nacionalista, é a visão do Romantismo, período no qual a percepção se desviou para esse pensamento, numa concepção não medieval, pois naquele período a noção de nação não existia, e o sentimento de pertencimento era restrito ao lugar de nascimento. Percebe-se uma restrita visão de alteridade: o que importa é ser cristão, é o igual, o correto; já o não cristão é visto como pagão, o estrangeiro, aquele que está errado. “*Païen unt tort e chrestiens unt dreit*”¹⁸(BÉDIER, op. cit. p. 80).

E nem todos os cristãos, visto que, que o autor exclui uma generosa porcentagem da população, pois na narrativa vemos somente a nobreza representada. Como apenas um estamento poderia representar todo um povo? É flagrante a discrepância entre as ordos sociais medievais, e por mais que seu autor pensasse nesse sentido, de fato não estaria sendo efetivo na prática, em representar a Cristandade em sua totalidade. Mostrava apenas a face “que interessava” ao seu propósito, no caso, quem financiava a produção.

A *Chanson* é uma construção do feudalismo, que tentava se manter da forma que podia, baseada na força da nobreza e da religião, tais características são flagrantes na expressão da narrativa, onde suas personagens do lado vencedor são membros desses dois estamentos; ignorando os laboratores e a burguesia que para o bem ou para o mal demonstrava-se.

Esse resgate da *Chanson* traz a reflexão de que toda a memória envolvida na narrativa vem à tona com o objetivo de ser utilizada para fins políticos, levando a uma moldagem de seu discurso narrativo, como um meio de promover a nobreza em seu *status quo*, que estava desprestigiada, num momento de força política e de redução das batalhas, que anteriormente era uma forma de demonstração de força e poder da camada nobre, que antes garantia sua supremacia pela força das armas.

Elementos reais e subjetivos vão se tecendo, fabricando um texto exemplar, imaginada para aqueles que a consomem sem

¹⁸ Pagãos estão errados e os cristãos estão direitos..(verso 1015).

estarem preocupados com o detalhamento dos fatos, pois esse público buscava algo diferente, emocionante.

[...] todos esses mecanismos de funcionamento do discurso repousam no que chamamos formações imaginárias. Assim não são os sujeitos físicos nem os seus lugares empíricos como tal, isto é, como estão inscritos na sociedade, e que poderiam ser sociologicamente descritos, que funcionam no discurso, mas suas imagens que resultam de projeções. São essas projeções que permitem passar das situações empíricas – os lugares dos sujeitos – para posições dos sujeitos no discurso (ORLANDI, 2005, p. 40).

Quando foi escrita a *Chanson* alcançava um público bem amplo, mas era direcionada elite laica, que possuía uma visão política diferente da estabelecida por exemplo, pelos menos favorecidos social e financeiramente.

E ainda que falasse para a nobreza, essa também era diferente da existente no período carolíngio, o que a fez ser representada de forma mais semelhante à nobreza capetíngia do século XII do que à estrutura e pensamento da nobreza carolíngia de quatro séculos antes.

A partir do século XX, a teoria de Gauler é revista e novos estudiosos, os neotradicionalistas, dão vida a esta que foi vista como romântica, por ter sido baseada no romantismo alemão, imerso em um ideário nacionalista.

Joseph Bédier refuta essa teoria, criando outra, a teoria individualista, onde uma só pessoa seria responsável pela composição das canções de gesta, no caso da *Chanson* de Roland, Turold. Bédier é firme ao defender que não há nenhuma cantilena que chegou até nós que comprove ter dado origem à *Chanson* (BÉDIER, 1926, p.477). Por isso, ele acredita que as origens da produção sejam as rotas de peregrinos e das Igrejas, onde circulavam milhares de pessoas, onde os clérigos cultos elaboraram as canções de gesta, tendo acesso aos relatos de tais batalhas, como os *Annales carolingiennes* e uma infinidade de documentos inacessíveis aos fiéis.

As obras teriam por objetivo aumentar o interesse pela peregrinação e manter as rotas, assim como perpetuar as memórias acerca das grandes figuras heroicas do passado.

Contra a tese individualista, Joseph Bédier, discípulo de Gaston Paris, formula a tese individualista, segundo a qual as canções de gesta foram compostas nos séculos XI e XII por clérigos cultos e não por jogais medíocres, a partir de manuscritos e de objetos (espada, trompa) guardados nas igrejas e nas abadias do caminho para Santiago. Bédier não nega a circulação oral, entre peregrinos e monges de múltiplas e dispersas narrativas heroicas, às quais, sob o impulso da ideologia das Cruzadas, um poeta inspirado vem dar forma literária. Mas exclui a mediação do jogral na cadeia de transmissão. (ALVARES, op. cit. p. 276).

Independentemente de suas origens que ainda estão longe de serem definitivamente encontradas, uma certeza é de que a canção de gesta será um importante mecanismo de transmissão de ideias e modelos político sociais nos séculos posteriores a seu teórico nascimento.

Representando tendências de um grupo social que detêm os meios de dominação e os manobra para manutenção ou intensificação de um arcabouço de argumentos, baseados nos padrões de comportamento, e os utiliza como meio de valorização sócio-ideológica, que consiste na disseminação de um discurso civilizatório, que de uma forma ou de outra tentam mostrar essa camada dominante sob uma boa perspectiva.

Por que apenas esses grupos detêm os meios de construir objetos culturais que não sejam efêmeros e cujos vestígios prestam-se à análise histórica. Mas também por que a repartição de poderes autoriza apenas essas ideologias exporem-se à luz do dia, espalharem-se em todas as formas de expressão, imporem-se aos poucos através do jogo dos sistemas educacionais e de informação e pelo efeito do fascínio que naturalmente exercem os modos e as atitudes das elites sociais sobre os estratos que esses meios sociais dominam. (DUBY, 1995, p. 136).

As canções de gesta serão veículos eficazes no que concerne à idealização de um idílio, mesmo ilusório e fabricado, onde a nobreza por ela retratada apresenta todos os requisitos de bondade, honra, bravura, retidão e temor a Deus.

E para fundamentar esse modelo seus financiadores e produtores, buscarão na memória o exemplo ideal, num momento de grande tensão entre a coroa francesa e seus súditos, onde o rei não refletia os desejos dos súditos e nem de sua ordo. Para minorar tão más impressões, o monarca teve sua vida contada pelo abade de Saint-Denis, Suger¹⁹(LOYN, op.cit.p.339), que fez numerosos elogios à pessoa do rei, representando-o como um combatente da injustiça, restaurador da paz da pátria, como alguém que viria trazer de volta as conquistas e riquezas.

Além de respeitar os ritos de investidura da armadura, no que Duby acrescenta: “*na lenta maturação da ideologia cavaleiresca*” (DUBY,1992.p.130) Esse rei queria ligar sua imagem ao epíteto da monarquia forte, crescente e temida de Carlos Magno, e tem como chancelaria ao assumir o trono de *Ego Ludovicus Dei gratia Francorum rex*²⁰, numa clara alusão ao reinado franco consolidado pelo imperador carolíngio.

Carlos Magno, a sua época erigiu ordem e civilidade, desejos expressos da sociedade nobre do século XII, ideais de comportamento, civilidade e bom comando, esse grupo se espelha nesse monarca na busca por um retorno aos áureos tempos. Guizot historiador francês que pensou a civilização a

¹⁹ Suger (c. 1085-1151) Abade de Saint-Denis. Importante mecenas das artes, leal amigo e conselheiro de dois monarcas franceses, Luís VI e Luís VII. De origem humilde, foi dado como oblato à abadia real de Saint-Denis com 10 anos de idade, e em 1094-1104 foi educado no priorado de l'Estrée com o futuro rei Luís VI. Em 1107 já estava dando provas de ser um hábil advogado e diplomata. A pedido de Luís VI foi por duas vezes enviado a Roma (1122, 1123) em missões especiais; continuou sendo pelo resto de sua vida um íntimo da família real. Em 1123 foi eleito abade de Saint-Denis, onde instituiu mais tarde um programa de reforma, influenciado por seu amigo Bernardo de Claraval.

Suger parece ter tido duas ambições principais na vida: além do seu desejo de engrandecer a abadia de Saint-Denis, também procurou fortalecer o poder da Coroa francesa. Quando Luís VII partiu na Segunda Cruzada (1147), nomeou Suger regente da França. A excelente administração das finanças do país realizada pelo abade durante esse período ajudou a fazer de Luís VII o mais poderoso governante da França. Suger começou reconstruindo Saint-Denis no final da década de 1130 e o resultado é tradicionalmente considerado um dos primeiros exemplos do estilo gótico na arte e na arquitetura. Seus numerosos escritos, como a *Vida de Luís VI*, revelam seu talento como historiador. Suger morreu na abadia em janeiro de 1151. Seu epitáfio diz: “Pequeno de corpo e de família, cerceado por uma dupla pequenez/ Ele recusou se, em sua pequenez, a ser um homem pequeno.”

²⁰ Eu Luís, a Graça de Deus, rei dos Francos. (Tradução nossa)

partir da luta política (OLIVEIRA,1998, p. 125), diz que “No reinado de Carlos Magno, seja qual for o aspecto debaixo do qual o estudemos, encontraremos sempre o mesmo caracter; a saber: a luta contra o estado bárbaro e a manifestação do espírito de civilização (GUIZOT, 1907, p. 111)

O reino de Carlos Magno é um exemplo de ordem, civilidade e organização política e social aos reinados subsequentes, que tentarão de uma forma ou de outra ver esse meio de governo como referência, e até mesmo retorno aos áureos tempos carolíngios.

Luís VI (1108-1137), tentará unir sua imagem ao do vencedor de Roncevaux, e é nesse contexto que a *Canção de Rolando* obtém popularidade, onde as personagens serão peças de uma manobra política de “propaganda”.

O herói Rolando com seu porte nobre (*Les renges li bâtent josqu'as mains.Cors ad mult gent, le vis cler e riant.*)²¹(BÉDIER,1923,p.90), Olivier com sua sabedoria(*Oliver est sage.*)²²(Idem,p.86), Carlos Magno (*l'emperere est ber*)²³(Ibdem,p.42)com sua coragem, funcionarão como arquétipos da nobreza capetíngia, inspirando honra aos nobres e ao demais membros da sociedade. *Essa concepção de honra ligada à coragem se mantém em todas as épocas e não desaparece nos romances. Ela constitui o fundamento principal da ideologia cavaleiresca e está na concepção de honra reivindicada pela nobreza ao longo de toda a sua história.* (FLORI, op. cit, p.159).

Junta-se aí, a forte inspiração do contexto das Cruzadas²⁴ (LOYN, op.cit.p.110) iniciadas alguns anos antes da escrituração

²¹ As franjas bateram em suas mãos. Nobre é seu corpo, seu rosto claro e sorridente. Versos 1158-1159. (Tradução nossa)

²² Olivier é sábio. Verso. 1093.. (Tradução nossa)

²³ O imperador é corajoso. Verso. 531. (Tradução nossa)

²⁴ Guerra proclamada pelo papa em nome de Cristo e travada como iniciativa do próprio Cristo para recuperação da propriedade cristã ou em defesa da Cristandade contra inimigos externos ou internos. O movimento das Cruzadas, que era num certo sentido uma extensão da guerra que estava sendo travada contra os muçulmanos na Espanha e na Sicília, foi muito influenciado pelo conceito de Santo Agostinho de Hipona de violência divinamente autorizada, conceito esse que foi revigorado pelos reformadores papais durante a Questão das Investiduras. A Primeira Cruzada, pregada pelo papa Urbano II no Concílio de Clermont em 1095, tomou Antioquia em 1098 e Jerusalém em 1099, estabelecendo o principado de Antioquia, os condados de Edessa e Trípoli, e o reino latino de Jerusalém, os quais sobreviveram até 1291. Foi justificada com dois argumentos: a recuperação da herança de Cristo (Jerusalém e a Terra Santa à sua volta) e a defesa de irmãos cristãos no Leste contra

da *Chanson*, em 1096, onde o amor a Deus se une ao amor à pátria, numa configuração de construção e embasamento do ideal feudal, onde o rei representa o divino, o celeste, além de força, coragem e firmeza, qualidades essenciais ao bom governante, que também deveria ter em si as bênçãos do céu.

O oferecimento de recompensas espirituais aos guerreiros que combatessem os muçulmanos em nome do papado não era totalmente novidade: já no século IX, Leão IV e João VIII tinham feito apelo aos guerreiros francos contra os piratas sarracenos que ameaçavam Roma, prometendo-lhes em nome de São Pedro a entrada no Paraíso caso morressem em combate. Os papas reformadores generalizaram a prática de recompensas espirituais e aplicaram-nas a todos aqueles que lutavam em defesa de sua causa, numa reconquista cristã entendida, no sentido lato, contra todos os inimigos da reforma, do papado, da Igreja romana, da Igreja universal, de toda a Cristandade, tratados indistintamente como “inimigos de Deus” (FLORI, op. cit. p. 15).

O religioso imbui a esfera política e militar, atuando de forma preponderante nas vitórias ou derrotas militares. O rei Luís VI usará esse artifício numa tentativa de ganhar popularidade, já que desde seu nascimento fora direcionado à sua descendência carolíngia.

Nascido em circunstâncias consideradas milagrosas, pois sua mãe Berta da Holanda teve problemas para engravidar e conseguindo após recorrer ao monge Arnoul de Saint Mérdard de Soissons que posteriormente elevado à santidade. Quando a criança nasceu, houve certa dificuldade na escolha do nome²⁵ (LE GOFF, 2002, p. 354) e por fim escolheram Luís, nome este comum aos reis da dinastia carolíngia anterior à dinastia capetíngia, o que de certa forma ligou o futuro rei à figura de Carlos Magno.

o avanço muçulmano. Essa dupla causa foi peculiar das Cruzadas para o leste e desde o princípio deu-lhes o caráter de peregrinações.

²⁵ “Sabe-se da importância *nome* na Idade Média; o nome é a essência a verdade da pessoa que o traz”

Este filho primogênito -recebeu nome de Luís. Ou seja, de Clóvis. Um nome real. Ora, os nomes adotados então eram sempre os de um ancestral, e teria sido falta grave, impensável, tomar um nome de outra linhagem. Mas sobretudo, nas famílias de cepa carolíngia próxima, ninguém ousara ainda retomar o nome de Luís, nem o de Carlos. A decisão tomada em 1078 era, portanto, gravíssima. Seja como for, a coisa equivalia a revestir com um manto de brilhante glória aquele que teria o nome do primeiro rei cristianizado dos francos. [...]devemos ver nele o iniciador de um retorno deliberado às próprias fontes das mais altas pretensões monárquicas (DUBY,1992, p. 130).

Tendo em vista tal ascendência, o rei não se desligará de importante referência, usando-a durante seu reinado como uma comprovação previa de sua eficiência como governante. Os *capetíngios sempre se arvoraram em autênticos herdeiros da dinastia carolíngia*; (BLOCH,1999, p. 70).

A *Chanson* mostra o fascínio da nobreza sobre a figura real, transmutando-o em uma figura extraordinária, nela há várias passagens que ilustram a ligação entre o imperador com o divino, Carlos Magno, apresenta em torno de si, as benesses do céu, como num momento em que roga a Deus e é atendido:

*LI empereres fait ses graisles suner,
Puis si chevalchet od sa grant ost li ber.
De cels d'Espaigne unt lur les dos tumez,
Tenent l'enchalz, tuit en sunt cumunel.
Quant veit li reis le vespres décliner,
Sur l'erbe verte descent li reis en un pred,
Culchet sei a tere, si priet Damnedeu
Que li soleilz facet pur lui arester,
La nuit targer e le jur demurer.
Ais li un angle ki od lui soelt parler,
Isnelement si li ad comandet :
« Charle, chevalche, car tei ne fait clartet.
La flur de France as perdut, ço set Deus.*

Venger te poez de la gent criminel. »
A icel mot est l'emperere muntet. agi.
Pur Karlemagne fist Deus vertu mult granz,
*Car li soleilz est remés en estant.*²⁶(BÉDIER,op.cit, p.186).

Não somente Carlos Magno, como também os cavaleiros francos, que no momento da morte de milhares na batalha contra os sarracenos, veem ocorrer a manifestação dos céus e da terra em lamento à queda dos guerreiros, que eram os escolhidos e abençoados, além de vaticinar a morte do maior dos seus cavaleiros, Rolando:

LA bataille est merveilluse e pesant.
Mult ben i fiert Oliver e RoUant,
Li arcevesques plus de mil colps i rent,
Li ,XII, per ne s'en targent nient,
E li Franceis i fièrent cumunement.
Moerent paien a millers e a cent :
Ki ne s'en fuit de mort n'i ad guarent ;
Voillet o nun, tut i laisset sun tens,
Franceis i perdent lor meillors guarnemenz.
Ne reverrunt lor pères ne lor parenz,
Ne Carlemagne ki as porz les atent.
En France en ad mult merveillus turment :
Orez i ad de tuneire e de vent,
Pluies e gresilz desmesurement ;

²⁶O Imperador faz ouvir o som dos clarins; então ele cavalga, o bravo, com seu grande exército. Forçaram os da Espanha a virar as costas; possuindo mesmo coração, todos juntos. Quando o imperador vê o cair das Vésperas, ele desce do cavalo na grama verde, em um prado; Ele prossegue no chão e reza que Senhor Deus faça isso por ele, que o sol pare, que a noite se demore e que o dia dure. Então veio a ele um anjo, aquele que fala com ele. Rápido, ele lhe dá esse comando: "Carlos, monte; não falta claridade. Foi a flor da França que você perdeu. Deus sabe disso. Você pode se vingar do engenho criminoso! Ele diz, e o Imperador volta a cavalo. Para Carlos Magno, Deus fez um grande milagre, porque o sol pára, imóvel. Versos 2443-2458 . (tradução nossa)

*Chiedent i fuildres e menut e suvent,
 E terremoete ço i ad veirement.
 De seint Michel del Péril josqu'as Seinz,
 Dès Besençon tresqu'al port de Guitsand,
 N'en ad recet dunt del mur ne cravent.
 Cuntre midi ténèbres i ad granz.
 N'i ad clartet, se li ciels nen i fent.
 Hume nel veit ki mult ne s'espaent.
 Dient plusor : v< Ço est li definement,
 La fin del secle ki nus est en présent. »
 Il nel sevent, ne dient veir nient :
 Ço est li granz dulators por la mort de Rollant²⁷. (Idem, p. 110).*

Essa ligação entre o divino e o rei foi tentada por Luís VI, quando defendia as Igrejas das pilhagens de nobres, sem descanso, segundo seu biógrafo Surger, sem cessar, além de defender o reino das investidas de Guilherme, o Ruivo, rei da Inglaterra (DUBY, 1992, p. 130).

Luís, queria assim como Carlos Magno, manter e expandir o reino, que recebera fracionado devido turbulências familiares, de seu pai Felipe I e com seus familiares da segunda núpcias, e para tal usava sua capacidade militar para arrebanhar servidores, e manter as boas graças da Igreja, que via com bons olhos as atitudes do monarca anterior, e Luís com certa desconfiança tentava ter uma relação harmoniosa com o clero e ainda manter as estruturas políticas do império cristão:

²⁷A batalha é maravilhosa e penosa. Rolando e Olivier lutam bem; e o arcebispo dá mais de mil golpes, e os doze pares nada devem de fora, nem os franceses, que atacam todos juntos. Em centenas e milhares, os pagãos morrem. Quem não foge não encontra refúgio; de bom grado, ou de forma involuntária, ele deixa lá a sua vida lá. Os franceses perdem seus melhores apoios. Eles não verão seus pais ou seus parentes novamente, nem a Carlos Magno esperando por eles nos desfiladeiros. Na França levanta uma estranha tormenta, uma tempestade carregada, trovões e vento, chuva e granizo, desordenadamente. Raios caem apressadamente, A terra treme. De Saint-Michel-du-Péril até Saints, de Besançon ao porto de "Wissant, não há casa cuja parede que não arrebente. Ao meio dia, há uma grande escuridão; nenhuma clareza, exceto quando o céu se separa. Não há ninguém que a vê que não se apavore. Muitos dizem: "Esta é a consumação dos tempos, o fim do mundo que aqui vem. Ele não sabe e não diz a verdade: é a grande dor pela morte de Rolando. Versos 1412-1437. (Tradução nossa)

Nos anos de 1023, acabam de se empenhar numa dessas reformas periódicas os guias aos quais Deus confiou seu povo, os reis francos, em concordância com o bispo de Roma. A condução da expansão, e em consequência o encargo de manter coesa a *res publica*, é confiada a dois poderes distintos, que devem apoiar-se reciprocamente. (Idem, p. 21).

O rei queria trazer a sua realidade moldes de coragem, lealdade e justiça que serviriam de espelho para a nobreza não somente nas cortes, também no sentido político, e cultural onde a tradição é revista servindo aos interesses da coletividade, num período de instabilidades e os antigos carolíngios surgem como exemplos de capacidade de resistência às invasões e unificação territorial.

Considerações Finais

Havia uma necessidade de construção de novas perspectivas, o inimigo não cristão bate às portas da Europa como na época carolíngia, os outros inimigos vêm de dentro da própria Europa e até mesmo da França, e no caso, o povo não acredita na vitória do monarca. Por isso a *Chanson* remete-se à uma época onde todos temiam e respeitavam o rei, buscam na genealogia a justificação para a posição do soberano e as razões de sua manutenção no cargo. Segundo Régine Pernoud:

A personalidade dos reis capetianos estava singularmente bem adaptada à concepção medieval de realeza; ao colocá-los no trono, os seus contemporâneos tiveram toda a sorte, tanto eles corresponderam ao que o povo podia esperar deles, dada a mentalidade da época e as necessidades do país. São, antes de tudo, realistas. Muito ligados ao seu domínio, não perdem nunca de vista os seus interesses. Poderíamos mesmo criticar-lhes uma certa estreiteza de concepções. Quando, dos últimos Carolíngios, se passa a Hugo, o Grande, ou a Hugo Capeto, a diferença é tocante: os descendentes de Carlos Magno, mesmo os mais decadentes, mantêm uma mentalidade «imperial» (PERNOUD, 1997, p. 66).

A imagem modelar sobre Carlos Magno resistiu há séculos e se manteve como horizonte na França, Saxônia e Alemanha, sendo substituído posteriormente pela imagem de Artur. Mesmo assim, o peso dessa figura ainda inspirou o imaginário medieval francês por muitas gerações, assim como a *Canção de Rolando*, onde percebemos que o sentimento patriótico²⁸(FLORI, op.cit.p.57) começa a se desenvolver e criar forma. Outro ponto a ser revisto no texto é o reforço que esta dá aos laços feudais, entre suserano e vassalo, e a valorização da lealdade existente entre eles.

A nobreza franca ali representada é justa, leal e servente ao rei, que na *Chanson* centraliza e unifica, determina e lidera, mas que acima de tudo ama a Deus, seu povo e sua terra, é empático com aqueles que o servem.

REFERÊNCIAS

ALVARES, Maria C. Daniel. **La Chanson de Roland In: Grandes Epopeias da Antiguidade e do Medievo**.1ªed. Blumenal: EDIFURB, 2014.

AUERBACH, Erich. **Introdução aos estudos literários**. 2ª ed. São Paulo: Ed.Cultrix, 1972.

BATANY, Jean. Escrito/oral. In: LE GOFF, Jacques & SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário temático do Ocidente Medieval**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

BÉDIER, Joseph. **La Chanson de Roland (Manuscrit d'Oxford)**. Paris: L'edicion D'arts. 1923.

_____. **Les légendes épiques**, Paris: éd. Librairie Ancienne H. Champion, mantoisième édition, tome III, 1926.

BLOCH, Marc. **Reis Taumaturgos_ o caráter sobrenatural do poder régio: França e Inglaterra**. Prefácio de Jacques Le Goff. Tradução: Júlia Mainard. São Paulo, Cia das Letras. 2ª Reimpressão, 1999.

²⁸ Patriotismo nesse trecho baseado na definição feita por Jean Flori: *Em outras palavras, a noção de “pátria” designa aqui o sentimento comum de pertencer a uma mesma comunidade de vida, de costumes, diríamos hoje de cultura.*

CHENU, Marie-Dominique. Auctor, actor, autor. **Archivum Latinitatis Medii Aevi**, n.3, 1927.

DUBY, Georges. **Idade Média na França (987-1460): De Hugo Capeto à Joana D'Arc**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1992.

_____. História Social e ideologias das Sociedades. In: **História Novos Problemas**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. **Idade Média, Idade do Homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FERNANDES, Ceres Costa. **Apontamentos de literatura medieval: literatura e religião**. São Luis-MA: ed. AML 2000.

FLORI, Jean. **A Cavalaria: A origem dos nobres guerreiros da Idade Média**. São Paulo; Madras, 2005.

GAUTIER, Leon. **La Chanson de Roland Texte Critique traduction et Commentaire**. Tours: Alfred Mame et Fills Editeurs, 1875.

GUIZOT, François. **História da civilização na Europa**. Lisboa: Oficinas Tipográficas e de encadernação, 1907.

LE GENTIL, Pierre. **La Chanson de Roland**, Paris: éd. Hatier. coll. « Connaissances des lettres » 1967.

LE GOFF, Jacques. História-Memória. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, v.I, 1984.

_____. **São Luís**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002

_____. **A Civilização do Ocidente Medieval**. São Paulo: Edusc, 2005.

_____. **Heróis e Maravilhas da Idade Média**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LOYN, Henry L. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

MEDEIROS, Marcia Mª. **A construção da figura religiosa no romance de cavalaria**. Dourados, MS: UFGD; UEMS, 2009.

MICHARD, Laurent & LAGARD, André. **Moyen Age**. Paris: Ed. Bordas, 1965.

OLIVEIRA, Terezinha. Por que retomar François Guizot. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 20, n. 1, 1998.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise do discurso, princípios e procedimentos**. Campinas, SP: Pontes, 6a edição, 2005.

PARIS, Gaston. **Historie Poétique de Charle Magne**, tese de doutorado apresentada na Universidade de Sorbonne em dezembro de 1865.

_____. **Légendes du Moyen Âge**. Paris: éd. Librairie Hachette et Cie., 1903.

PERNOUD, Régine. **Luz sobre a Idade Média**. Portugal: Publicações Europa-America, 1997.

PREVITÉ-ORTON, C.W. **História da Idade Média IV**. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

SOT, Michel; BOUDET, Jean Patrice; GUERREAU-JALAMBERT, Anita; Le Moyen Âge. In: RIOUX, Jean-Pierre et SIRINELLI, Jean-Jacques - **Histoire Culturelle de la France**. Paris; Éditions du Seuil, 1997.

SPINA, Segismundo. **A Cultura literária medieval: uma introdução**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1997.

“NOS QUI CUM EO FUIMUS”: Representação e Memória do Milagre dos Estigmas de Francisco de Assis das Hagiografias Franciscanas “Não Oficiais” (Séculos XIII e XIV)

Alex Silva Costa

1 Introdução

Por trabalharmos com materiais hagiográficos é necessário esclarecermos que o termo *hagiografia* relativo às palavras gregas: *hagios*: santo, *grafia*: escrita, se remete a textos que relatam a vida dos santos, visões, revelações. A hagiografia é um gênero literário que no século XII, chamava-se também *hagiologia* ou *hagiológica*. Em 1905, o Pe. Delehaye na obra *Les legendes hagiographiques*, afirma que “a hagiografia privilegia os atores do sagrado (os santos) e visa à edificação (uma ‘exemplaridade’): Será necessário, pois, reservar este nome a todo monumento escrito inspirado pelo culto dos santos, e destinado a promovê-lo” (CERTEAU, 2011, p.289). Além disso, durante o período medieval os textos hagiográficos “eram importantes veículos para a propagação de concepções teológicas, modelos de comportamento, padrões morais e valores” (SILVA, 2012, p. 01). Assim, de acordo com as informações de que se dispõem, os hagiógrafos elencam suas preferências nas narrativas, descrevendo aspectos que a seu ver é mais importante que outros.

Em 1224, na solidão montanhosa do Monte Alverne, próxima à festa da Exaltação da Santa Cruz, comemorada no dia 14 do mês de setembro¹, acontece o milagre dos estigmas de Francisco de Assis, segundo Tomás de Celano. Este último foi o primeiro hagiógrafo que realizou a primeira narrativa hagiográfica sobre os estigmas. No caso, Francisco de Assis encontrava-se isolado no Monte Alverne em um retiro espiritual em honra a São Miguel Arcanjo, quando recebeu a aparição de um serafim alado, com isso ficou confuso com o fato: “*Cumque liquido ex ea intellectu aliquid non perciperet et multum eius cordi visionis*

¹ A tradição da festa da Exaltação da Santa Cruz é remetida ao século IV quando se a fez a exposição da Santa Cruz na Igreja do Santo Sepulcro em Jerusalém. Para Sabatier, a festa no “século XIII era celebrada com um entusiasmo e zelo bem naturais, como uma solenidade que se poderia se qualificar de festa padroeira da cruzada” (SABATIER, 2006, p.312).

huius novitas insideret, coeperunt in manibus eius et pedibus apparere signa clavorum, quemadmodum paulo ante virum supra se viderat crucifixum” (1C, 2017, p.94).² Tomás de Celano com a revelação do novo milagre elevou um homem à semelhança física do filho de Deus de forma excepcional e não forjada por recursos humanos. Fato que despertou intensos debates acerca da veracidade de tal acontecimento porque muitos que anteriormente tentaram se assemelhar ao Cristo se autoflagelando com as chagas da crucificação foram duramente repreendidos pela Igreja porque quererem se igualar ao filho de Deus.

Tomás de Celano também é o primeiro a descrever o local do acontecimento do milagre (Monte Alverne), a visão do Serafim alado e as características físicas das cinco chagas. No entanto, a primeira referência sobre os *stigmata* é a *carta encíclica* de Frei Elias³, publicada em 1226 para relatar a morte de Francisco de Assis e revelar os *stigmata* à comunidade eclesial e aos fiéis em geral, como um novo e estupendo milagre. Assim, Francisco de Assis, por meio do milagre dos estigmas, transformou-se no primeiro santo estigmatizado da História. Para Tomás de Celano, a estigmatização de Francisco de Assis é o exemplo de maior similitude entre Francisco e Cristo, por isso o apresenta como o “novo crucificado”. Neste viés, o hagiógrafo o considera um “novo Cristo”, pois, segundo o autor, Francisco de Assis: “*Multa illi utique cum Iesu, Iesum in corde, Iesum in ore, Iesum in auribus, Iesum in oculis, Iesum in manibus, Iesum in reliquis membris semper portabat*” (1C, 2017, p.115).⁴

Para Boaventura, Francisco de Assis, por meio dos estigmas, tornou-se “Espelho de Cristo”: “*verum etiam irrefragabili veritatis testificatione confirmat signaculum similitudinis Dei viventis, Christi videlicet crucifixi, quod in corpore ipsius fuit impressum, non per naturae virtutem vel ingenium artis, sed potius per admirandam potentiam Spiritus Dei vivi*” (LM, 2017, p.2).⁵ Neste sentido, Boaventura “era

² Tradução *in*: “sua inteligência, não tinha chegado a nenhuma clareza, mas seu coração estava inteiramente dominado pela visão, quando, em suas mãos e pés começaram a aparecer, como vira pouco antes no homem crucificado, as marcas de quatro cravos” (1C, 1997, p.246).

³ Na ocasião ocupava o cargo de Vigário Geral da Ordem.

⁴ Tradução *in*: “possuía Jesus de muitos modos: levava sempre Jesus no coração, Jesus na boca, Jesus nos ouvidos, Jesus nos olhos, Jesus nas mãos, Jesus em todos os outros membros” (1C, 1997, p.263).

⁵ Tradução *in*: “mas o que nos confirma nesses sentimentos prova irrefutável de sua verdade: o selo que fez dele a imagem do Deus vivo, isto é, do Cristo crucificado, o selo impresso em seu corpo, não por uma força natural nem por algum recurso humano, mas pelo poder admirável do Espírito do Deus vivo” (LM, 1997, p.462).

convento che Francesco fosse un secondo Cristo e l'angelo del sesto sigilo, come non esita a ritenere che la sua esistenza fosse davvero realizzata sotto il segno dell'evangelo e della 'sequela Christi'" (MANSELLI, 2004, p.111)⁶. Sobre a mesma questão, Magalhães nos afirma que Francisco de Assis é Espelho de Cristo – “não somente em função de uma série de atributos exteriores, tais como os estigmas – mas, sobretudo, por suas características interiores – que o vinculam à pobreza absoluta, forma de vida considerada idêntica à de Cristo. Francisco, *imago Christi* – e não somente *similitudo*” (MAGALHÃES, 2016, p. 166). Em todo caso, para Boaventura os *stigmata* constituem-se como símbolo maior da identificação cristológica de Francisco de Assis, uma semelhança física produzida pelo próprio Cristo no corpo do santo, uma concessão das dores e chagas da Paixão de Cristo.

Para Vauchez, Francisco de Assis aliando-se à mensagem evangélica, dava início a “uma nova e última etapa na história da salvação. Por outro lado, no interior da ordem dos Frades Menores, houve quem não hesitasse em classificar como ‘segundo Cristo’ aquele que recebeu na sua própria carne os estigmas” (VAUCHEZ, 1989, p.227). Para Miccoli, o sentido profundo da opção *pauperista* de Francisco de Assis é fundada no tema *Christum sequi* em que a pobreza e a obediência são as notas de seu itinerário de encarnação, que se conclui com a cruz. Assim, o caminho percorrido pelo santo foi uma nova estrada que, não por acaso, “teve para ele os sofrimentos da cruz como ponto de chegada. O fato dele logo ter-se identificado como o *homo novus*, como o *alter Christus*, é claro indício que já seus contemporâneos o haviam percebido claramente” (MICCOLI, 2004, p.41).

Os fatos revelam a complexidade simbólica da estigmatização, uma vez que ser tido como uma solução para os problemas religiosos e contestatórios da Igreja já é algo difícil de ser assimilado por inteiro. Somando-se a isto, temos a singularidade do milagre dos estigmas que fez de Francisco de Assis a representação mimética e corporal de Jesus Cristo. Visto de forma positiva pelo movimento franciscano os estigmas corporais de Francisco de Assis reforçaram e legitimaram ainda

⁶ “Estava convencido de que Francisco era um segundo Cristo e o anjo do sexto selo, como ele não hesita em concluir que a sua existência foi efetivamente realizada sob o signo do Evangelho e da *sequela Christi*” (MANSELLI, 2004, p.111). (tradução própria).

mais a ordem franciscana, já que a mesma tinha como fundador um humano à imagem e semelhança de Cristo. Além disso, ao longo do tempo as narrativas hagiográficas sobre o milagre dos estigmas impulsionaram um intenso debate em torno da veracidade dos *stigmata* e da representação cristológica de Francisco de Assis no medievo. Uma vez que o santo assemelhou-se fisicamente ao filho de Deus. Além disso, as “hagiografias franciscanas”⁷ tidas como “oficiais”⁸, as obras escritas por Tomás de Celano, a *Vita Prima* (1C) e *Vita Secunda* (2C) e as de Boaventura, *Legenda Maior* (LM) e *Legenda Menor* (Lm), destacam a estigmatização como um elemento legitimador da personificação cristológica de Francisco de Assis conferindo grande notoriedade ao milagre dos estigmas. Em contrapartida, outras, tidas como “não oficiais”⁹ como o *Espelho da Perfeição* (Sp) atribuída a Frei Leão e a *Legenda dos Três Companheiros* (3S), de autoria dos Freis Leão, Rufino e Ângelo, destacam os *stigmata* de Francisco de Assis de maneira divergente e com novos elementos, a abordagem ao tema não é intensa ao longo do conteúdo hagiográfico. Por isso é importante analisarmos como o milagre dos estigmas de Francisco de Assis foi apresentado nas hagiografias franciscanas consideradas “não oficiais”.

Esse material apresenta o grupo de perícopes que se caracterizam pela fórmula *Nos qui cum eo fuimus* (*Nós que vivemos com ele/Nós que convivemos com ele*) e semelhantes, que no ver de Manselli¹⁰ apresentam momentos testemunhados pelos escritores. Além de acontecimentos nos quais o escritor acusa fidelidade no relato, por terem visto ou participado dos mesmos. Neste sentido, Magalhães afirma que a *Legenda dos Três Companheiros* (3S), “depõe sobre os tempos da intuição, e procura legitimar-se a partir do convívio primitivo dos companheiros

⁷ Classificamos como “hagiografias franciscanas” o conjunto de hagiografias com características biográficas escritas a partir do século XIII sobre Francisco de Assis.

⁸ Segundo Manselli são as detentoras de caráter de oficialidade por serem encomendadas e obedecerem às exigências oficiais da Igreja, e em particular da própria Ordem. São essas: As *Vita Prima* (1C) e *Vita Secunda* (2C) de Tomás de Celano e as obras de Boaventura, *Legenda Maior* (LM) e *Legenda Menor* (Lm).

⁹ Quanto às obras “não oficiais” R. Manselli as apresenta divididas em dois subgrupos: “fontes sistematicamente ordenadas” e “não ordenadas”. As primeiras constituem-se de obras anônimas que partiram de um plano de organização do material recolhido, escrito e oral. Desse grupo fazem parte a *Legenda dos Três Companheiros* (3C), o *Anônimo Perusino* (AP) e o *Espelho da Perfeição* (SP). A *Legenda Perusina* (LP) faz parte do segundo grupo, das “não ordenadas”.

¹⁰ Cf. MANSELLI, R. “*Nos qui cum eo fuimus*”. *Contributo alla questione francescana*. Roma, 1980.

outsiders com Francisco. Trata-se de uma fundamentação de autoridade a partir da sentença *Nos qui cum eo fuimus*¹¹ (MAGALHÃES, 2016, p.162). Dessa forma, acreditamos que há a preocupação dos hagiógrafos em utilizar o perícopo *Nos qui cum eo fuimus* para conferir autenticidade a seus relatos. A temática da estigmatização de Francisco de Assis não é objeto novo nos estudos franciscanos medievais¹¹, no entanto, nossa abordagem se propõe a estudar a temática do milagre dos estigmas de Francisco de Assis nas hagiografias franciscanas “não oficiais”.

OS ESTIGMAS E A MEMÓRIA “NÃO OFICIAL”

Ao debatermos o milagre dos estigmas tendo com referência as hagiografias franciscanas “não oficiais” pretendemos ampliar as diferentes visões e formas de abordagens sobre o tema por meio de hagiografias que estão fora do filtro dogmático e institucionalizado da Igreja. Até porque compreendemos que “no cotidiano, nas narrativas de ficção e nas narrativas de história, o modelo de inteligibilidade mais fundamental é o da imputação causal singular, isto é, aquele que compreende os fatos como causa ou consequência de outros” (CHARTIER, 2011, p. 356).

Para Duby (2011), na época feudal alimentou-se intensamente uma reflexão espiritual sobre a pessoa de Cristo, onde se meditou bastante a natureza humana do filho de Deus, sua encarnação, sua vida terrena, os sofrimentos de sua paixão e sua derradeira crucificação. Redentor, o Cristo, o foi pelas dores que suportou incomensurável na própria medida da sua divindade. A reflexão sobre o Evangelho e todos os exercícios espirituais, sustentados por todos os artifícios do teatro, os sermões dos grandes pregadores, que determinaram a valorização progressiva da dor na cultura europeia. Em um contexto religioso, no qual o “cristão por força de uma atmosfera religiosa onde o Cristo, por ter uma posição central nesta espiritualidade, fez emergir uma reflexão onde a imitação de Cristo lhe foi proposta. Ela o convidava a identificar-se ao

¹¹ Cf. FRUGONI, Chiara. *Francesco e l'invenzione dele stimmate*. Una storia per parole e immagini fino a Bonaventura e Giotto. Torino: Einaudi, 2010. VAUCHEZ, André. Les stigmates de saint François et leurs détracteurs dans les derniers siècles du moyen âge. In: *Mélanges d'archéologie et d'histoire*, tome 80, n°2, 1968. pp. 595-625.

Salvador, e especialmente aos seus sofrimentos corporais” (DUBY, 2011, p. 194).

Neste sentido, a conexão entre o franciscanismo e o evangelismo que caracteriza os movimentos religiosos do período é evidente. Porque “o próprio Francisco foi o primeiro a receber a impressão das marcas da crucificação em seu corpo, tornando-se não somente um religioso que se inspira, mas aquele que imita e presentifica o Cristo” (VISALLI, 2013, p.86). Neste sentido, “Francisco de Assis levou ao extremo a identificação com Jesus” (LE GOFF, 2010, p. 201).

Para Vauchez, Francisco de Assis, a partir de sua conversão, esforçou-se por “seguir o Cristo nu”. Por meio do santo, pela primeira vez na história do cristianismo, a vida religiosa “deixa de ser concebida como uma contemplação do mistério de Deus e passa a ser concebida antes como uma imitação de Cristo ou, melhor ainda, como a busca de uma conformidade sempre mais estreita com o seu exemplo e a sua pessoa” (VAUCHEZ, 1994, p.254). Estes fatos são importantes porque além de Francisco de Assis ser o primeiro a se identificar corporalmente com Cristo é aquele que também traz em si, segundo as hagiografias franciscanas “oficiais”, o filho de Deus em sua alma e seu coração. Por isso, o extremo da identificação cristológica de Francisco de Assis trouxe tensões a Igreja, até porque o milagre dos estigmas só foi reconhecido oficialmente pela Igreja em abril de 1237, com a promulgação da bula *Confessor Domini* por Gregório IX que antes de ser papa era protetor da Ordem dos Frades Menores.

Durante os séculos XIII e XIV, a representação cristológica de Francisco de Assis foi destacada no imaginário cristão medieval. Uma das razões seria a legitimidade tanto das chagas que possuía em seu corpo quanto o modo de vida por ele adotado, suas ações terrenas eram voltadas para a prática do *Evangelium*, da *vita pauper* e da *imitatio Christi*. Ao mesmo tempo, a abundante literatura exegética que foi composta na paz dos claustros, entre os séculos IX e XII, só mencionava os milagres da Bíblia e em uma perspectiva alegórica. A partir do século XIII, a situação modificou-se profundamente nesse campo, como mostra a estigmatização de São Francisco de Assis, a qual seu companheiro e sucessor como chefe dos frades menores, Elias de Cortona, “apresentou após a morte do *Poverello* um ‘novo

milagre' e um 'prodígio inusitado': o de um homem cujo corpo tornara-se como o do Cristo da Paixão" (VAUCHEZ, 2002, p.2010). Assim, sua identificação com o filho de Deus não seria somente corporal, seria escatológico em sua mensagem de renovação, de mudança, dentre elas, podemos destacar a questão da pobreza, assunto amplamente discutido nos estudos franciscanos. Para alguns frades, a pobreza era uma virtude; para Francisco de Assis, um modo de vida.

Além disso, existe um jogo de memórias reivindicadas sobre a personagem Francisco de Assis, reivindicadas sobre a personagem Francisco de Assis, onde os lugares da memória "ocupam espaço nos mais variados núcleos e discursos produzidos pelos membros da Ordem dos Frades Menores e de suas duas ramificações, Conventuais e Espirituais, com o intuito de fortalecer suas interpretações e justificar suas atitudes, interesses e práticas espirituais" (COSTA, 2017, p.34). Em meio a este conflito de memórias reivindicadas está a posição das testemunhas oculares dos fatos e episódios vividos em companhia de Francisco de Assis. Estas testemunhas em muitos casos divergem seus relatos em comparação as visões narradas pela visão oficial da Igreja. Ou seja, há um choque de interpretação que faz os fatos narrados terem uma significação diferente para cada grupo em conflito de opiniões.

Esses conflitos estão, inclusive, na querela da chamada "Questão Franciscana" que ganhou forma no século XIX quando Sabatier escreveu uma biografia intitulada *Vida de São Francisco* por meio do descobrimento de novas hagiografias que contestavam modelos oficiais do período medieval, em especial, os do século XIII, da vida de Francisco de Assis. Entre esses novos documentos descobertos que serviram de base para a construção biográfica de Sabatier encontram-se *O Espelho da Perfeição* (SP) a qual pensou ser a fonte mais original sobre Francisco de Assis. Por mais que sua opinião estivesse equivocada porque não há hagiografia franciscana mais autêntica que outra, ou seja, não se pode por elas, se conhecer o verdadeiro Francisco de Assis, apenas podemos conhecer variadas versões sobre a mesma pessoa. No entanto, a pesquisa de Sabatier favoreceu a descoberta de novos documentos relacionados ao franciscanismo o que trouxe a tona um revisionismo nas biografias oficiais do santo, isto é, as obras de Tomás de Celano;

Vita Prima (1C) e *Vita Secunda* (2S); e as de Boaventura; *Legenda Maior* (LM) e *Legenda Menor* (Lm). Desta forma, a “Questão Franciscana” evidenciou a disputa memorialística entre os grupos Espirituais e Conventuais que utilizaram posicionamentos hagiográficos com o objetivo de reivindicarem memórias sobre Francisco de Assis para a legitimação de planos ideológicos. No caso, as hagiografias franciscanas “oficiais” trazem em seu conteúdo visões doutrinárias que foram utilizadas pelos Conventuais, e em contrapartida, temos o grupo dos Espirituais que utilizaram muitas documentações consideradas pela Igreja como “não oficiais”.

Neste sentido, há um intenso debate sobre o conteúdo formativo dos documentos enquanto objetos memorialísticos. Assim, o problema que se coloca em longo prazo para as memórias clandestinas e inaudíveis é o de sua transmissão intacta até o dia em que elas “possam aproveitar uma ocasião para invadir o espaço público e passar do ‘não-dito’ à contestação e à reivindicação; o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização” (POLLAK, 1989, p.09). Para Dalarun a história deve dar razão à Sabatier porque houve um importante renascimento nos estudos franciscanos através da abertura de um prodigioso sítio de pesquisa. Onde, “*éditions de sources, débats philologiques, études su l’Ordre, biographies du saint se sont succed à un rythme incroyable comme en témoigne, depuis de 1229, la précieuse Bibliographia franciscana*” (DALARUN, 2002, p.28)¹². Assim, foi importante as exigências da crítica histórica moderna que levaram, no fim do século XIX, a uma revisão do São Francisco tradicional.

Para Miccoli o específico da proposta de Francisco de Assis e da experiência vivida pela fraternidade original estava “na sua profunda e total imersão na vida cotidiana da sociedade circunstante, mas assumindo para si critérios, valores e consequentes comportamentos, a ela radicalmente alternativos” (MICCOLI, 2004, p.224). Em todo caso, apesar dos Conventuais e Espirituais reivindicarem uma memória para si por meio dos textos hagiográficos e documentos franciscanos, os mesmos não se tem como afirmar que sua memória é mais legítima que a do

¹² “Edições de fontes, debates filológicos, estudos sobre a Ordem, biografias do santo se sucederam em um ritmo incrível evidenciado, depois 1229, a preciosa *Bibliografia franciscana*” (DALARUN, 2002, p.28). (tradução própria).

outro, até porque a construção do que foi a realidade é feita de forma turva, com acréscimo e cortes do que foi, com isso, o verdadeiro Francisco é uma figura impossível de se reivindicar ou descrever em sua totalidade.

Por outro lado, concordamos com Miccoli que entre todos estes materiais sobre a vida de Francisco de Assis não existem textos privilegiados, nem testemunhos autorizados ou mais autorizados do que os outros, em todos aflora mais ou menos claramente o condicionamento de uma deslocação decisiva já acontecida nas orientações da Ordem e na praxe existencial dos Menores. Até porque em “todos os documentos se põe o problema do paciente discernimento dos diversos elementos e visões que, aos poucos, se acumularam ao lado e ao redor do eventual núcleo original dos episódios, feitos e palavras dos quais querem dar testemunho” (MICCOLI, 2004, p.256-257). Por isso é significativo pensar que “assim como as memórias coletivas e a ordem social que elas contribuem para constituir, a memória individual resulta da gestão de um equilíbrio precário, de um sem-número de contradições e de tensões” (POLLAK, 1989, p.13). Ou seja, as diferentes visões sobre a mesma figura, nos dão variadas interpretações sobre a vida e atuação da mesma personagem. Por isso, considerar um ou outro documento como exclusividade dogmática só funcionaria em favor de interesses particulares. Agora, se pensarmos os documentos franciscanos como objeto histórico onde a variedade histórica nos concede uma segurança maior em nossas análises, a escrita a ser construída será o resultado não apenas de uma voz, mas de várias.

Além disso, Dalarun afirma que a memória trabalha de preferência com um valor material, a partir de destinos diferentes, eventos reais, difíceis de absorver. A partir dessa perspectiva, “*les manipulations elles-mêmes, indéniables, inévitables, témoignent du caractère exceptionnel des faits rapports, de la singularité difficilement réductible de leurs protagonistes*” (DALARUN, 2002, p.42)¹³. Assim, “*la mémoire de François est, elle aussi, effet de l’expérience de François. Ses ambiguïtés mêmes résultent des ambiguïtés de François. La question franciscaine et la question de François*” (DALARUN,

¹³ “as próprias manipulações, inegáveis, inevitáveis, testemunham o caráter excepcional dos fatos relatados, a singularidade dificilmente reduz os seus protagonistas” (DALARUN, 2002, p.42). (tradução própria).

2002,p.42)¹⁴. Por isso, é que o intenso debate sobre a legitimidade no conteúdo das ações e espiritualidades dos grupos franciscanos divergentes perpassa pela vida de Francisco de Assis e pelos relatos das testemunhas oculares. Assim, os grupos a sua maneira, pretendem reivindicar práticas religiosas a favor de suas condutas. Dessa forma, coloca-se em discussão a interpretação teológica dos preceitos da Ordem Franciscana pelos franciscanos Conventuais que viviam em conflito com as práticas religiosas dos franciscanos Espirituais. Assim, os mesmos utilizaram textos memorialísticos como forma de justificar atos e doutrinas, o que fez com que cada grupo procurasse dar significado aos seus interesses.

Aliás, a descoberta no século XIX de novos documentos franciscanos criou um ambiente polêmico em torno das hagiografias franciscanas, dada às divergências de informações encontradas nos documentos. Foi instigante o uso destas novas obras pelos grupos espirituais, pois valorizavam a interpretação de suas práticas religiosas. Neste sentido, “a *Lenda de Perúcia*, assim como outras biografias de S. Francisco compostas no início do século XV pelos franciscanos ‘espirituais’ - isto é, hostis ao relaxamento e às atenuações das exigências da regra em matéria de pobreza - como é o caso do *Espelbo de Perfeição*” (VAUCHEZ, 1994, p.246). Assim, “uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa das memórias” (POLLAK, 1989, p.05). Desta maneira, a escolha dos espirituais por um material hagiográfico que contemple a sua visão religiosa de seu grupo, em específico, nos revela que os lugares da memória religiosa franciscana ocupam espaço nos mais variados núcleos e grupos da Ordem, com o intuito de fortalecer suas interpretações e justificar suas atitudes cristãs.

Quanto à vida de Francisco de Assis, a recuperação de sua história adquiriria uma “urgência e um significado totalmente específicos e particulares, na medida em que a Ordem, fruto mais vistoso de sua obra, devia continuar a referir-se a ele como a seu

¹⁴ “a memória de Francisco é, também, efeito da experiência de Francisco. Suas ambiguidades são resultados das ambiguidades de Francisco. A questão franciscana é a questão de Francisco” (DALARUN, 2002, p.42) (tradução própria).

próprio inspirador, como o santo para qual todo irmão devia olhar, como ao próprio e ideal modelo” (MICCOLI, 2004, p.206). Para Dalarun, com Raoul Manselli, Giovanni Miccoli, Grado G. Merlo, Chiara Frugoni e tantos outros cujos nomes deveriam ser citados, a “Questão Franciscana” quebrou o seu círculo mágico: *“La recherche actuelle a dépassé le problème posé par Paul Sabatier, entre autres parce qu’elle y apporté de bonnes réponses. Elles sont la preuve que la question franciscaine était une bonne question”* (DALARUN, 2002, p.42)¹⁵.

Por outro lado, o trabalho de reelaboração biográfica e de alargamento da plataforma informativa e exemplar relativa à vida de Francisco de Assis se inseria explicitamente nos “problemas e nos conflitos que marcavam a vida na Ordem, tanto em seu próprio seio como em suas relações com as diversas articulações da instituição eclesiástica. Nascia de necessidades e questões de um presente que queria procurar no passado as próprias respostas” (MICCOLI, 2004, p.207). Neste sentido, temos o entendimento de que nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estáveis e sólidos que pareçam, possuem suas perenidades asseguradas. Pois compreendemos que a memória pode sobreviver a seu desaparecimento, “assumindo a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida” (POLLAK, 1989, p.11-12). Desta forma, o trabalho de conservação de uma memória que vive em constante disputa por causa da reivindicação de interesses de grupos divergentes que advogam para si uma versão da personagem e dos fatos (para nós o estudo o milagre dos estigmas em específico) tem o intuito de legitimar sua estrutura, sua representação social e campo religioso de atuação. Neste sentido, “tendem a entrar em constante confronto com o intuito de preservar uma memória para seu grupo religioso com o objetivo desta se tornar eterna para os seus posteriores seguidores e admiradores” (COSTA, 2017, p.37-38).

¹⁵ “A pesquisa atual superou o problema de Paul Sabatier, entre outros, porque ela trouxe boas respostas. Elas são a prova de que a questão Franciscana era uma boa questão” (DALARUN, 2002, p.42). (tradução própria).

Além disso, os *stigmata* de Francisco de Assis potencializaram ao longo do medievo um intenso debate tanto na escrita hagiográfica quanto nas representações iconográficas sobre valor simbólico do milagre dos estigmas, seria uma invenção, uma farsa, uma autoflagelação, um escape para esconder uma doença, um homem deificado pelas chagas do Cristo, enfim, tudo isso está na querela da estigmatização e não podemos pensar que a questão está resolvida, haja vista, que não se pode haver consenso ao analisar-se um fato que tem expressões interpretativas com variadas facetas. Por isso, é interessante analisar o nível dessas representações, uma vez que, sob a perspectiva de Chartier, entende-se por representação um conjunto de símbolos, práticas, apropriações “que são produtos de reflexos dos interesses dos grupos que os forjam” (CHARTIER, 1990, p. 20).

Fora isso, identificamos que a maioria das hagiografias franciscanas “oficiais” escritas no século XIII teve como autores, homens ligados diretamente ao movimento franciscano e a Igreja, por exemplo, São Boaventura (ministro geral da Ordem) e Tomás de Celano (frade franciscano). Desta forma, “o estudo histórico está muito mais ligado ao complexo de uma fabricação específica e coletiva do que ao estatuto de efeito de uma filosofia pessoal ou à ressurgência de uma ‘realidade’ passada. É o produto de um lugar” (CERTEAU, 1982, p.72). Por isso é importante conhecer o posicionamento dos hagiógrafos do lado “não oficial” para entendermos o discurso de testemunhas oculares presentes na ocasião, como Frei Leão¹⁶. Por conseguinte, devemos destacar que o presente estudo vem ao encontro das discussões atuais do franciscanismo porque pensa a representação do milagre dos estigmas como um elemento importante de legitimação e institucionalização da Ordem dos Frades Menores. Além disso, compreender outros testemunhos sobre o caso é importante para a compreensão da expressão religiosa do franciscanismo no período medieval.

¹⁶ É bom deixar claro que Frei Leão estava presente no retiro espiritual do Monte Alverne, e que o mesmo não viu a visão do serafim com Francisco de Assis, a visão é revelada somente ao santo.

Considerações Finais

Em nosso estudo identificamos que os *stigmata* de Francisco de Assis não se constituem como objeto central das hagiografias franciscanas “não oficiais” porque além de serem apresentados com mais descrição, dão espaço a *imitatio Christi* e a retomada da *vita apostolica* de Francisco de Assis e seus companheiros. Por outro lado, não se quer dizer por meio dessas análises, que os *stigmata* do santo são desmerecidos ou ignorados nas hagiografias franciscanas “não oficiais”, mas que o fato, nos leva a querer compreender porque eles não apresentados com o grau de importância tão elevado como os são nas hagiografias franciscanas “oficiais”. Por isso, temos como principal objetivo a análise do tratamento dado aos *stigmata* de Francisco de Assis nas hagiografias franciscanas “não oficiais” do século XIII e XIV. Também cabe a nós, refletir o enfoque conferido a *vita apostolica* nessas hagiografias devido ao fato de serem escritas em sua maioria por testemunhas oculares do franciscanismo primitivo, estes talvez tenham tido a intensão de reivindicar em suas versões hagiográficas a importância da prática do *Evangelium* e da *vita pauper* para os futuros membros da Ordem dos Menores.

Fora isso, desde o tempo de Francisco de Assis é conhecido os muitos conflitos internos que se afluíram sobre o modelo de vida apostólico e pauperístico adotado pelo santo e indicado aos frades. O desvirtuamento desse modelo de vida por muitos frades causou muitos debates no interior da Ordem dos Frades Menores. Tudo isso, porque havia os defensores de um abrandamento do que foi vivido pelo santo, os Conventuais, por exemplo, que em contrapartida encontravam o extremismo de outros que intensificaram o modelo de vida de Francisco de Assis e seus primeiros companheiros, no caso, alguns Rigoristas.

Também é importante acrescentar que nosso objeto de estudo está inserido dentro de um intenso debate sobre as variadas memórias construídas em torno da figura de Francisco de Assis. Principalmente porque havia desde o século XIII um jogo de conflitos e interesses doutrinários entre os dois principais grupos religiosos da ordem mendicante fundada pelo santo, que são os Conventuais e os Espirituais. Além disso, “estes grupos desde o século XIII fizeram uso tanto das hagiografias

franciscanas consideradas ‘oficiais’ como das ‘não oficiais’ para legitimarem suas práticas e visões religiosas” (COSTA, 2017, 136). E mais, boa parte das hagiografias franciscanas escritas na Idade Média teve como autores homens que estavam ligados diretamente ao movimento franciscano. No caso, Boaventura, ministro geral da Ordem dos Frades Menores entre 1257-1274 e Tomás de Celano, frade franciscano escolhido pelo papa Gregório IX e pelo então vigário geral, Frei Elias de Cortona para escrever a primeira vida sobre o santo em 1229. Escrevem, por exemplo, sob a tutela da Igreja e tem características formadoras e edificadoras de doutrinas que estavam sendo avaliadas pelo filtro da Igreja. Seus textos também contemplam a vida e a espiritualidade de Francisco de Assis, o que não implica dizer, que não há omissões e escolhas de fatos, porque uma hagiografia é também detentora de uma visão formativa.

REFERÊNCIAS

Fontes Primárias:

Legenda Maior (LM) e Legenda Menor (Lm), São Boaventura, tradução: Frei Romano Zago, O.F.M. *Vita Prima (1C) e Vita Secunda (2C) de São Francisco, Tomás de Celano*, Tradução: Frei José Carlos Pedroso. *Dos Sacrossantos Estigmas de S. Francisco e de suas Considerações (Csd)*; Tradução: Durval de Moraes. *Legenda dos Três Companheiros (3S)*, tradução: Frei Roque Biscione, O.F.M. *O Espelho da Perfeição (Sp)*, tradução: Frei José Jerônimo Leite, O.F.M. *Testamento de São Francisco (Test) e Bilhete de Frei Leão*, tradução: Frei Edmundo Binder, O.F.M. *Carta de Frei Elias*, tradução: Edgar Orth; **In- Escritos e biografias de São Francisco de Assis/Crônicas e outros testemunhos do primeiro século franciscano**. Seleção e organização: Frei Ildefonso Silveira, O.F.M e Orlando dos Reis. 8ª edição, Petrópolis: Vozes, 1997.

Anônimo Perusino (AP). Disponível in: <http://www.monasterovirtuale.it/download/fontes/745-testi-francescani-anonimo-perugino-in-latino-2/file.html>. Acesso: 08/ 01/2017.

Dos Sacrossantos Estigmas de S. Francisco e de suas Considerações (Csd).

Disponível in:

<http://www.sanpiodapietrelcina.org/stimmatesanfrancesco.htm>. Acesso: 09/02/ 2017.

Legenda Maior (LM) e Legenda Menor (Lm), São Boaventura. Vita Prima (1C) e Vita Secunda (2C) de São Francisco, Tomás de Celano. Tratado dos Milagres (3C). Legenda Perusina (LP). Disponível in:

http://centrofranciscano.capuchinhosp.org.br/fontes-leitura?id=1771&parent_id=1760. Acesso: 03/01/2017///// <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5497125s/f1.image>.

Acesso: 31/01/2017.

Legenda dos Três Companheiros (3S). Disponível in:

<http://www.monasterovirtuale.it/2016-02-27-14-44-39/2016-02-27-14-45-06/fontes/879-scritti-francescani-leggenda-dei-ter-compagni-in-latino-2.html>. Acesso: 03/01/2017

Obras Gerais:

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: BERTRAND, 1990.

_____. A verdade entre a ficção e a história. In: **História, verdade e tempo**. Marlon Salomon (Org.). Chapecó: Argos, 2011.

DUBY, Georges. **Idade Média, Idade dos Homens: do amor e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

LE GOFF, Jacques. **As Raízes medievais da Europa**. Tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Ed. Vozes, 2010.

_____. **O Imaginário Medieval**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Obras Específicas:

COSTA, Alex Silva. **O “Espelho de Cristo”:** a representação cristológica da estigmatização de Francisco de Assis nas hagiografias franciscanas (séculos XIII e XIV). 2017. 141p. Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade

- Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social.
- DALARUN, Jacques. **La Malaventure de François d'Assise**. Paris: Les Éditions Franciscaines, 2002.
- DESBONNETS, Théophile. **Da intuição à instituição**. Petrópolis: CEFEPAL, 1987.
- FRUGONI, Chiara. **Francesco e l'invenzione dell'estimato**. Una storia per parole e immagini fino a Bonaventura e Giotto. Torino: Einaudi, 2010.
- _____. **Francisco de Assis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- LE GOFF, Jacques. **São Francisco de Assis**. Tradução: Marcos de Castro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- MAGALHÃES, Ana Paula Tavares. A Ordem Franciscana e a sociedade cristã: Centro, Periferia e Controvérsia. **Revista Ágora**, Vitória, n. 23, p. 154-168, 2016.
- MANSELLI, Raoul. **I primi cento anni di storia francescana**. Milano: ED. San Paolo, 2004.
- MICOLLI, Giovanni. **Francisco de Assis: realidade e memória**. Petrópolis: FFB, 2004.
- SABATIER, Paul. **Vida de São Francisco de Assis**. Tradução: Frei Orlando A. Bernadi, OFM/ Frei Vitório Macuzzuco. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, IFAN, 2006.
- SILVEIRA, Ildelfonso (OFM). **São Francisco de Assis: escritos e biografias de São Francisco de Assis. Crônicas e outros testemunhos do século franciscano**. Petrópolis; Vozes, 1997.
- VAUCHEZ, André. S. Francisco de Assis. In.: BERLIOZ, J. (Org.). **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.
- _____. **A espiritualidade na Idade Média Ocidental: (séculos VIII a XIII)**. tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1995.
- _____. O Santo. In.: LE GOFF, Jacques (Org.). **O Homem Medieval**. Lisboa: Editora Presença, 1989.
- _____. **Ordini mendicanti e società italiana (XIII-XIV secolo)**. Milano: Il Saggiatore, 1990.
- _____. S. Francisco de Assis. In.: BERLIOZ, J. (Org.). **Monges e Religiosos na Idade Média**. Lisboa: Terramar, 1994.

_____. Les stigmates de saint François et leurs détracteurs dans les derniers siècles du moyen âge. *In: Mélanges d'archéologie et d'histoire*. Tome 80, p. 595-625. n°2, 1968.

VISALLI, Angelita Marques. **O corpo no pensamento de Francisco de Assis**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco; Curitiba: Faculdade São Boaventura, 2003.

_____. **O Crucifixo de São Damião**: assim Cristo se manifesta a Francisco de Assis. **Notandum**, CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto (maio-agosto), 2013.

A CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO COLONIAL¹

Nivaldo Germano dos Santos

1 Introdução

A pesquisa desenvolvida em nível de doutorado, ora intitulada “A Igreja e as Dinâmicas Transimperiais na América Equatorial (Séculos XVII e XVIII)” tem como suporte material um conjunto documental selecionado arbitrariamente, mas de forma justificada, pelo pesquisador. As crônicas e relatórios de governo constituem textos/discursos que, visualizados em perspectiva foucaultiana, foram produzidos *como e sob* relações de poder, entre as monarquias e seus conselhos superiores, os governantes, os missionários e os (não) governados indígenas, europeus e africanos. Dessa forma, a manipulação da documentação pelo pesquisador não pode ser feita de forma aleatória e a análise do seu conteúdo não pode prescindir de parâmetros teórico-metodológicos específicos que deem conta do trabalho de investigação e interpretação. Como estamos diante de um conteúdo discursivo, a análise do discurso aparece como primeira e mais fácil opção. Mas isso não é interessante nem desejável.

Por isso, é razoável pensar que em História, assim como não é possível encerrar os ditos objetos de pesquisa em laboratório, tampouco é possível fazer uso de uma metodologia pronta e acabada. Não é possível proceder de forma igual em pesquisas diferentes (e, por extensão, com temas, objetos, problemas diferentes). Metodologicamente, em História, é muito mais proveitoso estabelecer um procedimento específico, plenamente adequado às condições próprias da pesquisa em

¹ Este texto é uma versão condensada do trabalho final apresentado à disciplina “Linguagem, Discurso e Ação”, ministrada pela professora Dr.^a Maria Izabel B. de M. Oliveira, no primeiro semestre de 2019 no PPGHIS-UFMA. Esta mesma versão condensada foi apresentada no I Seminário de História Global, promovido pelos discentes do PPGHIS-UFMA entre os dias 09 e 11 de dezembro de 2019.

questão, mas que seja verificável e reproduzível, pois assim fica demonstrada não somente a preocupação do investigador com o adequado tratamento da documentação disponível, como permite ao leitor a crítica pertinente quanto às lacunas possíveis. Isto é, o leitor poderá entender aquilo que o pesquisador quis fazer e perceber se ele realmente o fez. Dito isso, o pensamento fluido, multifacetado e polivalente de Michel Foucault pode muito bem oferecer insumo teórico-metodológico para o pesquisador construir sua própria metodologia de análise do seu problema de pesquisa específico, isto é, estabelecer com clareza a forma do seu procedimento analítico. Isso não significa, contudo, que a abordagem estará definitivamente fechada, mas poderá absorver diversas críticas.

Diante do desafio de estabelecer o que ousadamente pode ser chamado de uma metodologia ou mais humildemente, uma operacionalidade de análise, iniciou-se a busca por uma solução. No texto original do projeto de pesquisa, ocorreu a expressão “discurso colonial” para referir uma crítica à ideia de uma “Amazônia portuguesa”. Essa fórmula tem sido amplamente empregada por historiadores² para designar o território correspondente à atual região amazônica durante os séculos XVII e XVIII. O argumento no projeto concebia que “Amazônia portuguesa” era um “discurso colonial” por naturalizar o domínio português sobre um território que sabidamente dispunha de esparsos e frágeis pontos de poder colonial e que era amplamente disputado por várias potências³. Na verdade, os cronistas portugueses ou aqueles a serviço dessa monarquia gostavam de enfatizar que o referido território era domínio de Portugal e que as demais potências eram invasoras. Isto é, buscavam legitimar discursivamente o poder português sobre a região.

² O historiador que desenvolveu essa ideia originalmente foi Arthur César Ferreira Reis em diversos trabalhos. Atualmente, Rafael Chamboleyron é o principal expoente dessa mesma linha de argumentação, dando muito mais notoriedade a essa ideia, apesar de que ele mesmo considere as limitações dessa categoria. Ver: CHAMBOULEYRON, Rafael. IBÁÑEZ-BONILLO, Pablo. The Colonial Amazon. In: Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford University Press, 2019. p. 01-29.

³ Acerca do ambiente de intensas disputas, ver: CARDOSO, Alírio. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, p. 317-338, 2011.

A partir disso, surgiu a necessidade de compreender os discursos elaborados durante aquele tempo, naquele lugar e sob suas condições específicas: a região de fronteira entre os impérios ibéricos na América na altura da linha do Equador, região que estamos chamando de América Equatorial⁴. Afinal, os historiadores lidam sempre com discursos, muitas vezes recorrendo acriticamente a eles como mero suporte para sustentar determinado argumento, o que é flagrantemente inadequado. O foco da pesquisa não é o discurso por ele mesmo, mas o discurso é o principal meio pelo qual é possível compreender aquelas histórias que estão conectadas⁵ de várias formas. Dito de outro modo, não se pode compreender aquelas histórias sem ter o devido cuidado de análise dos discursos que nos informam daquela existência. Ter esse cuidado evitará naturalizações, generalizações e idealizações por um lado e, por outro, permitirá uma aproximação razoável a partir da documentação selecionada.

Tendo isso em vista, a ideia de discurso tornou-se o fio condutor de um estudo específico⁶ e de um levantamento bibliográfico à parte. Nas duas frentes de estudos e leituras, obteve-se aproveitamentos fundamentais, seja pela compreensão mais balizada do pensamento de Michel Foucault que nos interessa desde o projeto original, seja pela constatação da ocorrência de duas importantes perspectivas teóricas, diferentes entre si: a Análise de Discurso Crítica (doravante ADC) e a Teoria Pós-Colonial, das quais os principais expoentes são, respectivamente, o linguista britânico Norman Fairclough e o

⁴ Essa expressão faz parte do projeto original de pesquisa e tem sido encarada como um conceito que deve ser desenvolvido para atender os objetivos da tese final. A este respeito, foi elaborado um plano de trabalho teórico-metodológico para a construção de um conceito, apresentado à disciplina “Teoria da História”, ministrada pelo professor Dr. Victor Coelho no PPGHIS-UFMA, no primeiro semestre de 2019.

⁵ A perspectiva teórica utilizada nesta pesquisa está alinhada aos pressupostos da História Global e das Connected Histories, em uma tentativa de interpretar por novos ângulos a história “colonial” da América. Ver: GRUZINSKI, Serge. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. *Topoi*, Rio de Janeiro, p. 175-195, 2001; MARQUESE, Rafael. PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *Hist. Historiogr.* Ouro Preto, n° 17, 2015, p. 30-49; SANTOS JR., João Julio Gomes dos. SOCHACZEWSKI, Monique. História Global: Um empreendimento intelectual em curso. *Revista Tempo*, v.23, n° 3, 2017, p. 482-502; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da história global: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. Tradução de Glauber Neves Rosa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 30, n° 60, p. 219-240, 2017.

⁶ Disciplina “Linguagem, Discurso e Ação”, ministrada pela professora Dr.^a Maria Izabel B.M. Oliveira no PPGHIS-UFMA, no primeiro semestre de 2019.

teórico crítico indobritânico Homi K. Bhabha, ambos influenciados pelo pensamento de Michel Foucault. No caso de Bhabha especificamente, este autor concebe a ideia de um “discurso colonial”, que é o seu principal objeto de análise na compreensão das dinâmicas culturais híbridas. Após a realização do referido levantamento bibliográfico, iniciou-se uma exploração não exaustiva desses arcabouços teóricos e notou-se uma espécie de convergência entre ambos na forma aqui chamada de uma “análise crítica do discurso colonial”. Mas, para além das vantagens ou propriedades suscitadas dessa síntese teórica, há algumas ponderações que precisam ser feitas relativas às limitações dessa suposta convergência e que, para tanto, precisam ser contornadas, neste caso, pela recuperação do conceito foucaultiano de “formações discursivas”, justamente por estar na base das duas teorias. No entendimento aqui posto, a recuperação desse conceito não é automática nem exata, mas está situada pelas críticas que o soterraram posteriormente, o que pode favorecer uma nova forma de encarar e utilizar o conceito, tornando-o útil, operacional analítico, para a pesquisa ora em curso.

Por tudo que foi dito acima, o leitor poderia questionar qual o sentido de construir uma abordagem teórico-metodológica própria. Importar tais opções prontas, que são frutos de outros contextos de pesquisa, é uma operação acrítica. Na verdade, é bastante comum pesquisadores importarem teorias e metodologias prontas de grandes centros acadêmicos, sobretudo quando estes pesquisadores-importadores são de regiões consideradas periféricas: normalmente não dispõem de sólida formação acadêmica e estão limitados por uma série de fatores econômico-culturais que os impossibilitam acessar bibliografia especializada produzida alhures, além da consciência periférica que eles já têm enraizada. Por tudo isso e talvez mais, importar um arcabouço teórico-metodológico não só é mais fácil, como também facilita a legitimação da pesquisa: para que seja aceita localmente, ela deve estar submetida ao academicismo europeu ou estadunidense. As referências fundamentais são sempre as dos lugares considerados centros e as pesquisas produzidas nas assim chamadas periferias quase nunca tornam-se referências nos centros. O problema não é, definitivamente, utilizar

perspectivas elaboradas nos grandes centros acadêmicos, mas simplesmente importá-las e aplicá-las em realidades para as quais não foram criadas, sem nenhum tipo de critério limitador ou mesmo uma crítica de adaptação dos conceitos, modelos e métodos. Uma “análise crítica do discurso colonial” deve servir também, enquanto objeto de autorreflexão, para criticar o uso indiscriminado e acrítico de teorias e metodologias. Por isso, nesta pesquisa há um interesse em superar o colonialismo acadêmico (MIGNOLO, 1993) ou o imperialismo científico (FLORES, 2006, p. 71).

Tendo as observações acima estabelecidas, evitaremos aqui, por questões de espaço, repetir os argumentos e raciocínios da Análise de Discurso Crítica (ADC) e da Teoria Pós-Colonial, notadamente, os pensamentos dos já mencionados Fairclough e Bhabha, os quais já são relativamente conhecidos do público acadêmico brasileiro, este talvez mais que aquele. Pelo mesmo motivo, evitaremos também repetir o pensamento de Michel Foucault, limitando-nos a alguns comentários necessários sobre as “formações discursivas”, na forma como estão sendo recuperadas nesta pesquisa, na tentativa de definição de uma operacionalidade analítica para o discurso colonial enquanto formação discursiva. Uma exposição detalhada dos pensamentos desses autores deve ficar para outra oportunidade.

2 PROPRIEDADES E LIMITAÇÕES DE UMA SÍNTESE TEÓRICA

Como dito antes, é importante realizar um tratamento adequado da documentação selecionada dentro do conjunto disponível, porque esses textos são discursos elaborados *como* e *sob* relações de poder e, inevitavelmente, são eles que nos informam sobre as histórias que vamos analisar. Por isso, buscamos aqueles pontos de cada teoria que podem ser instrumentalizados nesta pesquisa.

Feitas as observações acima, é possível avançar no sentido de estabelecer, tanto quanto possível, conexões entre os arcabouços teóricos descritos anteriormente, na forma de uma convergência ou síntese teórica. A partir dessa síntese, as

propriedades dela resultantes podem ser consideradas vantagens, as quais podem ser plenamente aproveitadas para a pesquisa ora em curso; por outro lado, há pontos incongruentes, lacunares ou mesmo não resolvidos por inteiro. São limitações críticas próprias do esforço ora empreendido, mas que podem favorecer uma operação de recuperação e adaptação do conceito foucaultiano de formações discursivas para tentar dar conta das tais limitações.

O ponto primordial em comum às duas teorias é a palavra “discurso” que, em cada uma, é trabalhada de forma específica. Em Bhabha, o discurso é um aparato de poder e efetivamente estrutura o sistema de dominação colonial, ao passo que em Fairclough, o discurso é produzido por um agente, tanto conformado pela dimensão social e material, quanto capaz de transformá-la. As duas teorias parecem convergir no sentido de que “discurso” é um poder pelo qual se luta, o que lembra Foucault. As relações sociais de colonização são operadas discursivamente, para legitimá-las ou destruí-las; e os sujeitos de um sistema de dominação são, ao mesmo tempo, agentes do sistema. Isso nos permite compreender que o sistema de dominação não é uma macroestrutura superior às pessoas e que se sustenta da exploração delas; o sistema de dominação, na verdade, é um complexo de relações sociais entre sujeitos e agentes que, por sua vez, não estão fixados nestas posições, podendo mudar entre uma e outra conforme a combinação de interesse particular e as condições extrínsecas: uma mesma pessoa pode ser sujeita e depois tornar-se agente, isto é, pode ser “colonizada” e transformar-se em “colonizadora”. Esse sentido, aliás, é bastante claro quando observa-se o comportamento dos índios americanos no século XVII, por exemplo. Por meio dos escritos dos próprios índios ou de missionários que repercutem negativamente suas falas, fica evidente o jogo discursivo operado como estratégia de sobrevivência individual e coletiva. Acreditar que o discurso colonial apenas promove a dominação de uns sobre outros de forma fixa não se adequa ao pensamento dos teóricos aqui discutidos. Inversamente, o mesmo discurso colonial não só engendra situações senão de superação da ordem colonial como um todo, mas situações de superação de necessidades e privações individuais.

A fórmula não é mágica, depende da agência dos indivíduos. A questão da agência é outro ponto de convergência nas duas teorias em tela. Muitas vezes, a ideia sedutora de alienação produz uma distorção na compreensão das dinâmicas de dominação em geral e das coloniais especificamente. É comum pensarmos, pela alienação, que os sujeitos dominados têm pouca capacidade de manobra diante de uma estrutura gigantesca de poder que os esmaga. Mas é necessário esclarecer que uma pessoa não precisa compreender a plenitude do funcionamento das relações sociais do seu mundo para que tenha a capacidade de estabelecer estratégias de sobrevivência e de superação da sua condição subalterna. Os subalternos sabem falar e podem falar, ainda que na maior parte das vezes o eco de suas vozes não chegue tão longe – pelo menos localmente produzem efeitos, ainda que imediatos, como em rebeliões; os subalternos, ainda assim, podem aprender a ler e a escrever não só na sua língua nativa, mas, sobretudo, na língua da cultura dominante e, neste caso, seus discursos têm uma sobrevida e um alcance maiores, porque podem chegar a convencer agentes do sistema a mudar de atitudes e causar pequenas reformas ou modificações no sistema, rachaduras na estrutura de poder; os subalternos podem estudar e/ou ingressar nas fileiras do sistema colonial, seja para servi-lo e trabalhar na sua manutenção, seja para corrompê-lo e destruí-lo de dentro para fora, na forma de revoluções ou independências. De todas as formas, os subalternos agem por meio do discurso oral ou escrito; é por meio dessa instância de poder que eles manifestam suas dores e suas ambições e é graças ao poder de convencimento, legitimação e mobilização do discurso que uma demanda pode ser ouvida, atendida e também discursivamente rejeitada. Bhabha entende que a questão da agência é fundamental, que os “colonizados” imitam os “colonizadores” e apreendem deles estratégias de poder. Por sua vez, Fairclough compreende que o peso social é determinante dos sujeitos, mas nem por isso são incapazes de inverter a situação e tornarem agentes. Nas perspectivas teóricas de ambos os autores, o discurso é um poder que pode servir ao sistema de dominação e ser uma arma de luta e resistência. Tudo depende de como as pessoas encaram a situação, como elas se apropriam dos elementos e mecanismos disponíveis. Mas em nenhum momento, elas estão alienadas do

processo, antes pelo contrário, estão conscientemente mergulhadas nele, de uma forma ou de outra.

Um terceiro ponto em comum às duas teorias é o caráter político e crítico. A ADC de Fairclough é declaradamente posicionada contra as estratégias discursivas de dominação das elites, enquanto a Teoria Pós-Colonial de Bhabha tem um forte teor anticolonial, sobretudo pelas sequelas materiais e culturais deixadas pelas potências nas periferias do mundo. Em ambos os casos, há uma tomada de posição (não tanto favorável aos dominados e excluídos, mas muito mais) contrária à subjugação e exploração de uns pelos outros. No caso de Fairclough, a teoria deve servir à mudança social e no caso de Bhabha, ao estabelecimento de uma cultura híbrida, nunca tentativa de aproveitar o melhor dos dois mundos em benefício dos povos. Além disso, ambas as teorias apresentam uma vantagem crítica sobre a própria constituição teórica de cada uma: mais do que estabelecer um criticismo sobre as relações de força, os teóricos têm discutido os limites e a validade dos pressupostos, se eles realmente atendem demandas da sociedade ou se constituem meros mecanismos de novas ideologias e de novas formas de dominação intelectual e acadêmica. Em suma, são teorias autocríticas e seus adeptos possuem um significativo senso de responsabilidade ética e fazem continuamente um exercício de autorreflexão sobre o trabalho que desempenham.

Diante disso, as propostas teórico-metodológicas que eles oferecem são emblemáticas, porque a definição de cada uma não pretende ser absoluta. Normalmente, eles estão conscientes dos limites das análises que empreendem e alertas quantos aos riscos em que suas análises podem incorrer. No caso de Fairclough, sua proposta de “Análise de Discurso Textualmente Orientada” tem uma condição tridimensional, segundo a qual se investiga o elemento textual/discursivo em si mesmo, o processo de produção, circulação e consumo daquele conteúdo e as dinâmicas sociais que o envolvem de diferentes maneiras. No caso de Bhabha, a construção do discurso colonial é resultado da articulação entre o que ele chama de “estratégia de quatro termos”, que são a metáfora, a metonímia, o narcisismo e a agressividade. Esses elementos estão presentes em qualquer texto produzido em circunstâncias coloniais e, nesse caso,

praticamente não há diferença do texto para o processo, porque eles estão imbricados um no outro: o texto não é meramente um reflexo do processo colonial, ele é em si mesmo o processo colonial operado discursivamente. Naturalmente, não há uma forma exata de combinar a análise tridimensional de Fairclough com a estratégia de quatro temas de Bhabha, mas elas convergem no sentido de suas proposições: o texto/discurso é o ponto de partida do pesquisador rumo às dinâmicas, condições, circunstâncias, ideologias e características do processo histórico do qual o referido texto/discurso emergiu. Isto é, em ambas as teorias o discurso não fica isolado em uma dimensão virtual da linguagem, exclusivamente discursiva por assim dizer, mas há uma intensa investigação da realidade em que o texto/discurso existiu. Esse aspecto seria uma “história do referente” ou das “experiências pré-discursivas”, diria Foucault que, por sua vez, não estava interessado nelas, mesmo que admitisse tal possibilidade. Eis o quarto e último ponto em comum, pelo menos até agora, visualizado entre as teorias elencadas.

As noções de discurso, agência, autocrítica e dinâmica social e histórica são pontos de convergência entre as teorias, como visto. Contudo, há pontos problemáticos e isso deve-se não às limitações das teorias, mas sim da argumentação aqui feita. As limitações são próprias desta pesquisa ora em curso ao administrar essa síntese teórica que, em último caso, corre o risco de ser superficial. Em primeiro lugar, essas teorias não foram elaboradas para a realidade americana do século XVII ou XVIII. E mesmo o conceito de discurso colonial, que tem sido amplamente empregado (e há quem o considere existente desde 1492), ainda não é plenamente aplicável por vários motivos (implica uma consciência colonialista, que é flagrante a partir do século XIX sobre África e Ásia, ao passo que no referente à América dos séculos anteriores a consciência era outra; a ADC foi desenvolvida para compreender a “modernidade posterior”, isto é, os trinta anos finais do século XX e após, além do fato de ter como foco discursos de propaganda; o discurso colonial apresenta-se como uma chave explicativa universal, dando a entender que todos os impérios construíram discursos do tipo e os utilizavam, mesmo que não fossem assim chamados).

É preciso compreender que cada experiência imperialista apresenta suas especificidades se comparadas a outras e mesmo uma única experiência imperialista pode sofrer variações ao longo do tempo e conforme o espaço dominado, pois a estrutura de poder imperial sempre precisará estar ancorada nas condições específicas geográficas e culturais do lugar desejado, bem como garantir o relativo apoio das elites locais, para obter sucesso. Tendo isso em vista, é possível conceber o “discurso colonial” como uma expressão que designa com clareza a consciência colonialista de um império pelos seus funcionários, válido para o século XIX em diante sobre África e Ásia. Mas surge uma questão: o mesmo se aplicaria para a América da Época Moderna? Tanto do ponto de vista conceitual quanto histórico, a expressão discurso colonial seria enquadrada como um anacronismo, porque tal conceito não foi pensado para a América que, por sua vez, não era encarada em seu próprio tempo como uma “colônia”; da mesma forma, é difícil detectar uma razão colonialista nos escritos dos funcionários ibéricos. Se eles estavam interessados no domínio do território frente às potências rivais, na conversão dos índios e na sua transformação em trabalhadores braçais nas *plantations* e nas minas, bem como na coleta das especiarias; e se tudo isso era feito com vista a controlar o comércio transatlântico de mercadorias e escravos e obter os benefícios financeiros para as monarquias e seus financiadores privados... Contudo, não constitui ainda uma consciência colonial, que é um fenômeno típico do século XIX em diante. Mas então, como conceituar aquela experiência de dominação desde um ponto de vista discursivo? A expressão “discurso colonial” pode ser utilizada mesmo assim, desde que se tenha clareza dos pontos suscitados acima. Mais do que isso, a expressão precisa sofrer uma ressemantização ao nível da teoria, uma vez que não havia uma consciência colonial no mundo ibero-americano seiscentista e setecentista e deve ser possível instrumentalizá-la para a ADC. Se não havia uma consciência colonial propriamente, havia uma consciência do tipo expansionista, marcada pelo “cristianismo” e pelo “mercantilismo”. Dito de outro modo, a política das monarquias ibéricas concebia que os povos americanos deveriam ser incorporados, integrados, convertidos, transformados em súditos, cristãos e trabalhadores civilizados, muito embora os

métodos empregados tenham sido totalmente falhos e desastrosos. Diferente disso, a consciência colonial implica um afastamento, um cisão entre mundos e um sistema de dominação/exploração em que os povos colonizados não importam senão como fonte de riqueza-poder e a eles não cabe direito, benefício, bem-estar, descanso nem salvação (as iniciativas missionárias neste caso não eram patrocinadas pelos governos coloniais, mas apenas permitidas e ainda assim porque eram úteis aos propósitos colonialistas de aculturação). O discurso colonial é ambivalente porque prega levar a civilização aos povos ditos atrasados, mas a prática que o mesmo discurso engendra é a instauração da barbárie. Entretanto, de modo algum, pretende-se relativizar ou minimizar a violência do expansionismo europeu dos séculos XVII e XVIII sobre os povos americanos. Mas não se pode confundir os processos históricos, muito menos considerar um resultado do outro.

Então, como compreender os discursos coloniais (no plural a partir de agora) seiscentistas e setecentistas? Esses discursos não possuíam um centro gravitacional claro, não tinham uma ordem (sentido) estabelecida, não estavam organizados em projetos imperiais, sua produção, circulação e consumo eram aleatórias, as categorias empregadas possuíam múltiplos significados, o debate sobre os povos americanos estava em aberto e os processos identitários passavam longe de unificações e a conversão dos nativos não deu certo. Devido a esse altíssimo grau de fragmentação social, cultural, econômica, ambiental e política, apesar das pretensões megalomaniacas das monarquias ibéricas, o que se vislumbra é uma pulverização de discursos. Cada crônica e cada relatório de governo apresentava não só elementos únicos, como continham visões estruturais a partir de problemas pontuais (visões que conflitavam entre os agentes). Por isso, qualquer unidade ideológica não passa de uma ingênua imaginação. O cristianismo só parece unitário quando olhado de longe, pelas doutrinas, porque de perto apresenta uma grande variedade de posições e preocupações: os padres (des)obedecem de acordo com o que eles consideram certo e errado a partir das tarefas de que estão incumbidos e o mesmo vale para os funcionários das coroas. Em se tratando da dimensão mercantilista, a documentação demonstra fartamente

governantes tirando proveito do comércio em cada cidade, porto e mercadoria, apesar da estrita proibição dos “atos de mercancia” aos agentes régios. A balança comercial das monarquias ibéricas esteve altamente desfalcada durante todo o tempo e os fiscais da alfândega nem perceberam ou fizeram vista grossa. Em suma, por esses e muitos outros exemplos, os discursos que mediarão todas essas relações, fossem orais e principalmente escritos, não possuíam unidade alguma, como as expressões “análise de discurso crítica” e “discurso colonial” no singular parecem representar. Mesmo assim, ainda é possível dar conta desses incontáveis discursos fragmentários, mas apelando ao conceito foucaultiano de formações discursivas.

3 DISCURSO COLONIAL COMO FORMAÇÃO DISCURSIVA

Como visto anteriormente, o pensamento de Michel Foucault influenciou decisivamente vários estudos posteriores. Mas a forma como alguns estudiosos o tomaram mudou completamente a forma da ideia. O trabalho de Jacqueline Authier-Révuz, por exemplo, e seu conceito de heterogeneidades discursivas enfraqueceu o poder conceitual de formações discursivas. Esta autora argumenta que a Análise de Discurso, na forma consagrada por Peuchêux, estava baseada ao mesmo tempo em trabalhos de Foucault e Althusser, e que postulava um funcionamento regulado do exterior, que seria uma maquinaria estrutural ignorada pelo sujeito, apagando assim o caráter intencional do indivíduo no discurso. Além disso, ao configurar o discurso como feito de vários materiais, a autora construiu a ideia de heterogeneidade mostrada e constitutiva: uma coisa é o texto que se pode ler, outra coisa é o discurso nele embutido. Ela faz essa separação para mostrar que os elementos heterogêneos que estavam presentes no processo de constituição do texto, nele estão diluídos e numa posição difícil de resgatar. Às vezes chega-se a confundir o texto com o discurso, mas uma coisa é o que o autor quer mostrar e outra coisa é o que o influenciou a escrever. O autor é um agente que constrói um texto/discurso intencionalmente e de forma calculada. A heterogeneidade

constitutiva é o fator fundamental de uma prática discursiva, segundo a autora (AUTHIER-RÉVUZ, 1990).

Por outro lado, o conceito de formações discursivas deixa a desejar quanto ao fator político, pois o que prevalece em Foucault é uma ausência de posição, sem que isso seja confundido com neutralidade. Peuchêux e Fairclough exigiram um posicionamento político claro de Foucault. Este era antimarxista e aqueles trabalhavam com conceitos marxistas segundo Iran Ferreira de Melo (2009). Por outro lado, Bhabha não pretende exigir nada de ninguém. Apesar disso, o conceito foucaultiano de formações discursivas tem a vantagem de poder agregar discursos fragmentários e até opostos entre si, como afirma Walter Mignolo (1993, p. 122). Outro ponto fraco das formações discursivas é o apagamento do que Foucault chamou de “presença imperiosa do autor” (2010, p. 44). Não há espaço para discutir aqui qual o pensamento de Foucault sobre o papel do autor, mas certamente não é uma posição radical. Em Foucault, o autor existe e age, ainda que sob certas condições⁷.

À medida que se toma consciência da inexistência de um discurso colonial enquanto unidade ou conjunto, pode-se avançar na compreensão da questão, ao sugerir que a expressão “discurso colonial” pode ser uma formação discursiva e substituir/evitar o termo “ideologia”, por exemplo. Foucault argumenta que “uma formação discursiva não desempenha o papel de uma figura que para o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais” (FOUCAULT, 2010, p. 83). No nosso caso, o discurso colonial pode muito bem ser considerado como uma combinação artificial de discursos e/ou práticas discursivas dispersas no tempo (séculos XVII e XVIII) e no espaço (América na altura da linha do Equador) e que só faz sentido enquanto tal. Uma formação discursiva é resultado da combinação aleatória de práticas discursivas, superficialmente

⁷ Uma discussão pormenorizada da concepção e importância do autor está presente no artigo de Sérgio Luiz Prado Bellei, onde ele demonstra o radicalismo da crítica de Roland Barthes, que falava em “morte do autor” e o tom mais ponderado de Michel Foucault, que nunca considerou o autor tão importante como se achava, mas também não o eliminava por completo. BELLEI, Sérgio Luiz Prado. A morte do autor: um retorno à cena do crime. *Rev. Cria. Crít. São Paulo*, n° 12, p. 161-171, 2014. Disponível em: <<http://revistas.usp.br/criacaocritica>>. Acesso em 24/09/2019.

organizadas posteriormente por quem está interpretando a questão: é o caso dos discursos coloniais sobre a América.

É impossível dar conta da totalidade de textos disponíveis resultantes do processo de construção dos impérios ibéricos na América. Ao analisar um único discurso, seria possível empreender todo o esforço intelectual próprio de uma ADC, na qual se busca entender o texto/discurso, a prática discursiva e o contexto sociohistórico, tendo claro que o autor é simultaneamente sujeito determinado pelas estruturas de poder (hegemonia) e agente dentro delas (agência/resistência). Por isso, ao mesmo tempo em que foge ao controle do pesquisador a totalidade dos textos disponíveis (e por isso o recurso à ideia de formações discursivas), não é possível desconsiderar as relações de força nas quais os autores/escritores e letrados/funcionários estão mergulhados (e por isso a ADC). Em outras palavras, se é possível resumir, ao escrever um relatório de governo, um governador constrói um discurso que manifesta que ele está agindo sob pressão.

Quais são as características dessa formação específica? Como identificar os discursos coloniais do século XVII e XVIII? O discurso colonial é: 1) escrito por quem assume a posição de “colonizador”, 2) caracterizado pelo senso de superioridade (moral, espiritual, material) e 2) legitimador do poder monárquico/imperial. Há quem diga que as formações discursivas não passam de descrição⁸ das regras de formação do objeto (p. ex.: índios), das modalidades (p. ex.: crônicas, relatórios), das regularidades (p. ex.: defesas, debates etc.) e das estratégias (p. ex.: missão, trabalho etc.). Essa fase da análise é imprescindível, mas deve-se ir além. Na verdade, parece que esses elementos apresentam-se de forma comum no conjunto documental selecionado nesta pesquisa, apresentando alguma variação. Se considerarmos as características elencadas acima dos discursos coloniais, pode-se perceber sua repetição, o tom de suas afirmações, o lugar de quem escreve, suas movimentações e o objetivo dessa escrita. Assim, a operacionalidade analítica do discurso colonial enquanto formação discursiva está embasada no cuidado com a identificação desses elementos e a descrição dos caracteres do

⁸ É o caso de Iran Ferreira de Melo, 2009, p. 8.

texto/discurso (dois lados de uma moeda), o que permitirá analisar os atos dos agentes e interpretar os seus efeitos no processo de construção dos impérios ibéricos na América Equatorial durante os séculos XVII e XVIII.

Considerações Finais

Uma proposta do tipo aqui presente soa audaciosa e, francamente, de fato o é. Mas é preciso ter humildade também. Normalmente, a historiografia produzida na periferia do mundo opera de modo a incorporar as teorias elaboradas nos centros acadêmicos europeus e norte-americanos para obterem sucesso, isto é, serem legitimadas e aceitas. Na verdade, não há nenhum problema em incorporar as teorias elaboradas nos centros acadêmicos dos países do chamado primeiro mundo. O problema é simplesmente incorporar e não proceder a nenhuma crítica em relação a elas. Muitas vezes, o pesquisador situado em região periférica simplesmente aplica a teoria importada a uma realidade para a qual ela não foi criada, gerando mais distorções analíticas do que interpretações saudáveis. Na maior parte dos casos, isso sequer é notado e a distorção passa a valer com plenitude. De qualquer forma, a proposta aqui apresentada precisa ser bastante aprofundada, pois tem uma condição ensaística e não a de uma tese acabada. Mesmo assim, constitui um humilde, mas importante passo para superar o colonialismo acadêmico, na medida em que procura incorporar criticamente arcabouços teóricos do primeiro mundo, ainda que produzidos por autores originários do terceiro mundo.

Essa incorporação crítica significa entender que uma teoria, por mais crítica que seja e original da Europa ou dos Estados Unidos, não pode servir simplesmente como forma ou fórmula pronta e acabe sendo incorporada, paradoxalmente, sem crítica ao universo da pesquisa realizada em uma região periférica (ou não central). Ela precisa ser vista e instrumentalizada à luz da realidade periférica, para a qual ela não foi criada e, se possível, aproveitada para compreender tal realidade. A teoria deve ser usada pelo pesquisador e não o contrário. Essa aceção abre brecha até para criticar a noção de centro-periferia, que não deve

ser naturalizada como inclusive Walter Mignolo o faz, apesar da dinâmica atual de globalização estabelecer esses lugares geopolíticos pelo mundo. Em todo caso, o presente ensaio visa a problematizar o uso indiscriminado da teoria e utilizá-la criticamente na construção de uma “análise crítica do discurso colonial”. Não basta chamar atenção para o caráter crítico de uma teoria, mas operar acriticamente quanto ao uso que se faz dessa teoria. É preciso crítica sobre a crítica.

Portanto, o esforço aqui empreendido foi o de apontar as principais características históricas e conceituais de duas perspectivas teóricas distintas, mas que tem raízes comuns em Michel Foucault e, na medida em que foram constatadas vantagens e limitações de uma síntese teórica entre as duas, a recuperação do conceito foucaultiano de “formações discursivas” pareceu uma saída interessante e adequada. Na condição de um esforço de teorização, certamente, a proposta como um todo pode apresentar lacunas e limitações. Como dito, trata-se de um ensaio, um teste de uma possibilidade teórica de análise crítica do discurso colonial. Como tal, sua condição é necessariamente inacabada e, por isso, as possíveis lacunas. Isso, contudo, não inviabiliza totalmente a proposta, a menos que seja demonstrada a não validade da referida síntese. A partir de agora, o trabalho deve seguir o caminho de um refinamento e aprofundamento da metodologia.

REFERÊNCIAS

- ASHCROFT, B. Modernity's First Born: Latin America and Postcolonial Transformation. **ARIEL: A Review of International English Literature**, v. 29, n° 2, 1998, p. 7-29.
- AUTHIER-RÉVUZ, J. Heterogeneidade(s) Enunciativa(s). **Cad. Est. Ling.** Campinas, n° 19, 1990, p. 25-42.
- BHABHA, H. K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.
- BELLEI, S. L. P. A morte do autor: um retorno à cena do crime. **Rev. Cria. Crít.** São Paulo, n° 12, p. 161-171, 2014. Disponível

em: <<http://revistas.usp.br/criacaocritica>>. Acesso em 24/09/2019.

FLORES, E. C.. Etnicidade e ensino de História: a matriz cultural africana. **Tempo**. V. 11, nº 21, 2006, p. 65-81.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

CHAMBOULEYRON, R. IBÁÑEZ-BONILLO, P. The Colonial Amazon. **Oxford Research Encyclopedia of Latin American History**. Oxford University Press, 2019. p. 01-29.

CARDOSO, A. A conquista do Maranhão e as disputas atlânticas na geopolítica da União Ibérica (1596-1626). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011, p. 317-338.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Language and Power**. Londres: Longman, 1989.

FAIRCLOUGH, N. **Discourse and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1992.

FAIRCLOUGH, N. **New Labour, New Language?** Londres: Routledge, 2000.

FAIRCLOUGH, N. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, n. 25 (2), 2012 p. 307-329.

GRUZINSKI, S. Os mundos misturados da monarquia católica e outras connected histories. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2001, p. 175-195.

MAGALHÃES, I. Introdução: a Análise de Discurso Crítica. **D.E.L.T.A.**, nº 21, Especial, 2005, p. 01-09.

MARQUESE, R. PIMENTA, J. P. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **Hist. Historiogr.** Ouro Preto, nº 17, 2015, p. 30-49.

MELO, I. F. Análise do discurso e análise crítica do discurso: desdobramentos e intersecções. **Letra Magna: Revista**

Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, nº 11, 2019, p. 01-18.

MIGNOLO, W. Colonial And Postcolonial Discourse: Cultural Critique or Academic Colonialism? **Latin American Research Review**, v. 28, nº 3, 1993, p. 120-134.

MONTERO, P. O projeto Pós-Colonial. **Folha de S. Paulo**, 1999. Disponível em <
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/resenha/rs14089916.htm>
>. Acesso em 02/09/2019.

ROBBINS, B. Colonial discourse: a paradigm and its discontents. **Victorian Studies**, v. 35, nº 2, 1992, p. 209-214.

SANTOS JR., J. J. G. dos. SOCHACZEWSKI, M. História Global: Um empreendimento intelectual em curso. **Revista Tempo**, v.23, nº 3, 2017, p. 482-502.

SUBRAHMANYAM, S. Em busca das origens da história global: Aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. Tradução de Glauber Neves Rosa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 30, nº 60, 2017 p. 219-240.

APORTES TEÓRICOS E METODOLÓGICOS PARA PENSAR A ECONOMIA DO MARANHÃO NA SEGUNDA METADE DOS SETECENTOS ¹

Adriana Dourado Oliveira

1 Introdução

Este artigo tem por objetivo apresentar considerações iniciais da pesquisa de mestrado intitulada “*MUNDO DOS NEGÓCIOS*”: as dinâmicas de crédito e endividamento no Maranhão Setecentista, onde nos propomos a pensar as relações estabelecidas a partir das práticas creditícias de grandes negociantes do Maranhão com outras praças mercantis, considerando que muitas vezes esse contato gerava uma teia de relações que resultavam em uma cadeia de adiantamento/endividamento, característica bem recorrente nos estudos mais atuais sobre a economia no período colonial. É importante ressaltar que a pesquisa encontra-se em desenvolvimento e há muita carência na historiografia maranhense no que se refere aos estudos sobre a economia o que reforça a viabilidade deste trabalho considerando que já existem estudos avançados sobre essa temática para outras partes do Brasil.

Dessa forma nos propomos a pensar a economia do Maranhão conectada, ultrapassando o espaço micro, São Luís Colonial, e alcançando o macro a partir de suas relações comerciais com outras praças mercantis, o que possibilitava a circulação não somente de mercadorias, mais de ideias, hábitos e costumes. As principais fontes utilizadas na pesquisa são os testamentos e inventários *pós-mortem*, onde será possível alcançar os sujeitos – homens de negócio - suas dívidas ativas e passivas, a cultura material, os bens que o testamentário adquiriu durante a vida. Também buscaremos os débitos e créditos desses sujeitos no Arquivo Histórico Ultramarino; juntas essas fontes serão

¹ Este capítulo de livro integra o projeto de mestrado “*MUNDO DOS NEGÓCIOS*”: as dinâmicas de crédito e endividamento no Maranhão Setecentista. Sob a orientação da Prof^{ra}. Dr^a. Pollyanna Gouvêa Mendonça Muniz (UFMA), sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

fundamentais para se pensar além das dinâmicas de crédito e endividamento uma rede de relações mercantil a partir da praça comercial do Maranhão.

Destarte, este artigo visa inicialmente apresentar o objeto de estudo da pesquisa em desenvolvimento em seguida as perspectivas historiográficas clássicas e recentes sobre a economia do Brasil iniciando o debate da necessidade de se pensar essas práticas creditícias do Maranhão conectadas a outras partes do Brasil, por fim discorreremos sobre as potencialidades das fontes que faremos uso e sua importância para a pesquisa.

2 OBJETO DE ESTUDO DA PESQUISA: ‘MUNDO DOS NEGÓCIOS: as dinâmicas de crédito e endividamento no Maranhão Setecentista.

O aporte teórico e metodológico centra-se no campo de estudos referentes a História Econômica, onde emerge as práticas mercantis e as teias de relações estabelecidas a partir das dinâmicas creditícias na praça mercantil do Maranhão. Diante disso, algumas questões iniciais norteiam este estudo e serão fundamentais para lançar esse olhar sobre as dinâmicas econômicas desse contexto; tais como: quem eram esses sujeitos? Quais seus ramos de negócio? De quem compravam? Para quem vendiam? O que e como negociavam? Quais implicações suas atividades mercantis traziam a São Luís do período colonial? Existia uma teia de relações mercantis ancorada numa rede de crédito e endividamento sustentada por esses sujeitos?

Há uma discussão historiográfica acerca de um conceito que caracterize os negociantes de grosso trato, uma vez que dentre os indivíduos que atuavam no mercado interno e externo das colônias, havia variadas nomenclaturas, que qualificavam o indivíduo de acordo com nível de suas negociações. Entretanto, conceito que iremos utilizar para distinguir os negociantes de grosso trato dos demais agentes mercantis é o conceito apresentado no Dicionário Universal de Comércio de 1723, que cita:

A ocupação de um membro que remete para os paizes estrangeiros as produções da sua pátria, ou seja com o fim de troca-las por outras necessárias, ou por dinheiro este commercio feito por terra, ou por mar, na Europa, ou com outras partes do mundo, tem distinto nome de commercio em grosso, e os que se occupão nele são chamados de *homens de negócios* (SALES, 1813, p. 267).

Assim sendo, a princípio, nossa pesquisa se restringe aos negociantes que exportavam mercadorias do Maranhão ou para o Maranhão e se conectavam com outras partes do Brasil e as relações creditícias por eles estabelecidas. Através desses sujeitos perceberemos os produtos naturais que circulavam servia de moeda, num contexto caracterizado pela escassez de numerários e a circulação de variados tipos de crédito. Antônio Carlos Jucá de Sampaio (2003) tem grandes contribuições acerca do funcionamento do crédito no período colonial e em seu estudo sobre a praça comercial fluminense enfatiza que na sociedade dos setecentos o “crédito funcionava enquanto um mecanismo para driblar a escassez de moedas” (SAMPAIO, 2003, p. 75) e este funcionou durante muito tempo como um dos pilares da economia colonial, uma vez que uma relação creditícia, de negócios, não envolvia necessariamente a utilização de moedas metálicas. Essa é também uma discussão que pretendemos abordar ao longo da pesquisa que estamos desenvolvendo; a importância dos produtos naturais nas dinâmicas econômicas no Maranhão no século XVIII.

3 OLHARES SOBRE A ECONOMIA COLONIAL: do macro ao micro

A história econômica do Brasil e do Maranhão no período colonial foi objeto de preocupação de vários autores ao longo dos anos, assim, dentre as várias perspectivas e interpretações que debruçam-se na vertente de compreender o contexto ou aspectos da economia Colonial encontramos estudos recentes e concepções de autores pioneiros e clássicos. Na historiografia clássica sobre a economia do Brasil se destacam Caio Prado Júnior (1942), Fernando Novais (1989) e Celso Furtado (2005).

No que tange a História econômica do Maranhão temos Mário Meirelis (1980), Viveiros (1954), e mais especificamente sobre São Luís, Mota (2006). Embora esses trabalhos tenham sido objeto de muitas críticas da historiografia recente, seguem sendo fundamentais para se compreender aspectos da sociedade colonial, servindo de ponto inicial para se pensar contextos e/ou questões mais amplas e complexas do que apresentam.

A guinada que o modo de se fazer e ver a História teve com o advento da *Escola dos Annales* nos faz refletir sobre os variados olhares que podem ser lançados ao mesmo problema, além de pensar as continuidades e discontinuidades que se apresentam e se transformam dando lugar a uma “nova” realidade, evidenciando que a História não é algo linear, cronológico e factual, possui suas particularidades e singularidades que precisam ser evidenciadas.

A obra Fernando Braudel, *O Mediterrâneo* (1994) é um interessante exemplo para demonstrar esse novo jeito de se pensar e escrever a História incorporada aos domínios dos fatores econômicos, da organização social e da psicologia das mentalidades. Sanjay Subrahmanyam (2019) ressalta a significativa contribuição de Fernando Braudel evidenciando que ele foi o primeiro a “pensar a história dos Impérios e sua rivalidade na Idade Moderna abordando problemas relacionados com redes de mercadores e seu dinamismo e como lidar com as complexas relações entre “mundos”, “nações” e “regiões” (BRAUDEL, 1994, p.26). Dessa forma, já iniciava-se com Braudel e os *Annales*, uma nova maneira de ver a História local conectada a outras partes do mundo. É justamente essa perspectiva que buscaremos abordar na pesquisa, as relações dos homens de negócio do Maranhão com outros espaços econômicos. Assim, os testamentos e inventários *pós-mortem*, são fundamentais para nomear esses indivíduos e investigar as relações estabelecidas, não somente as econômicas mas as sociais e pessoais.

Giovanni Levi enfatiza bem ideia da importância de se lançar um olhar mais particular a determinado contexto e defende que a micro-história possibilita observar fatos e situações que passam despercebidos a outras metodologias,

principalmente, porque permite conectar outras esferas do saber, uma vez que:

A micro-história como uma prática e essencialmente baseada na redução da escala da observação, em uma análise microscópica e em um estudo intensivo do material documental. Essa definição já suscita possíveis ambiguidades: não é simplesmente uma questão de chamar a atenção para as causas e os efeitos do fato, de dimensões diferentes coexistirem em cada sistema social; em outras palavras, o problema de descrever vastas estruturas sociais complexas, sem perder a visão da escala do espaço social de cada indivíduo, e a partir daí, do povo e de sua situação na vida. Não é, por isso, uma questão de conceituar a ideia de escala como um fator inerente em todos os sistemas sociais e como uma característica importante dos contextos de interação social, incluindo diferentes dimensões quantitativas e espaciais. (LEVI, 1992, p. 133).

A historiografia recente sobre o período colonial vem incorporando em suas análises novas fontes e metodologias, sobretudo, a micro história, refutando cada vez mais a ideia da organização econômica e social do Brasil, em relação à produção, ser “extensiva e voltada para o mercado exterior” (PRADO JR., 1942, p.12). Hoje é consenso entre os historiadores que “existiam redes internas de circulação de mercadorias e de acumulação, fortemente ancoradas em redes de crédito/endividamento” (PEREIRA, 2010, p.7). Essa característica é facilmente percebida pela historiografia mais recente sobre a economia de variadas praças mercantis em diferentes regiões do Brasil.

Helen Osório (2000) se propõe a compreender o processo de formação de um grupo mercantil do Rio Grande de São Pedro que se constituiu na segunda metade do século XVIII no âmbito do Império Colonial Português através de inventários e conclui que:

A diversificação dos ramos de negócio foi, simultaneamente, uma das principais características da elite mercantil, uma das explicações de seu sucesso e uma necessidade. Ela estava presente tanto nos negociantes de grosso trato da Europa pré-industrial quanto nos da América colonial, e respondia às características destes mercados. A rapidez das mudanças conjunturais obrigava o negociante a diversificar suas atividades como medida de segurança. A crise em determinado negócio, produto ou região, era compensada pelas outras aplicações, reduzindo os prejuízos do mercado pré-capitalista obrigava à diferenciação dos ramos de negócio. Por outro lado, o caráter restrito do mercado, suas escassas opções econômicas, sua falta de elasticidade e demanda restrita, não permitiam a aplicação de todo o investimento do grande comerciante em um único setor de atividade. (OSÓRIO, 2000, p. 73).

A diversificação dos ramos de negócio pode ser entendida também como característica de uma economia agrária que valoriza as safras e entre safras de produção, o que de certa forma tem semelhanças com as análises de Rafael Chambouleyron sobre a economia dos Estados do Grão-Pará e Maranhão. Para este historiador, “buena parte de la economía giraba en torno a los productos florestale [...] eso no signífico la inexistência de actividades agrícolas, como la plantacion de cana de azucar, de tabaco e, incluso, de cacao (hacia finales del siglo XVII) (CHAMBOULEYRON, 2011, p.9). Esses produtos durante praticamente todo o período colonial funcionaram enquanto meios de relações creditícias.

Isso nos leva a refletir sobre a importância das terras Amazônicas para a Coroa Portuguesa, uma vez que durante boa parte dos setecentos Portugal passava por sérios problemas econômicos e, como podemos observar através dos estudos mais específicos, as terras Amazônicas eram propícias para o plantio de especiarias que melhorariam as relações comerciais de Portugal, até mesmo com outros países.

No que tange a praça comercial do Rio de Janeiro Joao Fragoso e Manolo Florentino concluíram que “o comércio sempre foi comandado por comunidades locais de mercadores, que se envolviam em diversos ramos, propiciando que a colônia desenvolvesse estruturas internas que garantiam sua relativa

autonomia frente ao mercado externo” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p.36). O autor ainda afirma que:

Portugal, desde cedo, se apresenta como um país pequeno, com escassos recursos materiais e financeiros. Em outras palavras, Lisboa não tem capacidade de abastecer o Brasil em alimentos e manufaturados. Além disso, necessita da presença de estrangeiros nos seus negócios ultramarinos. [...] Percebem-se restrições à plena execução do exclusivo colonial enquanto mecanismo de apropriação e transferência de excedente econômico da economia colonial [...] condições para a implementação, no Brasil, de uma produção mercantil de alimentos, de uma camada de mercadores residentes, e, ainda, a possibilidade de retenção de excedente colonial, permitindo, consequentemente, a realização de acumulações internas. (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p. 87).

A concepção de Fragoso coaduna com a ideia de o empreendimento da colonização das terras do Brasil por Portugal ser excepcionalmente para fomentar a economia da metrópole. Contudo, as relações sociais da própria colônia proporcionaram acumulações internas de mercadorias que circulavam no interior de seus domínios e eram justamente essas dinâmicas que passavam despercebidas nas análises dos autores clássicos, uma vez que aplicavam a mesma análise a diferentes partes do Brasil, sem considerar as singularidades climáticas, espaciais de cada povo ou região.

Celso Furtado em seu livro, *Formação Econômica do Brasil*, apresenta algumas teorias sobre o desenvolvimento das economias periféricas bem como interpretações históricas sobre a formação econômica latino-americana e do Brasil. O autor trabalha com a perspectiva do desenvolvimentismo latino-americano e busca compreender as condições que permitem subordinar as transformações capitalistas aos desígnios da coletividade. Para o autor “a ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa” (FURTADO, 2005, p.19). Furtado também ressalta o papel da agricultura na economia do Brasil Colonial- o café, açúcar, algodão. Contudo, o autor ao se referir as terras do

Maranhão, as evidência enquanto uma zona atrasada e imprópria para as práticas agrícolas, pois, segundo ele:

Os solos do Maranhão não apresentavam a mesma fecundidade que os massapés nordestinos para a produção de açúcar. Mas não foi esta a maior dificuldade, e sim a desorganização do mercado do açúcar, fumo e outros produtos tropicais, na segunda metade do século XVII, o que impediu aos colonos do Maranhão dedicarem-se a uma atividade que lhes permitisse iniciar um processo de capitalização e desenvolvimento. As suas dificuldades eram as mesmas que enfrentava o conjunto das colônias portuguesas na América, apenas agravadas pelo fato de que eles tentaram começar numa etapa em que os outros consumiam parte do que haviam acumulado anteriormente. (FURTADO, 2005, p. 52).

Fernando C. de Cerqueira Lima, enquanto um historiador adepto de novas metodologias para se compreender a estrutura social de uma época e as visões de mundo dos diferentes indivíduos, destaca a função do açúcar na economia do Brasil desde as últimas décadas do século XVII e evidência o fato de em diversos momentos, o açúcar ter se tornado uma moeda legal, tendo até seu preço fixado no Rio de Janeiro e em diversos outros lugares e “quando o preço do açúcar não estava fixado, caberia a Câmara decidir sobre seu preço a cada ano, preço esse que deveria ser aceito obrigatoriamente em todos os contratos” (LIMA, 2009, p. 14). O que vem rebater a visão de Furtado. Nessa perspectiva o açúcar assumia a função de crédito, que funcionava enquanto um mecanismo para driblar a escassez de moedas, visto que “o crédito permitia a circulação de todo tipo de mercadoria nos mais interioranos lugares da América Portuguesa. Essa função fundamental do crédito parece ter sido estrutural, abarcando todos os níveis e onde houvesse comércio” (PEREIRA, 2010, p. 02). Tal afirmação corrobora a análise de João Fragoso que defende que “todo comerciante produz a partir de si uma cadeia de endividamento que coincidia com sua rede de relações mercantis [...] relações mercantis envolviam sempre ou quase sempre, a criação de crédito” (FRAGOSO; FLORENTINO, 1998, p.87); fomentando o fato de “as redes de crédito e endividamento terem tanto um caráter local quanto

ramificações que se alongavam [...] também desempenhava o papel de mecanismo de subordinação do devedor ao credor, criando ligações pessoais e mercantis fortes e duradouras entre as partes.

A guisa de exemplo cito o caso de Bazílio de Almeyda Moraes, um grande negociante da Capitania do Maranhão que dentre outras questões declara suas dívidas passivas e ativas e cita que:

No Pará sou devedor a Bento Alves Bandeyra três mil e duzentos reis// Ao Sargento mor Antonio Ferreyra Ribeyro dez tostões// A Diogo Pereyra Marques dois mil e oitocentos reis// A hu' Índio per nome Gaspar natural de Aldeya do Maracanã oficial de pintor e assistente na Villa do Vigia [...] Declaro que tive contas com Domingos de Souza Campos da cidade de Lisboa lhe devo noventa e hum mil [...] Devo ao arcediogo dezanove barris de vinho. Mais o dito arcediogo remetteo oito peças de pano ordinários a quatro mil e importarão desta três mil. (MOTA, 2001, p. 170-171).

O caso de Bazílio de Almeyda, é um caso específico que, assim como outros, evidencia bem que as práticas mercantis dos negociantes da Capitania do Maranhão ultrapassavam o espaço da São Luís Colonial e alcançavam outros espaços no Brasil e até mesmo fora por via marítima ou terrestre e nesse espaço havia não somente a compra e a venda de mercadorias e sim trocas culturais, de hábitos e costumes.

Um recente campo de estudos denominado História Atlântica emerge no início da década de 1970. Segundo Rossel Wood (2009) foi um momento onde houve uma iniciativa da parte de um grupo de historiadores da Universidade Johns Hopkins, liderados por Jack P. Greene, que lançaram uma iniciativa com antropólogos e adotaram o Atlântico como campo de pesquisa caracterizada por metodologias interdisciplinares e uma perspectiva comparativa. Procuraram fugir do molde imperial ou nacionalista para atravessar divisas e fronteiras, estudar os movimentos das pessoas, de animais, de plantas e mercadorias numa escala não apenas Atlântica mas global, para reconstituir o ir e vir de ideias, estilos, modas e artes. Uma nova maneira de se pensar a História não linear, cronológica e factual, valorizando não apenas impérios europeus ultramarinos que

tendia a manter o foco nas conquistas e nos atos de posseção, no povoamento e na colonização, no comércio, na evangelização, e no processo de governança pensado o outro sempre como passivo e submisso, ou seja, uma História pensada sob a perspectiva europeia.

A história atlântica foi considerada “ um dos desenvolvimentos historiográficos mais importantes dos últimos anos” (ARMITAGE, 2014, p. 203). Embora existam algumas críticas sobre essa nova perspectiva, ela teve um grande impacto no modo de pensar o dinamismo existente entre povos e contextos.

No Brasil houve uma iniciativa por parte de alguns historiadores pioneiros em romper com a perspectiva que até então vinha sendo aplicada as interpretações sobre a História do Brasil. Capistrano de Abreu (1853-1927) e Sérgio Buarque de Holanda (1902-82) adotaram perspectivas de homens da colônia, vendo questões da colônia para a metrópole, onde a colônia não era completamente passiva a metrópole e sim havia uma fusão de interesses, crenças, hábitos, costumes de ambos os lados.

David Armitage (2014) em seu texto intitulado *Três conceitos de história atlântica* se propõe a definir traços gerais acerca do que seria esse novo campo de estudo, além de propor três conceitos espacial e temporalmente diferentes em que se constituiria a História atlântica: a história *Trans- atlântica*², a história *circum-atlântica*³ e a *cis- atlântica*⁴. O autor ainda acrescenta que:

² História *trans*-atlântica – a história internacional do mundo atlântico. A história *trans*-atlântica é a história do mundo Atlântico contada através de comparações. O sistema de circulação do Atlântico criou ligações entre regiões e pessoas antes separadas. Isto permitiu aos historiadores *trans*-atlânticos delinearem comparações significativas – e não meramente arbitrárias – entre histórias que seriam, de outro modo, distintas. (ARMITAGE, 2014, p. 211)

³ História *circum*-atlântica – a história transnacional do mundo atlântico. A história *circum*-atlântica é a história atlântica como uma zona particular de trocas e intercâmbios, circulação e transmissão. É a história das pessoas que cruzaram o Atlântico, que viveram em seu litoral e que participaram das comunidades que ele tornou possíveis, de seu comércio e de suas ideias, assim como das doenças que carregavam, da flora que transplantaram e da fauna que transportaram. (ARMITAGE, 2014, p. 209).

⁴ História *cis*-atlântica – a história nacional ou regional dentro de um contexto atlântico. A história “*cis*-atlântica” estuda lugares particulares como localidades singulares dentro de um mundo Atlântico e busca definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações) (ARMITAGE, 2014, p. 212).

A história atlântica também parece ter uma cronologia razoavelmente clara, que se inicia com a primeira travessia de Colombo em 1492 (ainda que, claro, ele tenha morrido sem conhecer as implicações de suas descobertas) e termina, convencionalmente, com a era das revoluções no final do século XVIII e início do século XIX. Existe, portanto, um *pedigree* diferenciado que identifica a história atlântica à “primeira” modernidade, anterior ao início da industrialização, da democracia de massa, do Estado-nação e de todas as clássicas definições de uma modernidade plena [...]. (ARMITAGE, 2014, p. 207).

A história *cis-atlântica*, “nesse nível local, pode ser mais frutífera quando aplicada a lugares mais claramente transformados por suas ligações atlânticas: cidades e vilas portuárias” (ARMITAGE, 2014, p. 214). Até então, nossa interpretação consiste em pensar essa perspectiva para a praça mercantil de São Luís, contudo, é uma questão que ainda necessita ser melhor analisada.

4 POTENCIALIDADE DAS FONTES ENQUANTO DOCUMENTOS HISTÓRICOS

As fontes que sustentam a pesquisa em andamento são os inventários e testamentos *pós-mortem* que se encontram no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM) e no Arquivo do Tribunal de Justiça (TJMA). Ambos são arquivos riquíssimos e suas fontes possuem grandes potencialidades, pois se trata de documentos de caráter jurídico-civil, descritos minuciosamente que nos permitem explorar diferentes temáticas nesse contexto, desde questões materiais a questões espirituais.

Testamentos e inventários *pós-mortem* são utilizados há muito tempo nas investigações históricas tanto a nível nacional, quanto internacional, sobretudo, por serem fontes riquíssimas que permitem explorar diferentes temáticas, contudo, evidenciamos a necessidade em se fazer um estudo mais específico dessas fontes para o contexto do Maranhão.

Os testamentos são documentos bem detalhados, escritos em vida, que a pessoa faz no intuito de esclarecer como ela quer que seja a divisão dos bens após a sua morte. Neles também contém desejos pessoais que tratam, sobretudo, de questões referentes às últimas vontades do testador, relativas ao procedimento após a sua morte, cerimonial de seu funeral e pagas à igreja. Os testamentos também apresentam as dívidas, tanto as que o testador era devedor, quanto as que lhes eram devidas, especialmente *para alívio de sua consciência*. Os testamentos, em sua maioria, iniciam com uma invocação a Santíssima Trindade, seguida do nome e da filiação do testador. Prossegue com a encomendação da alma a Deus, à Maria e aos santos de devoção, acompanhado da declaração de que se encontra em perfeito e sã juízo.

Já os inventários *pós-mortem* são documentos bastante ricos em informações que fazem um levantamento dos bens físicos e financeiros (bens móveis, semoventes e de raiz) da pessoa que faleceu para posterior partilha entre os herdeiros.

Pensar os inventários enquanto fontes históricas é pensar os bens e posses que determinada pessoa conseguiu juntar durante sua vida, é pensar também seu status social, aspectos do cotidiano, a cultura material, religiosa, política e administrativa que cercava o inventariante.

A legislação vigente, *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707)*, previa que todos os indivíduos que possuíssem alguma posse deveriam inventariar seus bens. As Constituições ainda ditavam que os beneficiados nos testamentos “se mostrem agradecidos a suas Igrejas, dando-lhes parte de seus bens para se gastarem no serviço dellas, e culto Divino porque seria espécie de ingratidão não deixarem em suas últimas vontades coisa alguma as Igrejas, de cujo dote, e renda se sustentarão” (VIDE, 2010, p. 2010).

Assim, percebe-se que esses documentos eram escritos fundamentados em uma religiosidade e que as fontes em questão nos possibilitam investigar diferentes temas, sobretudo, a que nos propomos, pois embora os inventários *pós-mortem* fossem abertos somente após a morte do indivíduo ele era feito baseado nos testamentos que fora escrito em vida e por uma questão

moral ele não poderia mentir ou omitir quaisquer informações referentes a seus bens e posses.

A documentação utilizada já foi objeto de estudo de um dos mais relevantes trabalhos, até o momento, sobre a economia da São Luís no período colonial, a tese de doutoramento da professora Antonia Silva Mota (2006), intitulada *Família e Fortuna no Maranhão Colonial*, onde a autora discute as redes de famílias que eram formadas a partir de indivíduos afortunados daquele contexto. A autora também publicou parte dessa documentação em um livro chamado *O cripto maranhense e seus legados*, livro este que será fundamental para nos demonstrar um panorama mais geral sobre o endividamento em São Luís ao longo do século XVIII, uma vez que lá consta as dívidas ativas e passivas não somente dos negociantes de grosso- trato que são os principais sujeitos desta investigação, mas de variados indivíduos que habitavam a capitania do Maranhão nesse contexto.

Considerações Finais

A pesquisa em desenvolvimento visa contribuir com os estudos sobre economia do Maranhão a partir da segunda metade do século XVIII e inserir este espaço nas discussões sobre crédito e endividamento, uma vez que, como já mencionado, existem estudos consistentes sobre essa característica das dinâmicas creditícias para outras partes do Brasil.

Percebe-se na através das documentações primárias que os negociantes da Capitania do Maranhão movimentavam-se dentro e fora da colônia e este contato se dava por vias marítimas ou terrestres. Nesse contato não havia somente a troca de mercadorias, e a prática de comprar e vender fiado, mas a fusão de hábitos, costumes e crenças,

Assim, pensaremos esse dinamismo considerando as impressões sobre História *cis-atlântica* que David Armitag defende em seu texto intitulado *Três conceitos de história atlântica*, onde se pensa “lugares particulares como localidades singulares

dentro de um mundo Atlântico e busca definir essa singularidade como o resultado da interação entre particularidades locais e uma rede mais ampla de conexões (e comparações)”. (ARMITAG, 2014, p.7).

As considerações apresentadas são ainda preeliminar visto que ainda estamos trabalhando tanto questões teóricas quanto metodológicas para endossar as discussões apresentadas. E, por meio dessas análises buscaremos compreender o papel desses sujeitos para economia e consequentemente para o processo de endividamento na Capitania do Maranhão na segunda metade dos setecentos.

REFERÊNCIAS

BRAUDEL, Fernand. *O mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. 2ª edição. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1995.

CHAMBOULEIRON, Rafael. “Muita terra... sem comércio”: O Estado do Maranhão e as rotas atlânticas nos séculos XVII E XVIII. *Outros tempos*. Volume 8, número 12 – Dossiê História Atlântica e da Diáspora Africana , dezembro de 2011.

FARIA, Sheila de Castro. A colônia em movimento. Rio de Janeiro: *Nova Fronteira*, 1998, p. 178-179.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1998, pp. 89-100.

FRAGOSO, João. *Homens de grossa aventura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 241-252.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 3ª. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Trad. António Narino. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

LEVI, Giovanni. sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da historia: novas perspectivas*. Tradução de

Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992. p. 133-162

LIMA, Alam da Silva. *Do “dinheiro da terra” “ao “ bom dinheiro”*. *Moeda natural e moeda metálica na Amazônia Colonial (1706-1750)*. Dissertação (mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas- Universidade Federal do Pará Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. Belém, 2006.

MEIRELES, Mario. *História do Maranhão*, 2ª ed., Fundação Cultural do Maranhão, 1980.

MOTA, Antônia da Silva. *Família e Fortuna no Maranhão Colonial*. São Luís: EDUFMA, 2006.

_____; SILVA, Kelcilene Rose; MANTOVANI, José Dervil. *Criptomaranhense e seu legado*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.

NOVAIS, F. Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808). São Paulo: Hucitec, 1989. p.70.

OSÓRIO, Helen. “Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América portuguesa”. *Revista Brasileira de História*. 39 (2000), p. 86.

PRADO Jr., C. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

_____, *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PEREIRA, Magnus Roberto de M; BORGES, Joacir Navarro. Tudo Consiste em dívidas, em créditos e em contas: relações de crédito no Brasil Colônia- Curitiba na primeira metade do século XVIII, In: *Revista de História* 162 (1º semestre de 2010). p.2.

SAMPAIO Antônio Carlos Jucá de. *Crédito e circulação monetária na colônia: O caso fluminense, 1650 -1750*. In: *Anais do V Congresso Brasileiro de História Econômica*. <http://www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe200375.pdf>.

SALES, Alberto Jaqueri de. Dicionário Universal de Commercio. Trad. e adaptação manuscrita do *Dictionnaire Universel de Commerce*, de Jaques Savary des Brulons, 4 vols. 1813. <http://purl.pt/13945/1/>.

SUBRAHMANYAM. Sanjay. Em busca da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, volume 30, nº26, p. 219-240, janeiro- abril de 2019.

VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*; estudos introdutórios e edição de BrunFeiltler e Everghthon Sales Sousa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

VIVEIROS, Jerônimo de. *História do Comércio do Maranhão, 1612-1895*. São Luís: Associação Comercial do Maranhão, vol 1, 1954.

.

“NÃO TEM LUGAR DEFERIR-SE A INTRODUÇÃO DA MOEDA NESSE ESTADO”: perspectivas sobre as dinâmicas comerciais no Maranhão (1706-1750)

Ana Paula Durans Lopes

1 Introdução

As discussões historiográficas que permeiam este trabalho tratam das redes de sociabilidades e negócios ultramares no Maranhão, inserindo-se na temática da economia na Amazônia colonial. Pretendendo apresentar algumas perspectivas sobre os intercâmbios comerciais, entendendo dentro das dinâmicas complexas de funcionamento do comércio, como as autoridades ultramarinas lidavam com os negócios na primeira metade do século XVIII em que o “dinheiro da terra” era a moeda corrente.

A delimitação do recorte temporal no período joanino de 1706 a 1750 busca contribuir com a produção historiográfica sobre a Amazônia joanina desse contexto, para isso o recorte espacial se delimita a capitania do Maranhão inserida num cenário intrincado de conexões com o ultramar e percebendo a partir da análise micro analítica as conexões dessa capitania com outras regiões que faziam parte dos negócios do reino português.

A pesquisa em andamento permite inserir o Maranhão colonial do século XVIII na discussão sobre a temática, suas particularidades e aspectos complexos que envolviam as dinâmicas redes de sociabilidades e comércio. Nesse sentido esta pesquisa vem se fundamentando no diálogo com a historiografia que a nível nacional permeia pelos estudos das principais praças comerciais do Brasil em que se refere também aos estudos de cunho revisionista e críticas à historiografia clássica surgidas a partir de 1970 que trazem outras perspectivas do funcionamento do comércio, consistindo em uma historiografia que se debruça no Estado do Brasil ou no chamado Atlântico sul.

A dinamicidade das relações comerciais do Atlântico sul ocorre diferente do Estado do Maranhão, nesse sentido é

relevante apresentar tais discussões desse quadro teórico muito mais para ir além de análises comparativas, mas para perceber que o Maranhão se insere em circuitos de trocas em outros níveis de dinâmicas e complexidade na conexão com o reino português.

Ainda nesse diálogo historiográfico cabe a abordagem dessas perspectivas sobre o Estado do Maranhão e Grão-Pará com os estudos recentes sobre a Amazônia colonial que enriquecem a compreensão sobre esse território. A questão central que ao longo do desenvolvimento da pesquisa vem se mostrando pertinente é que o Maranhão apresenta outras experiências atlânticas como aponta Rafael Chambouleyron (2008, p. 189) “se a Amazônia portuguesa não se vinculara e se construía, como outras partes da América portuguesa, baseada no mundo do Atlântico sul, isso não significa que o seu desenvolvimento se desse somente voltado para o sertão ou de forma isolada em relação ao resto do Império”.

2 Entrecruzamento de fontes documentais na conexão das dinâmicas comerciais no Maranhão

O diálogo com essa historiografia vem contribuindo com a interpretação e problematização das fontes documentais. A pesquisa busca um aprofundamento com a documentação principalmente do Conselho Ultramarino, presente no Arquivo Histórico Ultramarino e, documentos da Câmara Municipal de São Luís e Câmara Eclesiástica do bispado, existentes no Arquivo Público do Estado do Maranhão.

O uso de diferentes fontes proporciona um olhar mais detalhado sobre a presença dos negócios ultramarinos, visto que traz a presença das autoridades, negociantes, a preocupação com o mercado interno da cidade e o envolvimento de outras camadas sociais, incluindo credores que requeriam débitos na Câmara Eclesiástica do bispado maranhense.

Com relação a moeda metálica no Estado do Maranhão houve debates entre as autoridades metropolitanas e coloniais até o Decreto Real de introdução em 1748. Durante essa primeira metade do século XVIII os gêneros naturais serviam como moeda de troca para transações no comércio, assim

la economía amazonica colonial, hasta mediados del siglo XVIII, se organizo basada en el uso de monedas no metalicas. La limitacion del comercio externo fue seguramente un elemento central para el desarrollo de intercambios comerciales y de pagos hechos con diversos productos de la propia region. Fundada en la apropiacion y uso particular de los generos locales, poco a poco se configuro una categoria central del funcionamiento de la economia local: el “dinero de la tierra” (LIMA, Alam da Silva. et al., 2009, p. 207).

A moeda natural “seriam todos os gêneros de origem natural que, advindos do extrativismo ou do cultivo, passaram a ter um valor reconhecido pelas autoridades e moradores do Estado do Maranhão, sendo utilizados na compra de víveres, nas remunerações, pagamento de impostos e no comércio” (LIMA, 2006, p.31).

Pelo cenário das dinâmicas do Maranhão o uso da moeda natural estava imbricada a uma economia extrativista “marcadas por la presencia y cultura indigenas, y por una particular relacion con el interior de la selva —que en aquel entonces se llamaba el sertão”. Desse modo, se buscava nos sertões gêneros como o cacau, o cravo e a salsaparrilha, além de se obter “esclavos indigenas, y se misionaban almas para la Iglesia” (LIMA, Alam da Silva. et al., 2009, p. 206).

Com a proibição da entrada do dinheiro amoadado no Estado do Maranhão era comum encontrar na documentação referências aos gêneros como forma de pagamento. O algodão se destacou como moeda principal na Capitania do Maranhão que “era transformado em pano, que por sua vez era vendido e utilizado nos pagamentos na forma de rolos, novelos e em varas” (LIMA, 2006, p. 35).

O imenso território do Estado formado pelas capitâneas reais do Maranhão, Pará e Piauí e as capitâneas privadas de Cametá, Tapuitapera, Caeté e Ilha Grande de Joanes se conectavam pelas redes de sociabilidades, apresentando diferenças geográficas que compunham uma economia como já

mencionado extrativista, com cultivo agrícola e também com atividades pecuaristas, esta última se destaca a capitania do Piauí.

A questão aqui se atenta para a entrada de moeda metálica pelo Piauí que vendia gado e era uma “área de transição” entre os Estados do Brasil e o do Maranhão, por isso mantinha contato com duas realidades distintas, uma em que havia a existência de dinheiro metálico e outra em que era utilizada a moeda natural” (LIMA, 2006, p. 36). Ao realizar tais transações o Piauí conseguia ouro em pó e dinheiro amodado, então mesmo que formalmente não fosse permitida a circulação da moeda no Estado do Maranhão é uma possibilidade que essa circulação acabava existindo.

Não obstante em 1706 em carta do rei D. João V para o governador do Maranhão trata justamente para esta questão e reafirmando o prejuízo que circular a moeda no Maranhão causaria

sobre a introdução da moeda nesse Estado com avanço que apontaes; E porque hoje está correndo que ahi tem entrado do Brazil e consideradas as razões que há de prejuízo nesta matéria. Me pareceu dizer-vos que não tem lugar deferir-se a introdução da moeda nesse- Estado porque seria esta novidade mui prejudicial nelle; E assim vos ordeno prohibaes absolutamente o correr esta moeda que hoje se acceita nessas terras em dobro do que vale no Estado do Brazil, cuja forma senão podia ahi dar por ser matéria só do meu poder Soberano, tenho entendido que deve logo cessar o uso do tal dinheiro em dobro e correr somente pelo que vale no Brazil ¹.

Em 1748 o Decreto Real por D. João V formaliza a introdução da moeda metálica que começa a circular somente em 1750 quando da chegada dos navios com o dinheiro vindos de Lisboa. Nesse sentido, Alam da Silva Lima (2009, p. 173) aponta que D. João V teve vários posicionamentos com relação a introdução da moeda

¹ “Livro Grosso do Maranhão” (LGM). **Anais da Biblioteca Nacional** (ABNRJ), vol. 66, 1948, 285.

primeiramente, soube da entrada de dinheiro metálico do Estado do Brasil através da capitania do Piauí, limitando-se a proibir o uso desse dinheiro com valor em dobro. Depois da tentativa frustrada de 1724, acabou se decidindo por uma proibição por completo da circulação do dinheiro metálico. E por fim, depois de muitos anos e reclamações dos moradores e filhos da folha, e exames pelo Conselho Ultramarino e pelos procuradores da Coroa e da Fazenda, acabou por se decidir pela monetarização.

Ademais, nesse cenário da primeira metade do século XVIII as Câmaras municipais tinham papel preponderante na administração portuguesa tratando das mais diversas questões da ordem do cotidiano. Destarte, a Câmara de São Luís era responsável por regular o abastecimento da cidade chegando, inclusive a obrigar os comerciantes a colocarem seus produtos a disposição da população, além disso essa mesma Câmara estava incumbida de proibir a venda de produtos para da capitania afim de não desabastecer o comércio com venda de gêneros essenciais, como o açúcar, a farinha, entre outros (XIMENDES, 2010, p.199).

O abastecimento de carnes era pauta na Câmara para garantir que a população não ficasse desassistida, a exemplo em 23 de janeiro de 1708 transcorre um leilão na dita Câmara em que Diogo da Costa morador de São Luís arrematou o contrato de carnes constando que

lhe dava treze (libras) de carne livres para o povo por hua vara de pano ficando obrigado a satisfazer os subcídios de sua Magestade como tambem sincoenta mil reis de propina para Caza da Câmara com declaração de lhe darem os dizoito índios para a condução das dittas carnes como sua Magestade ordena e nesta forma lhe foi mandado rematar o ditto contrato para este anno de sete sentos e outo que terá pincipio pella festa da pascoa deste ditto anno de sete sentos e nove o que o ditto procurador fez metendo hum ramo ver de na mão do ditto Diogo da Costa dizendo lhe fizesse muito bom proveito ².

² Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714, F. 115-116.

No Termo de rematação das carnes consta ainda que os oficiais da Câmara estabeleceram como condição que “não faltaria sábado algum com carne que bem bastasse para acomodar ao povo, e que nas festas do anno assistiria com setenta cabeças de antes demais que de menos para acodir ao provimento do povo”, além disso, se Diogo da Costa não cumprisse as condições do contrato teria que pagar seis mil réis por cada vez ³.

No ano seguinte de 1709 a Câmara de São Luís novamente faz leilão “para effeito de se rematarem as carnes de vaca para este anno de sete sentos e nove que havião andado em leilão os dias da lei para serem rematadas a quem mais (libras) der ao povo” ⁴. Nesse de Termo de rematação o contrato era de 14 libras as carnes e 10 mil réis de propina para a Câmara. Pedro da Silva arrematou “o ditto contrato para dar quatorze libras de carnes para o povo por hua vara de pano por este anno de sete sentos e nove e dez mil réis de propina para a caza da Camara ficando obrigado a satisfazer os subcidios a El rei” ⁵.

Nesse Termo de rematação cabe ainda destacar nuances importantes que aparecem no funcionamento da administração desse abastecimento, o documento mostra que Pedro da Silva pedia dezoito índios para conduzir as carnes, o contrato duraria desde o início da Páscoa de 1709 até o início de 1710, não faltando sábado algum e que nas festividades de natal, Pascoa e Espírito Santo “em tudo assistiria com setenta cabeças antes demais que de menos para acodir ao provimento do povo de tal sorte que se não experimentasse falta alguma”. Caso não cumprisse as condições estabelecidas no contrato pagaria 6 mil réis cada vez que faltasse a carne, dinheiro que serviria para as despesas da Câmara de São Luís e “que venderia aos officiais as carnes necessarias para trabalharem pellos seos officios de çapateiro” ⁶.

Alguns aspectos a serem destacados é que era responsabilidade da Câmara municipal abastecer o povo com carne que esta estabelecia um contrato que era leilado e ficaria

³ Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714, F. 117.

⁴ Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714, F. 145.

⁵ Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714, F. 145-146.

⁶ Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714, F. 146-147.

a cargo dos comerciantes esse abastecimento. Nesse caso ficava com o contrato quem oferecia “maior propina, ou seja, mais arrecadação para a Câmara, menor preço para o povo e maior quantidade de produto” (XIMENDES, 2010, p. 221).

Assim, as Câmaras municipais constituíam a administração portuguesa na América exercendo poder e gerência das atividades no Império ultramarino. Por outro lado, também há o Conselho Ultramarino em Lisboa responsável pelos interesses do reino na capitania do Maranhão. Com relação ao comércio existe 70 documentos entre 1716 a 1750 que especificamente dizem respeito a vendas escravos negros, controle na entrada de navios estrangeiros, preços e transportes dos gêneros, comércios entre capitanias, utilização da mão de obra indígena para o comércio, abastecimento da cidade com alimentação, pagamentos com gêneros, dentre os quais era comunicação com autoridades da Câmara de São Luís.

Essa preocupação do Conselho Ultramarino com seus negócios na capitania do Maranhão é expressa na documentação mostrando a tentativa de controle de seus interesses comerciais. A exemplo em 1728 no requerimento do provedor e deputados da Mesa dos Homens de Negócios para o rei D. João V solicitam medidas para controlar o comércio feito por navios estrangeiros nas capitanias do Maranhão e Pará, isso porque em 1727 saiu um navio da Corte para o Estado do Maranhão um homem de negócios por nome João que era estrangeiro

comerciando assim no Maranhão como no Pará onde se acha com casas de Negocio estabelecidas em tal forma q no Navio N. Senhora da Concessão e Santa Anna Capitão Antonio Rodrigues Chaves que de proximo está apartir para aquelle estado llevão muitas e varias quantidades de fazendas (...) ⁷.

Em outro requerimento é possível perceber também como o gerencimento desse comércio envolvia a articulação para o melhor transporte das cargas, em outro requerimento de 1750 os comissários e outras pessoas que têm negócios com o Maranhão

⁷ AHU, Maranhão, cx. 16, doc. 1664.

e Pará solicitam ao rei D. João V que os navios que vão para o Maranhão

se demorem mais por tempo de hum mez, depois de partir a Nau da Índia, servindo de pretexto a esta supplica a noticia que chegou de se ter perdido um Navio, e haver naquele Estado muita carga: porem não pode ser bastante este motivo, para se demorem seis Navios que estão preparados, e tomando carga ⁸.

O conjunto de fontes que faz parte mais largamente este trabalho mostra as conexões com diferentes estratos sociais, nas transações comerciais existiam as interligações com outras regiões, próximas ou não, que conectavam os indivíduos. Isto é mostrado pelas diferentes fontes reunindo juntamente com esses exemplos citados os 70 documentos do Conselho Ultramarino, os termos de contrato e venda de escravos nos Livros de Acórdãos da Câmara de São Luís e os processos cíveis da Câmara Eclesiástica, estes últimos mostrando casos específicos em que os negócios ultramares alcançavam os diversos estratos sociais. Como bem explicita Carlo Ginzburg no seu método partimos da investigação desses sujeitos – do nome – pois, as “linhas que convergem para o nome e que dele partem” desponha o tecido social (GINZBURG, 1989).

Dentre tais discussões a abordagem também de uma análise a partir do objeto em uma escala mais detalhada, valoriza o particular e as peculiaridades dentro da História, segundo Jacques Revel é ainda a colocação da macro-história como uma análise mais global de um determinado tema que assume igualmente a compreensão dos processos sócio históricos.

A micro-história apresenta um novo olhar e novos questionamentos dentro da história da historiografia. O principal ponto destacado aqui sobre as abordagens tanto na micro quanto na macro história são o princípio da variação dentro dos jogos de escalas, as questões que nos interessam levam em consideração a interligação e/ou articulação dessas variações. Para tanto, nesse modelo analítico Jacques Revel propõe

⁸ AHU, Maranhão, cx. 31, doc. 3190.

a pensar que é em todos os níveis, desde o mais local até o mais global, que os processos sócio históricos são gravados, não apenas por causa dos efeitos que produzem, mas porque não podem ser compreendidos a não ser que os consideremos, de forma não linear, como a resultante de uma multiplicidade de determinações, de projetos, de obrigações, de estratégias e de táticas individuais e coletivas (REVEL, 2010, p. 443).

Desse modo, Jacques Revel aponta para uma ideia em que as variações de escala não são de maior ou menor importância, mas sim, trata de estratégias de análises de exploração do objeto de estudo em que se possa entender o funcionamento e a integração das relações sócio históricas. Por isso essa interconexão entre os negócios no Maranhão setecentista e a dinâmica de comércio com o Reino português.

Para tanto, é importante evidenciar que a microanálise se apresenta como uma estratégia de viabilização do conhecimento teórico de uma dada realidade, quanto a isso Revel explicita que

a abordagem micro-histórica é profundamente diferente em suas implicações e procedimentos. Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama. Ou, para recorrer a um outro sistema de referências, mudar as escalas de representação em cartografia não consiste apenas em representar uma realidade constante em tamanho maior ou menor, e sim em transformar o conteúdo da representação (ou seja, a escolha daquilo que é representável). Notemos desde já que a dimensão “micro” não goza, nesse sentido, de nenhum privilégio especial. É o princípio de variação que conta, não a escolha de uma escala em particular (REVEL, 1998, 20).

Nesse sentido se trata muito mais de uma articulação entre o micro e a macroanálise, um como alicerce do outro, sem que um seja excludente ou sobreposto ao outro. Essas considerações

mostram muito bem a relação e importância em lidar com os aportes teórico-metodológicos e também conceituais da inserção da microanálise, levando em conta o seu não isolamento, mas sim, a relação com a perspectiva da macro-história.

Segundo Ronaldo Vainfas “as abordagens macro e micro-histórica não são necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos e, até certo ponto, opostos”. O historiador afirma que

são abordagens que se podem combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa. Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades — os homens e mulheres “de carne e osso”, para usar imagem cara a Lucien Febvre (VAINFAS, 1997, p. 339-441).

Desse modo, Benard Lepetit ao analisar a escala na história nos mostra algo bastante preponderante sobre a problemática da análise em suas variações

O saber, numa tal configuração, vem se chocar contra dois obstáculos consideráveis. De um lado, o observador é incapaz, para descrever o mundo, de reconhecer e de adotar o ponto de vista adequado e a distância correta: sua condição humana se opõe a isso. De outro lado, a escolha da escala de observação nunca chega verdadeiramente a uma redução da diversidade do mundo e de singularidade das coisas: um cacho não tem dois bagos iguais. A renúncia ao conhecimento não é porém o resultado dessa constatação sem ilusão (LEPETIT, 1998, p. 102).

Para, além disso, a análise em história entra no campo de múltiplas questões sobre sua continuidade e seus pontos de ligações ou coesão, existindo várias possibilidades de se perceber as transformações, neste caso, perceber também a relação entre os diferentes níveis, ou pelo menos que a enveredação ao caminho da microanálise não seja engessada e restrita, no campo

isolado de afastamento com um nível mais amplo de compreensão. Para tanto, Alba Bensa (1998, p. 45) aponta que

a micro-história não rejeita portanto a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar ou se justificar, o das condições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados. Essas preocupações impedem uma compreensão unívoca e estabelecem extratos de significação que, embora interpenetrando-se, conversam uma certa autonomia estrutural.

Se formos levarmos consideração também que a microanálise nos propõe problemáticas de categorias que por vezes fazem parte do nível macro de análise: os recortes, os limites, desníveis, as defasagens, as especificidades cronológicas, as formas singulares de permanências e os tipos possíveis de relações comparativas entre histórias locais, colocam em evidência também categorias de análise histórica que não se desprendem do macro. Ademais, destaca-se que

basta multiplicar as pesquisas durante um período bastante longo numa mesma área para ver aparecerem, sob a obscura densidade do cotidiano, consequências temporais que permitem sugerir que um conjunto de informações corresponde a um estado do mundo social numa determinada época, naquela ao longo da qual uma mesma problemática se impôs ao espírito dos pesquisadores (BENSA, 1998, p. 58).

A micro-história vai pelo caminho das incompreensões e incoerências, as descontinuidades. Ao fio de percurso dos agentes mercantis levam as dinâmicas da formação de redes de sociabilidade e dinâmica do comércio na capitania no Maranhão, ao ponto que esse contexto faz parte de um sistema econômico colonial complexo e contraditório nas suas relações sócio-históricas.

Considerações Finais

A investigação em desenvolvimento sobre a capitania do Maranhão buscou aqui apresentar as perspectivas das dinâmicas comerciais por meio da potencialidade da documentação sobre o Estado do Maranhão. Os negócios ultramarinos ocorriam em uma dinâmica complexa que envolve em a sociabilidades entre regiões transcorrendo com a menção aos gêneros visto que esse era o contexto que o “dinheiro da terra” formalmente circulava na primeira metade do século XVIII.

O estudo amiúde do tema possibilitará perceber aspectos que permeavam a capitania do Maranhão e as transações ocorridas por meio da troca com moeda natural. Para tanto, fez-se uso das fontes do Conselho Ultramarino, Câmara Municipal de São Luís e Câmara Eclesiástica, percebendo as conectividades e dinâmicas dos negócios. No Arquivo Histórico Ultramarino é possível identificar nessas correspondências, consultas, despachos, solicitações e requerimentos oficiais a comunicação das autoridades ultramarinas em relação ao comércio no Estado do Maranhão Grão-Pará.

Essa compreensão acontece por meio do cruzamento das fontes pelo Arquivo Público do Estado Maranhão (APEM) a pesquisa se concentrou nos Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705-1714, nesse período foram encontrados os termos de rematação de carnes, termo de vereação sobre a produção de açúcar e termos de rematação de escravos negros. Desse arquivo as séries de Autos de Libelo Cível, Feitos Cíveis de Libelo e Feitos Cíveis de Assinação de Dez Dias da Câmara Eclesiástica do bispado do Maranhão, mostra credores que cobraram seus débitos vencidos no Tribunal da Igreja, os réus eram padres da Ordem Secular. Estudos de casos percebe as especificidades desse cenário, buscar o específico acaba sendo uma estratégia metodológica que possibilita estudos comparativos, contribuições historiográficas a nível local e nacional e, a relação no âmbito de análise micro com a realidade macro.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Maranhão, cx. 16, doc. 1664.

AHU, Maranhão, cx. 31, doc. 3190.

Arquivo Histórico do Maranhão (APEM), Livro de Acórdãos da Câmara de São Luís de 1705 a 1714.

APEM, Autos de Libelo Cível, doc. 852-853.

APEM, Feitos Cíveis de Libelo, doc. 4659.

APEM, Feitos de Assinação de Dez Dias, doc. 2563-2564-2565-2566-25667.

BARBOSA, Benedito Carlos Costa. **Em outras margens do atlântico: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Grão-Pará (1707-1750)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2009.

BENSA, Alban. Da micro-história a uma antropologia crítica. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. (Trad. Dora Rocha). – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CARDOSO, Alírio Carvalho. **Insubordinados, mas sempre devotos: poder local, acordos e conflitos no antigo Estado do Maranhão (1607-1653)**. Campinas: Dissertação de Mestrado (História), UNICAMP, 2002.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **A Amazônia e as ilhas atlânticas**. Canoa do Tempo, Manaus, v. 2, n. 1, p. 187-204, 2008.

COELHO, Ronny Pereira. “Comunicação Política: Governadores e a Câmara de São Luís e de Belém na documentação do AHU”. (SÉCULO XVII). **Revista Anagrama** (USP), v. 6, 2013.

GINZBURG, Carlo. **A Micro-história e outros ensaios**. Trad. António Narino. – Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

HAMEISTER, Martha Daisson. **O continente do Rio Grande de São Pedro: os homens, suas redes de relações e suas mercadorias semoventes (C.1727-C.1763).** Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

LEPETIT, Bernard. Sobre a escala na história. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** (Trad. Dora Rocha). – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

LIMA, Alam da Silva. **Do “dinheiro da terra” ao “bom dinheiro”.** Moeda natural e moeda metálica na Amazônia colonial (1706-1750). Dissertação (Mestrado) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

LIMA, Alam da Silva. et al. Plata, paño, cacao y clavo: “dinero de la tierra” en la Amazonía portuguesa (c. 1640-1750). **Fronteras de la Historia.** Vol. 14, núm. 2- Red de Revistas Científicas da América Latina, el Caribe, España y Portugal, 2009, pp. 205-227.

“Livro Grosso do Maranhão” (LGM). **Anais da Biblioteca Nacional** (ABNRJ), vol. 66, 1948.

MELLO, Márcia Eliane Alves de Souza. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. **Clio**, Recife, v. 27, n. 1, p. 46-75, 2009.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí** (primeira metade do século XVII). Belém: Dissertação de Mestrado, UFPA, 2011.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (Org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** (Trad. Dora Rocha). – Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

_____. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. (Trad. Anne-Marie M. de Oliveira). In: **Revista Brasileira de Educação**, v. 15 n. 45, p. 434-550, 2010.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil:** colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

SOUSA, Avanete Pereira. Circuitos Comerciais, Elites Mercantis e Redes Familiares (Bahia, Século XVIII). **Revista Ultramares**, Dossiê Nº 2, Vol. 2, Jan-Jul/2012.

SOUZA, George Félix Cabral. **Os homens e os modos da Governança.** A Câmara Municipal de Recife do século XVIII num fragmento da história das instituições municipais do Império Colonial Português. Dissertação (Mestrado). – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. Caminhos e descaminhos da História. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo. **Domínios da História.** Ensaios de Teoria e Metodologia. 5ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997.

XIMENDES, Carlos Alberto. **Sob a mira da Câmara:** viver e trabalhar na cidade de São Luís (1644-1692). Tese (Doutorado). – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

REVOLTAS POPULARES À LUZ DA HISTÓRIA GLOBAL: reflexões teórico-metodológicas acerca do Maranhão Imperial¹

Yuri Givago Alhadeff Sampaio Mateus

1 Introdução

O presente trabalho tem por pretensão refletir algumas questões da pesquisa de doutorado intitulada ***A (DES) ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)***. Essa temática ainda carece de estudos, razão pela qual justifica-se a escolha do tema tratado neste capítulo, que se desdobrará na tese. Vale dizer que a pesquisa se encontra em fase inicial o que resultará em um trabalho introdutório, contudo, somente mostrar alguns resultados e indicar alternativas de pesquisas que admitam o avanço no estudo desta problemática.

O atual quadro de desigualdades sociais existentes no Brasil são desdobramentos de um projeto de exclusão que se constituiu desde os tempos coloniais, quando o “Novo Mundo” ainda se mantinha subordinado ao outro lado do Atlântico, isto é, a Portugal. No século XIX, com a Independência brasileira, em 1822, esse novo país demandou uma Constituição para dar bases legais ao seu processo de construção de uma ordem que mantivesse as regalias de uma minoria historicamente privilegiada, bem como a continuidade das relações entre senhores e escravos, o monopólio da terra pelas elites da época, etc. A Constituição de 1824 teve um papel importante e até mesmo fundamental nessas permanências, já que permitiu a

¹ Este texto é uma versão parcial e modificada dos trabalhos de conclusão das disciplinas Teoria da História, ministrada pela prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho, e do Seminário de Pesquisa, ministrada pelo Prof. Dr. Lyndon Araújo dos Santos, apresentados ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão.

construção, ou rearranjo, de determinadas limitações de acesso à cidadania² para todos os habitantes dos trópicos.

O contexto de construção da ordem imperial brasileira (1823-1841) foi marcado por embates que envolveram os mais diversos segmentos da sociedade Oitocentista, sobretudo aquela população menos favorecida e excluída, isto é, homens livres e escravos, brancos, caboclos, pardos e negros, etc. Estes grupos lançaram as suas pautas sob formas de protestos, o que criou um espectro entre as elites da época de uma possível revolta escrava, assim como no Haiti³, tomariam o poder e extinguiriam os alicerces de toda a ordem social tencionada a beneficiar apenas uma minoria daquela sociedade, a qual historicamente se perpetuavam no poder e usufruía de direitos e privilégios. Entre os locais que sediaram esses protestos, destaca-se a província do Maranhão, que foi palco dos momentos históricos da Independência (1823), Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-41), movimentos populares contestatórios ocorridos na primeira metade do século XIX.

Assim, o texto está organizado em três partes: a primeira apresenta-se o objeto de estudo da pesquisa de doutorado. Na segunda parte, expõe-se alguns dos conceitos e teóricos que serão trabalhados na tese. Por fim, discute-se, portanto, de forma breve os estudos do banditismo social sob perspectiva da História Global, bem como algumas interpretações sobre este novo campo de estudo.

² O conceito de Cidadania utilizado neste artigo é o apresentado pelo historiador José Murilo de Carvalho na obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, publicada em 2001, que se baseou no autor T. A. Marshall, no qual assegura que a cidadania se configura em direitos civis, políticos e sociais. E para uma síntese histórica a respeito da cidadania no Brasil, ver: COSTA, Yuri. Os (des)caminhos da democracia: hierarquias sociais e direitos de cidadania no Brasil do século XIX. In: GONÇALVES, Cláudia Maria da Costa; JESUS, Thiago Allisson Cardoso de; COSTA, Yuri (Orgs.). **Biodiversidade, democracia e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p. 213-246.

³ Segundo Lyra (2012, p. 24), o “que sucedera em 1791 no Haiti – onde os escravos embalados pelo ideal de liberdade e igualdade pregado pela Revolução Francesa, se rebelaram, conseguiram liberta-se e assumiram o governo da ilha – era um alerta constante sobre os “perigos” latentes de uma sociedade escravocrata”.

2 O objeto de estudo da pesquisa de doutorado: *A (DES) ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)*

A problemática dessa pesquisa de doutorado é: como os segmentos populares reagiram ao processo de exclusão política do Estado imperial brasileiro e seu modelo de cidadania excludente, bem como a conexão entre o modelo de cidadania contido nos projetos de Estado brasileiro, por meio do estudo do Pós-Independência a partir das lutas populares desse período? Para isso, busca-se apresentar quais as formas e meios de resistência, instrumentos de lutas e motivações das camadas populares para se manifestar, (re)agir e exigir participação política nesse contexto de construção da ordem imperial no Maranhão (1823-1841); o que seria popular (povo) nesse período; como os valores morais, familiares, conjugais desses populares eram julgados pelos elites e considerados não civilizados.

Outras questões permeiam esta pesquisa são as seguintes: como a Igreja Católica alternava sua conduta de acolhimento e repulsa às manifestações populares; como elemento religioso era utilizado pelas elites e apropriados pelos próprios sujeitos das camadas populares. O Catolicismo na sua forma de devoção popular estava presente no cotidiano dos populares, embora o Domingos Gonçalves de Magalhães (1848), que atuou como secretário do governo da Província do Maranhão de 1838 a 1841, diga que seja falta de Deus e da religião as causas das rebeldias no Maranhão:

Em remate deste artigo de costumes, direi que de todos os povos que visitei, de todas as províncias do Império em que estive, a do Maranhão, excetuando a sua capital, é onde menos se acata a religião. As luzes do cristianismo parece que ainda não penetraram essas vilas de tetos de palha e choupanas esgarradas em tão vasto território: pobres pardieiros com o nome de igrejas, ermas de fiéis, apenas aninham as corujas, morcegos e mais aves noturnas, cujas imundícies cobrem o chão sem assoalho, e até mesmo os altares; um vapor pútrido, como o hálito da peste se exala

do santuário deserto, e tão miserável é o seu aspecto, que parecem monumentos de zombaria ao mais sublime dos sentimentos humanos. Nós vimos e lastimamos o que escrevemos! O que se pode esperar de homens não domados por nenhum freio? A província do Maranhão tem sido por vezes teatro de rebeldes e testemunha de outras nas províncias limítrofes, e não são poucas as que precederam a esta (MAGALHÃES, 1848, p. 17-18).

Contudo, observa-se a defesa da religião católica pelos populares nos discursos das lideranças nas reivindicações dos rebeldes. No caso da Balaiada, os ofícios⁴ de Raimundo Gomes⁵ dão a entender que as lideranças acreditavam que a religião católica estava sendo ameaçada pela maçonaria razão pela qual associavam essa irmandade como ameaça à liberdade dos populares. Alguns autores mesmo sem aprofundar já apontam a relação da religiosidade e as lutas populares: Soares (2008), Iamashita (2010) e Assunção (2011).

A historiografia tradicional não incluía a participação popular nos processos históricos, no entanto, não é tão simples assim, como querem tais interpretações conservadoras, que trazem em sua escrita a ausência da participação das camadas menos favorecidas, em prol de um discurso pacifista que mascara o real embate entre os projetos elaborados por essas elites e as reivindicações dos populares em relação a esses projetos, que em seus conteúdos excluía e exploravam esse último grupo social. Os chamados anônimos e invisíveis na História, quando aparecem são por motivos de revoltas e são condenados aos olhos dos contemporâneos da época, os quais relatam seus “desatinos” nos documentos oficiais e, como vencedores e senhores da memória, apresentam os vencidos como inimigos da ordem.

Portanto, a pesquisa *A (Des) Ordem Imperial Brasileira: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)* procurará cobrir uma área de pesquisa que muitas vezes não possui subsídios suficientes que permitam uma

⁴ARAÚJO, Maria Raimunda. (Org.). **Documentos para a história da Balaiada**. São Luís: Edições FUNCMA/APEM, 2001.

⁵ Talvez não represente todos os populares, mas revela que haviam líderes diferenciados, que sabiam ler e escrever.

melhor compreensão acerca da participação popular a partir do estudo da realidade maranhense na construção da ordem imperial. Além do mais, busca-se, por meio desta pesquisa, não apenas a apresentação das interpretações da historiografia brasileira sobre a temática proposta nesse contexto, mas também analisar a conexão entre o modelo de cidadania contido nos projetos de Estado brasileiro e quais eram esses projetos de construção da ordem, modelo, programa de nação desse Estado Imperial que estava na sua fase embrionária. E, de fato, aqui reside o diferencial dessa pesquisa.

O recorte temporal que envolve os movimentos do Pós-Independência, Setembrada e da Balaiada (1823-1841) justifica-se, pois, esses três episódios históricos apresentam continuidades como a insatisfação das camadas populares diante do quadro de exclusão política. Após a Adesão do Maranhão (1823) a Independência do Brasil (1823) em que houve intensa mobilização popular em busca de melhores condições de vida, e sobretudo a expulsão dos portugueses, os quais eram tachados como culpados pela condição periférica do país que acabara de nascer. Entretanto, apesar de passados quase uma década dessa Independência, os portugueses ainda ocupavam altos cargos na província maranhense o que ocasionou em outro movimento de grandes proporções denominado Setembrada (1831), considerada como “sementeira da Balaiada”.

A Balaiada (1838-1841) teve como umas das reivindicações dos populares a expulsão dos lusos e também aconteceu praticamente nos mesmos locais que já tinham sido palco da Guerra de Independência (1823) e a Setembrada (1831-32), no Maranhão oriental (Icatu, Caxias, Codó, etc.). Essa coincidência se reflete no fato dos diversos rebeldes já terem pegado em armas ao lado dos patriotas, durante a Independência, como exemplo dos dois balaios (Manoel Francisco dos Anjos Ferreira e Francisco Ferreira de Souza) e o chefe Caboclo Matroá. A extensão geográfica da Balaiada mostra a importância da Guerra de Independência e da Setembrada para a mobilização política das populações menos favorecidas, pois quase duas décadas depois ainda os rebeldes usaram o mesmo palco para a revolta. Desse modo, pretende-se fazer ligações entre os três

movimentos (Independência, Setembrada e Balaiada), e destacar a participação ativa das camadas ditas inferiores.

No contexto das lutas pela Independência no início do século XIX, uma das problemáticas mais importantes da separação entre Portugal e Brasil, em 1822, consistia nessa ex-colônia lusa de dimensão continental se estruturar em um novo país e na organização de um Estado Nacional. Para a construção desse estado havia múltiplos projetos em disputas, como exemplo, a manutenção da escravidão, o regime de governo - monarquia ou república, Estado unitário ou Federação -, se o conjunto de territórios da América Portuguesa se fragmentaria em diversos países ou seria um só país, etc. Dada a extensão territorial e as limitações dos meios de comunicação, as regiões desenvolveram culturas e costumes heterogêneos, o que resultou no isolamento dessas regiões, pois as interações aconteciam mais com a metrópole. A província do Maranhão demonstra isso, pois se recusou a reconhecer a emancipação brasileira devido ao seu contato ocorrer mais com Portugal do que com as demais regiões do Brasil, assim, só aderiu a independência do Brasil em 1823 não sem resistência por parte de alguns setores da sociedade.

No período regencial (1831-1840), diversas revoltas eclodiram no Brasil - Cabanagem (1835-1840), no Pará; Guerra dos Farrapos (1835-1845), no Rio Grande do Sul; Sabinada (1837-1838), na Bahia; e a Setembrada (1831-1832) e Balaiada (1838-1841), no Maranhão - por variadas razões e uma diversidade na composição social, como a participação de homens livres pobres, que estavam insatisfeitos com as suas condições de vida e a inexistência de oportunidades para a mudança desse quadro. Destaca-se também a inserção das camadas populares em um ambiente de pobreza e que além de serem atingidos pela violência dos senhores e grandes proprietários, o próprio Estado operava com agressão, a exemplo do recrutamento para o exército se dava de forma obrigatória nesse contexto, assim os homens livres pobres estavam submetidos a esse processo de agressão do Estado. Para o Maranhão a prática do recrutamento forçado foi um dos fatores que contribuiu para o surgimento da Balaiada.

Destarte, a “Adesão” do Maranhão à Independência do Brasil ocorreu apenas no ano de 1823, quase um ano após ao

famoso “grito” de D. Pedro as margens do Ipiranga. Essa “Adesão” tardia da província do Maranhão ao Império do Brasil, assim como de outras províncias como a Bahia, Piauí, Pará e a Cisplatina (atual Uruguai) expressa como a dissolução de laços que subordinavam o Brasil a sua metrópole portuguesa não era um consenso entre as elites “brasileiras”. Esses episódios não aconteceram de forma aleatória, mas se explicam devido a algumas particularidades do processo de colonização na região norte da América Portuguesa, que sustentou por quase dois séculos o Maranhão como um estado colonial separado do Brasil, o que colaborou para essa resistência em reconhecer o governo do imperador D. Pedro I. Fatores de ordem política, econômica e até mesmo geográfica facilitavam o estreitamento dos laços do Maranhão com Portugal (ABRANTES; MATEUS, 2018).

A guerra pela independência no Maranhão iniciou do sertão rumo à capital São Luís, e teve o auxílio das tropas vindas do Piauí e Ceará, as quais passaram pelo interior da província unindo-se aos simpatizantes com a causa da independência no Maranhão o denominado “Exército Libertador”. Essas tropas chamadas de independentistas protagonizaram várias vitórias nos embates travados com as forças oficiais que se conservavam fiéis à Coroa Portuguesa, provocando medo na capital São Luís. A capitulação oficial do governo provincial ocorreu com a vinda ao Porto de São Luís do navio chefiado pelo almirante britânico Lorde Cochrane⁶, enviado pelo imperador D. Pedro I. A cidade de São Luís já sofria com os efeitos do cerco causado pelo “exército libertador” e estava na iminência de capitular (ABRANTES; MATEUS, 2018). Assim, em 28 de julho de 1823, o Maranhão aderiu a independência do Brasil por meio de resistência que envolveram diversos segmentos daquela sociedade. O primeiro presidente da província do Maranhão após a adesão foi Miguel dos Santos Freire e Bruce, o qual tomou posse em 09 de junho de 1824, perdeu o cargo em 25 de dezembro de 1824.

⁶ “Nascido em 1775, Thomas Alexander Cochrane era descendente de família nobre escocesa e foi o décimo conde de Dundonald. Almirante britânico, notabilizou-se na Marinha inglesa no período das guerras napoleônicas, participando depois da Independência do Brasil” (NEVES, 2008, p. 488-489).

A situação política se estabilizou momentaneamente, mas até 1825 ainda não havia resolvido a questão da distribuição do poder entre as elites. Os portugueses que continuaram no Maranhão conseguiram se naturalizar como brasileiros e acabaram tendo os direitos iguais aos brasileiros natos, e assim uma boa parte desses portugueses conseguiram recuperar seus postos e bens confiscados durante a independência. Isso vai causar ressentimento no “povo” que em algumas ocasiões, como em 1831, vai se levantar para expulsar os portugueses dos seus postos e da província.

No período Regencial, a Setembrada (1831-1832) foi um movimento antilusitano⁷ ocorrido em 1831 na cidade de São Luís e em algumas partes do interior da província, que contou com a participação dos liberais exaltados, povo e tropa. Esse movimento levou o nome de Setembrada por ter eclodido no mês de setembro, uma tradição portuguesa de denominar os movimentos políticos com o nome do mês em que aconteceram. A Setembrada teve como líderes Frederico Magno de Abranches⁸ e o liberal exaltado José Cândido de Moraes e Silva, por meio do seu jornal *O Farol Maranhense*, o qual fazia defesa da liberdade política, dentro dos limites constitucionais, uma vez que considerava que a liberdade ilimitada só “traria consigo a anarquia e desordem”. O líder popular Antônio João Damasceno, era ourives, foi responsável por liderar a resistência no interior, não limitando a Setembrada apenas a capital e aos dois levantes de 13 de setembro e 19 de novembro de 1831, mas estendendo o movimento até meados de 1832, que encerrou com sua morte no Boqueirão em combate com as tropas legalistas.

Nessa conjuntura, outra revolta que contou com liderança popular foi a Balaiada (1838-1841), segundo Claudete Dias

⁷ A lusofobia foi um sentimento recorrente nos brasileiros no período imperial, mas manifestada de maneiras diferentes pelos diversos segmentos sociais, os quais por sua vez expressavam os motivos de seus ressentimentos com os lusos. Apareceram de maneiras diferentes, em muitas províncias e por vários segmentos da sociedade, que protestavam contra a presença lusa no comércio e varejo das principais cidades do país. Para a população miúda, esses portugueses não passavam de exploradores que concorriam até mesmo empregos considerados subalternos (BESSONE, 2008).

⁸ Frederico Magno de Abranches aparece na obra como um dos principais protagonistas do movimento, todavia nas análises feitas nas Atas do Conselho Presidencial, só o encontramos como funcionário do governo, mas ao que se refere à Setembrada nada consta, embora dela tenha participado ativamente.

(1995, p. 73), foi um movimento social que aconteceu no Maranhão, Piauí e Ceará, envolvendo “grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros)”. A historiadora Engel (2008, p. 72) destaca que o “conflito no seio das elites regionais deflagrou o movimento, opondo os bem-te-vis aos cabanos – denominação dada aos conservadores na região”. Esse conflito se agravou com as leis dos prefeitos (1838)⁹, que limitou a atuação dos juízes de paz e acirrou ainda mais os ânimos entre Bem-te-vis e Cabanos¹⁰. Os três principais líderes da revolta (Raimundo Gomes, Manuel Francisco dos Anjos, o “Balaio”; Cosme Bento das Chagas, o “Negro Cosme”) e suas motivações para a participação no movimento, segundo a historiografia, são apontados pela autora:

O episódio que desencadeou as lutas armadas deu-se em 13 de dezembro de 1838, na vila da Manga no Maranhão. Raimundo Gomes, vaqueiro que administrava a fazenda do padre Inácio Mendes – alinhado aos bem-te-vis -, [...] quando alguns de seus homens, inclusive seu irmão, foram recrutados por ordem do subprefeito José Egito – cabano e adversário do seu patrão. [...] pouco depois, emergiu outro líder do movimento popular, [...] fabricante de cestos Manuel dos Anjos Ferreira; daí a sua alcunha de balaio. Aderiu a causa rebelde para vingar-se do estupro das suas filhas por um oficial das forças da repressão, afirma a maior parte da historiografia, ou para reagir ao recrutamento de seus filhos. [...] em novembro de 1839, somou-se uma insurreição de escravos, atingindo várias fazendas da região de Itapecuru-Mirim no Maranhão. [...] liderados pelo liberto Cosme Bento das Chagas – conhecido como Preto Cosme -, integrava as lutas contra a escravidão que marcaram

⁹ “No Maranhão, antecipando-se às medidas que iriam cercear o “avanço liberal”, os deputados aprovam uma lei de autoria do presidente, chamada *“Lei dos Prefeitos”*. Pretende-se com a criação dos cargos de Prefeitos e Subprefeitos, centralizar a administração do município e retirar o poder das mãos dos Juízes de Paz” (ABRANTES, 1996, p. 26, grifos da autora).

¹⁰ De acordo com Iamashita (2010, p. 207), não “respeitar as leis significava para os rebeldes não respeitar a Constituição, que teria sido desrespeitada com a criação da lei das prefeituras, que feria o funcionamento dos poderes estabelecidos pela lei maior da nação. Nesse sentido, quem cometia tal ilegalidade, a de desrespeitar a lei eram os cabanos, os criadores da lei provincial das prefeituras que, segundo os Bemtevis, feria a Constituição. As queixas, representações, protestos que chegaram ao nível do conflito armado da Balaiada nos revelam que estava bem interiorizada na sociedade maranhense do período regencial o entendimento da concepção da representação política e, por conta disso, externaram sua indignação com o não acatamento da Lei das Prefeituras”.

profundamente a História do Maranhão (ENGEL, 2008, p. 72).

Conforme Iamashita (2010, p. 205; 207), os rebeldes sempre “preocupados em serem reconhecidos como cidadãos dignos e patriotas, e não identificados como bandidos, bárbaros ou aproveitadores”, apresentavam-se como “cidadãos bem conceituados nas comunidades para serem emissários de suas correspondências às autoridades”. Além de buscar “respaldo legal para a luta armada contra as autoridades, esclarecendo em várias proclamações e ofícios que não lutavam contra a lei, mas contra os abusos praticados em nome da lei”. Essa autora ainda destaca que os rebeldes não aceitavam as autoridades regenciais e provinciais, contudo, não rejeitavam o monarca. “Pelo contrário, era forte a representação de súditos do rei, simbolicamente pesava muito a “união em torno do rei”, ao qual se devia obedecer por serem os súditos obedientes a Deus e à religião católica”. A insatisfação era de fato “contra os poderosos cabanos¹¹. Estes, na visão dos rebelados, eram autoridades ilegítimas, por serem injustas e por não acatarem a lei, e que insistiam em não lhes conceder a cidadania a que tinham direito pela Constituição” (IAMASHITA, 2010, p. 215).

É importante enfatizar que a Carta Magna definiu como sistema de governo do Brasil uma Monarquia, Hereditária, Constitucional e Representativa. Assim, a Constituição Brasileira de 1824¹² em seu artigo 5, afirmava que: “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo”. Segundo o historiador Guilherme Pereira das Neves (2011, p. 379), existem muitas

¹¹ Durante o período desse conflito, os bem-te-vis e cabanos se atacavam na tribuna jornalística com acusações recíprocas sobre a responsabilidade pela revolta e seu crescimento, a exemplo do argumento dos bem-te-vis destacado por Janotti (1987, p. 53), que durante todo o período inicial da Balaiada, os bem-te-vis “não cansaram de responsabilizar os cabanos pelo crescimento da revolta, pela ineficiência da administração, pela corrupção da Guarda Nacional e, aproveitando-se da insegurança geral, vaticinar um grande derramamento de sangue na província”.

¹² É importante destacar que a Constituição de 1988, a atual Carta Magna do Brasil, em seu artigo 5º, assegura que “VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício de cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias” (BRASIL, 1988).

explicações para a seguinte afirmação de que “ao longo dos séculos, a Igreja constituiu uma das instituições capitais da civilização ocidental”. Para tanto, esse autor admite que, sob uma perspectiva econômica, a Igreja foi um, empreendimento que acumulou e soube operacionalizar a soma extraordinária de recursos. A partir de uma ótica social, essa instituição religiosa foi:

[...] uma organização excepcional de indivíduos, espalhados pelos cinco continentes, voltados a uma multiplicidade de tarefas. Do político, uma instância que reivindicou para si o papel de supremo árbitro do mundo. Do cultural, um agente decisivo tanto na transformação de comportamentos e atitudes diante da vida quanto na preservação e geração de conhecimentos e obras inestimáveis, que integram o patrimônio da humanidade. Pode ainda ser tomada como a responsável por ações que hoje despertam repulsa e até condenação, como a Inquisição e a intolerância em relação a outras culturas (NEVES, 2011, p. 379).

Por fim, nesta pesquisa de doutorado, tem-se como objetivos específicos apresentar as interpretações da historiografia brasileira, com destaque para a maranhense, sobre a construção da ordem imperial e as lutas políticas e sociais nessa conjuntura, bem como os projetos de Estado e sociedade em jogo no contexto da ordem política imperial e suas implicações para as ideias e práticas de cidadania no Brasil. Discutir a influência da religiosidade (Igreja Católica, Maçonaria) nas revoltas populares, tal como os religiosos viam e/ou se estavam envolvidos nessas manifestações e as apropriações feitas pelos segmentos populares do conjunto doutrinário do Cristianismo, o que resultava no chamado “Catolicismo Popular¹³”. Destacar o protagonismo das camadas populares nos movimentos políticos e sociais que marcaram o processo de construção da nova ordem imperial no Maranhão e o papel dos seus líderes, especialmente João Damasceno (Setembrada) e Raimundo Gomes (Balaçada). Apontar as alianças e as rupturas entre as

¹³ Segundo Santirocchi (2015, p. 34), a noção de “catolicismo popular”, tem “um desenvolvimento próprio”, com os seguintes traços: “de magia, de superstição, de sincretismo, de credices, humanização do divino, entre outras características”.

elites liberais e as camadas populares no Maranhão, e como estas elaboraram suas utopias políticas (liberalismo popular), a exemplo do ocorrido nos movimentos do Pós-Independência da Setembrada e da Balaiada.

3 Alguns conceitos e teóricos que serão trabalhados na tese

Na elaboração da tese para a caracterização dos excluídos da história, serão utilizados os conceitos trabalhados por Hobsbawm (2010) em sua obra *Bandidos*, em que analisa o banditismo social, a fim de perceber nas ações populares formas de reação às injustiças sociais que sofriam aqueles vistos como cidadãos de segunda classe, como um perigo à ordem social. O conceito de “ladrão nobre” diz que o “bandido” vai iniciar a sua carreira na marginalidade não porque gosta do crime, mas como vítima da injustiça social. O ladrão nobre “não é inimigo do rei ou imperador, fonte de justiça, mas apenas da nobreza, do clero e de outros opressores locais” (HOBBSAWM, 2010, p. 69).

Georges Rudé (1910-1993), historiador marxista, dedicou-se a estudar os movimentos populares na França e na Inglaterra de 1730-1848, na obra intitulada *A multidão na história*. Esse historiador problematiza o lugar que a multidão ocupou na história, uma vez que foi considerada indigna de estudo, era comum que a atenção dada aos seus motivos de reivindicações fosse superficial e condenatórios. As interpretações das causas que levaram grupos a se rebelar tendiam a depender das atitudes e valores dos seus autores, isto é, para aqueles que censuravam a multidão os motivos pareciam vis, e as que a sua formação ocorria, pois se deixavam levar pela atração do saque e outros instintos criminosos em potencial. Por outro lado, outros autores consideravam a multidão digna de simpatia ou compaixão e não de reprovação, pois existiam diversas causas para os atos de protestos (RUDÉ, 1991).

A multidão insurgente se forma por algum motivo, pois esse grupo de indivíduos podem estar “com fome, ou teme vir a ficar, porque sofre profunda injustiça social, porque busca uma reforma imediata ou milênio, ou porque quer destruir um inimigo ou acalmar um 'herói'” (RUDÉ, 1991, p. 234). Assim,

aqueles que estiveram envolvidos nas lutas políticas do Pós-Independência, como na Setembrada e Balaiada, tanto nos episódios da capital como em outras localidades do interior, vilas e freguesias, reivindicando por melhores condições de vida e contra a opressão, foram alvos de injustiças sociais ocasionadas por seus opressores, especialmente as camadas populares. Ainda segundo Rudé (1991, p. 235), quando trata das motivações que originam as revoltas populares, “[...] os motivos variam não só entre uma ação e a seguinte, como também entre diferentes grupos de participantes do mesmo distúrbio”.

Para René Rémond (2003, p. 18-19), a História Política antes das renovações historiográficas a partir dos *Annales*, era factual, subjetiva, psicologizante, idealista, a história política, caracterizava-se com todos esses defeitos "do gênero de história do qual uma geração almejava encerrar o reinado e precipitar a decadência". Entretanto, havia chegado "a hora de passar da história dos tronos e das dominações para a dos povos e das sociedades". Em relação aos historiadores que tivessem a “fraqueza” de ainda se "interessar pelo político, e praticar essa história superada, fariam papel de retardatários, uma espécie em via de desaparecimento, condenada à extinção, na medida em que as novas orientações prevalecessem na pesquisa e no ensino".

No fim do século XVIII e início do XIX, o Ocidente passou por uma série de revoluções. Eric Hobsbawm chamou esse período de A Era das Revoluções, como a Independência dos Estados Unidos (1776), a Revolta dos escravos no Haiti (1791-1804), Revolução Francesa (1789) e as Guerras de Independência pela América Latina¹⁴. As ideias liberais circulavam e encontrava terras férteis, o liberalismo, sistema de ideias fundamentalmente burguesa, suas origens estão ligadas ao desenvolvimento do capitalismo, teve suas premissas básicas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789. Nesta declaração, pode se ver que o liberalismo político trazia consigo o princípio de governo representativo, a primazia das

¹⁴ Diante da exploração que as colônias situadas na América Latina, de forma geral, a partir do século XIX, com as fragilidades de suas metrópoles abriram-se espaços para que as colônias adquirissem suas independências: Venezuela; (1811); Colômbia (1811); Equador (1811); Paraguai (1813); Uruguai (1815); Argentina (1816); Chile (1818); México (1821); Peru (1821); Brasil (1822); Bolívia (1825).

leis e a soberania da nação. Para a Declaração de 1789, todo o cidadão tem o direito de participar na criação de certos preceitos fundamentais, obrigatórios para se ter ordem e desenvolvimento. As normas deveriam refletir os interesses coletivos, pois teoricamente todos eram iguais perante a lei. E aos cidadãos eram garantidos liberdades individuais e direito de propriedade (GUIMARÃES, 2001).

A Constituição Brasileira de 1824, com base em princípios liberais, no artigo 179, assegurava a “inviolabilidade dos Direitos Cívicos, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, pela maneira seguinte”. E que nenhum “póde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa, senão em virtude da Lei”. Ainda certificava às garantias individuais, liberdades e direitos, e dizia que todos poderiam comunicar os seus pensamentos, por palavras, por escritos, e publicá-los pela imprensa, sem dependência de censura, mas deveria responder pelos abusos que cometessem no uso deste Direito (BRASIL, 1824).

Nessa conjuntura no Brasil, explodiu muitas rebeliões, que foram ideologizadas pelo liberalismo, na sua maioria, com poucas exceções, lideradas por elementos das classes dominantes, mas com forte participação popular. Desse modo, observa-se que nos movimentos populares do Pós-Independência, Setembrada e Balaiada, os rebelados mostraram ter noção do direito à cidadania e passaram a lutar por melhores condições de vida, assim como não querer ficar à margem da nova ordem política que se construía. Isso fica evidente quando nos manifestos escrito por esses rebeldes, os quais são assinados como de autoria dos populares, há exigências que se cumpra a Constituição Imperial, a saber:

Em virtude da Coroa e do Trono de sua Majestade Imperial, o Senhor D. Pedro Segundo a quem Deus Guarde etc. E a Constituição me acho neste acampamento com as minhas tropas em armas para bem do Brasil, e sossego público como consta dos artigos seguintes.

O 1º que seja sustentada a Constituição, e a garantia dos cidadãos [...]¹⁵.

Para que não se caia em anacronismos, outros conceitos serão trabalhos, pois no século XIX possuíam diferentes significados que não correspondem com a contemporaneidade, como exemplo o que seria povo, popular, cidadania. Esse último conceito, para Yuri Costa (2016, p. 241), é complexo e o “funcionamento da cidadania como espaço de proteção e efetivação dos direitos civis, conotação típica do século XIX, teve como condicionante a definição de quais indivíduos seriam considerados cidadãos e quais não estavam qualificados para tal”.

Visto que as elites políticas e econômicas estavam empenhadas em seus interesses pessoais, regionais e com a preservação da exclusão social, entretanto, os homens livres pobres mesmo a margem dessas decisões oficiais, não eram indiferentes e assimilavam os conteúdos expressos na Constituição de 1824 referentes à cidadania e direitos, como consequência eclodiram rebeliões, a exemplo das que aconteceram no período regencial. Nessas revoltas, as pautas eram de pressão às autoridades locais para o cumprimento dos seus direitos constitucionais e cidadãs. A ideia de cidadania presente nessa Constituição diverge com a atual Constituição de 1988, pois em seu teor legitimou a continuidade do processo de exclusão que para a época eram ações legítimas, a exemplo da restrição censitária ao direito de voto¹⁶, os direitos sociais e a escravidão não foram previstos na constituição brasileira, para esse último o problema foi resolvido “através da garantia do ‘direito de propriedade, em toda a sua plenitude’” (FERREIRA, 1999, p. 25).

¹⁵ Proclamação dos Rebeldes, sem data. APEM, **Documentos para a História da Balaiada**, p. 234, grifos nossos.

¹⁶ No Brasil Império, a concepção de cidadania permitia o exercício de direitos civis e a possibilidade de exercício dos direitos políticos de maneira mais restrita. A Constituição imperial garantia a inviolabilidade dos Direitos Civis e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tinha por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade. Os direitos políticos foram destinados aos cidadãos brasileiros com um certo poder econômico. Desta maneira, os cidadãos se diferenciavam entre ativos e inativos; apenas aqueles com renda líquida anual igual ou superior a 100 mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos, eram aceitos como ativos, e, logo, possuíam voto nas eleições. O significado do termo cidadania nessa Constituição exprime a constante imprecisão do termo (DAL RI, 2010).

4 Os bandidos sob uma perspectiva da História Global

Um recente campo de estudos denominado de História Global avalia os processos históricos em contextos globais. O termo “connected histories” foi criado pelo historiador indiano Sanjay Subrahmanyam a partir de um debate com um historiador americano Victor Lieberman, sua especialidade era a Birmânia, acreditava que ninguém tratou de forma séria a história desse país. Assim, para valorizá-la, lançou dois grandes volumes intitulados *Strange Parallels*. Segundo Subrahmanyam, essa produção é um exercício clássico de história comparada, e “Lieberman tinha construído a ideia de que era possível fazer uma história paralela, para dizer que a Birmânia nos séculos XVI e XVII era na realidade muito parecida com a França: um reino com tendências centralizadoras, um pouco como a França de Luís XIV”. Este foi um ponto de partida para começar a “a fazer uma espécie de classificação de todos os poderes políticos do mundo dos séculos XVI e XVII, para tratar de paralelos e distinções. Era uma classificação global de todos os sistemas políticos do mundo, como os economistas fazem, às vezes” (XAVIER, A. B. et al., 2018, p. 197). Desse modo, o historiador indiano achou “um exercício bastante absurdo”, por isso, escreveu

[...] o artigo Connected Histories [Histórias Conectadas] para sugerir que se podia fazer melhor do que isso; que era melhor tratar esses sistemas como se estivessem ligados, e não como se estivessem fechados, para fazer uma comparação totalmente mecânica. É um pouco daí que vem esta ideia. O exemplo que pensei foi o dos milenarismos dos séculos XVI e XVII, o que valeu alguma polémica depois. Mais tarde, recomencei a pensar o que tinha feito, e o “antes”. Vi que havia alguma possibilidade de sair dos impérios europeus em torno a outras direções. Não quero dizer que hoje em dia a história comparada seja totalmente inútil, mas acho que alguns aspetos da história comparada não me parecem essenciais (XAVIER, A. B. et al., 2018, p. 197).

As histórias interconectadas, como as chamou Assunção Barros, não seriam em absoluto uma única e grande História, linear, homogênea, guiada sob uma única direção, mas rigorosamente falando em uma História múltipla e diversificada. Barros (2014, p. 101) cita o historiador francês Serge Gruzinski, que vê nesse novo campo o historiador se converter em “uma espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras”. Dessa forma, procura as interpretações historiográficas das produções nações não sob uma escrita unificada, mas que apresentem ligações e similitudes nos seus processos históricos “em torno de favorecer a ultrapassagem das fronteiras historiográficas artificiais” (BARROS, 2014, p. 101).

De acordo com os autores Santos Júnior e Sochaczewski (2017, p. 483), a História Global tem instigado os historiadores e áreas afins a repensar suas metodologias e objetos de pesquisas, e para esse novo campo não há uma definição unânime, mas existem “algumas características claras, sobretudo a ideia de pensar a história para além das fronteiras nacionais e também a necessidade de se “provincializar” o Ocidente”. Para Assunção Barros (2014), essa alternativa de novo campo não é motivada somente pela demanda de repensar o mundo a partir unidades identitárias maiores que se fazem presentes nos novos cenários políticos e econômicos de todo o hemisfério. Entretanto, procura quebrar com o modelo unilinear de observação fundamentado apenas em uma visão eurocêntrica,

[...] ou, por extensão, amparados no ponto de vista do Ocidente (Europa e Américas, mas mais especificamente a Europa e a América do Norte). Ao contrário da tradicional historiografia eurocêntrica – esta que começa por construir uma história a partir da Europa, daí irradiando para o resto do mundo, ou então ajustando dentro da história eurocêntrica das sociedades não europeias ou não ocidentais – a História Global procura precisamente recuperar os demais pontos de vista, não eurocênticos, não ocidentais, não coloniais (BARROS, 2014, p. 88).

De acordo com Kyle Crossley (2015, p. 141), a designação de História Global é para “descrever toda a história que tenta adotar uma perspectiva ampla, abrangente ou universal”. Essa autora chama a atenção para um escritor inglês Herbert George Wells (1866-1946), que em sua obra *Outline of History*, não utilizou o termo “mundial” na sua escrita, e sim “universal”. Para a pesquisadora, em sua origem a palavra “mundo” denota “algo muito mais delimitado do que universo: uma época, uma era, um meio, uma classe, até mesmo uma área totalmente subjetiva e que a realidade é curvada de acordo com as percepções de um único indivíduo”. Ainda faz crítica a outro autor, Immanuel Maurice Wallerstein (1930-), devido ao uso do termo “sistema-mundial”, o qual seria “explicitamente não global e não universal”, pois era “limitado à Europa e àquelas regiões do mundo a que se tornaram subordinadas à sua economia e a seu poder militar em um período específico de séculos”.

A finalidade da História Global é apreender os diversos olhares, em seguida interconectá-los, contudo, sem colocá-los somente por um viés, como acontece em uma escrita da história tradicional, mas, contar uma História sem um único centro. Essa abordagem não é concebida como um “agregado desconectado de histórias nacionais”, e “nem é tratada como uma História Universal que tenta submeter todas as histórias a uma caminhada única da civilização, à maneira das antigas histórias universais” (BARROS, 2014, p. 88). E, segundo Subrahmanyam, o “posicionamento da história conectada é sempre de *Oppositionswissenschaft*, contra uma tendência dominante”. A noção “não é de conceber isso como uma proposta de conquista, para se transformar numa posição dominante. A posição é a de ir sempre contra a historiografia dominante existente” (XAVIER, A. B. et al., 2018, p. 197). A partir desse novo campo, busca-se analisar sob uma ótica da História Global a participação popular nos processos históricos ocorridos do Maranhão Oitocentista em que destaca-se o fenômeno do banditismo social.

Assim, o historiador Eric Hobsbawm¹⁷, na obra *Bandidos*¹⁸ (1976), no início da década de 1950, notou com surpresa “um fato curioso: a vida de certos tipos de bandidos era cercada exatamente pelas mesmas histórias e pelos mesmos mitos, que os mostravam como portadores de justiça e redistribuição social em toda a Europa”. E que na verdade, “como ficou cada vez mais claro, em todo mundo. Se seguirem a prescrição do Dr. Samuel Johnson, segundo o qual deve a observação, com uma visão ampla, examinar a humanidade da China ao Peru”. Essas similitudes são encontradas “nesses dois países e, na realidade, em todos os continentes habitados” (HOBSBAWM, 2012, p. 09). Nesse sentido, observa-se a interface nas formas de protestos apresentadas pelos “bandidos”, pois essas formas de resistências, as quais são vistas, sob ótica conservadora, como badernas, tumultos e colocar fim a ordem, na verdade, são uma resposta a situação de opressão, descaso e exclusão que lhe são impostas pelos seus governantes.

Existem histórias sobre os bandidos da “China, da Turquia Otomana e dos Bálcãs, da América Latina, da área do Mediterrâneo e de várias regiões mais remotas” (HOBSBAWM, 2012, p. 09). Assim, o “fenômeno de banditismo social” não se restringe a uma dada região geográfica particular, contudo, sob uma perspectiva da História Global, é possível verifica-lo como uma questão global, na qual estão presentes aspectos comuns e também específicos da sociedade que origina o bandido. Chama-se a atenção para o fato de que pensar a ocorrência desse fenômeno de um modo mais global, não implica em uma abordagem genérica que acarrete em prejuízos das peculiaridades de cada ocorrência de banditismo em proveito de um ponto de vista uniformizador. Os eventos históricos nacionais, regionais e locais onde se registram o banditismo social, configuram as suas inserções na História Global, a qual revela a inclinação universal daqueles que não consentem com a divisão de classes e as condições impostas no lugar e lutam em busca da liberdade.

Na tentativa de romper com os padrões historiográficos eurocentrista, as histórias conectadas “têm se afirmado

¹⁷ Eric Hobsbawm não se apresentava como um historiador que escrevia sob a perspectiva de uma História Global.

¹⁸ Segundo Hobsbawm (2012), o termo tem origem no italiano *bandito*, que em síntese significa banido.

preferencialmente como designação historiográfica nos meios não europeus de produção do saber histórico”, ou são utilizadas por historiadores de qualquer parte do planeta “que estão particularmente interessados nos contextos não europeus como objetos de estudo” (BARROS, 2014, p. 105). Daí a importância desse novo campo de estudo para os estudos da América Latina, sobretudo o Brasil para o rompimento de uma historiografia pensada partir de modelos europeus. Os historiadores Marquese e Pimenta (2015, p. 31, grifos do autor) afirmam nem sempre os historiadores fizeram apologia as histórias de seus respectivos países ou das “realidades específicas nelas inscritas eram parte de uma história mais geral que, supostamente as envolveria”. E foi durante o século XIX que se notou por toda, “*pari passu* ao surgimento de Estados nacionais modernos, a emergência de narrativas sobre o passado a desenharem as supostas singularidades – eventualmente, também as superioridades – de cada um desses Estados e das sociedades a eles correspondentes”. Esses autores assinalam que:

[...] a história do mundo ibero-americano continua a possibilitar o exercício de uma chamada história global, a valorizar realidades e fenômenos específicos como partes de realidades amplas e a conduzir seus estudiosos por caminhos que vão muito além de tempos e espaços nacionais específicos e isolados uns dos outros (MARQUESE; PIMENTA, 2015, p. 31-32).

Dessa maneira, o estudo da participação popular expressa nos casos de banditismo social do Brasil Oitocentista, sob a ótica da História Global, permite contrapor ao nacionalismo, singularidade e superioridade de produções historiográficas de cunho nacionalista, além disso, contextualiza esse fenômeno social nas demais Américas, Europa e África. Para Eric Hobsbawm (2012, p. 37, grifos nossos), o banditismo social é “um dos fenômenos mais universais da história, e um daqueles que apresentam mais espantosa uniformidade”. E quase sempre todas as ocorrências dizem respeito “a dois ou três tipos claramente interrelacionados, e suas variações são relativamente superficiais”. É essencial perceber que “essa uniformidade não decorre de uma difusão cultural, mas **constitui reflexo de**

situações semelhantes nas sociedades camponesas, ocorram elas na China, no Peru, na Sicília, na Ucrânia ou na Indonésia”. Esse historiador inglês não utiliza a designação História Global, contudo, apresenta o banditismo social não como um fenômeno exclusivo de uma determinada área geográfica do globo terrestre, a saber:

Geograficamente, **o banditismo social é encontrado nas Américas, na Europa, no mundo islâmico, na Ásia meridional e oriental, e até na Austrália.** Do ponto de vista social, parece ocorrer em todos os tipos de sociedade humana que se situam entre a fase evolucionária da organização tribal e familiar de um lado e a sociedade capitalista e industrial moderna de outro, mas incluindo as fases de desintegração da sociedade familiar e a transição para o capitalismo agrário (HOBSEBAWM, 2012, p. 37, grifos nossos).

Portanto, esta pesquisa de doutorado, sob o ponto de vista da História Global, procurará as conexões entre os levantes populares que lutavam por cidadania durante os movimentos de separação entre as colônias e suas respectivas metrópoles, com enfoque nos episódios de banditismo social que ocorreram nesses processos históricos e suas repercussões, condições ideológicas e matérias que os conectava, como exemplo a Revolta do Haiti, a qual deixou as elites da época temerosas de eclodir uma insurreição escrava no Maranhão Pós-Independente.

Considerações finais

O tema desta pesquisa está vinculado à preocupação de analisar a participação das camadas populares nos movimentos políticos e na conjuntura da construção do Estado Nacional brasileiro, com enfoque nas lutas políticas que se seguiram à adesão da Independência no Maranhão, com destaque para a Setembrada e a Balaiada. Nesse sentido, esse capítulo teve por finalidade discutir algumas questões da pesquisa de doutorado a

partir das discussões feitas nas disciplinas de Teoria da História e Seminário de Pesquisa pelo PPGHIS, em que se apresentou o banditismo social como um fenômeno global e não restrito apenas a uma dada região geográfica.

Assim, apresentou-se o objeto de estudo da pesquisa de doutorado, em seguida, foram expostos alguns dos conceitos e teóricos que serão usados na tese. Por fim, discutiu-se, de forma breve, os estudos do banditismo social na perspectiva da História Global, assim como algumas interpretações sobre este novo campo de estudo, fundamentadas nos postulados de Eric Hobsbawm.

Além disso, destacou-se que a pesquisa buscará mostrar que a participação popular esteve presente nesses processos de forma ativa e desconstruindo a ideia de que a história é feita de heróis, de uma história que está pronta e acabada, refutando aquilo que foi transmitido por meio de interpretações equivocadas, como rebeldes sem causa, desordeiros, vadios, bandidos, assassinos, vagabundos, cangaceiros, salteadores, facínoras, ladrões, "gente ruim", dentre outros adjetivos de conotação pejorativa.

E, por meio de uma análise que esquadrinha as representações desses sujeitos, suas intenções, ligações sociais e interesses em jogos, e a luta por cidadania em uma sociedade que se projetava para uma minoria, que desde os tempos colônias se beneficiavam da exploração da maioria daquela sociedade. Com isso, pretende-se apresentar uma nova compreensão do lugar ocupado por esses indivíduos nas sociedades passadas. Enfim, nota-se que o banditismo social deve ser pensando de forma global, pois o surgimento do bandido, geralmente, explica-se por fatores determinantes que são comuns em diversas sociedades do planeta, como a exclusão social, má distribuição de renda, limitações de acesso a cidadania, etc.

REFERÊNCIAS

Manuscritos

a) Atas

ATAS do Conselho do Governo da Província do Maranhão.
Livro 1337. Maranhão: Arquivo

Público do Estado do Maranhão, 1831-1832.

ATAS do Conselho do Governo da Província do Maranhão. Livro 1338. Maranhão: Arquivo

Público do Estado do Maranhão, 1831-1832.

Seção de Avulsos do Arquivo Público do Maranhão.

b) **Ofícios**

Proclamação dos Rebeldes, sem data. APEM, **Documentos para a História da Balaiada**, p. 234, grifos nossos).

Proclamação dos Rebeldes, sem data. APEM, **Documentos para a História da Balaiada**, p. 235.

Bibliografia consultada

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A Balaiada e os Balaíos: uma análise historiográfica**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 1996.

_____. José Cândido de Moraes e Silva – O “Farol” atuação política nos debates e lutas do pós-Independência no Maranhão (1828-1831). In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). O Maranhão oitocentista. 2 ed. Imperatriz / São Luís: Editora UEMA, 2015, v. 1, p. 53-79.

_____. MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **Adesão do Maranhão à Independência: entre lembranças e esquecimentos**. 2018. Disponível em: <<https://portalguara.com/adesao-do-maranhao-a-independencia-o-dia-28-de-julho-entre-lembrancas-e-esquecimentos/>>. Acesso em: 11 ago. 2019.

ASSUNÇÃO, Matthias Rohrig. **A Guerra dos Bem-te-vis**. São Luís: SIOGE, 1988.

_____. **Cabanos contra Bem-te-vis: a construção da ordem pós-colonial no Maranhão 1820- 1841**. In: PRIORE, Mary Del; GOMES, Flavio (Org). Os senhores dos rios: Amazônia, margens e histórias. Rio de Janeiro: Elsevier. 2003.

_____. Histórias do Balaio. Revista História Oral. Associação Brasileira de História Oral, São Paulo, v. 1, n. 1, 1998.

_____. Miguel Bruce e os “horrores da anarquia” no Maranhão, 1822-1827. In: JANCÓS, István (Org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005.

_____. A memória do tempo de cativo no Maranhão. *Revista Tempo*. vol.14, nº 28, jan-jun de 2010.

_____. “Sustentar a Constituição e a Santa Religião Católica, amar a Pátria e o Imperador. Liberalismo popular e o ideário da Balaiada no Maranhão”. In: DANTAS, Mônica Duarte (Org.). **Revoltas, motins, revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. **De Caboclos a Bem-Te- Vis Formação do Campesinato Numa Sociedade Escravista: Maranhão 1800-1850**. São Paulo: Annablume, 2015.

BESSONE, Tânia. **Lusofobia**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 500-501.

BARROS, José D'Assunção. **História Comparada**. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRASIL. **Constituição (1824)** Constituição Política do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1824. In.: NOGUEIRA, Octaciano. **Volume 1 – A Constituição de 1824**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. **Constituição (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. In.: TÁCITO, Caio **Volume 5 – A Constituição de 1988**. 3 ed. Brasília: Senado Federal, 2015.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a história e a geografia do Brasil**. 3. Ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

CROSSLEY, Pamela Kyle. **O que é história global?** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

DAL RI, Luciene. A construção da cidadania no Brasil: entre Império e Primeira República. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v. 11, n. 1, p. 7-36, jan./jun. 2010.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaiada: a guerrilha sertaneja**. 1995. p. 73-88. (Estudos Sociedades e Agricultura). Disponível em: <http://r1.ufrj.br> . Acessado em: 29 jun. 2017.

_____. Entre Movimentos sociais do século XIX: história e historiografia. In: Anais do Encontro Nacional de História. ANPUH, 2003, João Pessoa: 2006. p. 1-9. Disponível em: <>. Acesso em: 10. 01. 2017.

ENGEL, Magali Gouveia. **Balaiada**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 71-73.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império**, o debate de Bastos e Visconde de Uruguai. São Paulo. Editora 34, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A nova “velha história”**: o retorno da história política. In: Revista de Estudos Históricos volume 5, número 10, p. 265-271. 1992.

GALVES, Marcelo Cheche. Entre os lustros e a lei: portugueses residentes na cidade de São Luís na época da independência do Brasil. In: **Anais do Encontro Regional de História**. ANPUH, 7., 2006, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: APERJ, 2006. p. 1-8. Disponível em: <>. Acesso em: 03. 06. 2014

_____. Independência é traição: quase um ano após o Grito do Ipiranga, o Maranhão se mantinha fiel a Portugal e resistia, armado, à “autonomia” que vinha do Sul. **Revista de História**, Rio de Janeiro, dez. 2008. Disponível em: www.revistadehistoria.com.br Acesso em: 26 jun. 2013.

_____. “Cidadãos constitucionais”: os primeiros ecos da Constituição de 1824 no Maranhão. In: Simpósio Nacional de História, ANPUH, 15. **Anais**, Fortaleza, 2009: ANPUH, 2009. Disponível em: <>. Acesso em: 30. 07. 2015.

_____. Os "republicanos" do Maranhão: Independência, Confederação do Equador e a construção do Estado imperial. In: GALVES, Marcelo Cheche; COSTA, Yuri Michael Pereira. (Org.). **O Maranhão oitocentista**. 1 ed. Imperatriz / São Luís: Ética / Editora UEMA, 2009, v. 1, p. 13-39.

_____. **“Ao público sincero e imparcial”**: imprensa e independência do Maranhão (1821- 1826). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

_____. Os percussores da memória: construções biográficas sobre Odorico Mendes e Garcia de Abranches. In: GALVES, Marcelo; COSTA, Yuri (Org.) **Maranhão: ensaios de biografia & história**. São Luís: Café & Lápis/ Editora UEMA, 2011, p. 398-418.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Liberalismo moderado: postulados ideológicos e práticas políticas no período regencial (1831-1837)”. In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; PRADO, Maria Emília (orgs.). **O liberalismo no Brasil Imperial: origens, conceitos e prática**. Rio de Janeiro: Revan, 2001, p.101-125.

IASHAMITA, L. M. C. **Modernização e Rebeldia**: a dinâmica da política regencial e a Revolta da Balaiada no Maranhão (1831-1841). 2010. 317 f. Tese (Doutoramento em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de Brasília, Brasília. 2010.

JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. **A Balaiada**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. **O Império em construção**: Primeiro Reinado e Regências. 2 Ed. São Paulo: Editora Atual, 2012.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. **História da Historiografia**, Ouro Preto, n. 17, p. 30-49, 2015.

MATEUS, Yuri Givago Alhadeff Sampaio. **A Setembrada**: lutas políticas e participação popular no Maranhão oitocentista (1831- . 1832). Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2015.

_____. **A Balaiada na sala de aula: ensino de História do Maranhão Imperial e a produção do paradidático “A Guerra da Balaiada”**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas) – Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, 2018.

MEIRELES, Mário. **História da independência do Maranhão**. São Luís: Artanova, 1972.

_____. **História do Maranhão**. 5. Ed. São Luís: Edições AML, 2015.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; Ricardo; SALLES (orgs.). **O Brasil Imperial Volume II – 1831-1870**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.378-428.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. **Lord Cochrane**. In: VAINFAS, Ronaldo (Org). **Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008, p. 488-490.

RÉMOND, René. (Org.). Uma História Presente. In: REMOND, René. **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SANTOS JUNIOR, João Júlio Gomes dos; SOCHACZEWSKI, Monique. História global: um empreendimento intelectual em curso. **Tempo** [online]. 2017, vol.23, n.3, pp.483-502.

SANTIROCCHI, Ítalo Domingos. **A Igreja a e construção do Estado no Brasil imperial**. In: Simpósio Nacional de História, ANPUH, 17. **Anais**, Natal, 2013: ANPUH, 2013. Disponível em:

<http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1370381911_ARQUIVO_AIgrejaaeConstrucaodoEstadonoBrasilimperialANPUH-REV.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2019.

_____. **Questão de Consciência: os ultramontanos no Brasil e o Regalismo do Segundo Reinado (1840-1889)**. São Luís: EDUFMA, 2015.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Em busca das origens da História Global: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de novembro de 2013. **Revista Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, vol. 30 30, nº60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

XAVIER, A. B. et al. (2018), Entrevista: Impérios, historiografia, ciências sociais: uma entrevista com Sanjay Subrahmanyam. **Revista Análise Social**, 226, LIII (1), p. 189-206.

CADEIAS, CRIMES E CRIMINOSOS: A REFORMA PRISIONAL NO MARANHÃO DO SÉCULO XIX

Marcos Melo de Lima

1 Introdução

Este artigo tem como foco de análise o aparelho carcerário e a criminalidade, bem como, versará a respeito da estruturação do sistema penitenciário na província maranhense do século XIX. Nessa perspectiva, procuraremos demonstrar a existência de uma estreita correlação entre pobreza e crime. Deste modo, o crescimento das cidades neste período veio acompanhado de uma preocupação exacerbada das autoridades com a criminalidade e os criminosos; a cidade, produzia vícios e pestes. Todos que se encontrassem no estado de desajustamento social, econômico e moral: loucos, mendigos, pobres, prostitutas, crianças, adolescentes abandonados e escravos; corriam sérios riscos de serem presos quando vagassem pelas ruas. Sanear o ambiente urbano, desejo das elites maranhenses no oitocentos, passava por um disciplinamento mais rigoroso das classes populares. Neste sentido, cabia reformar os aparelhos penais e de policiamento¹.

A delinquência foi associada no século XIX à pobreza. A criminalidade cujo embrião acreditava-se estar na vadiagem, alimentou a repressão policial aos mais pobres. Esses, eram considerados potenciais criminosos por não terem em boa parte do tempo uma ocupação fixa. Classe perigosa e pronta a provocarem distúrbios, crimes e levantes populares na avaliação das autoridades. O mecanismo de repressão fixado como o mais ideal para discipliná-los foi a prisão, que, caminhava lado a lado com outras formas de punição, como: força, pelourinho, galés, castigos físicos e o também tão temido recrutamento. Esse

¹ Sobre isto, ver mais em: FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem**: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX). Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife. 2007.

“cárcere-centrismo” que foi a regra e não a exceção no Brasil oitocentista, perpassou o império e chegou até a nascente República brasileira, permanecendo hoje, ainda muito vivo entre nós. A população prisional não para de crescer, temos a terceira maior população carcerária do mundo. O país ainda continua a levar sua sanha punitiva muito a sério. As cadeias estão cheias de homens pobres e na sua maioria, constituída de negros; suspeitos por excelência (BORGES, 2019).

O Estado brasileiro por conseguinte nasceu sobre o signo do terror. Conjugou malandragem e disciplina, resultando desta, uma forma disciplinar social malandra². O elemento do terror, sustentado pelo aparelho jurídico desempenhou papel central na construção desta ordem imperial. Um aparelho repressivo novo e mais violento foi a base deste Estado. Neste modelo, a passividade dos súditos era imposta pelo regime do medo. Em suma, no afã de construir uma nação forjada nos ideais liberais e humanistas, o Estado brasileiro se constituiu de fato como “*civilização bárbara*”. A prova disso, resulta em uma jurisprudência firmada no paradoxo entre mentalidade escravista e liberal. O Código Penal (1830) e Código do Processo Penal (1832), estabeleceram a exceção e as formas de punição. Deste modo, é possível constatar que o século XIX marcadamente no caso brasileiro ocupa um lugar privilegiado, nele, um duplo movimento o percorre: a ampliação dos códigos e, por consequência, do delito.

Certamente o crescimento das províncias brasileiras alavancados pelo desenvolvimento econômico (quando assim houve), intensificou as normas e interdições entre os grupos sociais e *fabricaram os delinquentes*. Neste bojo, a ampliação da

² Nessa perspectiva, concordamos com o entendimento de Soares: “Se as prisões espelharam o modo como o poder se institucionalizou na sociedade moderna, a impressão (para não dizer certeza) que se tem é que no Brasil império a capilaridade entre prisão e sociedade era muito mais exponenciada. O modo como os agentes policiais trataram os presos espelhou o modo como a sociedade tratou seus “delinquentes”. Polícia e bandido conviveram segundo uma dialética reversível entre os campos da lei e do crime. Na aplicação “malandra” e não menos terrorista do seu programa, talvez, a forma prisão encontre singularidade no Brasil. Atendendo aos interesses da razão caprichosa (que Lisboa, leitor de Benjamin Constant, chamava de “arbitrariedade” pensando especialmente o recrutamento) de quem a aplicava, prisão e malandragem se compuseram. Ou seja, a prisão incorporou-se na lógica anterior da “cadeia”, não como meio de reeducar cidadãos, mas de controlar, punir e, no limite, torturar e exterminar o “rival” ou “inimigo””. SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma:** apontamentos para uma genealogia da província do Maranhão. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008. p.59.

prisão é correlata deste axioma. Muito embora a prisão já sendo conhecida e muito usada na colônia brasileira era antes um depósito, ou mesmo, um local de despejo de homens vis do que de permanência e penitência destes. A prisão destarte, já em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX na Europa, passou a ser pensada a partir dos princípios filosóficos do *utilitarismo* e do *humanismo*, exportando essas concepções ao continente americano (AMARAL, 2016).

A base de sustentação deste sistema penal inspirados nestas doutrinas, consistia na privação da liberdade dos indivíduos criminosos nas chamadas Casas de Correção com Trabalho; tendo por fim maior, transformar e moralizar o delinquente afim de torná-los sujeitos socialmente aceitos e, principalmente úteis. No Brasil essa ideia marcadamente esteve presente no Código Criminal de 1830. Nele, abria-se o caminho para a inserção do sistema penitenciário moderno nas Províncias do império.

2 Cadeias, crimes e criminosos

Punir os criminosos pelo menos até o fim do século XVIII no ocidente, era infligir a esses, uma dor e um sofrimento profundo que culminaria com uma execução dolorosa e pública desse delinquente (FOUCAULT, 2013). Encarcerá-los por longos anos não era uma opção muito considerada. Esse entendimento penal começa a mudar de direção com a suavização dos ventos provocados pelas ideias dos reformadores iluministas. Os longos espetáculos punitivos promovidos pelo Estado vão perdendo força e sendo substituídos por punições mais humanas e que visassem a recuperação desses foras da lei. A prisão, portanto, durante o século XIX se converteu no castigo por excelência aos que cometessem algum crime. O encarceramento disciplinar, foi visto, a partir daí, como o mais adequado para a punição dos delitos.

A cadeia pública de São Luís durante o oitocentos era um lugar infecto. Nela havia duas salas, um corredor e um pequeno quarto. Homens e mulheres ocupavam as mesmas instalações, ali, não havia sequer uma latrina, poço ou pátio para o uso dos presos. Os dias passados naquele local eram terríveis. Uma

verdadeira casa de expiação. As celas recebiam os raios solares de forma a causar um calor insuportável. O ambiente se tornava ainda mais quente pelo calor que emanava das panelas de cozimento das refeições diárias feitas pelos detentos³. O *quarto*, assim, funcionava como cozinha, banheiro e prisão, exalando odores pútridos que chegavam até a rua. Devido a toda essa condição insalubre, facilmente muitos presos se encontravam com algum tipo de moléstia e caíam doentes. Como não havia enfermaria e muito menos médico, os presos eram tratados por si mesmos⁴. Essa condição insalubre contrastava com o que determinava a Constituição de 1824, através do seu artigo 179, parágrafo 21 que determinava que as cadeias deveriam “ser seguras, limpas e bem arejadas, havendo diversas casas para separação dos réus, conforme suas circunstâncias e natureza de seus crimes”⁵. Letra morta durante o período que vigorou essa lei, ou seja, durante todo o império brasileiro as cadeias por via de regra permaneceram escuras, úmidas e pouco seguras. Não fazia sentido para as autoridades, gastar consideradas fortunas do erário público com reformas ou mesmo construção de Casas de Correção para os criminosos. Oferecer o conforto de uma cela arejada, não era parte do plano da maioria dos administradores provinciais.

Sem dúvida a condição dos detentos eram as piores possíveis dentro do ambiente prisional. As cadeias maranhenses no oitocentos, sempre estiveram cheias de homens pobres e que dependiam das esmolas dos benfeitores para a sua alimentação diária. O Estado fornecia uma ajuda de custo aos presos pobres para o seu sustento; nunca o suficiente e que em muitos casos não chegavam até eles, ficando no meio do caminho, nas mãos dos carcereiros e até dos administradores da cadeia. Não apenas a alimentação, algumas vezes, até mesmo a vestimenta faltava, atormentando sobremaneira o sofrimento de quem já padecia

³ Cf. mais em: LIMA, Marcos Melo de. **A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888)**. São Luís, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Maranhão. p. 108-160.

⁴ **ALMANAK** administrativo, mercantil e industrial para o ano de 1860. Organizado por: R. de Mattos. Maranhão: Typ. Do Progresso. p. 321-322. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>.

⁵ BRASIL. **Constituição (1824) Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acessado: 13/05/2020.

com o duplo peso de já ser excluído pela pobreza e agora pelo cárcere.

Em ofício datado de 6 de fevereiro de 1830, o Desembargador Ouvidor Geral do Crime, o Sr. Domingos Nunes Ramos Ferreira, explicava ao presidente da Província, Candido José de Araújo Vianna; a forma pela qual ajudava a dois soldados pobres que se encontravam presos na Cadeia Pública de São Luís. As “*esmolas*” que serviram para “*socorrer àqueles miseráveis*”, pediu para “*alguns cidadãos*”. Esses, haveriam “de sair uma vez a cada semana com a bolsa da Santa Casa da Misericórdia, para se aplicar aquele fim caritativo”. No entanto, como informou o desembargador, os “*cidadãos*” constrangidos remeteram à bolsa “com dinheiro e gêneros seus” e, nada pediram aos irmãos da Santa Casa. Como forma de evitar uma contribuição forçada, propunha uma oferta voluntária e “módica” a todo o “cidadão” disposto a ajudar os tais presos. Essa oferta seria entregue mensalmente ao tesoureiro da Santa Casa de Misericórdia que levaria aos ditos soldados⁶. Em outra ocasião, o jornal Porto Livre, de 21 de fevereiro de 1862, informava que os presos pobres da cadeia da capital receberiam as ofertas dos fiéis que frequentavam a Catedral da cidade; deles receberam: “6 arrobas de carne verde e 5 alqueires de farinha”⁷, para o jantar daquele dia. Ficaremos apenas nestes dois casos, no entanto, muitos outros poderiam ser exemplificados aqui e que reforçariam a situação de penúria e de extrema miséria em que viviam esses presos pobres nas Cadeias Públicas da Província maranhense. Reclamações deste tipo feita pelos detentos, eram constante aos administradores da cadeia, relatando a falta da ração diária da que tinham direito⁸.

Outro problema, agora esse, enfrentado pelas autoridades policiais, era as fugas de presos. Isto, se tornou algo corriqueiro nas Vilas e cidades mais distantes da província. A facilidade dessas fugas se davam por motivos diversos como a própria

⁶ O FAROL MARANHENSE, 13 de abril de 1830. p.1

⁷ PORTO LIVRE, 21 de fevereiro de 1862. p.3.

⁸ Sobre os presos pobres na Cadeia Pública do Maranhão, ver mais em: LIMA, Marcos Melo de. O trabalho como remição: os pretos pobres e o trabalho penal na cadeia pública de São Luís. In: FERREIRA, Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da (orgs.). **Histórias Sociais do Trabalho: uso da Terra, Controle e Resistência**. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 183-217.

distância, fragilidade das cadeias e a falta de uma força policial eficaz, ou até mesmo, a inexistência de carcereiros. Todo esse cenário combinado também com a ausência de zelo e honestidade de alguns guardas, foram contributos para as fugas. O suborno, também foi uma prática comum entre esses agentes responsáveis por fazer a guarda desses encarcerados. Sobre essa questão, o exemplo da fuga do preso João José, ocorrida em 4 de janeiro de 1832, no Quartel Militar de Itapecuru Mirim, às 11 horas da manhã, revela essa faceta do cotidiano dos agentes de policiamento – presenciar fugas, ou delas, serem (co)participantes. Não havia cadeia naquela Vila. Os presos aguardavam a sentença na prisão deste quartel militar que funcionava improvisadamente como cadeia pública. A falta de *“Cadeias bem construídas como a Constituição exige”*⁹, era geral em todo o Império, e, não se podia *“edificar de repente”*¹⁰; não sendo possível ainda em uma gestão presidencial resolver o problema; e nem mesmo, ser essa Vila, um caso único, como alegou em sua defesa o Presidente Candido José de Araújo Vianna. O mesmo, questionou ao juiz de Paz da Vila de Itapecuru Mirim se o dito preso não havia recebido ajuda no *“arrombamento”* ou se *este “se verificou por negligência dos encarregados de sua guarda”*¹¹.

Em alguns casos, quem deveria guardar estava preso. O ex-carcereiro, Miguel Arcanjo de Moraes, estava preso a mais de 70 dias na cidade de Caxias, *“sem culpa formada”*, segundo a denúncia do jornal o Telegrapho de 24 de outubro de 1850. Na versão desse Semanário, Miguel Arcanjo, sofreria perseguição do delegado interino, que por “capricho” e “erro” o mantinha preso em um quarto. No entanto, passados esses dias, foi transferido para “à prisão dos condenados” e “dos réus de graves crimes”, endurecendo a sua prisão. Destacava o redator do Telegrapho, que o delegado não observava a lei que determinava a separação dos presos pela gravidade de seus crimes, mantendo o ex-carcereiro (indiciado em crime de responsabilidade), com presos que haviam cometido assassinatos. A nota deste jornal, terminava afirmando que em tempos de *“justiça e tolerância”*, não

⁹ O PUBLICADOR OFFICIAL, 1 de fevereiro de 1832.

¹⁰ Idi. Ibidi.

¹¹ Idi. Ibidi.

se alegrava com “arbitrariedades”¹². Muito mais grave era a situação do também Miguel Pereira, piauiense, de “idade de mais de quarenta anos”, preso desde de 27 de setembro de 1825 na Cadeia da Capital maranhense, “sem mesmo ter chegado a devassa a que se mandou proceder, sobre os crimes de que o acusam”¹³; isto, já a quatro anos. Na opinião do articulista do jornal *Farol Maranhense*:

Será isto estranho ao Sr. Chanceler da Relação? Aquele homem acabará ali a sua triste existência, si por acaso nunca aqui chegar esse processo? Porque razão não faz o Sr. Chanceler da Relação efetiva a responsabilidade do Ouvidor da Comarca do Piauí? Não é uma transgressão de Lei que comete aquele Magistrado? Não é o Sr. Chanceler, causa (posto que indireta) dos martírios daquele preso? Ah, sim S. Ex. de cuja inteireza não queremos duvidar, descesse àquele hediondo lugar, se visse o estado lastimoso a que se acham reduzidos os miseráveis presos: se visse a sua saúde arruinada, pela humidade do porco lajedo em prisão: seria sem dúvida mais apresado em minorar os males, que sobrecarregam sobre aqueles homens, que ainda criminosos, não perdem com tudo o direito que tem a compaixão de seus semelhantes¹⁴.

Seguramente, o articulista estava afinado com as ideias iluministas de penas mais humanas. Reafirmou essa compreensão, em linhas mais à frente de seu artigo. No trecho em questão, dizia que “o preso nada deve sofrer física, nem moralmente se não a pena determinada pela sua sentença”, e mais, ser triste ver no Brasil, que “goza de uma liberdade salutar”, ver alguns de seu filhos “sofrerem os bárbaros tratamentos dos passados tempos do absolutismo!”¹⁵.

No dia 30 de abril de 1879, às 10 horas da manhã, o delegado de polícia da capital foi chamado às pressas pelo carcereiro da Cadeia Pública; tinha início uma confusão. O delegado, se fez acompanhar logo de um empregado da secretaria de polícia, do tenente comandante dos urbanos com

¹² **O TELEGRAPHO**, 24 de outubro de 1850.

¹³ **FAROL MARANHENSE**, 1829. p. 613.

¹⁴ *Idi. Ibidi.*

¹⁵ *Idi. Ibidi.*

sua tropa. Cercou o local, fez depor as armas dos sublevados, identificando os autores e o líder da rebelião. Os presos: Efigênio Caetano Alves da Costa, Delfino José Auto, Patrício Raimundo Rodrigues, Manoel Raimundo Vieira e Francisco Ferreira Lima (considerado o responsável pela rebelião), foram colocados à ferros e isolados em celas. Depois de vasculharem a cadeia, encontraram 99 facas, 3 canivetes, 4 compassos, 7 tesouras, 1 garfo, 4 enxós, 1 enxada, 4 formões, 9 limas, 1 trado, 1 facão, 35 barras de ferro, 1 plaina, 3 cerrotes, 2 turquesas e uma “porção” de cacetes e varas¹⁶. A causa da revolta como foi constatado, seria o rigor do atual carcereiro em fazer cumprir o regulamento da cadeia, desagradando os presos já “*acostumados*” com certas liberdades. Muitos desses objetos apreendidos nas celas, como podemos constatar, eram ferramentas de trabalho destes. Alguns presos ainda continuavam a exercer seus ofícios na cadeia, realizando serviços em troca de pequenos benefícios. No caso do preso Francisco Pedro Viana, era barbeiro, além de prestar “outros serviços” na cadeia, com a autorização do chefe de polícia. O seu trabalho, chegou a lhe render 15\$480 réis, em setembro de 1874¹⁷. Essa troca de *favores* ou *serviços* não era algo novo entre presos, administradores e carcereiro, fazia parte da dinâmica e funcionamento da própria cadeia.

Os relatórios dos Presidentes da Província do Maranhão durante o período imperial, revelavam o medo constante com a população pobre da capital e do interior. A justificativa quase sempre encontrada pelas autoridades para o aumento da criminalidade, era a afirmação de que “*a população menos ilustrada*” se encontrava desmoralizada e, os “*delinquentes encontravam nos homens poderosos, proteção*”¹⁸. A fala do Presidente Eduardo Olímpio Machado, dita na Sessão do dia 7 de setembro de 1851 e, a sua fala do dia 1 de novembro de 1853 à Assembleia Legislativa do Maranhão, resumem bem, o que foi essa década (1850-1860). O discurso do presidente Machado reforçava a propensão do homem pobre ao crime, essa condição de pobreza,

¹⁶ DIÁRIO DO MARANHÃO, 1 de maio de 1879. p.1.

¹⁷ PUBLICADOR MARANHENSE, 19 de setembro de 1874. p.1.

¹⁸ MARANHÃO. Presidência da Província. **Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, Honório Pereira de Azeredo Coutinho, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1850.** Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1850. p.5.

na visão deste, já o qualificava para se tornar um criminoso atroz. A *tranquilidade* e a *segurança pública* da Província se achava ameaçada, pois, a grande maioria da população era formada por escravos e indivíduos sem ocupação. Desenhava-se assim na sua fala, uma Província violenta e cheia de desprezíveis sanguinários:

(1851)

Tratando deste assunto, pesa-me dizer-vos, Senhores, que a província, que representais, tem ganho nestes últimos tempos uma triste celebridade; figura entre as outras como se fora um teatro, onde, a cada instante, se representam dramas, **cujo enlace é sempre o assassinato.**¹⁹

(1853)

Atendendo para condição social, tanto do delinquente, como das vítimas por eles imoladas, em nenhuma destas classes encontro um só homem, que seja importante por sua posição social ou fortuna; todos eles, assassinos e assassinados, não passam de escravos, e de alguns indivíduos dados a crápula e à ociosidade. Essa consideração que salta os olhos à simples leitura de uma parte policial, do relatório do presidente do tribunal do júri me induz ainda a sustentar, **que o pensamento do crime, entre nós, é, por via de regra, devido as circunstâncias fortuitas e ocasionais: concebido em um momento de exaltação produzidos por excessos de bebidas espirituosas, pela paixão do jogo, e as vezes por motivos frívolos e ridículos, é de pronto executado pela faca, que pende da ilharga, ou pelo bacamarte, que descansa do ombro do assassínio.**²⁰

A tabela abaixo faz um resumo dos principais tipos de crimes, bem como, suas ocorrências na Província do Maranhão no período que vai de 1850-1859.

¹⁹ MARANHÃO. Presidência da Província. **Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851.** Maranhão, impresso na Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851. p.5. (Grifo meu).

²⁰ MARANHÃO. Presidência da Província. **Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1. de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1854.** Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1853. p.6. (Grifo meu).

CRIMES	1850	1851	1852	1853	1854	1855	1856	1857	1858	1859
Homicídios	58	20	15	32	25	19	28	35	29	28
Tentativa de homicídio	7	1	4	3	2		3	10	14	3
Ferimentos e ofensas físicas	22	13	14	16	29	21	56	97	92	92
Estupros			1	2		1	4	4	4	9
Raptos	1	1						3	3	2
Calúnia e Injúria		3				1		2	2	2
Furtos	1	3	1			1	20	10	7	2
Roubos	2	8	1	1			5	6	2	4
Armas defesas			1	4	1		7	1	6	1
Outros	4	17	8	9	7	3	11	13	42	14
Soma Total	95	66	45	67	64	46	134	181	201	157

Fonte: MARANHÃO. Presidência da Província. Relatório do Presidente Silveira de Souza a Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1860. Maranhão, na Typ. de J.M.C. de Frias, 1860.

Ainda no primeiro trimestre de 1860, os crimes de ferimentos, ofensas física e de homicídios; respectivamente, com 13 e 9 casos, figuravam como os crimes de maior incidência em toda a Província²¹. A conhecida falta de prisões, de forças policiais e “arbitrariedade dos mandatários locais”, corroborados com os “*exageros*”, a “*falta de ocupação*”, a “*ignorância*”, a “*fraqueza moral*”, a “*ausência de educação*” dos homens pobres, na visão dos presidentes da província, dos juízes e de grande parte das elites locais, foram os responsáveis pelo aumento da criminalidade nas terras maranhenses. Os criminosos e o crime, tinham então, seu embrião na pobreza.

²¹MARANHÃO. Presidência da Província. Relatório com que o exm. Snr. João Silveira de Souza, presidente desta província, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 3 de maio de 1860. Maranhão, na Typ. de J.M.C. de Frias, 1860.

3 A Reforma Prisional no Maranhão

É bem verdade que a reforma prisional começou a ser pensada no Brasil logo após a vigência do Código Criminal de 1830. No entanto, foi somente duas décadas depois que de fato foi posta em prática. No Maranhão, a aprovação para a construção de uma Casa de Correção na capital, ocorreu em 1832. O Conselho Geral do Estado ao aprovar a construção não esperava que o plano da edificação levasse tantos anos para ser estabelecido. Depois de muitos embaraços para a sua construção como o desentendimento dos empreiteiros, o erro na elaboração do projeto, a falta de recursos, os desinteresses dos administradores, como também, a burocracia estatal; a Casa de Correção, foi finalmente “*inaugurada*”, em fevereiro de 1856. Todo esse atraso, levou a construção de um edifício cheio de falhas estruturais e que não alcançou o propósito para que foi construído. O problema é que “Casa de Correção”, quando da sua inauguração, foi entregue já defasada e incompleta. Somente um raio havia sido concluído, quando o projeto previa quatro. O edifício inicialmente havia sido projetado para adotar o sistema penal americano Auburn; deveria ter um pátio e oficinas de trabalho como celas individuais que visassem o isolamento noturno, pois, neste modelo, os presos, trabalhariam durante o dia em total silêncio voltando para as celas à noite. No entanto, a Casa de Correção de São Luís, já nasceu vítima do signo do imprevisto e nele permaneceu. Não houve oficinas de trabalho e o chefe de polícia Candido Augusto Pereira Franco, enviando um ofício ao Presidente Cincinato Pinto da Silva, em setembro de 1880, pediu providências quanto a isso²². Não foi atendido, a Cadeia Pública não ofereceu oficinas de trabalho aos presos. Preocupação recorrente dos administradores da cadeia e dos chefes de polícia, pois, as oficinas além de beneficiarem os presos que receberiam um pequeno pecúlio pelo seu trabalho, aliviaria os cofres do Estado com os produtos que dali seriam vendidos. Esse modelo já estava implantado nas Casas de Correção da Corte, de São Paulo, Pernambuco, Salvador e Porto Alegre.

²² **PACOTILHA**, 21 de agosto de 1886. p.2.

A Casa de Correção foi concebida para acomodar detentos sentenciados à “prisão com trabalho”, e tinha um propósito – corrigir pelo trabalho; diferindo-se de uma Casa de Detenção, cujo, propósito era apenas deter. Dito de forma mais clara, não cumpriu sua missão. A ideia central pensada pelos penalistas era a regeneração dos delinquentes pela força do trabalho e da religião. Na Cadeia Pública de São Luís, os presos, eram obrigados a ouvirem a missa todos os domingos²³. Além da capela, a cadeia passou a contar a partir de 28 de novembro de 1868 com os serviços de um médico e de um enfermeiro²⁴; agora, o cuidado dos presos estava completo – alma e corpo. Anos mais tarde em 1876, os *cuidados* foram estendidos e, por ordem do Presidente da Província, foi criada uma aula de primeiras letras a cargo do Cônego Theodoro Antonio P. de Castro, destinados aos presos que não sabiam ler nem escrever²⁵.

Passados pouco mais de uma década da inauguração em 1856, o terceiro e último raio desta instituição penal estava quase concluído, isso em 1869; 37 anos depois da autorização da construção em 1832. Pela Lei Imperial N° 742, de 24 de julho de 1865, as províncias foram autorizadas a “ensaiarem o sistema penitenciário”²⁶. A dificuldade em atender a lei, no Maranhão, como afirmou o Presidente da Província Lafayette Rodrigues em seu pronunciamento à Assembleia Provincial, em maio de 1866, era que a Cadeia Pública da capital ***“não se presta ao intento” e o “estado dos cofres provinciais não comporta”*** tal ensaio. Seguiu afirmando que a Cadeia naquele momento contava apenas com duas peças separadas e uma ainda em construção e *“nenhuma destas peças possui uma só, sequer, das condições mais indispensáveis às casas penitenciárias”*.

²³ **ALMANAK** do diário do Maranhão para o ano de 1879 – Organizado por Jacinto Ribeiro. 1º Ano. Maranhão, 1877. Typ. Frias. p. 58.

²⁴ Idi. Ibidi.

²⁵ **ALMANAK** do diário do Maranhão para o ano de 1879. 2º Ano. Maranhão, 1879. Typ. Do Frias. p. 62.

²⁶ Muito antes, uma Lei Provincial de N° 194 de 1844, sancionada pelo Presidente da Província do Maranhão, Dr. João José de Moura Magalhães; autorizava organizar um Regulamento para o ensaio do Sistema Penitenciário na Cadeia Pública. No entanto, pelo que se comprova, nunca foi implantado tanto através da Lei N° 194 e muito menos da Lei Imperial N° 742. Cf. **PUBLICADOR MARANHENSE**, 7 de setembro de 1844. p. **PUBLICADOR MARANHENSE**, 7 de maio de 1866. p.1.

Até agosto de 1871 a Casa de Correção²⁷ foi regida pelo Regulamento N° 120, de 1842 que reformulou o Código do Processo Penal. Este instrumento normativo foi a base do Regulamento desta Casa penal que foi implantado em 26 de agosto de 1871. Neste regulamento proibia-se os jogos de dados, cartas e outros divertimentos que alterassem o sossego da cadeia, bem como, proibia a entrada de bebidas espirituosas, na prática, não foi bem assim. Em nota do jornal Pacotilha de julho de 1886, o articulista relatava a apreensão de violas, violões, marimbas e rabecas na Cadeia Pública da Capital pelo subdelegado, afirmando que ali não seria uma “*casa de recreio*”. As festas dadas pelos presos eram notórias e delas participavam parentes e amigos dos detentos como a própria comunidade prisional, incluindo até o carcereiro e o administrador. Na noite do dia 29 de julho de 1880, a presa Amélia comemorava seu aniversário na Cadeia Pública da Capital. Foi regado por “grandes vozerias”, “bandejas de comidas”, aniversariante e celas enfeitadas com “flores”; cantavam, dançavam e na ocasião o carcereiro, o oficial da guarda e “outras pessoas” participavam de um animado jogo. Este episódio, levou à suspensão administrativa do chefe da Cadeia, Antônio Mariano de Azevedo e, depois a sua exoneração do cargo²⁸. Em outra ocasião, o soldado do 5º batalhão, Dionísio Areopagytos de Nazaré, que deveria fazer a sentinela dos raios da Cadeia Pública, foi surpreendido pelo carcereiro jogando com um preso escravo pela grade da cela²⁹. Em 1878, o Alferes Raimundo Pereira de Queiroz, levantava suspeitas contra o carcereiro José Guilherme de Almeida, acusando de fazer vistas grossas as condutas destoantes dos guardas e presos. Afirmando que os sentinelas da Cadeia acostumadamente se encontravam bêbados, tendo até mesmo, o soldado Marcos, sido flagrado embriagado e com uma garrafa de cachaça com pimenta, a qual também, seria levada aos presos³⁰. A embriaguez foi algo que as autoridades tiveram que enfrentar e combater, não tendo sucesso, pois, presos e carcereiros insistiam no cometimento dessa proibição. Tanto as “bebidas espirituosas”, quanto as

²⁷ Conhecida e chamada de Cadeia Pública da Capital, pois nunca se tornou de fato uma Casa de Correção.

²⁸ O PAIZ, 21 de agosto de 1886. p.1

²⁹ O PAIZ, 10 de maio de 1864. p.2.

³⁰ O PAIZ, 14 de junho de 1878. p.3.

“mulheres públicas”, não encontraram muitos empecilhos para adentrarem a Cadeia Pública da Capital Maranhense; foram facilitadas por carcereiros e administradores deste estabelecimento. Era comum os constantes casos de “reprovados abusos” e de “corrupção das normas”, denunciados nas páginas dos jornais da capital. A Reforma Penitenciária nas terras dessa Província do Norte do Brasil, a exemplo das demais, não foi bem executada, ou mesmo, parece nunca ter sido “*ensaiada*” e nem concretizada. Ainda em 1866, Lafayette Rodrigues Pereira descrevia o estado das Cadeias provinciais: “***É lamentável o estado das cadeias***” (...); “No estado em que se acham, são as cadeias da província ***antes escolas de vícios e imoralidades*** do que lugares de expiação de culpa e correção dos delinquentes”. No limiar do império, o saldo da Reforma Prisional na Província do Maranhão foi uma combalida Cadeia Pública enferma, pensada para ser uma Casa de Correção, adentra a República apenas como um projeto inacabado. Ao todo a Província possuía 41 cadeias, 9 delas funcionando em prédios próprios do governo e 32 em casas alugadas³¹. A cadeia da capital necessitava de “*reparos urgentes*” e as demais “são prédios mal construídos de taipa, alguns cobertos de palha, insalubre, acanhados e arruinados, que não oferecem segurança alguma aos detentos”, estes, se aproveitam para evadirem-se, “burlando assim o efeito moralizador de suas sentenças”. Essa foi a herança deixada do império ao novo regime político de 1889. A transição política pouco alterou o sistema penal de imediato, mas isso se configura numa outra história.

Considerações finais

Em suma, o Estado brasileiro já nasceu sobre a batuta do terror. Necessitaria pois, impor a ordem, retirando do convívio social todos que afrontassem a tranquilidade. Ou seja, civilizar foi sinônimo de controle social no império. O Brasil

³¹ MARANHÃO. Presidência da Província. **Relatório em que o Exm. Snr. Dr. José Thomaz da Porciuncula passou a administração do Estado, em 7 de setembro de 1890 ao Vice Governador Augusto Gomes de Castro. Maranhão, 1890.** p. 152 (anexo).

independente reformaria suas leis e todo o aparelho repressivo. Neste contexto, aumentou a vigilância e restrições as camadas populares e escrava, sempre vistas pelas autoridades como propensas a cometerem crimes. Corrigir os criminosos por meio do trabalho e da religião foi o germe da Reforma Prisional. A prisão com trabalho foi o remédio para o delinquente. Era preciso expelir o ócio – semente que fazia germinar a vadiagem –, “raiz de todos os crimes”. Deter, corrigir e morigerar o homem criminoso não foi uma tarefa das mais fáceis promovidas pelas autoridades. Os sem ofícios se tornaram *perigosos*, logo, foram alvos do olhar e das constantes abordagens policiais. Vigados e sempre suspeitos, as classes populares e os escravos tinham não poucas vezes problemas com os agentes do policiamento.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudio do Prado. **A História da pena de Prisão**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BORGES, Juliana. **Encarceramento em Massa**. São Paulo: Pólen, 2019

FARIA, Regina Helena Martins de. **Em nome da ordem: a constituição de aparatos policiais no universo luso-brasileiro (séculos XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, Recife. 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Trad. Raquel Ramalhete. 41. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. [1975].

LIMA, Marcos Melo de. **A vadiagem e os vadios: controle social e repressão em São Luís (1870-1888)**. São Luís, 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Maranhão. p. 108-160.

_____. O trabalho como remição: os pretos pobres e o trabalho penal na cadeia pública de São Luís. In: FERREIRA,

Milena Galdez; FERRERAS, Norberto O.; ROCHA, Cristiana Costa da (orgs.). **Histórias Sociais do Trabalho: uso da Terra, Controle e Resistência**. São Luís: Editora da UEMA; Café & Lápis, 2015, p. 183-217.

SOARES, Flávio José Silva. **No avesso da forma: apontamentos para uma genealogia da província do Maranhão**. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

JORNAIS, ALMANAQUES E DOCUMENTOS OFICIAIS

ALMANAK administrativo, mercantil e industrial para o ano de 1860. Organizado por: R. de Mattos. Maranhão: Typ. Do Progresso. p. 321-322. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>>. Acessado em: 13/05/2020.

ALMANAK do Diário do Maranhão para o ano de 1879 – Organizado por Jacinto Ribeiro. 1º Ano. Maranhão, 1877. Typ. Frias.

BRASIL. **Constituição (1824) Política do Império do Brasil**. Rio de Janeiro, 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acessado: 13/05/2020.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 1 de maio de 1879.

FAROL MARANHENSE, 1829.

MARANHÃO. Presidência da Província. **Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, Honório Pereira de Azeredo Coutinho, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1850**. Maranhão, impresso na Typ. Const. de I.J. Ferreira, 1850. p.5.

_____. **Fala dirigida pelo exm. Presidente da província do Maranhão, o Dr. Eduardo Olímpio Machado, à Assembleia Legislativa Provincial, por ocasião de sua instalação no dia 7 de setembro de 1851**. Maranhão, impresso na Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1851. p.5.

_____. Relatório do presidente da província do Maranhão, o doutor Eduardo Olímpio Machado, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1. de novembro de 1853, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o ano de 1854. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1853. p.6.

_____. Relatório em que o Exm. Snr. Dr. José Thomaz da Porciuncula passou a administração do Estado, em 7 de setembro de 1890 ao Vice Governador Augusto Gomes de Castro. Maranhão, 1890. Maranhão, Typ. Constitucional de I.J. Ferreira, 1890.

O PUBLICADOR OFFICIAL, 1 de fevereiro de 1832

O PAIZ, 10 de maio de 1864.

O PAIZ, 14 de junho de 1878.

O PAIZ, 21 de agosto de 1886.

O TELEGRAPHO, 24 de outubro de 1850.

PACOTILHA, 21 de agosto de 1886.

PUBLICADOR MARANHENSE, 7 de setembro de 1844.

PUBLICADOR MARANHENSE, 7 de maio de 1866.

PUBLICADOR MARANHENSE, 29 de dezembro de 1868.

PUBLICADOR MARANHENSE, 19 de setembro de 1874.

UM OLHAR SOBRE A SÃO LUÍS OITOCENTISTA A PARTIR DA OBRA “A SOCIEDADE DOS INDIVÍDUOS” DE NORBERT ELIAS

Tayná Silva Cuba

1 Introdução

O sociólogo alemão Norbert Elias (1897-1990) dedicou especial atenção à problemática da relação entre indivíduo e sociedade, questão sempre muito presente e controversa na sociologia. Para o sociólogo, é justamente a sociologia a ciência que prestaria o auxílio para a melhor compreensão do que é incompreensível em nossa vida social (ELIAS, 1995, p. 19).

Norbert Elias realiza uma abordagem inovadora ao analisar de forma eficiente a questão da relação entre indivíduo e sociedade ao aproximar a sociologia e a psicologia, não esquecendo de esmiuçar as relações entre os termos e suas especificidades em diferentes sociedades e tempos históricos, decompondo as configurações e modos de articulação possíveis entre os termos. Estudando o caso do compositor Wolfgang Amadeus Mozart, ele estabelece limites e as possíveis formas de relação entre o indivíduo e a sociedade à qual pertence, ao propor a criação de um modelo teórico verificável da configuração que um indivíduo era capaz de formar em sua interdependência com outros indivíduos.

A imbricada relação entre indivíduo e sociedade é de fundamental importância para o estudo da História. Não é possível pensar a História sem pensar o indivíduo, a sociedade e os frutos colhidos dessa relação. O tempo dos historiadores é, em sua essência, um tempo humano (BARROS, 2013, p.22). Refere-se sempre à existência dos homens e é, também, um tempo necessariamente coletivo. O historiador José Barros D’Assunção sugere que o pensemos como um tempo social. Os indivíduos, por mais simples que os possamos crer, não o são nunca o suficiente para que não se situem em relação à ordem que lhes determina o lugar a ocupar; eles não expressam a

totalidade dela senão sob um determinado ponto de vista. “Cada pessoa nesse turbilhão faz parte de um determinado lugar” (ELIAS, 1994, p. 18) As sociedades não integram blocos compactos: a fragilidade de suas estruturas que se originam de sua inscrição no tempo se alimentam das tensões das interações entre pessoas e grupos.

2 Norbert Elias e A Relação entre Indivíduo e Sociedade

Norbert Elias aponta o quão ainda é nebuloso nosso entendimento acerca da relação entre a pessoa singular e a pluralidade de pessoas. Não é comum falar-se sobre uma sociedade de indivíduos. Parece fazer parte do “senso comum” pensar o ser humano singular – o indivíduo – e essa porção de pessoas juntas, a qual denominamos sociedade como duas entidades ontologicamente distintas, sem nos apercebermos o modo como uma exerce influências sobre a outra (ELIAS, 1994, p. 08).

A forma com a qual Norbert Elias aborda o indivíduo e a sociedade nos faz refletir sobre suas relações e funções, o que implica admitir que esses termos estão em interação constante, de maneira relacional e dinâmica. O estudo do sociólogo se propõe a desmanchar o nó que atrapalha o curso do pensamento do âmbito da sociologia para a psicologia e vice-versa (BARIANI, p. 02). Em seu principal trabalho sobre o assunto, “*A sociedade dos indivíduos*” (1994), observamos o esforço contínuo de Elias em empreender um diálogo entre a sociologia e a psicologia. Nesse trabalho, ele nos convida a pensar sobre como a sociedade é constituída por indivíduos e estes são, indubitavelmente, parte integrante da sociedade – ambos imbricados de tal forma que se torna impossível considerá-los separadamente e nos convida também a questionar que tipo de formação é essa a qual fazemos parte - a sociedade - que não foi pretendida e tampouco planejada por nós. Para o sociólogo sua existência e seu funcionamento se devem unicamente ao fato de ela ser constituída por um grande número de pessoas e que esses integrantes, isoladamente, possuem vontades e realizam as mais diversas ações e, contudo, sua estrutura e suas grandes

transformações históricas independem de um indivíduo em particular (ELIAS, 1994, p.12).

Segundo Norbert Elias, os indivíduos fazem parte da sociedade, modelando-a e modelando-se ao se relacionarem entre si. Essa relação tensa, dinâmica e que acontece reciprocamente entre os indivíduos configura o que ele denomina de *fenômeno reticular* (BARIANI, p.2). Para desenvolver tal raciocínio, Elias usa como exemplo a conversa estabelecida entre dois interlocutores: as ideias dos participantes podem mudar no transcorrer do diálogo. Pode ser que ambos cheguem a um acordo ou que venham a discordar da opinião um do outro. O importante, dentro do processo do diálogo, é que ideias são trabalhadas e assimiladas pelos participantes da conversa, dando origem a novas ideias que não existiam antes do início do diálogo ou desenvolvendo ideias que já estavam presentes. Contudo, não é possível explicar a organização da direção e da ordem seguidas por essa concepção e modificação das ideias unicamente pela estrutura de um ou outro interlocutor, e sim pela relação entre os dois. E é precisamente esse fato de os sujeitos mudarem em relação uns aos outros e por meio de sua relação recíproca, de se estarem continuamente se modelando e remodelando em relação uns aos outros, que caracteriza o *fenômeno reticular* em geral (ELIAS, 1994, p.25).

As trajetórias sociais na sociedade humana, segundo Norbert Elias, são como planos que surgem em que há sentidos de propósito que se entrecruzam, mas sem objetivo. Deste modo, os iniciativas simples, volitivas e individuais não acontecem num vazio de determinações sociais, nem são meras funções de alguma espécie de natureza possuidora de uma *necessidade histórica coletiva e extrínseca*. Assim, sobrevém que a sociedade produz o indivíduo e que o indivíduo remodela-se constantemente no contato com outros indivíduos, o que assim ocorrendo, exerce influência sobre a própria dinâmica da sociedade. Por fim, não cabe uma oposição excludente na relação *identidade-eu/ identidade-nós*. Ela acontece em termos de transformações na balança *nós-eu*, determinando um equilíbrio tenso, sendo específico conforme a disposição dos termos em cada sociedade e momento histórico (BARIANI, p.3). Para Norbert Elias:

A sociedade, com sua regularidade, não é nada externo aos indivíduos; tampouco é simplesmente um “objeto” “oposto” ao indivíduo; ela é aquilo que todo indivíduo quer dizer quando diz “nós”. Mas esse “nós” não passa a existir porque um grande número de pessoas isoladas que dizem “eu” a si mesmas posteriormente se une e resolve formar uma associação. As funções e relações interpessoais que expressamos com partículas gramaticais como “eu”, “você”, “ele”, “ela”, “nós” e “eles” são interdependentes. Nenhuma delas existe sem as outras. E a função do “nós” inclui todas as demais. Comparado àquilo a que ela se refere, tudo o que podemos chamar “eu”, ou até “você”, é apenas parte. (ELIAS, 1994, p. 48).

O fato incontestável de cada indivíduo estar irrevogavelmente inserido em uma sociedade traz às claras porque a entremeação de atos, planos e propósitos de muitos indivíduos dá origem, constantemente a algo que não foi concebido, aspirado ou inventado por nenhum indivíduo. Vez por outra, as ações e obras de indivíduos particulares, misturados à trama social assumem uma aparência que não foi premeditada. Esta condição se aplica às formas mais comuns de relação entre os indivíduos. Norbert Elias usa como exemplo o fato de duas pessoas diferentes estarem disputando por uma oportunidade social, seja ela um pedaço de terra, um mesmo produto, um espaço no mercado ou uma posição social cuja disputa dará origem a algo que não foi planejado por elas em nenhum instante: uma relação de competição com uma configuração específica, cujos resultados podem ser uma elevação ou queda de preços, conforme o caso. (ELIAS, 1994, p. 48).

O mesmo pode ser aplicado à crescente divisão de funções, em que ela não foi concebida ou planejada por qualquer indivíduo singular e extraordinário ou por um grupo de indivíduos. Indubitavelmente, todos os instrumentos e instituições sociais que adquirem paulatinamente contornos mais nítidos, sem serem planejados no decurso desse processo – os povoamentos urbanos ou qualquer outro elemento mais característico – são incorporados gradativamente de modo mais consciente, a partir de um certo momento, nos objetivos e projetos de cada pessoa singular (ELIAS, 1994, p. 49).

Elias nos adverte continuamente sem sua principal obra sobre o tema o risco que corremos ao aceitar como absoluta verdade aqueles mitos em que o indivíduo já se insere “pronto” na sociedade, como na narrativa bíblica da criação do primeiro homem, Adão, por Deus. A assimilação desses mitos, por vezes, nos leva a desconsiderar que qualquer sujeito tem parte fundamental de sua formação como adulto, iniciada na infância e nas relações desenvolvidas durante esse período. Ninguém nasce “pronto”. E mesmo adultos, os sujeitos não podem se considerar completos, porque também podem mudar de acordo com o contexto nos quais estão inseridos e nas relações que tecem com outros indivíduos. Segundo Norbert Elias:

Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se inclui o processo de individualização na teoria da sociedade. A historicidade de cada indivíduo, o fenômeno do crescimento até a idade adulta, é a chave para a compreensão do que é a “sociedade”. A sociabilidade inerente aos seres humanos só se evidencia quando se tem presente o que significam as relações com outras pessoas para a criança pequena (ELIAS, 1994, p. 26).

O processo de *individuação*, isto é, de formação do indivíduo provém da assimilação de modelos sociais constituídos previamente de partes e produtos de seres mais velhos e mais poderosos, e sem a moldagem de suas funções psíquicas que são acarretadas por eles, a criança permanece sendo um pouco mais que um animal. A criança necessita ser adaptada por meio dessas relações desenvolvidas com o outro, necessita da sociedade para tornar-se adulta (ELIAS, 1994, p.26). Esse processo não é o mesmo em todas as sociedades, tampouco em todos os recortes temporais, tendo em vista que as sociedades e os momentos históricos possuem configurações e ritmos que lhes são particulares e que também estabelecem formas muito próprias de inter-relação entre indivíduo e sociedade. A individualidade de um sujeito adulto só é possível de ser compreendida quando pensada em termos das relações que lhes são outorgadas pelo destino e somente quando contextualizadas com a estrutura da

sociedade em que ele vive. O que nos leva a concluir que não existe uma formula genérica para se tratar o problema ou “conceitos férreos” que nos possibilitem a direção a uma “teoria geral” dessas inter-relações entre o indivíduo e a sociedade (BARIANI, p.3).

Norbert Elias nos recorda que o indivíduo tem sua existência sempre dentro das redes de suas relações tecidas junto a outros indivíduos tão singulares quanto ele em uma sociedade cuja estrutura é específica. O indivíduo adquire, desta forma, a sua identidade a partir dessas relações e dependências e desta maneira, em um contexto mais amplo, da história da rede humana onde ele vive (ELIAS, 1994, p.26). Não importa quais mudanças ocorram em sua sociedade ou que ele venha a mudar de lugar, indo para em uma sociedade completamente estranha à sua vivência, ele sempre carregará consigo as experiências que viveu em sua trajetória assim como sua bagagem psíquica e identitária.

Ao pensar na relação sociedade/indivíduo, Norbert Elias nos propõe a reflexão sob uma perspectiva mais ampla e dinâmica (do que aquela concepção estática baseada na antítese do “eu – puro” - objeto de estudo da psicologia - que constitui relações com outras pessoas como que vindo de fora - objeto da sociologia - que faz oposição ao indivíduo como algo externo a ele), o que pressupõe superar a visão de um muro intransponível entre o sujeito e os demais sujeitos, entre um mundo “interno” e um mundo “externo” e adotar a visão de um contínuo entrelaçamento de indivíduos, onde tudo aquilo que dá a sua essência animal a configuração de seres humanos, sobretudo seu psiquismo e seu caráter particular, assume a forma que lhe é específica dentro e por meio de suas relações com os outros. Ele sugere, para melhor compreendermos tal raciocínio, pensar em uma “rede de tecido”:

Nessa rede, muitos fios isolados ligam-se uns aos outros. No entanto, nem a totalidade da rede nem a forma assumida por cada um de seus fios podem ser compreendidas em termos de um único fio, ou mesmo de todos eles, isoladamente considerados; a rede só é compreensível em termos da maneira como eles se ligam, de sua relação recíproca. Essa ligação origina um sistema de tensões para o qual cada fio

isolado concorre, cada um de maneira um pouco diferente, conforme seu lugar e função na totalidade da rede. A forma do fio individual se modifica quando se alteram a tensão e a estrutura da rede inteira (ELIAS, 1994, p. 29).

Apesar de sugerir pensarmos a relação como uma rede de tecido, ele mesmo afirma que essa concepção é estática e rígida como todas as outras as quais já lançaram mão para exemplificar tal raciocínio. Mas é suficiente para o melhor entendimento de com uma rede composta por múltiplas unidades não pode ser compreendida por apenas uma única unidade. Ele nos propõe ainda refletirmos sobre essa rede como se ela estivesse em contínuo “tecer e destecer”, em constante movimento (ELIAS, 1994, p. 30). É interessante analisar as formas sob as quais se tecem as relações sociais como o tecer e o destecer de uma tapeçaria, como no "manto de Penélope", da mitologia grega¹.

Desta forma, percebemos em contornos nítidos como a formação do indivíduo depende de uma rede da qual ele faz parte e que já existia antes dele e a qual ele também ajuda a formar. O indivíduo, como se considera na narrativa bíblica da criação de Adão, não é o início e suas relações não tem origens primeiras. E assim, como em um longo e contínuo diálogo, as perguntas de um necessitam e evocam as respostas de outro da mesma maneira que ambos, em determinada parte da conversa, são responsáveis pela construção das ideias que ali surgem. De igual maneira, as ideias, convicções e tantas outras particularidades do indivíduo produzem-se nele a partir de seu contato com outros, como elementos que constituem a sua “essência mais pessoal” e se manifesta, justamente por esse motivo, na rede de relações a qual ele emerge e penetra. O seu “eu” pessoal é construído em um entrelaçamento constante, em um anseio e efetivação incessantes, em uma alternância entre o “dar” e o “receber”. E é

¹ Retratado na obra “*A Odisseia*”, a história nos apresenta Penélope, esposa de Ulisses (ou Odisseu), que espera pacientemente o retorno do marido da Guerra de Tróia. Contudo, sofrendo pressões para que se casasse logo, estabeleceu a condição que se casaria assim que o manto que ela tecia estivesse terminado. Durante o dia, a olhos vistos, ela tecia a tapeçaria, durante a noite desfazia os pontos. Ela esperava adiar o máximo possível o matrimônio por meio dessa estratégia e foi deste modo até que uma de suas servas descobrisse e contasse a verdade para o pai de Penélope. Assim Penélope sugeriu que se casaria com aquele que dentre seus pretendentes conseguisse encordoar o arco de Ulisses, sabendo que seu arco era de um material pouco flexível. Apenas um camponês conseguiu tal feito: Era Ulisses disfarçado, que havia retornado de sua viagem

nesse processo ininterrupto do qual não podemos identificar a origem que se estabelece a natureza e a configuração do ser humano individual (ELIAS, 1994, p. 30).

Para Norbert Elias, nenhum indivíduo, por mais extraordinário que possa ser, tem capacidade para transgredir as estrutura normativa da rede humana a qual ele faz parte. O indivíduo não pode deter mais do que temporariamente as tendências centrífugas e transformar a sociedade com somente um golpe. O que confere lugar ao indivíduo em sua sociedade é que a natureza e a margem da extensão de seu poder de decisão só lhe é acessível dependendo da estrutura e da constelação histórica da sociedade na qual ele compartilha suas vivências. Essa margem, cujas forma e extensão podem variar consideravelmente de acordo com a adequação e a estatura pessoal do ocupante de determinado lugar, não é completamente ausente em nenhuma sociedade. (ELIAS, 1994, p.41). Em suma: o indivíduo pode ocupar um alto cargo dentro da administração de um território ou ser um escravo de ganho nas ruas de São Luís do Maranhão no século XIX, suas ações sempre estarão limitadas à margem da decisão individual que emerge de sua rede social.

Portanto, não cabe à sociedade ou aos indivíduos que ela integram determinar unilateralmente os rumos da história. Não existe um modelo teórico interpretativo único que fixe cabalmente as funções e possibilidades de transformação por parte dos indivíduos. Ao indivíduo, como pessoa singular, cabe, dentro de sua margem individual de decisão, promover mudanças sociais. O caráter individual e a decisão pessoal podem influenciar consideravelmente os acontecimentos históricos. Para Norbert Elias, o curso da história foi estabelecido por desejos e planos de pessoas e grupos de pessoas isolados, mas o padrão de comportamento e nossa configuração psicológica não foi pretendida ou planejada por nenhuma pessoa em específico (ELIAS, 1994, p.49). A partir de tais considerações refletiremos a sociedade da cidade de São Luís, capital da província do Maranhão, no século XIX.

3 A CIDADE DE SÃO LUÍS – SÉCULOS XVIII E XIX

O princípio da constituição da capital São Luís deu-se a passos lentos. De acordo com a descrição do funcionário da Coroa portuguesa Manuel Guedes Aranha, em 1685, a cidade era pequena e pobre, contando com um pouco mais de mil almas cujas residências eram casa rústicas, umas de madeira com folhas de palmeira como cobertura e outras de taipa ou de adobe, cobertas com telhas vãs. A aceleração do desenvolvimento econômico, fruto do sistema agroexportador, trouxe para a cidade imigrantes portugueses que vieram por conta própria e gerou a entrada maciça de escravos africanos e a chegada de açorianos, provocando um significativo crescimento populacional.

Um levantamento realizado durante o governo de Joaquim Melo e Póvoas em 1778, indica que na Província do Maranhão a população era estimada em 47.410 pessoas. Em 1814, a população era estimada em 160.000 habitantes e em 1819, a província contava com 200.000 almas (FARIA, 2012, p. 62-63). É comum um desencontro dos dados populacionais nesse período, devido a precariedade dos censos demográficos na época da Colônia e do Império.

Percebe-se a importância da escravidão africana em terras maranhenses quando se analisa o levantamento feito pelo Conselheiro Antônio Rodrigues de Veloso de Oliveira, em 1819: Segundo o Conselheiro, o Maranhão era a província com o maior número percentual de escravos – 66,7% em uma população que contava com o total de 200.000 habitantes (SILVA, 1986, *apud* FARIA, 2012, p.64). Em 1841, os indivíduos escravizados ainda representavam um pouco mais da metade da população maranhense, contabilizando 51,6% em números percentuais. Observa-se uma redução do número da população escrava nas décadas posteriores: em 1872, os escravos eram somente 20,8% dos habitantes. A redução do número de escravos na província deve-se ao fim do tráfico oceânico e ao fim do tráfico interprovincial. Além disso podemos enumerar mais outros fatores como: as manumissões, que cresciam com a cada vez menor legitimidade da escravidão frente ao abolicionismo cada

vez mais presente, a resistência escrava, as precárias condições de vida e ao processo de abolição gradual da escravidão.

4 A SOCIEDADE LUDOVICENSE OITOCENTISTA

É possível imaginar que as relações sociais tecidas em uma sociedade a qual maior parte de seus integrantes são estigmatizados pela escravidão são elitistas e estratificadas. É salutar observar que os “letrados” não delineavam uma caracterização da sociedade como um todo, possivelmente por esta ser composta por estratos sociais tão distintos.

Quando pensamos sobre estratificação social, Norbert Elias nos convida a refletir sobre como, em cada sociedade, cada um possui uma posição a ser ocupada que proporciona aos sujeito um leque de possibilidades mais ou menos restrito de funções e modos de comportamento possíveis. Contudo, esse arcabouço básico de funções interdependentes, cuja estrutura e padrão caracterizam a sociedade de forma particular, não é criada por sujeitos específicos, pois cada indivíduo, por mais poderoso que seja, é representante de uma função que só é assegurada no âmbito de suas relações com outras funções e que só podem ser compreendidas em termos das configurações e tensões específicas do contexto geral. Essa rede de funções a qual cada sujeito está inserido não foi criada a partir de uma soma de vontades de sujeitos específicos (ELIAS, 1994, p.19). Partindo dessa interdependência fundamental das funções individuais, as ações de muitos sujeitos distintos, particularmente numa sociedade tão complexa quanto a nossa, necessitam vincular-se continuamente, desenvolvendo longas cadeias de atos, para que as ações de cada indivíduo desempenhem suas desígnios. Deste modo, cada indivíduo único está realmente preso; é cativo por viver em constante dependência funcional de outros; ele é um elo nas cadeias que os unem com outras pessoas, assim como todos as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que os ligam (ELIAS, 1994, p.20).

A historiadora Regina Faria (2012) lança mão de alguns escritos de pessoas que viveram nas primeiras décadas do século XIX para compor um quadro da sociedade ludovicense àquela

época. O frade Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres e o engenheiro Antônio Bernardino Pereira do Lago descrevem a pirâmide social ludovicense da seguinte forma: No topo da pirâmide estão os “brancos”, que comporiam uma única camada social. Gaioso (1970, *apud* FARIA, 2012, p. 70) divide-os em duas classes: “os filhos do reino”, isto é, os portugueses, e os “nacionais” ou “filhos do país” (segundo Prazeres), descendentes dos europeus. Aos “filhos do reino” cabiam os melhores cargos e a administração do comércio de importação e exportação. Aos “nacionais” cabia a dedicação a lavoura.

Gaioso apresenta os dois segmentos em constante rivalidade, contudo, mostra sua indignação especialmente aos portugueses que controlam o grande comércio e detêm os melhores empregos. Ele exprime, talvez por ser descendente de português e fazendeiro, o descontentamento com o contexto de dependência estrutural em que se encontravam os fazendeiros em relação aos comerciantes, que controlavam as funções do mercado e eram os principais financiadores da atividade agrícola. A indiferença entre as duas facções da elite era presente também na exclusão dos “filhos do reino” das funções nas câmaras municipais, provavelmente um modo de revide dos “nacionais” aos portugueses. Porém, a possibilidade de conciliação entre as duas classes da elite se encontrava no costume de jovens portugueses se casarem como mulheres “do país”, tão logo tivessem condições.

As mulheres “brancas” que integravam a elite, não importando se eram filhas da terra ou portuguesas, recebiam somente elogios dos autores eleitos pela historiadora Regina Faria (2012) para compor sua narrativa. As mulheres distinguem-se pelos seus bons costumes e pelas maneiras polidas com as quais foram educadas, sendo superiores aos homens na administração doméstica e auxiliando seus maridos na economia, além de se vestirem “no melhor gosto da Europa”.

Sobre as camadas menos abastadas da sociedade ludovicense, estas faziam parte de um grande contingente indistinto de homens e mulheres deploráveis. Os mestiços, por exemplo, recebiam denominações variadas, o que sugere que esta expressão ainda não havia sido sedimentada com o significado que se tem nos dias atuais.

Os negros (ou pretos) eram vistos como integrantes de um só grupo, não importando as diferentes condições jurídicas ou especificidades de cada indivíduo, do que pode-se concluir que recaía sobre todos o estigma da escravidão, submetendo ao negro a condição de escravo, não tendo nenhuma importância a sua identidade étnica e cultural. Ser negro era ser escravo, por isso os índios escravizados eram também denominados de “negros da terra” (FARIA, 2012, p. 76). Aos negros na sociedade ludovicense oitocentista era destinado o lugar do trabalho pesado na lavoura e os demais serviços que garantiam o conforto dos mais abastados. Também se encontram registros de suas difíceis condições de vida, causadoras de mortes prematuras e da mortalidade das crianças. A essas condições, lhes são atribuídas três fatores: a miséria, o vício e o castigo. Os dois primeiros fatores afetariam todas as classes menos abastadas, mas o castigo era somente destinado aos escravos.

Os indígenas são apresentados como uma classe com divisões internas, quais sejam: os civilizados, integrados à sociedade, os domesticados, que vivem nas aldeias sem cometerem hostilidades e os selvagens, bárbaros e brutos, que cometem roubos e assassinatos, mas que são, contudo, aqueles que despertam maior fascínio sobre os letrados da época. Contudo, os índios ou “bronzeados” são representados sob diversas matizes, cujos resultados compreendem a sua representação desde como o “bom selvagem” que desfruta dos recursos que a natureza oferece sem representar perigo à sociedade, até o “bárbaro animalesco”, feio, cruel e desumano.

Com a obtenção da descrição detalhada de cada integrante da “classe inferior”, observamos que apesar de suas especificidades, tudo aquilo que lhes é atribuído é negativo, uma expressão da visão eurocêntrica própria das populações que tinham como modelo as populações europeias, como também sugere o medo das classes mais abastadas, que eram a minoria, de uma violenta sublevação do grande contingente de negros, mestiços e indígenas que viviam sob os estigmas de uma sociedade escravocrata-cristã.

Analisando a estratificação social nos primeiros cinquenta anos do século XIX, o historiador Mathias Röhrig Assunção, sugere três dimensões ou critérios para a melhor compreensão

da estrutura da sociedade do Maranhão Oitocentista, a ver: O critério da cor traduz uma hierarquia social estabelecida pela “dimensão ideológica”. A situação dos indivíduos na produção seria fator determinante da “dimensão econômica. A “dimensão jurídica seria determinada pelas diferenciadas condições jurídicas dos participantes da sociedade em questão, formada por quatro camadas, onde no topo figuram os indivíduos livres, proprietários de escravos, e na extensa base se situam os escravos.

Lançando mão do arcabouço teórico o qual Norbert Elias nos presenteia em sua obra “A sociedade dos indivíduos” em toda sociedade a qual nos foi possível conhecer existe alguma forma de divisão de funções, dentro da imbricada rede de relações que permeiam a estrutura social. Quanto mais essa divisão se desenvolve em uma sociedade e maior é o número de inter-relações entre seus integrantes, cada vez mais essas camadas são ligadas ao fato de sua sobrevivência estar essencialmente associada a sua relação uma com as outras. Em certas fases, é possível a um determinado grupo disponibilizar de instrumentos de violência que lhes permitem negar aos outros aquilo que eles necessitam para garantir e efetivar a sua existência social, ou mesmo para subjugar-los, ameaçá-los e explorá-los continuamente (ELIAS, 1994, p. 37). Podemos pensar a sociedade da cidade de São Luís a partir de tal viés, no qual vimos uma classe abastada dependente das benesses de uma estrutura social em que uma camada formada por negros e índios que vivem sob as mais diversas condições e toda sorte de reprimendas é responsável pela produção de riqueza que sustenta essa sociedade.

A análise realizada refere-se à primeira metade do século XIX, mas é possível perceber que o critério da cor persiste em inferir seu peso na sociedade ludovicense nos decênios seguintes. Alguns fatores contribuíram para a diversificação de indivíduos e papéis sociais: a interrupção do tráfico africano, a emigração de pessoas do Nordeste, a desagregação do escravismo e a miscigenação contribuíram de forma decisiva para tornar a sociedade maranhense mais complexa.

Considerações finais

Não é comum pensarmos a relação indivíduo-sociedade em sua diversificada pluralidade de nuances e matizes. É adentrando a este espaço já tão frequentado que o sociólogo alemão Norbert Elias, em sua principal obra sobre o tema, “A sociedade dos indivíduos” tece considerações fundamentais para uma crítica consistente acerca dessa controversa questão e nos convida a pensar sobre como o indivíduo e a sociedade possuem relações dinâmicas, em interação ininterrupta, fundindo-se e refundindo-se, modelando-se e remodelando-se.

A sua análise de tão imbricada relação nos permitiu pensar a sociedade ludovicense do século XIX sob outra perspectiva, nos fazendo perceber que os indivíduos integrantes dessa sociedade estão de maneira contínua influenciando e sendo influenciados pela rede humana a qual estão inseridos. A maneira a qual o indivíduo decide e atua desenvolve-se nas suas relações com outras pessoas, numa transformação de sua natureza pela sociedade. Porém, o que se molda deste modo não é algo meramente passivo, não é uma moeda sem vida, gravada como milhares de moedas similares, e sim o núcleo ativo do indivíduo, o curso pessoal de seus impulsos e de seu anseio; numa palavra, seu verdadeiro eu.

Na sociedade da cidade de São Luís do século XIX, conseguimos observar com clareza a divisão de funções a qual Norbert Elias nos aponta em seus estudos. Na sociedade ludovicense, o critério para o estabelecimento dos papéis a serem exercidos por cada indivíduo era a cor de sua pele, dando origem a uma sociedade intensamente estratificada e excludente. A partir da análise dos estudos de Elias, por fim percebemos que os indivíduos, pessoas singulares, podem ajustar-se uns aos outros, e para além disso necessitam desse amoldamento, a rede de suas relações — sua sociedade. Não é possível compreender a relação indivíduo/sociedade a partir de indivíduos singulares, como se cada qual compusesse, antes de mais nada, um cosmo natural e autônomo. Ao contrário, só é possível compreender o indivíduo a partir de sua vida em comum com os outros.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Aluísio. **O Mulato**. Disponível em: <http://www.bn.br/bibvirtual/acervo/>. Acesso em: 15/08/2019.
- BARIANI, Edison. **Indivíduo, Sociedade e Genialidade: Norbert Elias e o caso Mozart**. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/008/08soc_bariani.htm. Acesso em: 30 de Agosto de 2019.
- BARROS, José D'Assunção. **O tempo dos historiadores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- _____. **Mozart, sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do trabalho no Maranhão oitocentista: Os descaminhos da liberdade**. São Luís: EDUFMA, 2012.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Jacinto. **Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís – século XIX**. São Luís: EDUFMA, 2008.
- REIS. José Ribamar Sousa dos. **Praia Grande, cenários: histórico, turísticos e sentimentais**. São Luís: Litograf, 2002.

A IMPRENSA LUDOVICENSE NO PÓS-ABOLIÇÃO:

Análise das Representações Contidas em Jornais Ludovicensenses acerca da Última Geração de Libertos (1888-1908)

Carlos André Colins dos Santos

1 Introdução

Não é recente em termos de desenvolvimento historiográfico a ascensão de documentos textuais oriundos da imprensa como itens de forte importância na produção ou objetivação de narrativas que se propõem a clarificar processos e discursos no tempo social. Em seus escritos acerca da evolução provocada pelo movimento dos Annales, Burke (2005) discrimina que uma grande diversidade de documentos foram descartados pela produção de estudos narrativíssimos voltados para a disciplina história de cunho Positivista e Historicista, porém, constata também que o conjunto de documentos motivador de dados e informações para pesquisas sofre modificações substanciais, passam a figurar entre o rol de fontes, documentos diversos, transformando-se em um vasto campo de instrumentos até então vistos como não proveitosos, dentre estes, as fontes de origem tipográfica e jornalística assumem status de importância.

Lapuate (2015) ao discorrer sobre o tema entende que em termos de produção de pesquisas no âmbito brasileiro, ainda no sétimo decênio do século passado, a desconfiança no que diz respeito a avaliação das possibilidades de uso de fontes jornalísticas era intensa, a discussão a respeito destas asserções eram eivadas de suspeitas e dúvidas. Esta mesma pesquisadora ao avaliar os trabalhos da historiadora Tânia Regina de Luca¹ corrobora a opinião da mesma de que antes da década de 1970 a utilização de fontes jornalísticas era observada com descrença,

¹ Vide MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tânia Regina. **História da imprensa no Brasil**. Editora Contexto, 2010.

existia a possibilidade da formalização de uma história dos grandes meios de comunicação imprensa assim como das notáveis instituições deste meio, mas a construção de narrativas por meio deste tipo de fonte era imersa em receio.

Tais observações não querem indicar que antes do período exposto, trabalhos que fizeram uso de fontes jornalísticas inexistiam, estudos como os formalizados por Gilberto Freyre² e pesquisas de outras disciplinas como a sociologia trabalharam com este tipo de material, porém, o crescimento atual da utilização desta tipologia de documento supera outros períodos não só em termos quantitativos, mas, principalmente em termos qualitativos. Discursões sobre as características teóricas e metodológicas destes documentos e das possibilidades em si promover a construção de narrativas cujas fontes jornalísticas figuram não apenas como “meios” de objetivação, mas como objeto de estudo estão presentes nos debates sobre a produção historiográfica.

2 A imprensa maranhense e sua origem

O território maranhense experimentou ainda no período próximo a proclamação do império atividade a nível da ação ou existência de imprensa na capital da referida província espalhando-se este conjunto e forma de trabalho a outras regiões do território em curto intervalo de tempo. Para Pinheiro (2016), as atividades iniciaram-se no ano de 1821, fase em que houveram contatos iniciados por parte do governador do Maranhão, Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, com o intuito de obter autorização para que se instalasse órgão de imprensa assim que tramitasse a nível burocrático e político referências relativas a adesões constitucionais em relação à colônia portuguesa.

Desta forma, neste mesmo período, antes de resolvidos os entraves burocráticos e aportasse na província maquinário tipográfico, começou-se a realizar trabalhos jornalísticos através de atividades manuscritas, indica Martins (2010) que o primeiro

² Vide obras “Casa Grande e Senzala” e “Sobrados e Mucambos”.

jornal nascido no Maranhão possuía por título O Conciliador do Maranhão e já possuía desde sua gênese assinantes.

Porém, devido às próprias características da reprodução de um jornal manuscrito, o alcance do O Conciliador do Maranhão era diminuto, situação que veio a sofrer alteração no mesmo ano de 1821 com a chegada da primeira tipografia na província, patrocinado pelo governador, sua tiragem aumentou substancialmente; no ano de 1823 passou a chamar-se O Conciliador. Suas atividades estavam voltadas para notícias que envolviam órgão da administração pública, em geral, sua escrita estendia-se sobre assuntos de cunho político manifestando-se e posicionando-se a favor das ações do governador da província e estabelecendo críticas aos adversários políticos deste. Burocracia e corpo estatal confundiam-se com as atuações jornalísticas, estavam traçadas as bases de fundação tanto à nível material quanto de produção e escrita, os alicerces de funcionamento das áreas jornalísticas instituíram-se em meio a atividade de exercício de poder normatizando este espaço de maneira ampla, atingindo desde produtores de conteúdo até leitores.

Para Pinheiro (2017), atuação política, manutenção da ordem e transformação das forças capazes de oferecerem riscos a esta mesma ordem constituíam-se formulações básicas do universo jornalístico maranhense a partir de sua própria gênese. No entanto, outra característica fundamental guiou as formas de atuação em termos de imprensa sem si tratando da província do Maranhão. Devido a características imanentes ao espaço de circulação de periódicos ainda mais em um ambiente moldado por condições adversas ao letramento de grande parte da população como foi a situação da província do Maranhão no período de existência do império brasileiro e do formalizado estado do Maranhão no início da república, o acesso e participação no campo jornalístico voltava-se para as camadas mais abastardas da população.

A geração, a construção em primórdios das camadas dirigentes do espaço em destaque inclui a formulação do jornalismo enquanto item constituinte. O letramento, o acesso a arte, as ciências, a escrita, instituíram-se como maneiras de distinção social emergindo como fomentadores de identidade

social, assim, o espaço jornalístico transcreveu-se para direção de ambiente amplamente exclusivista, aristocrático.

As parcelas abastardas da população maranhense experimentaram acumulação de grande fluxo de capitais com o desenvolvimento do sistema agroexportador que se deu com a implantação e fortalecimento das culturas de algodão e arroz, a imposição e fortalecimento destas culturas deu-se por intermédio tanto estatal através da Companhia de Comercio do Grão-Pará e Maranhão, e, demais ações da administração pública nesta área, quanto através de investimentos de cunho privado. Estas condições permitiram a esta parcela populacional adequarem suas formas de vida, em certa medida, aos grandes centros mundiais do capital, de posse dos requisitos necessários esta enviava seus filhos para estudarem em capitais europeias desfrutando das circunstâncias culturais das nações de destaque a nível capitalista do período. Este estado proporcionou a possibilidade de intercâmbio provincial e formas de manifestação artística singulares em âmbito nacional, grupos de intelectuais surgiram fomentando o cenário artístico e letrado maranhense, para Rocha:

Percebe-se então, o que possibilitou a constituição de uma elite letrada no Maranhão foi proporcionado pela própria aristocracia local, contudo favorecido principalmente pelo momento de euforia econômica do sistema agroexportador. Por pertencerem a uma casta de famílias nobres, estes intelectuais tiveram a oportunidade de ingressarem nas universidades europeias e de se tornarem bacharéis. Dentre as diferentes formações acadêmicas, o campo das letras foi um dos principais motivos para que eles adquirissem importância intelectual, notoriedade legitimidade cultural. (ROCHA, 2013, p. 02).

Assim institui-se um período de efervescência artística onde a capacidade de comunicação por intermédio das letras constituiu-se um aspecto central desta dinâmica de formação indenitária, assim, os jornais constituíram-se em área para os embates e demonstrações advindas desta situação, os periódicos transformam-se em ambiente onde criações literárias podiam aflorar, explicitarem-se. No entanto, a própria escrita literária

formalizava o corpo e as bases dos textos, jornalistas, em grande parte, eram escritos de variadas formas de literatura, a escrita jornalística aproximava-se da arte literária tanto na manifestação do texto quanto nas formas de vida dos autores.

3 Jornalistas maranhenses: iminência da abolição e pós-emancipação

Formaliza-se, então, uma elite de escritores, articulistas e artistas ligada ao universo jornalístico, voltados aos estamentos de poder econômico e político-estatal, esta atuava como porta voz dos embates pelo exercício de poder, faziam política por meio das letras e destacavam-se no cenário artístico. No entanto, esta parcela de literatos não se formava de maneira homogênea, nem todos possuíam origem em famílias ricas ou nobres, alguns não tiveram ligação direta com as classes detentoras dos meios de produção no sentido familiar, outros possuíam origem, até mesmo, humilde. Dentre escritores de destaque deste período, por analogia, podemos indicar nomes como João Francisco Lisboa, Francisco Soterro dos Reis e Odorico Mendes.

Segundo Martins (2010), João Francisco Lisboa nasceu no dia 22 de março de 1812 no município de Itapecuru, na região de Pirapemas, primogênito do casal João Francisco Melo Lisboa e Gerardes Rita Gonçalves Nina, oriundo de uma família de relativas posses em termos de capital, foi enviado para São Luís quando criança para iniciar estudos de letramento, ainda cedo, com 11 anos de idade, veio a perder seu pai o que obrigou-lhe a retornar para o interior da província, seu lugar de origem. Ainda jovem retorna a capital e passa a trabalhar no ramo comercial em um humilde emprego de caixeiro, período em que passa a nutrir admiração por ciências humanas o que o leva a abandonar o comércio e dedicar-se inteiramente aos estudos artísticos e literários.

João Lisboa foi fundador do periódico O Brasileiro, reabriu o jornal O Farol Maranhense, foi redator do periódico Eco do Norte. Após tais investidas na área jornalístico acabou por aceitar convite para tornar-se secretário provincial. Em 1838 voltou a escrever para veículos de imprensa assumindo a redação do

jornal *Crônica Maranhense*, é nesta fase que João Lisboa passa a identificar-se de maneira mais firme como defensor das pautas liberais.

Em fase mais madura e experiente, depois de ter passado por várias dificuldades em termos políticos como a acusação de ter participado da revolta da Balaiada ao lado de forças populares o que lhe rendeu dificuldades e desafetos, João Lisboa funda o *Jornal de Timon*, pouco depois viaja para o Rio de Janeiro permanecendo pouco tempo naquela província, retirou-se para Portugal onde faleceu em 1863.

João Lisboa foi aluno de outro grande intelectual do período, trata-se de Francisco Sotero dos Reis, este autor foi autodidata, contribui com vários veículos de comunicação, nasceu no dia 22 de abril de 1800 em São Luís, aos 12 anos de idade iniciou período de trabalho no comércio exercendo a função de caixeiro, neste período também integrou a negócios da família ligados a lavoura. Primeira instituição em que teve a oportunidade de frequentar regularmente, o curso público de latim do Convento de Nossa Senhora do Carmo era frequentado por escritos e jovens aprendizes, foi neste ambiente, indica Martins (2010), que Sotero dos Reis conheceu a Odorico Mende, outro grande expoente do mundo literário de até então, nesta instituição, também, Sotero dos Reis pode desenvolver seu grande talento para a atividade que iria consagrá-lo enquanto nome de destaque nas letras da província, neste caso, o magistério. Devido sua rápida evolução, o autor logo passou a lecionar na instituição e a dar aulas particulares. Crescendo em destaque na vida pública, Sotero dos Reis ocupou cargos de importância como o de diretor do Liceu Maranhense, inspetor da instrução pública da província, membro dos conselhos gerais da província e deputado provincial. Este permaneceu em São Luís até sua morte no ano de 1871 consagrado como voz capaz de influenciar esferas como a da política e literatura incluindo a produção no âmbito jornalístico.

De posse de tais exemplos é possível traçar o desenvolvimento de espaço representacional cujos principais formuladores e legitimadores de processos objetivavam-se nas páginas dos periódicos que circulavam no território em análise e

influenciavam diretamente o momento subsequente da produção jornalística, segundo Martins ao tratar deste período:

A imprensa maranhense havia atingido, então, maturidade e quantidade, e se instalado definitivamente como instituição na sociedade local, contando com um público cativo, um parque tipográfico, com frequência uma tipografia própria dos jornalistas, que permitia sua edição constante, além de um grupo expressivo de homens de letras e jornalistas que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais diversos assuntos, sobretudo os de caráter político-partidário. Ao lado de muitos periódicos de cunho partidário, circulavam também um número razoável de revistas literárias, entre outras, nas quais se realizava a difusão de conhecimentos úteis a lavoura, saúde, costumes, ciências, filosofia, religião, indústria, comércio, geografia, e sobretudo, literatura (MARTINS, 2010, p. 04).

Desta maneira, forma-se as bases de um ambiente propício ao embate político não apenas em termos de viés partidário frente às possibilidades de obtenção de cargos e influência nas instâncias da máquina estatal, mas, em sentido amplo. Os mais diferentes assuntos, temas em variados níveis tornaram-se objeto de possíveis investigações jornalísticas tendo a literatura e a discursão política como centro aglutinador das ações, o espaço representacional ou imagético do jornalismo maranhense estava constituído de fato.

A fase posterior ao ciclo de gênese da imprensa maranhense caracterizou por um ambiente representacional bem diverso das formulações do período anterior. Os discursos acerca da realidade material e intelectual do Estado mudaram veementemente para um modo de análise e visualização que remetiam a uma situação de forte decadência em termos amplos. O agronegócio voltado para a exportação, ramo visto como fonte de desenvolvimento, passou a ser representado como área econômica em forte depressão, além disto, a abolição trouxe visão ainda mais forte em termos da experiência de passagem por forte decadência e nesta situação os jornais Pacotilha, e, Diário do Maranhão trabalharam a recepção da notícia do fim da escravidão na província maranhense.

As notícias a respeito da promulgação da Lei Áurea não tardaram a chegar nos jornais ludovicenses, na edição do dia 13 de maio, a despeito das implicações em relação ao tempo de publicação de uma determinada notícia e as formas de comunicação do período, o jornal Pacotilha já estampava em suas páginas a notícia de que chegará ao fim o regime escravista, a possibilidade de não promulgação da Lei Áurea naquele momento era descartada por completo, o Pacotilha noticiava em edições anteriores à edição do dia 13 de maio que grupos dando como certo o fim da escravização legalizada já comemoravam a abolição. O jornal O Diário do Maranhão também noticiou tal acontecimento com certa antecedência, em um tom mais comedido acompanhou as festividades incluindo descrição intensa das festividades.

Ambos os jornais deram destaque as festividades em caráter amplo, buscaram realizar cobertura em várias partes da capital e do interior da província, entretanto, a ênfase em abolicionistas oriundos das classes dominantes e em políticos que atuavam no poder legislativo, assim como, os elogios em torno da princesa regente, foi características destas edições. A busca por assinalar que as celebrações ocorreram sem que a ordem vigente fosse ameaçada também se constituiu em ponto unificador da abordagem de ambos os periódicos.

4 A imprensa e os libertos no pós-abolição

O jornal O Diário do Maranhão iniciou suas atividades no de 1855 no contexto do tráfico ultramarino de escravos negros, foi idealizado e produzido por um grupo de empresários, relata Pereira (2006). Já o periódico Pacotilha foi fundado em 1880 pelo jornalista Victor Lobo, este assim como grande parte de seus colaboradores, objetivava trazer propostas progressistas para as classes empresariais e elites maranhenses. Pereira (2006) indica que este veículo de comunicação buscava adequar a classe empresarial às tendências econômicas oriundas da Europa, às quais julgavam modernas e suficientes para elevar a situação econômica e estrutural do estado maranhense à condição de prosperidade desejada. É interessante observar que, segundo

Pereira (2006), estes jornais divergiam em torno de questões referentes aos caminhos em que a sociedade deveria trilhar se quisesse vivenciar estado de prosperidade material. Enquanto o Pacotilha detinha uma visão progressista defendendo ações incisivas como a adoção de medidas de cunho liberal, O Diário do Maranhão optava por uma postura conservadora, mais ligada ao pensamento tradicional econômico, além de, defender arduamente a tradicional elite agrícola em detrimento de outras parcelas formadoras das classes abastardas. Entretanto, estes jornais não objetivavam uma mudança drástica na estrutura social, não defendiam o fim da desigualdade entre classes, antes, eram defensores dos interesses das elites vigentes. Esta condição de divergência dentro do campo jornalístico foi responsável pela minha escolha em relação a estes jornais enquanto objetos de pesquisa.

Ao observarmos a produção textual dos dois periódicos em observação, no intervalo de tempo estabelecido, é possível perceber que tais veículos de comunicação permaneceram ativos em suas publicações mantendo a periodicidade e variabilidade em termos de temas e análises, porém, em ambos os casos a figura do liberto permaneceu como presença integradora de várias asserções ou assuntos ao longo de colunas, notícias e editoriais, tratava-se de um tema multidisciplinar, colocado transversalmente e concomitantemente a outros assuntos variados. Compreender como estes veículos de comunicação trabalharam com este termo e o representaram dentro de suas construções enunciativas é ato que perpassa pela observação das bases materiais e representacionais indicadas anteriormente neste trabalho.

O processo de legitimação de tal forma ou espaço representacional constitui-se em certos parâmetros voltados tanto para a análise da situação das bases de reprodução da vida material mediante os meios disponível de produção e geração de riqueza quanto para questões que envolvem a situação em termos de manifestações da cultura, da moral e das artes, estas esferas comunicar-se-iam por meio de uma relação dialógica, influência mútua delimitada pela direção ou, muitas vezes, contexto de degradação, esfacelamento das condições de vida da província, mais tarde estado maranhense.

É neste contexto representacional que iniciam os literários maranhenses suas investidas no universo jornalístico do intervalo de tempo em destaque, formou-se uma geração de escritores voltados para o objetivo de fazer o ambiente das letras no Maranhão voltar ao tempo áureo dos grandes escritores, enquanto o discurso da decadência voltado para o âmbito econômica apontava para a necessidade de implementação de ações modernização da produção como construção de vias, contratação de colonos europeus e abertura de linhas de crédito, no âmbito do universo literário o intento formulava-se em retornar ao período representado como de apogeu.

É necessário destacar que estes jornais embora proponham, tanto por meio das categorias de temas abordados quanto pelo espectro ou teor em termos de possíveis formas de análise dos temas, abordagens diferentes eram entre estes produzidas sendo o Pacotilha voltado para temas oriundos de parcelas da população voltadas para o desenvolvimentos das forças produtivas desaguando no ambiente urbano por meio de políticas liberais, buscando ser vanguardistas de termos de evolução e inovação das formas de desenvolvimento do capital, enquanto o Diário do Maranhão voltava-se para as parcelas das camadas dirigentes ligadas ao interior da província, ao agronegócio de exportação, voltadas para o mercado externo, adotando uma postura tradicional em suas produções e publicações.

Estes são instituições das classes dominantes dos meios de produção, logo, em relação a outras parcelas da população como os libertos a forma de tratamento das questões e o cerne das conclusões acerca de determinado tema que envolvas essas outras parcelas tendiam a si movimentarem em direção a constatações parecidas. Embora determinados estratos das classes dirigentes possam manter certas divergências em termos de hegemonia social frente a outras classes, a unidade e a ação de defesa de interesses comuns acabam por nortear aspectos de construções representacionais. As divergências no interior das classes se dissipam frente os embates diante de outras classes ou em termos de delimitação de identidades.

Como o periódico Pacotilha estava voltado para uma visão progressista dentro do processo de formalização do trabalho

assalariado e livre, suas indicações ensejavam uma política de instrução aos libertos pelo 13 de maio, estes eram vistos como capazes de inserirem-se à dinâmica do trabalho livre desde que tutelados pelos ex-senhores de escravos, assim, a necessidade de instrução e educação para os libertos tornava-se ponto pacífico nas páginas do Pacotilha. Assim, em matéria produzida por escrito alto-intitulado Epaminondas presente no jornal Pacotilha de numeração 196 do ano de 1888, encontramos texto em elogio à autoridade estatal, tratou-se das ações do magistrado responsável pela comarca de Itapecuru, juiz Georgiano Horácio Gonçalves, o mesmo foi alvo de destaque por, segundo a matéria, preocupar-se com os direitos, dentre eles a educação dos libertos pela Lei Áurea:

A sua força de vontade e talento, a sua ilustração e, sobretudo, a grande simpatia que inspira a todos que tem a ventura de o conhecer, são tantas outras garantias para a realização do seu desideratum. Por ocasião da lei de 13 de maio, o jovem magistrado colocou-se dignamente na altura dos maiores elogios; já oficiando a todas as autoridades policiais para que não consentissem que os ex-senhores exercessem o despotismo sobre aqueles que a lei considerou livres, já solicitando do parocho da freguesia uma lista dos ex-ingenuos para nomear-lhes tutores que curassem da educação dos mesmos. (Pacotilha, 1888, p. 02).

Entretanto esta educação, pelo menos a voltada para os libertos, não tinha por objetivo a crítica ou busca por novas formas de entendimento da realidade, a busca pela ordem no sentido de sua manutenção e o intento de fazer com que estes novos cidadãos se incluam no lugar a eles estabelecido pelas classes mais abastardas é uma constante, assim, a esta educação é dado um caráter de instrução para o trabalho, seja na lavoura ou na indústria, até mesmo em atividades de ocupação destinadas a parcelas mais pobres da população.

No jornal Diário do Maranhão esta preocupação é latente, mão de obra especializada para a lavoura constituía-se em ponto fundamento no discurso deste periódico. Os libertos possuem características imagéticas no corpo dos textos que levam ao leitor duvidar da capacidade destes trabalhadores em adequarem-se as

demandas do setor produtivo. Para solucionar estes problemas a imigração europeia é apresentada como meio viável.

Nas páginas do Pacotilha a vinda de colonos europeus também é apresentada enquanto caminho para modernização, entretanto, os vários relatos em que parcelas de trabalhadores libertos não abandonaram seus antigos postos de trabalho e continuaram a exercer o trabalho de maneira positiva indica diferenciação de tratamento do tema em relação ao Diário do Maranhão.

Considerações finais

As representações presentes nos jornais Pacotilha e Diário do Maranhão emergem das particularidades inerentes as formações concretas das formas de vida, maneiras de produção das riquezas e relações do tecido social. As características concretas do estado de desenvolvimento na província apontavam para o fim do processo de extinção da legitimação do trabalho escravo, tanto no plano jurídico quando nas esferas de ação moral e ética. Este processo de duração substancial encontrou seu momento de ápice com a promulgação da Lei de 13 de maio de 1888, ponto de ruptura e trauma, foi capaz de mobilizar a imprensa, não apenas no bojo do acontecimento em si, mas, em parte significativa do movimento de apropriação social do evento.

A marcha de esfacelamento da legalidade das instituições escravistas e o desenvolvimento das lutas pela abolição confundem-se com os trabalhos dos jornais em análise, durante o período anterior a Lei de 13 de maio e no período de pós-emancipação estes veículos de comunicação não eximiram-se em tratar de assuntos referentes a condição e transformação das formas de trabalho, reflexo das condições materiais. Maneira de identificar esta formulação, a observação da cobertura realizada pelo Pacotilha e Diário do Maranhão dos desdobramentos da promulgação da Lei Áurea demonstra o interesse extremo destes periódicos pelo tema em questão. Os períodos acompanharam intensamente, com riqueza de detalhes, o impacto imediato da

promulgação da Lei Áurea, as festividades, reações das autoridades públicas e de outras instituições, os movimentos populares, passeatas, discursos, a repercussão em localidades não pertencentes a capital, a ação de organizações abolicionista, grande foi o nível de detalhamento da cobertura destes veículos.

Este interesse estendeu-se nos períodos posteriores ao fim do estatuto jurídico que viabilizava o trabalho compulsório negro, novamente motivados pelas condições matérias de produção da vida e riqueza, estes periódicos passaram a tratar do tema a partir das possibilidades de rearranjo das condições das formas de trabalho, os grupos dirigentes trataram de externar suas opiniões, suas construções teóricas e idealizações acerca do tema, nestes jornais as camadas dirigentes expressaram suas representações.

No bojo de tais debates, o jornal Pacotilha assumiu uma postura voltada para a defesa de formas liberais de trabalho, defendiam medidas como o fortalecimento das maneiras de trabalho assalariado, a não indenização dos lavradores pela perna da propriedade escrava e o implemento de vultuosas linhas de crédito aos produtores. O jornal Diário do Maranhão adotou postura diferente, alinhado aos interesses das camadas dirigentes ligadas ao campo, à produção em larga escala por intermédio da monocultura, intentou luta por maior valorização estatal e social da lavoura além de adotar postura conservadora diante de questões econômicas.

Entretanto, em se tratando das representações a respeito dos libertos, parcela da população central neste debate, mesmo demonstrando diferenças de concepção entres grupos pertencentes as camadas dirigentes, apontavam para convergência em torno da posição que os libertos em 13 de maio deveriam ocupar no sistema produtivo, uma posição de subserviência, incapacitante no que diz respeito a possibilidade dos libertos em tomarem posse dos meios de produção, a estes, o trabalho na base produtiva e subserviência aos interesses das camadas detentores do capital era lugar natural e inerente aos libertos. Neste item ambos os veículos de comunicação convergiam representado o liberto de forma semelhante.

REFERÊNCIAS:

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2005.

LAPUENTE, Rafael Saraiva. O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos. **ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA**, v. 10, p. 01-12, 2015.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. **Animus. Revista interamericana de comunicação midiática**, v. 9, n. 18, 2010.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo; HOHLFELDT, Antonio. JORNALISMO E DISCURSO: as representações sobre o leitor nas páginas de O Conciliador do Maranhão (1821-1823). **Revista Observatório**, v. 3, n. 1, p. 258-279, 2017.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo et al. **O Conciliador e o jornalismo maranhense no início no século XIX**. 2016. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado: PPGSS/PUC-RS.

DA ROCHA, André Gusmão. **OS NOVOS ATENIENSES: Apropriação do imaginário da Atenas Brasileira na Primeira República**.

PEREIRA, Josenildo de Jesus. **As representações da escravidão na imprensa jornalística do Maranhão na década de 1880**. 2006. Tese de Doutorado. Tese de Doutorado: FFLCH/USP.

VOLÓCHINOV, Valentin N.; BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Editora, v. 34, 2017.

FONTE

O Diário do Maranhão e Pacotilha – Disponíveis no acervo online na Hemeroteca Digital <
<http://bndigital.bn.gov.br/acervodigital/>>

COLONIALISMO PORTUGUÊS E CRISTIANISMO EM MOÇAMBIQUE ENTRE OS SÉCULOS XIX-XX: aproximações teóricas acerca do processo de *assimilação*

Claudia Silva Lima

*O racismo e o colonialismo deveriam ser entendidos como modos
socialmente gerados de ver o mundo e viver nele.*

(Frantz Fanon)

1 Introdução

Em termos reflexivos, no que concerne ao sentido dessa pesquisa, penso que a tarefa de uma profunda *historiografia da vida* seja atribuir ao campo do pensamento humano o que muito bem tem discutido Enrique Dussel¹ (1993), a saber, desenvolver uma “teoria” ou filosofia do diálogo – como parte de uma filosofia intitulada por ele de libertação, que diz respeito a uma perspectiva desenvolvida a partir da causa do oprimido, do incomunicado, do excluído, do outro. Ora, no campo da *História* esse mesmo processo deve ser feito para se tentar resgatar a voz daqueles que estão à margem dos discursos oficializados.

Uma ontologia e gnosiologia da alteridade talvez seja necessária, para se pensar a historiografia africana (*especificamente acerca da dominação colonial em Moçambique*) e tudo aquilo que comporta o regime dessa maquinaria do poder que foi constituída a partir de uma visão da modernidade fomentada nos parâmetros europeus. Como muito bem adverte Dussel (1993, p. 08):

¹ Enrique Dussel é um filósofo argentino radicado desde 1975 no México. Ele é, sem dúvida nenhuma, um dos maiores intelectuais da Filosofia da libertação e do pensamento latino-americano dos últimos tempos. Tem colecionado uma grande quantidade de obras, seu pensamento discorre sobre temas como filosofia, política, ética e teologia.

A questão da modernidade nasce quando a Europa pôde se confrontar com o seu “outro” e controlá-lo, vencê-lo, violentá-lo: quando pôde se definir com um “ego” descobridor, conquistador, colonizador da alteridade constitutiva da própria modernidade. De qualquer maneira, esse “Outro” não foi “descoberto” como outro, mas foi “encoberto” como o “si mesmo” que a Europa já era desde sempre.

Esse processo de “*ensimesmamento*”, redução do outro ao mesmo, ou seja, de uma total anulação da alteridade, (MBEMBE, 2014) a partir do século XV com as conquistas do ultramar dentro do continente africano e com o contato com os diferentes povos e suas expressões religiosas, a dominação de cunho civilizatório assumiu uma conotação religiosa de conversão e assimilação. Essa estrutura de poder dos corpos, das mentes dos africanos, estabeleceu um grupo desprovido de direitos chamados de indígenas², sob uma condição sub-humana de tutela, seja pela via religiosa, seja pelo viés de controle político que foram capazes de gerar relações conflituosas existentes entre os séculos XIX-XX em Moçambique.

As abordagens partem de um conjunto de pesquisas que fundamentam que, Cruz e Espada, Estado e Igreja fizeram parte dos processos de conquista e invasão do espaço geográfico Moçambicano, antes habitado, em grande número, por povos de descendência “*Bantu*” que se instalaram na região ao longo dos séculos III e IV e povos Árabes que ao longo do século VII intensificaram o comércio.

Os mesmos foram efetivamente neutralizados pela chegada dos portugueses no século XVI através da sua forte ideologia de conversão e vocação para o trabalho de exploração (material e ideológica) que, consequentemente, impactaram a vida, história e construção da identidade do próprio povo de Moçambique, sobretudo em relação aos mais vulneráveis.

² Dentro do cotidiano da dominação colonial em Lourenço Marques (atual Moçambique) foi se criando a figura do indígena, sobretudo juridicamente. A definição mais aproximada dos indígenas refere-se aqueles “indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido e vivendo habitualmente nelas (em Angola, Guiné e Moçambique), não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses” (Estatuto dos indígenas, 1953 apud CABAÇO, 2007, p. 153)

Esse presente trabalho, um tanto embrionário, parte do pressuposto que Moçambique, localizada na parte austral do continente africano, foi ceifada não só na sua soberania e independência, houve uma destruição física, material, cultural, religiosa e humana advindo dos processos de dominação colonial em vista de educar corpos para o trabalho nas colônias, embasados juridicamente por uma legislação laboral.

Por conseguinte, entrar nesse debate histórico acerca da influência da religião cristã e do âmbito político na vida do povo Moçambicano, apesar da complexidade dessas relações, evidencia-se nesse campo de análise, construções de auto-imagens e representações inferiorizadas criadas pela dominação colonial em relação aos povos africanos, especificamente acerca da experiência moçambicana.

Ora, respeitando as exigências das hipóteses dessa pesquisa, suspeita-se que toda conjuntura existencial do africano (*vida, valores, tradição, cultura...*) estava intimamente ligada à religião. Ocorre que, para o sistema colonial, a *diferença* era condição primordial para se justificar as desigualdades de direitos, dentro dessa sociedade movida por interesses econômicos e pela definição preconceituosa de quem é o outro, impactando por sua vez, na efetiva implementação da dignidade humana e social dos considerados desprovidos dessa civilidade “moderna”.

2 Tópicos acerca da religião cristã e a dominação colonial em Moçambique entre os séculos XIX-XX

Cruz e Espada, Estado e Igreja fizeram parte dos processos de conquista e invasão do espaço Africano em Moçambique. O desejo de crescimento econômico europeu se entrecruzava com a fé moral, como base de dominação colonialista em vista de educar corpos para o trabalho nas colônias.

Sabe-se que na primeira metade do século XV as primeiras expedições portuguesas, tinham como grande interesse econômico chegar ao ouro e às Índias pela via de exploração da costa Atlântica Africana. Ou seja, com o objetivo de acabar com o controle de alguns comerciantes sobre o mediterrâneo,

queriam chegar às Índias para enfim, dominarem definitivamente, toda rota comercial existente no momento.

As mercadorias que vinham do oriente, como tecidos e especiarias, eram os meios lucrativos. O ouro que Portugal tanto procurava, era fundamental nas trocas e aquisição significativa de riquezas. Ora, faz-se importante evidenciar que, para além das riquezas, a invasão também tinha uma missão de propagar o Cristianismo, tendo em vista a intrínseca relação entre o Estado e a Igreja, característica fundante da concepção do mundo ocidental.

Assim, foi somente a partir de 1498 que se deu o primeiro contato da África Oriental com a Europa na viagem de Vasco da Gama em demanda da rota do oriente. Os conquistadores estavam em busca de ouro, prata, marfim, especiarias... (CABAÇO, 2007). A ousadia e a aventura por terras no ultramar financiada por uma aristocracia ávida por lucros, conseqüentemente, ocasionou os processos de subjugação do negro pelos Europeus pelo tráfico de escravos, colocando a África à margem da história. Foi essa perversidade epistemológica como estatuto gnosiológico de verdade, *baseado numa distinção ontológica e epistemológica* (SAID, 1995) que se fundamentou a vertente de que os negros não seriam humanos e por isso poderiam ser escravizados.

No século XVI, a invasão portuguesa na costa oriental da África, na região que viria a constituir Moçambique, na época com cidade central chamada de Lourenço Marques (atual Maputo) relacionou-se a mesma lógica de conquistas e buscas de especiarias iniciada por Vasco da Gama e assentou-se no sistema de feitorias e portos para abastecimento desta nova rota.

Segundo Santos (2017), a cidade de Lourenço Marques era um importante porto de embarque e desembarque de viajantes: missionários, mercadores, administradores, militares, intelectuais, dentre outros sujeitos. Ou seja, para além das mercadorias (*especiarias*) circulavam por aquele vasto espaço: *pessoas, ideias, notícias, boatos, práticas sociais, culturais e políticas*.

Cabe lembrar, que o tráfico de escravos constituiu-se na principal atividade econômica da colônia, nesse sentido, Zamparoni (1997, p. 15), argumenta que em “1829, 75% das

rendas alfandegárias eram dependentes do tráfico de escravos e isto permitiu e exigiu a expansão de uma rede administrativa colonial portuguesa” que buscava o controle dos portos como condição básica para a metrópole exercer o seu poder majoritário de arrecadar recursos como forma de manter o controle estatal.

Não obstante, a abolição da escravatura em 1879 quando foi oficialmente banida, faz-se importante destacar um dos principais argumentos da tese de Zamparoni (2012, p. 35) “que a abolição formal do tráfico pelas autoridades portuguesas não significou a supressão da escravatura, pois persistiram práticas de tipo escravista mais ou menos escamoteadas sob fórmulas jurídicas diversas”. Entretanto, o autor considera que ocorreu uma “reorientação da prática colonial e prenunciavam o desencadeamento do processo de paulatina substituição do caráter mercantil pela atividade produtiva intrínseca ao capitalismo da segunda metade do século XIX” ainda que tal reorientação, de fato, pouco tenha mudado as condições impostas aos trabalhadores africanos.

Consequentemente, foi na Conferência de Berlim (1884-1885) que foi oficializado a partilha da África e estabelecido regras para a exploração colonial em grande parte dos territórios africanos (WESSELING, 1998; KI-ZERBO, 1999). Faz-se importante evidenciar que no caráter imperial da partilha do continente líderes africanos não foram convidados a participar dessa Conferência, durante a qual a África foi retalhada entre as potências coloniais, nem se quer foram consultadas (READER, 2002 Apud CABAÇO, 2007). Destaca-se que só depois da Conferência de Berlim é que Portugal se lançou na ocupação efetiva de Moçambique e de outros territórios africanos.

A dominação imperialista nos períodos de 1880 a 1910 segundo Boahen (2010) fizeram sucumbiu reis, rainhas, chefes de clãs e de linhagens, impérios, reinos, comunidades e teve como reflexo a consolidação da exploração do sistema europeu de governação, e unidades políticas de porte e natureza variados. Sabe-se, portanto, que todo processo complexo da Colonização Europeia ceifou o continente africano não só na sua soberania e independência, houve uma destruição física, material, cultural e humana. Só depois de 1930 que Portugal, de fato, passou a ter o controle efetivo de todo território Moçambicano.

A dominação colonial se fundamentou nas exigências do trabalho em vista do crescimento econômico das colônias e na ação educativa (*valores morais e éticos*) assumido pelas missões católicas e protestantes. Em relação às missões católicas, há de se destacar a presença significativa da ordem franciscana, nesse sentido, Santos (2017, p. 06) argumenta que:

Em 1898, por exemplo, a Ordem Franciscana fundou a primeira missão em Moçambique, instalando-se no distrito de Beira. Em 1910, missionários dessa Ordem já estavam atuando além de Beira, também em Xai-Xai, S. José do Môngue, São Francisco de Inharrime ou Mocumbi. Com o passar do tempo, o mapa de expansão dos Franciscanos se ampliaria ainda mais. Em 1933, o relatório enviado à Roma e à sede do governo português em Lisboa informava que as missões franciscanas estavam espalhadas em vários lugares de Moçambique, a exemplo de Beira, Mônguê, Inharrine, Homoíne, Amatongas, Macequece e Inhambane.

A presença protestante data das duas últimas décadas do século XIX, dentre elas destaca-se: a junta Missionária Americana em 1879; Metodista Episcopal, em 1883; Metodista livre, em 1885; Missão Suíça, em 1881. Em 1893, entrou em território moçambicano a Missão Anglicana. É importante ressaltar que, diferentemente, dos missionários católicos, os protestantes junto com suas famílias tentavam entrelaçar laços a ponto de aprenderem até mesmo os idiomas locais (ZAMPARONI, 1997).

Em um relatório que data de 1893, o administrador (Governador da Província de Moçambique) Antônio Ennes tece uma série de considerações acerca do trabalho dos missionários e da importância que os mesmos deveriam dar para a educação para o trabalho

Na verdade, reclamava o administrador que só haveria razão para a atuação dos párocos e missionários se preparassem os corpos dos africanos para o trabalho. Era necessário arar a terra e plantar; abrir estradas; cavar grandes vales; carregar pesos e mercadorias e, além disso, era preciso preparar um grande contingente de pessoal subalterno para servir no auxílio da administração ou servir aos colonos brancos da

provincia. Nesse sentido, era preciso formar engraxates, sapateiros, carpinteiros, pedreiros, carregadores, entre outras funções para atender à máquina colonial (SANTOS, 2017, p. 02).

Certamente, frente as abordagens e fundamentações elencadas acima, pode-se evidenciar que o objetivo central das missões dentro dessa maquinaria colonial, seria aperfeiçoar nos indígenas, algum ofício para o trabalho em prol do crescimento econômico das Colônias. Seriam treinados em profissões manuais, ao mesmo tempo que poderiam adquirir princípios comportamentais dentro dos valores éticos e cristãos defendidos no período.

Diante das abordagens, é sempre bom lembrar que a presença de missionários católicos nas terras de Moçambique iniciou-se no século XVI, mas a grande tentativa para se converter os nativos (indígenas) se deu nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Missão essa que, em hipótese alguma, levou em consideração toda sintonia de energia dos povos africanos com suas divindades e suas tradições religiosas, haja vista que a relação dos povos africanos com a religião está completamente ligada à cultura específica de cada povo e sua compreensão da natureza do universo, “dos seres humanos e do seu lugar no mundo, assim como a compreensão da natureza de Deus, cujo nome variava de uma religião para a outra” (OPOKU, 2010, p. 592).

Sobre o sentido existencial religioso que emana dessa experiência, Opoku (2010, p. 592) considera que:

[...] existia uma hierarquia dos espíritos. Abaixo de Deus estavam os espíritos dos ancestrais sempre tratados com reverência e temor; depois, vinham as deidades, ou os deuses, que se acreditava terem o poder de recompensar os seres humanos ou de castigá-los com má sorte, doenças e até a morte. As divindades tinham seus cultos, sacerdotes e altares. Algumas estavam ligadas a diversas características do ambiente, mas esses objetos tangíveis não eram mais que habitáculos terrestres dos deuses, e não os próprios deuses. Além das deidades sobrenaturais, havia outros espíritos, ou poderes místicos, reconhecidos pela capacidade de ajudar ou de prejudicar os seres humanos. Pertenciam a essa esfera

todos os agentes da feitiçaria, da magia e da bruxaria. Finalmente, vinham os encantos, os amuletos e os talismãs, que tanto eram empregados para proteção como para agressão.

A religião dos povos africanos, para grande parte dos missionários, era proveniente de uma perspectiva pagã e necessitavam de conversão para ingressarem nos planos da salvação. Nesse sentido, o pesquisador Opoku (2010) destaca que o trabalho dos missionários para além da crítica a religião africana e a prática da evangelização espiritual, deveriam estabelecer centros de catequese e de civilização destinados não só a expandir a religião, mas também a promover o comércio e a agricultura.

Há de se ressaltar, outro debate interessantíssimo, estabelecido na obra: *O Império Africano (1825-1890)* coordenados por Valentim Alexandre e Jill Dias e sob a direção de Joel Serrão e A. H de Oliveira Marques, segundo os autores:

A história de Moçambique tem sido formada por uma interação complexa, mas coerente, de diversos fatores – as condições climáticas e agrícolas, o comércio e as influências culturais recebidas de além mar, os conflitos entre as estruturas patrilineares e matrilineares da sociedade africana, o banditismo endêmico e a dominação de invasores estrangeiros (SERRÃO; MARQUES et al, 1998, p. 560).

Serrão e Marques et al (1998) consideram que a sucessão matrilinear significa dizer que a terra e os demais recursos são dominados por famílias em que os filhos são considerados pertencentes a linhagem da mãe. As mulheres dominam essa estrutura social de acesso à terra e a organização da agricultura, nesse sentido, haviam uma fonte contínua de conflitos no interior das sociedades matrilineares, pois os maridos, sentindo-se marginalizados nas estruturas políticas e econômicas das aldeias, procuravam estabelecer as suas próprias famílias independentes e encontrar fontes de riqueza que, em certa medida, pudessem libertá-los do domínio dos clãs das suas mulheres.

Em certa medida, o comércio proporcionava um desses meios de aquisição de riquezas, mas havia também atrativos nas incursões de captura de escravos, pois as mulheres e os clientes escravos aumentavam o poder e o prestígio de um homem que, em hipótese alguma, queriam depender do domínio dos clãs matrilineares. Esta procura de independência, segundo os autores, explica também porque muitos homens se sentiam atraídos a associar-se aos muçulmanos e Portugueses, chegando até a adotar a sua religião e a sua cultura como forma de algum tipo de liberdade. Pois, como alguns rituais eram rigorosamente dominados pelos clãs matrilineares, e como os cultos dos espíritos tendiam a associa-se à terra – sendo portanto igualmente dominados por quem efetivamente “possuía” a terra –, alguns homens eram atraídos por cultos como os do Islã e do Cristianismo, que davam aos homens um papel primacial e cujos rituais e influência eles podiam esperar dominar, pois as sociedades cristã e muçulmana são essencialmente *patrilineares*³

A questão central desse debate é que o Estado Português, no território Moçambicano, “passou a tomar a sério a definição da condição cidadã dos indivíduos em função do grau de sua aproximação à cultura lusa, nomeadamente, a língua portuguesa, o cristianismo, a monogamia, bem como outras práticas tidas como civilizadas” (MINDOSO, 2017, p. 18).

Essas artimanhas do poder se mascaram e se institucionalizam por intermédio de diversas performances, dentre tantas, o poder de nomear e classificar no campo das discussões étnicas. Os autores Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart na obra Teorias da Etnicidade seguido de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth argumentam que nas situações de dominação, a imposição de um rótulo pelo grupo dominante possui um verdadeiro poder formativo: “o fato de nomear tem o poder de fazer existir na realidade uma coletividade de indivíduos a despeito do que os indivíduos assim

³ Na perspectiva Judaico-cristã a dissertação do Anderson Gomes de Paiva (2009) intitulada: O PATRIARCA E O FILHO DAS ENTRANHAS: análise das relações de parentesco e convivência no ciclo Abraâmico, nos revela o advento do principal ancestral chamado (Abraão) o grande Pai e Patriarca da tribo de Israel. Ele, sendo o personagem principal do livro do Gêneses, representa as principais características do sistema de parentesco no ciclo patriarcal, ou seja, a sucessão pela linhagem paterna, isto é, a *patrilinearidade* que tem o poder de “semear gerações” e toda a estrutura dessa sociedade tem em (Abraão, Isaac e Jacó) a principal descendência, pois em várias passagens o próprio povo de ver como sementes de Abraão (Is 41:8; Sl 105:4-6; Jr 33:26)

nomeados pensam de sua pertença a uma determinada coletividade” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1997, p.143-144) Mas também no jogo da rotulação étnica nunca se resume a uma pura imposição de identidade de dominante a dominado, as vezes os próprios dominantes também pode acionar termos criados pelos dominados. Os sujeitos vivenciam também o que os autores denominam de “o paradoxo da identidade”.

Em suma, imbuídos por uma missão catequética de civilização e orientação para o trabalho nas colônias que inúmeros e entusiasmados missionários, penetraram o interior da África, acompanhando antigas vias comerciais e fazendo surgir um número significativo de obras e missões espalhadas por todo o País.

No próximo tópico, será problematizado o conceito de civilização, dentro do modelo cristão europeu, como via representativa da produção da diferença e do preconceito racial, sobretudo acerca da categoria da assimilação.

3 O Colonialismo e as facetas preconceituosas da produção da “*diferença*” e da assimilação

As missões católicas tinham como objetivo principal conquistar corpos e almas negras para a fé cristã e para o trabalho nas Colônias. Defendiam a salvação e libertação definitiva dos africanos, “segundo visões e imagens da época, de sua indolência, preguiça, de sua condição animalesca, de costumes pagãos e supersticiosos era o objetivo dos missionários não apenas católicos, mas, também, protestantes de várias nacionalidades” (SANTOS, 2017, p. 01). Da exploração, submissão e do alto índice de analfabetismo para o “controle da diferença”, ou seja, do domínio ultramarino ocasionou-se a *missão civilizadora* que englobava não apenas a exploração do trabalho forçado dos africanos, mas sobretudo a tentativa de civilizar aqueles que os “civilizados” europeus acreditavam ser

degenerados (pela vida, religião e tradições) e por conta disso deveriam ser *assimilados*⁴.

Certamente, tomando como pressuposto os argumentos de Thomaz (2005-2006) se na conjuntura de Moçambique uma minoria desde o período colonial podia se enquadrar na categoria de assimilado, a qual não foi efetivamente superada no período pós-independência. E o que era ser assimilado na perspectiva de Omar Thomaz (2005-2006, p. 257)?

[...] o assimilado, ao longo de toda a história colonial, consistia em um negro que se aproximava efetivamente no núcleo do poder – sem se confundir com ele –, nos anos que sucederam à independência passou a ocupar um lugar decisivo no funcionamento do aparelho de um Estado que não apenas adotou o português como língua oficial mas, no interior de um projeto marxista-leninista, apropriou-se com um propósito revolucionário de um conjunto de atributos anteriormente associados à civilização.

A tese muito bem desenvolvida por André Victorino Mindoso (2017) intitulada: *Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista*, simplifica uma maior compreensão acerca da categoria dos assimilados no contexto moçambicano. O colono português era considerado, pelo Estado e pelas elites coloniais, como sendo o “civilizado” com título legítimo de cidadania. Os indígenas, por outro lado, pelo fato de não serem cristãos provenientes da Europa, eram classificados como os moçambicanos negros desprovidos de valores e hábitos “civilizados”, e como tal, deveriam ser tutelados pelo Estado ou mesmo pelos setores “civilizados” da colônia. Ou seja, “entre esses dois extremos – colono português e indígena – está o assimilado. Este, segundo a definição estatal, havia superado a condição de indígena e se tornara em um cidadão português” (MINDOSO, 2017, p. 14).

⁴ Nos estudos africanos, segundo Mbembe (2001, p. 179) “O conceito de *assimilação* fundou-se na possibilidade de uma experiência de mundo comum a todos os seres humanos, na experiência da humanidade universal [...] Não era um dado a priori, o nativo tinha que ser convertido, ou seja, ser universalizado dentro de um modelo civilizatório de humano, precisava ser assimilado dentro das normas exigidas nos moldes da civilização europeia que tinha “cor”, “saber” e “credo”. Pra ser um assimilado o africano deveria frequentar escolas e renunciar suas tradições para se assemelhar ao português na profissão de fé e na vivência da cidadania.

Em relação a diferença entre o chamado indígena e o assimilado, eis o que muito bem considera Cabaço (2007, p. 160):

Sobre o esqueleto dessas sociedades outrora dinâmicas se construiu a representação do *indígena*, não como indivíduo, mas como “membro de uma tribo”, como membro de uma comunidade sem história, sem sentido de Estado, sem valores éticos, sem economia, isto é, sem civilização. O interlocutor do colonialismo era “a tribo”, não o indivíduo. Esse só ganhava “existência” quando se assimilava [...].

Frente a essas considerações pergunto-me: O que é ser até mesmo um *outsider*⁵ na sua própria terra?

Ora, partindo desses pressupostos, Peter Fry (2003, p. 285-286) lembra que os brancos em África afirmavam que os negros são inferiores aos brancos por natureza. Os brancos sabiam mais que os negros e, portanto, poderiam decidir o que convém a estes últimos. Nessa cartografia da diferença, o não-conhecimento baseia-se no princípio da falsidade, que tem na incompreensão, na mágica e idolatria dos chamados povos primitivos/não civilizados a real estranheza que resultou na negação da sua condição de humano, como justificativa dos processos de dominação colonial (SANTOS, 2009).

A “missão civilizadora” torna-se, por sua vez, uma ideologia que se concebia como não racista pelo fato de operar através da conversão ao cristianismo, da miscigenação e da assimilação. Segundo Fry (2003, p. 289) “o dogma colonial português favoreceria a assimilação e o dogma colonial inglês favoreceria a segregação”. Segundo Cabaço (2007), entretanto, existe uma distinção entre os britânicos e franceses em relação a dominação colonial. Os ingleses “ênfatizavam a diversidade das

⁵ O trabalho de Norbert Elias e John L. Scotson escrito em 1965, intitulado: OS ESTABELECIDOS E OS OUTSIDERS: Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade, nos ajuda a pensar de que modo um grupo mantém entre si a certeza absoluta que são mais poderosos e até mesmo portadores do estatuto de humanos do que os outros. O poder da estigmatização se torna mais eficaz quando um determinado grupo (mesmo em sua minoria) está melhor instalado em posições de poder em relação ao grupo estigmatizado e inferiorizado. Ou seja, como muitos outros grupos outsiders estavam excluídos em Moçambique no período colonial, de toda uma série de promoções sociais e conquistas de direitos primordiais pra existência humana. Diferentemente dos estabelecidos (portadores de cidadania) e a exclusão oficializada reservada aos outros, não-humanos, à sua exclusão legítima oficializada pelo estado.

diferentes “tribos” e “raças” e não concebiam que um africano pudesse tornar-se inglês”. Para o autor, o “desenvolvimento separado” que se tornaria lei e sistema na África do Sul do *apartheid*, constitui o princípio inspirador da filosofia colonial britânica”. Os franceses, diferentemente, movidos pelas ideais iluministas acreditavam nas teorias evolucionistas e que a tão falada civilização seria o destino dos povos historicamente atrasados. (Ibidem, p. 121). Ora, o colonialismo britânico propunha-se “civilizar a tribo”, a França e Portugal assimilar o indivíduo para torna-se cristão e civilizado dentro da perspectiva do *mesmo*.

Conforme Fouck (apud CABAÇO, 2007, p. 120) na concepção francesa da assimilação

A ideologia do progresso e a teoria da hierarquização das ‘raças’ humanas comandam as práticas da ‘assimilation’, que consistem em levar as populações coloniais ao abandono de suas próprias práticas sociais julgadas inferiores, em benefício de uma ‘elevação’ na escala das ‘raças’ e de ‘a civilização’.

Havia uma relação intrínseca do exercício da cidadania com o abandono radical das práticas e tradições africanas, pois se o africano quisesse ser considerado um cidadão precisava ser afastado dos seus costumes e tradições, ser convertido ao cristianismo em vista de exercer sua razão, para só assim passar da tradição para o exercício da cidadania na sociedade civil. Experiência essa que só poderia ser concretizada pela via da experiência do cristianismo e do Estado Colonial.

A política de assimilação em Moçambique, em outras palavras, faz parte dessa compreensão cultural-racial de se interpretar a sociedade. Nesse sentido, partia do pressuposto que todos os portugueses eram civilizados - no sentido cristão - que englobava todas as esferas da vida privada e pública. Os não portugueses, por sua vez, não eram detentores da salvação e, portanto, eram chamados selvagens e não-civilizados e que, ao adquirir educação, tecnologia e religião, o não-civilizado iria então ser assimilados na cultura e nação portuguesa: *iriam ser incluídos dentro da humanidade universal*.

Por volta de 1917, novas leis se implementavam para regular o status não somente dos indígenas (definidos agora como aqueles que não eram assimilados)” mas também dos próprios “assimilados”, obrigando-os a carregar consigo, o tempo todo, um “alvará”, certificando que, entre outras coisas, eles sabiam ler o português, e que haviam “abandonado inteiramente os usos e costumes da raça negra (BRAGA-PINTO, 2004, p. 16).

Ademais, para Boaventura de Sousa Santos (2009), havia uma estratégia perversa da violência na dominação colonial, chamadas por ela de formas de negação radical que produzem uma ausência radical, a ausência da humanidade, a sub-humanidade moderna. Essas violências são exercidas de diversas maneiras, tais como:

[...] através da proibição do uso das línguas em espaços públicos, de adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial [...] Juntas, estas formas de negação radical produzem uma ausência radical, a ausência da humanidade, a sub-humanidade moderna (SANTOS, 2009, p. 29-30).

Obviamente, segundo o filósofo Mudimbe (1988), a colonização é concebida como estrutura responsável por produzir sociedades, culturas e seres humanos marginalizados. Essa estrutura da dominação caracteriza-se pelos aspectos físicos humanos e espirituais, que propuseram programas para “regenerar” o espaço africano e os seus habitantes em vista de viverem tutelados pela missão católica e dominação colonizadora do Estado (LIMA, 2017).

Dessa maneira, compreende-se que a concepção portuguesa de assimilação estava profundamente relacionada as ideias cristãs com o objetivo de tornar os africanos (*indígenas*) católicos dóceis para a missão, com a finalidade de conversão religiosa e mão de obra laboral em vista da Institucionalização prática do Estado Português.

Considerações finais

Constatou-se, nesse trabalho, que a política colonial europeia, violentamente, buscou aniquilar a religião tradicional africana em vista da assimilação política, ideológica, religiosa para que o *indígena* pudesse sair da sua condição de *incivilizado/selvagem* e pudesse se tornar tendencialmente passíveis de se tornarem iguais (*assimilados*) ao cidadão português dentro das normas exigidas pelo Estado e pelos princípios éticos e morais do Cristianismo.

As discussões ora expostas na presente pesquisa, ainda um tanto aproximativa, permitiram discutir e problematizar teorias, e mesmo questionar a ordem social e epistemológica presente, desmistificando-se conceitos e práticas assentadas nas ideias hegemônicas ocidentais, bem como o prevalecimento de uma escrita histórica que muitas vezes silencia a existência de diversos sujeitos históricos. Desse modo, esta pesquisa se conecta ao emergente e plural campo dos estudos africanos no Brasil. Sob certo aspecto, espera-se que o conhecimento dessa história possa, numa perspectiva transcultural e comparativa, servir para que se reflita sobre processos similares no Brasil, mas especialmente sobre as histórias de África ensinadas do lá de cá do Atlântico.

Assim, esta pesquisa teve como principal objetivo apresentar como uma possível contribuição para a desconstrução do um imaginário baseado em estereótipos pejorativos, contra as perspectivas epistemológicas de dominação-agressão e representação negativa dos africanos, tanto no seu sentido cultural, religioso, subjetivo, intelectual. Assim, o que se almeja é dar maior visibilidade às interpretações africanas da história de África. Além disso, o tema desta pesquisa, ao focar as relações do colonialismo, identidade, religião e historiografia, situa-se num conjunto de temas que, de modo inter-relacionado, tem sido extremamente relevante para as atuais pesquisas no campo da história cultural, nacional e global.

Portanto, a pesquisa buscou realizar uma reflexão acerca da importância de se construir no âmbito das ciências humanas e da história uma nova epistemologia no âmbito do respeito a

alteridade, num projeto de uma humanidade comum, do qual todos somos herdeiros, independentemente da concepção religiosa e da cultura da qual fazemos parte.

Finalmente, chegou o momento de começar uma nova forma de pensar a si mesmo e as relações sociais a partir do respeito a religiosidade do outro e aos valores de cada sociedade. E a África, nesse momento em que o mundo se vira para ela, poderá lançar indicações de novos rumos para a toda a humanidade por meio dos pressupostos da justiça, da coletividade, do estatuto humano e responsabilidade de vida para todos.

REFERÊNCIAS

BRAGA-PINTO, César. Jornalismo e Literatura em Moçambique. O olhar estrábico do africano: In: **Estudos Portugueses**. nº 07, Lisboa, 2004.

BOAHEN, Albert Adu. A África diante do desafio colonial. In: _____ **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: Identidades, colonialismo e libertação**. Tese de Doutorado. Programa de Antropologia Social, São Paulo: USP, 2007.

DUSSEL, Henrique. **1492: O encobrimento do outro: a origem do mito da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2000.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira, Salvador: EDUFBA, 2008.

FRY, Peter. Culturas da diferença: sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. **Afro-Ásia**, Bahia. nº 29/30, p. 271-316. 2003. Disponível em: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n29_30_p271.pdf
Acesso em: 23. dez. 2016.

KISERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1999.

LIMA, Claudia Silva. **De uma África sem história e razão à Filosofia Africana**. Dissertação (Mestrado em História Social) Programa de pós-graduação em história Social. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

MBOW. M. Amadou Mahtar M.. Prefácio. In: Ki-ZERBO, J. **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática: Unesco, 2010.

MINDOSO, André Victorino. **Os assimilados de Moçambique: Da situação colonial à experiência socialista**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

MBEMBE, Achille. **As Formas Africanas de Auto-Inscrição**. Estudos Afro-Asiáticos, 2001 pp. 171-209.

_____. *Crítica da Razão Negra*. Portugal: Antígona Editores, 2014.

MUDIMBE, Valentin Y. **The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy and the Order of Knowledge**. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

OPOKU, Kofi Asare. A religião na África durante a época colonial. In: **História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010.

PAIVA, Anderson Gomes. **O patriarca e o filho das entranhas: análise das relações de parentesco e convivência no ciclo abraâmico**. Dissertação (Dissertação em letras) Programa de Pós-Graduação em Língua Hebraica, Literatura e Cultura Judaica. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J. **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1997.

SANTOS, Denilson Lessa dos. **Conhecer para catequisar e dominar: Colonialismo, visões sobre o outro e missões católicas**. Moçambique (1885-1940). XXIX Simpósio Nacional de História: Contra os preconceitos história e democracia. Brasília: DF, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Capítulo I. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. In: **Epistemologias do Sul**. (Org.). Almedina, CES, Rio de Janeiro, 2009. p.21-57.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira et al. **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Africano 1825-1890**. Editorial Estampa, Lisboa, 1998.

SAID, E. W. **Cultura e imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

THOMAZ, Omar Ribeiro. ["Raça", Nação e Status: histórias de guerra e "relações raciais" em Moçambique](http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13496/15314). **Revista USP**, nº 68. p.252-268. Dezembro/Fevereiro, 2005-2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13496/15314> > Acesso em 24. Jun. 2020.

WESSELING, H. L. Dividir para dominar: A partilha da África (1880-1914) Rio de Janeiro Ed UFRJ/E. Revan, 1998.

ZAMPARONI, Valdemir D. **Entre Narros & Mulungos. Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, c. 1890- c.1940**. 1998. 580f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **De Escravo a Cozinheiro: colonialismo & racismo em Moçambique**. 2. ed. - Salvador: EDUFBA: CEAO, 2012.

O IMIGRANTE JAPONÊS NO MARANHÃO: A

Ambiguidade da Experiência Imigratória

Nipônica em 1960

Hemelita da Silva e Silva

1 Introdução

O Maranhão do decênio de 1960 é um estado de economia essencialmente agrícola e possuidor de muitas terras virgens devolutas. Politicamente, passa pelo período que se convencionou chamar por Vitorinismo, pois, o mando do estado estava sob o jugo dos interesses do senador Victorino Freire que por seu “conjunto de ligações estabelecidas na esfera federal” (COSTA, 1996, p. 37), muito pela condição que seu partido, o PSD, tinha no cenário nacional a época; dominava a cena política do estado. A iniciativa de trazer para o Maranhão imigrantes nipônicos foi do candidato vitorinista a governador do estado, Newton de Barros Mello que trouxera dentre suas metas de governo a instalação de colônias agrícolas japonesas.

É importante destacar que tal projeto de colonização japonesa está inserido num discurso de restauração da economia maranhense em que o plano de governo dava maior atenção a questão agrária. Sendo assim, a administração do estado iria ter como base de desenvolvimento a agricultura que havia de ser modernizada. Algo bem emblemático até no slogan de campanha de Newton Bello – “Com soluções econômicas teremos a grandeza do Maranhão¹” – evidenciando a ideia de que outrora o estado já havia passado por uma fase de prosperidade mister de ser recuperada. Expressão que já vinha sendo enunciada por outros homens de poder desde que o Maranhão ainda era uma província do Império do Brasil. A reabilitação de uma idade de ouro perdida que apresenta a dualidade de estar sempre

¹ Extraído da fonte impressa: Em 7 discursos: As Ideias Gerais de Um Plano de Governo, Maranhão, 1960.

relacionada a um passado distante que, no entanto, é idealizado como uma experiência que precisa ser revivida, embora seja sugestionada como uma ação de modernização

Dessa forma, entendo que o Plano de Governo de Newton Bello reflete o conceito de que há muito tempo se tinha de “decadência da lavoura ou estado decadente da agricultura” (ALMEIDA, 1983, p.73) que os relatórios de presidentes da província de períodos distintos do século XIX explicavam o atraso do Maranhão em decorrência do perecimento de um ciclo de prosperidade agrária ligado principalmente a produção algodoeira. O projeto de Newton Bello alinha-se ainda com o processo econômico nacional em que se incorporava o Maranhão desde a década de 1950, quando o Sudeste do país em industrialização e passou a ser o âmago do capitalismo do Brasil, e, por conseguinte, às economias regionais caberia intensificar a produção agrícola. O Maranhão de produtor de exploração passou para a pequena produção mais diversificada, transformação que pode ser melhor compreendida tendo em vista o processo de migrações e ocupação das chamadas terras devolutas.

Desde o século XIX a decadência da lavoura foi fundamentada pelos administradores do Estado como algo consequente da falta de braços, quer seja quando a produção ainda era escravocrata e, alegavam que no Maranhão faltavam homens na lavoura por serem vendidos às províncias do Sul do país e pela ineficiência dos escravos disponíveis ou ainda de “uma população vadia que recusa uma atividade produtora regular” (ALMEIDA, 1983, p. 104). Sendo assim, havia o descompasso de um Maranhão de muitas terras, mas que faltavam braços para a lavoura. Nessas circunstâncias, a população livre fora visibilizada para a demanda, porém, para além da questão quantitativa havia também a falta de qualificação destes indivíduos para que atuassem no campo. Tentativas inequívocas de implementação de escolas agrícolas não foram bem-sucedidas por serem consideradas dispendiosas para o Estado. “A política de criação de núcleos coloniais, sugerida algumas vezes, terminou sendo adotada para abrigar nordestinos que procuram refúgio no Maranhão acossados pela seca de 1877 a 1879” (FARIA, 2012, p. 241).

Destarte, a política de colonização já havia sido implementada no Maranhão, majoritariamente de cearenses, e de outros estados nordestinos. Assim como de estrangeiros, a primeira colônia foi Santa Izabel, formada por portugueses, fundada em 1853, localizava-se “nas margens dos rios Merinzal e Urú, em terras do Engenho Frechal cujo proprietário era o coronel Torquato Coelho de Souza. Distava quatro léguas a sudoeste da Vila de Guimarães e destinava-se ao plantio de cana e arroz” (ALMEIDA, 1983, p. 135). As experiências de colonização de estrangeiros não obtiveram sucesso devido ao sistema repressivo de trabalho imposto aos colonos que chegavam ao estado na condição de assalariados. O autor Alfredo Wagner Almeida menciona ainda que dentre as teorias de explicação do fracasso das colônias estavam as epidemias que se alastraram no estado em 1855 e 1856, também a insubmissão dos colonos as cláusulas contratuais ajustadas com os empresários. Todavia, por conta do insucesso do experimento, aos estrangeiros fora atribuída a mesma alegoria de indolência e vadiagem dada a população livre. Com resultados diferentes dos almejados os administradores da Província do Maranhão resolveram cessar acordos de recebimento de emigrantes estrangeiros.

Conforme o exposto acima, a proposta de colônias agrícolas do candidato Newton Bello era algo que já havia sido experimentado em outros momentos, travestida de aspecto inovador de um plano de governo que propunha também a criação da Secretaria de Agricultura que deveria prestar orientação e assistir o lavrador, e ampliação rodoviária, ideias que se alinham com o quadro do capitalismo nacional.

Sobre a nova forma de ocupação do território maranhense é necessário entendê-la, antes de tudo, como decorrência da concretização da referida especialização determinada à economia regional, pois a incorporação das vastas áreas de terras livres existentes no Estado, demonstra a inserção da economia local à nacional, visando a transformação do Maranhão em uma das zonas produtoras de cereais (arroz, em especial) para atender a demanda alimentar de outras regiões brasileiras, em especial a nordestina. (CARVALHO; RIBEIRO; SILVA; MIRANDA; 1983, p. 117).

É importante ressaltar que apesar de que no período oitocentista já ter sido estabelecidas colônias de emigrantes estrangeiros, naquele momento não era bem aceita a entrada de asiáticos no estado, dava-se preferência a entrada de colonos europeus.

No Maranhão, durante todo o Oitocentos, o imigrante europeu foi o trabalhador desejado. Até meados do século, quando a província criou alguns núcleos com colonos estrangeiros, o entusiasmo era grande. Como a experiência foi considerada um fracasso, o entusiasmo de uma parte das elites diminuiu e as opiniões se dividiram, embora quem manifestasse desencanto o fizesse em relação às possibilidades de trazê-lo e não por duvidar da superior qualidade desse trabalhador, tida como inquestionável (FARIA, 2012, p. 251).

A predileção por colonos europeus alinhava-se a cosmovisão da época de que os estrangeiros contribuiriam na formação de uma sociedade civilizada, a pedagogia do exemplo que Regina Faria menciona em que se esperava que influenciassem nos hábitos e costumes dos índios e livres, assim como na inovação de técnicas agrícolas e o gosto pelo trabalho. Além do que, com a repressão ao contrabando de escravos em 1850, cada vez mais se aproximava a abolição da escravatura e a colonização estrangeira branca e europeia constituía o arquétipo ideal de que se imaginava para substituição dos africanos. Para os altos funcionários imperiais, o fim do tráfico negreiro era a “oportunidade tão esperada de civilizar o universo rural e, mais ainda o conjunto da sociedade, reequilibrando o povoamento do território em favor da população branca” (ALENCASTRO; RENAUX; 1997, p. 295).

De todo modo, o Brasil só passou a ter uma política de imigração com o Japão no início do século XX, em 1908, com chegada da primeira leva de japoneses a entrar oficialmente no país, no porto de Santos para trabalhar nos cafezais paulistas, o marco inicial da imigração japonesa no Brasil.

A partir de então outras partes do país passaram a receber imigrantes japoneses, sendo que com maior força São Paulo e Paraná, tendo o primeiro a maior comunidade de nipônicos e de

seus descendentes. Na maior parte das regiões em que se estabeleceram os orientais desenvolveram atividades agrícolas. O antropólogo Waldemar Valente destaca a horticultura e fruticultura desenvolvida nos “oito núcleos agrícolas nipônicos, situados nos estados nordestinos do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia, num total de 115 famílias” (VALENTE, 1980, p. 29). Na região amazônica a presença japonesa é oficialmente datada de 1929 com a chegada da primeira leva de nipônicos para a cidade paraense Tomé Açu, e chegaram muito mais, principalmente, ao estado do Pará e do Amazonas, passando haver naquele território uma dinâmica de produção com destaque para a juta e a pimenta do reino. Há, inclusive, registros de que no final do século XIX japoneses migrantes do Peru “atravessaram a Cordilheira dos Andes e chegaram ao Acre atraídos pela opulência do ciclo da borracha e fixando-se em Xapuri, Rio Branco e Belém” (HOMMA; FERREIRA; 2011, p. 170). Acredita-se que estes nipônicos foram os primeiros habitantes imigrantes da Amazônia e eram chamados de *Peru Kudari*².

No Maranhão é datado de julho de 1960 a chegada da primeira leva de imigrantes japoneses ao estado. Em seu Plano de Governo, Newton Bello frisava que algumas medidas já seriam implementadas pelo governador a época, e seu apoiador, Matos de Carvalho e assim o fez. O estado passava pela dificuldade de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros no mercado dependente da produção externa em razão de seu atraso agrícola. Apoiado a esta justificativa, Newton Bello tratou de articular através do consulado do Japão no Pará – local onde já havia fluxo de imigração japonesa há bastante tempo – e firmou acordo com o governo japonês para atrair agricultores nipônicos para formar colônias no Maranhão. O convênio entre a Secretaria de Agricultura do Maranhão e a Japan International Cooperation Agency (corporação ligada ao Ministério de Negócios Estrangeiros do Japão) consistia em o governo nipônico custear as passagens marítimas dos imigrantes e o governo maranhense deveria dar toda a infraestrutura necessária para o estabelecimento dos japoneses no estado, ou seja, ceder os terrenos para as plantações, edificar as casas para moradia e

² Expressão cujo significado é aquele que vem do Peru.

instalação de granjas, prover recursos de sustento para os nipônicos nos meses iniciais, aparelha-los com as ferramentas e maquinário necessário para a produção, dentre outras coisas que assegurassem o bem estar dos colonos. A imigração japonesa para o Maranhão ocorreu no *shisninin*, ou seja, fase imigratória pós Segunda Guerra Mundial. A chegada dos primeiros nipônicos foi em 10 de julho de 1960 a bordo do navio América Maru.

A embarcação que partiu da cidade de Kobe na data de 06 de junho e fez caminho pelo Oceano Pacífico, passando por cidades como Yokohama, São Francisco (EUA), transpôs o canal do Panamá até chegar à costa litorânea do maranhense. Tinha capacidade de 10.000 toneladas e transportava para o Maranhão 109 pessoas e 19 famílias japonesas (SIQUEIRA JUNIOR apud SIQUEIRA JUNIOR 2015, p. 28).

Ao chegar ao porto do Itaqui, em São Luís, este primeiro grupo de nipônicos foram deslocados para a cidade de Rosário, localizada a 74 Km da capital e passaram a compor a colônia intitulada Morro de Alcântara. Lá, os imigrantes deveriam cultivar hortas e instalar granjas.

A segunda leva de japoneses chegou a São Luís a bordo do navio Argentina Maru, procedente do porto de Osaka, em 04 de janeiro de 1961 e logo foram conduzidas para a colônia Muruaí situada na capital no povoado Pedrinhas, localizado na zona rural da cidade, as margens da BR 135.

É interessante notar que o Maranhão adotou um padrão de colonização por famílias, uma vez que os japoneses vinham em caráter definitivo, pois, ao concordarem a entrar para o programa de imigração de seu país estavam cientes de que não poderiam regressar e haveriam de se adaptar ao novo lugar. A instalação de colônias agrícolas japonesas no Maranhão ocorreu sob monitoramento da empresa de imigração Jemis – Assistência Financeira S.A (Kaigai Ijuh Jigyodan) que desde 1957

atuava com sede no Rio de Janeiro e sucursais em São Paulo, Belém, Porto Alegre e Recife. A sede da Jamic / Jemis de Belém cuidava de toda a burocracia e assistência aos novos imigrantes que ingressam nas colônias dos estados da Amazônia Legal (região norte até o Maranhão), que incluía. Além da preparação dos imigrantes no Japão, a recepção e encaminhamento dos imigrantes às colônias agrícolas (MUTO, 2008, p. 243).

2 Ambiguidades

Os imigrantes japoneses chegaram ao Maranhão cômicos da condição de permanência ao país de destino, a diretriz de imigração familiar, além de facilitar a fixação e melhor adaptação dos colonos, fora adotada no Brasil desde os primeiros grupos de imigrantes de origens das mais diversas, a exemplo dos italianos cuja inserção no país ocorreu em 1886. A vida laboral em família já era uma prática comum para os japoneses. Uma vez que, “no Japão, o grupo doméstico se define primordialmente como uma unidade cooperativa, articulada pelo parentesco” (CARDOSO, 1995, p. 24). Dado que colaborou para que os nipônicos ajustassem a nova vida no Brasil as suas tradições tendo como elo o cotidiano de trabalho nos núcleos familiares.

Todavia, a subjetividade da imigração dá elementos interessantes para se analisar levando em conta as ambiguidades e estratégias dos quais os japoneses tiveram de lançar mão para deixar o Japão e durante o processo de acomodação. François Hartog entende que os regimes de historicidade são marcados por fendas, o que significa que determinados acontecimentos marcam os homens num tempo, transformando-os profundamente. A partir dessa proposição, penso a historicidade da imigração japonesa no Maranhão tendo como corte a Segunda Guerra Mundial e, por conseguinte, a profunda crise que solapou o Japão no pós-guerra. Pensando a forma como os sujeitos históricos da minha pesquisa relacionam-se entre si e com o tempo, essa temporalidade é percebida, como o autor chama, “brecha” da guerra, ou seja, a fenda que marca a experiência da imigração. A história oral, a “memória provocada” (HARTOG, 2003, p. 56) trata de diminuir a lacuna entre o vivido e o presente.

A imigração do tipo familiar fez alguns nipônicos recorrerem a táticas de casamentos fictícios ou arranjados. Caso de uma das famílias colonas da cidade de Rosário. Ocorre que a mulher de um chefe de família que vivia em Kochi-Ken não concordou em partir para o Brasil. Diante da recusa da esposa, o marido casou com outra mulher. Note no relato do filho que diz: *Minha mãe legítimo ficou no Japão. Eu acha que teve algum problema entre eles dois. Meu mãe não sabia se vai ou não vai. Ela ficou lá. Aí meu papai tinha de arranjar uma mulher pra poder vir pra cá. Tinha que vir casal*³.

Outra estratégia utilizada pelos japoneses foi a de se colocarem como agricultores, uma vez que a proposta da imigração era de formação de colônias agrícolas e, no entanto, alguns deles não terem nenhuma prática de cultivo, dado que acarretou em diversas dificuldades para estes colonos.

Nem todos que vieram eram oriundos do campo; muitos foram recrutados entre as populações urbanas. Descontentes, desocupados e marginalizados apareceram em todas as correntes imigratórias. Muito proletário sonhava somente em se tornar proprietário e dono de sua própria força de trabalho, mas não tinham aptidão para o trabalho na terra (PETRONE, 1998, p. 71).

Imigrar já era uma enorme aventura no sentido de que a transferência de país não assegurava aos nipônicos que seriam exitosos no Brasil. Imigrar impunha-lhes várias mudanças em que estes indivíduos não tinham nenhum prognóstico de sucesso. Emigrar significava sobreviver. Dessa forma, algumas famílias enfrentaram adversidades porque tiveram de aprender a plantar depois que chegaram ao Maranhão. Caso da família Tasaka, oriunda de Nagasaki, que chegou ao estado em 1960.

³ Sadame Tanabe, 72 anos, agricultor, colono de Rosário que chegou ao Maranhão aos 14 anos de idade. Entrevista realizada em 03/06/2018 em São Luís.

Muito ruim porque não era nada do que tinham dito a minha família. Eles vieram enganado, pois, quando chegaram em Rosário a terra era muito ruim. Disseram que a terra era muita, que era produtiva, boa pra trabalhar, mas era cheia de pedra. Muito ruim. [...] aí assim, muito difícil para meu pai porque aqui não conhecia nada. Lá no Japão meu pai tinha uma empreiteira, trabalhava na engenharia naval. Não entendia nada de agricultura não. Aqui que teve de aprender, na marra⁴.

O relato acima do filho dos Tasaka aponta a engenhosidade de alguns nipônicos em adotar a agricultura como atividade, embora não fossem hábeis. Outrossim, demonstra que a vida na colônia não atendeu as suas expectativas. Os japoneses esperavam trabalhar arduamente em terras que lhes seriam concedidas depois de alguns anos de lavoura, e que, além de muitas, fossem férteis. Algo que se coaduna com o discurso da imprensa em que muitos veículos chegavam a inquirir acerca de interesses escusos que poderiam ter na política de colonização japonesa.

Afiança-se nos próprios círculos do Palácio dos Leões, que esse negócio de colônia japonesa, como a de Morro de Alcântara, em Rosário, nada mais foi que uma negociata das mais escandalosas. Terras sem valor agrícola algum, adquiridas pelo deputado Ivar Saldanha ao deputado Freitas Diniz, ao preço de 300 mil cruzeiros, foram mais tarde, para instalação das colônias nipônicas, vendidas pelo prefeito de São Luís ao governo do Estado, pela quantia de 540 mil cruzeiros. Daí os japoneses estarem fracassando (CORREIO DO NORDESTE, 1962, p. 02).

3 Ajustamento e dissolução

De todo modo, a questão da infertilidade dos terrenos da colônia de Rosário aparece como uma espécie de estopim para que os japoneses se retirassem de Morro de Alcântara e desagregamento da colônia. O geógrafo Etevaldo Siqueira Junior explica tecnicamente a improdutividade daquelas terras. “Pedagogicamente falando, na extensão territorial do município

⁴ Roberto Kumihito Tasaka, 60 anos, agricultor, nascido no Maranhão em 1961 na família Tasaka cujos pais foram colonos de Rosário. Entrevista realizada em 28/05/2018 em São Luís.

se encontram solos como: Latossolos Amarelos, Argissolos Vermelho-Amarelos, Plintossolos e Solos Indiscriminados de mangue” (SIQUEIRA JUNIOR, 2015, p. 43).

É importante ressaltar que houve outras adversidades apresentadas. A colônia não tinha abastecimento de água, recurso primordial a sobrevivência e para o cultivo; o período em que os asiáticos chegaram ao estado também atravancou a produção pelo fato de terem chegado ao final do período chuvoso e encararem seis meses de seca. Havia também a dificuldade de comunicação, pois, os imigrantes vinham de um país cujo idioma era completamente avesso ao do Brasil, assim como toda sua cultura, costumes, códigos e religiosidade. Um exemplo claro disso foi publicado pela imprensa local em agosto de 1960, quando o então Secretário de Agricultura do Maranhão, Joel Barbosa Ribeiro fez uma visita a Morro de Alcântara, em Rosário, e um dos colonos proferiu um discurso em que simplesmente “o Secretário não entendia nada do que estava sendo dito” (JORNAL DO POVO, 05 agosto, 1960, p. 01).

A questão da língua é sempre o desafio inicial para o imigrante. Sobre as primeiras impressões ao chegar no Maranhão, um dos colonos de Rosário descreve: *Muito difícil. Assim, muita diferença, não sei nem como chama... eu sei que linguagem muito diferente. E mato, aqui ter muito mato*⁵. A mudança exigiu dos nipônicos que flexibilizassem seus costumes para adaptação no Maranhão, e ao mesmo tempo em que de alguma forma tentavam manter-se ligado as suas tradições. Passaram a viver em um lugar completamente diferente com língua estranha a eles, clima, vegetação culinária distintas e sob leis de um Estado diferente do Japão, outras normas de trabalho e executando serviços que lhes impunham demandas diferentes. Atente ao que relata o filho da família Tasaka que fora uma das primeiras a abandonar a colônia de Rosário.

⁵ Sadame Tanabe.

Meu pai ficou muito insatisfeito e não demorou muito tempo em Rosário, foi o primeiro a deixar a colônia. Só depois que saiu da colônia foi que o negócio começou a melhorar e viram que papai saiu, os outros colonos começaram a ir embora de Rosário também. Teve muito amigo de papai que saiu da colônia e mudou de ramo, tombaram pro comércio. Largaram esse negócio de plantação que eles não sabiam. Meu pai se botou pra aprender a plantar. [...] papai não sabia nada de português brasileiro. Não conhecia o dinheiro daqui. Os filhos, a gente também não falava ainda. Papai levava o produto e o freguês era que pagava do jeito que queria. Se ia num comércio comprar alguma coisa era enganado, não tinha troco ou vinha pouco. E assim foi até que a gente começou a estudar, os filhos a aprender português que aí a gente traduzia pra papai e começamos a questionar o valor da mercadoria. Foi que a gente começou a pegar fôlego e a coisa começou a melhorar⁶.

Se os japoneses que não eram agricultores tiveram que sobrepujar adversidades, mesmo os que já tinham a prática também tiveram dificuldades com sementes, nem todas as ferramentas de que precisavam foram disponibilizadas e há relatos de que quando o dinheiro que trouxeram consigo acabou, alguns colonos passaram por calamidades, visto que levou um tempo para que os agricultores preparassem os terrenos, plantassem e colhessem. Os colonos que se dedicaram a avicultura também precisaram de tempo para instalação das granjas e para que produção de ovos e aves tivesse volume de mercado.

Quanto a colônia Muruaí, situada em São Luís, quando a segunda leva de nipônicos chegou a cidade, e para lá foram conduzidos, ocorreu de não haver instalação para todos. A obra de construção das casas estava inacabada e algumas famílias tiveram de dividir o mesmo teto por curto tempo. Mas, os terrenos eram férteis, a localização da colônia, em Pedrinhas, por ser uma área rural e a região ter diversas fontes de rios, o fato de a colônia ser situada às margens da BR 135 também facilitava a escoação da produção, além de estar mais próxima dos mercados e feiras da capital, principal ponto de comercialização dos hortifrúts produzidos.

Apesar de estruturalmente a colônia Muruaí ter manifestado menos problemas, tanto a colônia de Pedrinhas e

⁶ Roberto Kumihito Tasaka.

Rosário tiveram as primeiras safras abaixo das expectativas. Com o passar dos meses alguns agricultores tiveram colheitas mais prósperas e as granjas começaram a se destacar no mercado. Aconteceu também de alguns colonos que abandonaram Morro de Alcântara mudar-se para Pedrinhas e outros povoados na zona rural de São Luís.

É com satisfação, pois que registramos q venda daqueles produtos que será levada a efeito, hoje, no Mercado Central, fazendo votos no sentido de que continue essa atividade tão útil a população da capital, que vive pagando preços exorbitantes por hortaliças, muitas vez [sic] de qualidade bem inferior (O IMPARCIAL, 1961, p. 08).

Depois de um tempo, os lotes de Muruaí apresentaram desgaste devido ao uso contínuo do solo, então muitos dos nipônicos passaram a arrendar terrenos em outros povoados circunvizinhos, de modo que boa parte das comunidades de rurais passou a ter presença japonesa, caso do Rio Grande, Rio dos Cachorros, Anajatiua, Aracaua, Santa Fé, Igaráu, dentre outras cercanias da rodovia.

Considerações Finais

Destarte, a iniciativa de atração de imigrantes japoneses para o estado do Maranhão pode ser entendida como uma experiência que não se efetivou integralmente. De início havia muitas especulações que o Estado iria expandir as colônias para outros municípios para diversificar as culturas a ser cultivadas. No entanto, penso que ocorreu um arrefecimento por parte da administração do estado em investir e assistir as colônias. Algo que corrobora com este pensamento é o confronto das fontes. Os testemunhos orais dos japoneses registram que depois de um tempo deixaram de contar com a assistência da Secretaria de Agricultura, a diminuição de publicação em jornais; tanto dos alinhados ao governo ou de oposição, que tivessem como pauta as colônias; a lei de N° 3015 de 1969 em que o Estado do Maranhão autorizava “doar a imigrantes japoneses radicados no Maranhão lotes de terras situadas em Rosário e *Muruaí*

(Pedrinhas)⁷ que demonstra que o número de famílias nipônicas contempladas com a concessão dos terrenos não confere com a quantidade de famílias que chegaram e se instalaram nas colônias, evidenciando que houve a pulverização da comunidade japonesa.

É possível avistar que enquanto imigração é o que a presença de uma comunidade estrangeira representa em outras experiências imigratórias, a exemplo do que aconteceu em São Paulo onde a presença nipônica e de sua descendência foi algo que marcou culturalmente e socialmente o estado, não só pelo parecer visual que facilmente pode ser vislumbrado na população, mas como também na contribuição cultural e econômica.

Haja visto que não deve ser ignorada a presença do pequeno grupo de japoneses remanescentes da imigração japonesa no Maranhão e de como a presença deles no estado dinamizou a economia agrária, impactou nas técnicas de cultivo e na inserção de outras culturas de hortaliças e também na fruticultura cuja produção no Maranhão era inexistente e foram os pioneiros.

Contudo, os nipônicos ávidos por melhores condições de trabalho e ascensão social passaram por um processo de dissolução das colônias. Alguns deixaram o Maranhão, e migraram para outros estados, alguns para o interior do estado; houve também os que mudaram de atividade e passaram a atuar no comércio e setor de serviços ou públicos.

Dessa forma penso que a política imigratória no Maranhão não pode ser vista sob o malgrado do fracasso, mas como uma experiência que não se materializou completamente. Houve a iniciativa, mas não teve sua concretização no sentido a que foi proposta. Foi mais uma medida adotada por mais um governo que a colocava como solução para a crise da lavoura no Maranhão e que, como foi ilustrado ao longo desta disposição, foi permeado por ambiguidades e de questões obscuras desde a aquisição das glebas fornecidas aos japoneses, sobretudo as de Rosário, ao cumprimento dos acordos estabelecidos com o governo japonês.

Em suma, a experiência imigratória japonesa e os dissabores causados a alguns colonos pelas expectativas não

⁷ DIÁRIO OFICIAL DO MARANHÃO de dezembro de 1969.

atendidas, além de todas as ambiguidades e estratégias que ao longo deste artigo tentei exprimir tanto as do governo do Maranhão quanto as dos nipônicos que vieram para o Maranhão em situação de crise do seu país, isto ficou explícito nos sujeitos que vieram plantar no Maranhão e não eram agricultores e na desatenção do Estado aos colonos depois de os terem trazido sob a justificativa de que resolveriam a decadência agrária do Maranhão, bem como o desabastecimento do mercado de São Luís. De todo modo, os nipônicos receberam alguns recursos como as terras, caminhões e puderam começar uma vida nova.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Filipe. RENAUX, Marua Luiza. **Caras e Modos dos Migrantes e Imigrantes**. In: ALENCASTRO, Luiz Filipe (Org). **História da Vida Privada no Brasil 2**, São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1997.

ALVIM, Zuleika. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. In: SEVCENKO, Nicolau (Org). **História da Vida Privada no Brasil 3**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **A Ideologia da Decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura no Maranhão**. São Luís, IPES, 1983.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura Familiar e Mobilidade Social: estudo dos japoneses no estado de São Paulo**. SP: Ed. Primus Comunicação: 1995.

CARVALHO, Maria José Vale de. RIBEIRO, Maria de Lourdes Iatapary. PALHANO, Raimundo Nonato. MIRANDA, Terezinha de Maria Bacelar M. **O Poder Público e A Questão do Desenvolvimento Econômico Maranhense (1956-1963): O Maranhão na nova divisão do trabalho e a interpretação das ideias e ideologias sobre o desenvolvimento do Maranhão**. São Luís, IPES, 1983.

FARIA, Regina Helena Martins de. **Mundos do Trabalho no Maranhão Oitocentista**: os descaminhos da liberdade. São Luís: Edufma, 2012.

FRANÇOIS, Etienne. **A Fecundidade da História Oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs). **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2006.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina: 2014.

HARTOG, François. **Regimes de Historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora: 2014.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. FERREIRA, Aldenor da Silva. **Cronologia da Imigração Japonesa na Amazonia**. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. FERREIRA, Aldenor da Silva. FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Orgs). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA: 2011.

MUTO, Keiko. **A Imigração Japonesa no Pós-Guerra na Amazônia**. In: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. FERREIRA, Aldenor da Silva. FREITAS, Marilene Corrêa da Silva. FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto (Orgs). **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento regional. Manaus: EDUA: 2011.

PETRONE, M. Thereza Scroer. **O Imigrante e a Pequena Propriedade (1824-1930)**. São Paulo: Ed. Brasiliense: 1982.

SIQUEIRA JUNIOR, Etevaldo Alves de. **Imigração Japonesa no Maranhão**: uma jornada de 55 anos. São Luís: Clube de Autores, 2015.

VALENTE, Waldemar. **Japoneses no Nordeste**. In: SAITO, Hiroshi (Org). **A Presença Japonesa no Brasil**. São Paulo: T.A Queiroz / EDUSP: 1980.

A EXPANSÃO CAPITALISTA NA ÁREA RURAL DE SÃO LUÍS A PARTIR DA DÉCADA DE 1980: as relações entre a comunidade do Maracanã e o DISAL

Marcelo de Sousa Araújo

1 Introdução

O presente texto se refere as relações entre a comunidade do Maracanã – localidade formada no final do século XIX por ex-escravos e que está situada na zona rural¹ de São Luís – e a expansão capitalista na área rural da capital do Maranhão a partir da década de 1980, expansão representada pela instalação de um Parque Industrial, precisamente, o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) nesta região.

Convém ressaltar que a expansão capitalista na segunda metade do século passado não foi uma peculiaridade de São Luís, mas sim, uma tendência geral ao longo do território nacional, sobretudo com a atuação do Estado através de políticas econômicas desenvolvimentistas² por meio da industrialização (de base ou de bens de consumo duráveis), acreditando-se que as indústrias seriam as molas propulsoras para o chamado progresso.

Interessante observar que apesar da atuação do Estado como gerenciador das atividades econômicas, também, tem-se a parceria com o capital privado tanto em nível nacional quanto estrangeiro. Outro ponto a ser salientando é referente as características que esse capitalismo terá no Brasil, uma vez que

¹ Mais especificamente, Zona Rural I, conforme o Plano Diretor da Cidade de 2006, Lei nº 4669 de 11 de outubro de 2006.

² “[...] desenvolvimentismo é a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista.” (FONSECA, 2015, p. 28).

sua expansão não aconteceu da mesma forma em todos os lugares.

Em se tratando da comunidade do Maracanã, até os anos 70, as práticas não capitalistas eram predominantes, uma vez que “o sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho” (MARX, 2011, p. 828), condição essa acontecida somente com a instalação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Logicamente, isso não significando que as antigas formas de produção, como em um passe de mágicas, desapareceram da noite para o dia, mas que este modo de produção foi se consolidando como o dominante³ a partir dos anos oitenta, ocasionando mudanças materiais e culturais para a comunidade.

2 A produção da vida social em Maracanã: trabalho, cotidiano e relações de produção não capitalistas

A produção da vida social Maracanã estava condicionada as relações com a terra, tratava-se de uma comunidade que tinha na terra o seu principal meio de produção, cujas roças se plantavam culturas variadas com destaque para a mandioca, o feijão, milho e o arroz. Além claro, das pescarias praticadas nos rios da região, precisamente, Bacanga, Cachorros, Uruburama e Maracanã. Destarte, o modo de produção predominante na comunidade era o que podemos chamar de tradicional⁴, com suas atividades objetivando, principalmente a subsistência.

O trabalho na lavoura era desenvolvido de maneira coletiva pelas famílias, a partir de um sentido cooperativo entre as pessoas. Percebendo-se assim a concepção de trabalho não

³ “Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade dos seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados e produtores diretos”. (MARX, 2011, p. 828).

⁴ Chamamos de tradicional devido ser caracterizado basicamente pela produção visando a subsistência, embora, isso não signifique a inexistência de outras formas de produção. Contudo, as pessoas envolvidas participavam de todas as etapas da produção, diferentemente do que passou a acontecer com a implantação do Distrito Industrial.

alienado/estranhado⁵ – característica das formações econômicas não capitalistas ou em que este modo de produção ainda não seja o predominante – uma vez que os sujeitos sociais envolvidos participavam de todas as etapas do processo da produção e se reconheciam no que estava sendo produzido. Portanto, além de marcar a passagem do tempo e assegurar a reprodução individual e coletiva da comunidade, o trabalho representou importante elemento para a aprendizagem e integração entre aquelas pessoas, conforme o testemunho de D. Maria da Conceição Soares da Cruz: “o trabalho era na roça, na pesca e os mais velhos ensinando os mais novos”. (ARAUJO, 2012, p. 31).

Convém ressaltar que a produção da vida social se manifesta em diversas determinações tanto no plano material quanto simbólico. No campo do trabalho, a regulação/disciplina do tempo acontecia por meio do conhecimento empírico sobre a natureza: no momento do plantio, na colheita, nas diversas tarefas relacionadas as atividades com a terra ou nos trabalhos com a pesca. Por sua vez, nos aspectos simbólicos, por exemplo, no campo religioso, era uma comunidade marcada pelo sincretismo, com pessoas transitando entre as celebrações dos Santos Reis⁶ – festa do catolicismo popular –, a Pajelança⁷ e o Tambor de Mina⁸.

Como salientado, a produção tinha caráter de subsistência, porém, isso não significava a inexistência do “excedente”. Contudo, a produção “excedente” era utilizada para permutas com os comerciantes da área urbana de São Luís. Onde se

⁵ Negação da condição humana, momento em que o trabalhador não se reconhece mais como sujeito do processo de produção, mas sim como um objeto. A esse respeito Marx (2010, p. 82-83), destaca: “[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas modifica sua physis e arruína o seu espírito”.

⁶ Segundo Castro & Couto (1960), o reisado, tem sua origem na Europa, precisamente, na região da Península Ibérica do século XII, chega ao Brasil no século XVI juntamente com a colonização e ao longo dos anos o folguedo foi sendo ressignificado nas diversas regiões do Brasil, como pode ser verificado através dos seus variados nomes: Rancho de Reis, Folias de Reis, Reisados, Santos Reis, dentre outros. A festa encerra o ciclo natalino, por isso sua celebração acontecendo dia 06 de janeiro em alusão a visita dos três reis magos ao menino Jesus. No caso do Maracanã, as Festas dos Santos Reis foram criadas na década de 1930 e constituem um dos elementos de marcação identitária da comunidade.

⁷ Ritual mesclando práticas religiosas indígenas com elementos católicos, espíritas ou afro-brasileiras com finalidades de cura a partir do transe.

⁸ Nos dias contemporâneos, os chamados “tambores de cura”, ainda são observados na área rural, porém com uma incidência bem menor do que acontecia no passado.

trocava buriti, arroz, juçara, por óleo, sabão, manteiga dentre outras mercadorias. Diante disso, compreendemos por intermédio desse processo que o dinheiro ainda não era para a comunidade o equivalente universal da troca (condição que acontecerá somente com o modo de produção capitalista⁹). Sobre as atividades de produção e suas experiências de vida na comunidade, D. Naida Mendes, nascida, criada e moradora do Maracanã sublinha:

Meu nome é Naida Mendes, 82 anos, meu pai era Baltazar Ferreira, a mãe Maria Inês Mendes [...]. Eu trabalhava muito em roça, eu ajuntava buriti, eu ía no igarapé e fazia todos os serviços domésticos de casa [...] a gente fazia côfo [sic] para vender [...] lavava roupas nos rios. (ARAUJO, 2012, p. 38).

O relato em questão reforça a importância dos trabalhos na lavoura para as pessoas da comunidade, percebendo-se que essas atividades eram praticadas tanto por homens quanto mulheres, mostrando o caráter coletivo da produção. Embora, a interlocutora, também, apresente algumas particularidades referentes as atividades das mulheres, neste particular, salientando que faziam abanos, vassouras e outras utensílios que atendiam as necessidades domiciliares; todavia, a relação com a terra era considerada primordial para a comunidade. A respeito de como os sujeitos reproduzem os seus meios de vida, Karl Marx e Friedrich Engels (2007, p.87), comentam:

O modo pelo qual os homens reproduzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir. Esse modo de produção não deve ser considerado meramente sob o aspecto de ser a reprodução da existência física dos indivíduos. Ele é, muito mais, uma forma determinada de exteriorizar sua vida, um determinado modo de vida desses indivíduos. Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são

⁹ “O dinheiro é um cristal gerado necessariamente pelo processo de troca, e que serve, de fato, para equiparar os diferentes produtos do trabalho e, portanto, para convertê-los em mercadorias (...). Os produtos do trabalho se convertem em mercadorias no mesmo ritmo que determinada mercadoria se transforma em dinheiro”. (MARX, 2003, p. 111-112).

coincide, pois, com sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. (MARX E ENGELS, 2007, p. 87).

D. Delfina Iria dos Santos, nascida e criada em Maracanã, também, relembra as atividades de produção, a importância dos laços familiares. Enfim, o que era o modo de vida do Maracanã anterior ao Distrito Industrial.

Eu nasci e me criei em Maracanã, me lembro da época que agente ía pra [sic] roça, passava o dia inteiro capinando e plantando [...]. A gente vivia tranqüila [...] ía pra [sic] roça, deixava tudo aqui assim, deixava roupa no sol, comida, carne, peixe, camarão, deixava a porta aberta [...] tudo aqui é uma família [...] maior parte somos parentes [sic] [...] porque a gente é família muito grande (ARAUJO, 2012, p. 34).

Inicialmente, a interlocutora destaca as experiências com o trabalho desenvolvido na terra através das atividades com a “plantação”, com a “capina”; enfatiza as visitas “aos igarapés”, reforçando o argumento anterior de que eram praticas realizadas tanto por homens quanto por mulheres. No trecho em que menciona que a “maior parte somos parentes”, D. Delfina, refere-se a importância que as relações de parentesco possuem para a identidade da comunidade, uma vez que no seu nascedouro Maracanã era constituído por negros que acabaram por desenvolver relações endogâmicas, originando laços de parentesco por consanguinidade e, principalmente por afinidades.

Essas características foram dominantes até o final dos anos setenta do século passado, haja vista que as condições de produção da vida social em Maracanã foram alteradas com a implantação do Distrito Industrial de São Luís (DISAL). Nesse sentido, os antigos territórios que eram utilizados para as atividades de lavoura passaram a integrar as fabricas. Acrescentando-se que parte do espaço físico do Maracanã foi

tomado por “ocupações”¹⁰, surgidas no contexto de crescimento demográfico de São Luís, decorrentes dos projetos desenvolvimentistas para o Estado do Maranhão.

3 POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA: a expansão capitalista na área rural de São Luís com a instalação do DISAL

O Brasil a partir de 31 de março de 1964 entrava em um regime de exceção que duraria longos 21 anos (1964-1985) e que, por sua vez, no campo econômico, apoiava-se em políticas desenvolvimentistas a partir de decretos/projetos que objetivavam a industrialização e integração de todo o Estado Nacional. Para tanto, a retomada do crescimento, conforme os representantes do governo, seria iniciada com o PAEG (Plano de Ação Econômica do Governo), tendo-se como objetivos:

(...) tarefa de reduzir o nível de inflação e realizar o processo de modernização estrutural da economia brasileira. Coube a equipe econômica desempenhar importante papel na criação do Banco Central, disciplinando o sistema financeiro nacional; na regulamentação do mercado de capitais; na introdução do FGTS – Fundo de garantia por tempo de serviço; na criação do Banco Nacional de Habitação e do sistema financeiro de habitação; na formulação do estatuto da terra. (OLIVEIRA, 2007, p. 106).

Prado (2011), fornece-nos, dados interessantes sobre a indústria no Brasil, no início dos anos de 1970, precisamente, no período que ficou conhecido como o “milagre econômico”, com ênfase para os investimentos na construção civil – umas das diretrizes para a criação do Banco Nacional de Habitação e do sistema financeiro de habitação, expondo que:

¹⁰ Vila Sarney no início dos anos setenta e Vila Nova República em meados dos anos oitenta. O cenário de “ocupações” continua até os dias presentes, uma vez que nos anos 2000 surgiram: Vila 2000 e Vila Guarará, também conhecida por Vila 21 de Abril.

A indústria de transformação cresceu, no período de 1971 a 1973, em torno de 13%; a de bens de consumo duráveis, 23%, puxada pela indústria de eletrodomésticos; a de bens de capital, 18%. Cresceram pesadamente também os setores de material de transportes, automobilístico, naval, elétrico e de comunicação. Esse processo chegaria ao seu apogeu, com capacidade utilizada em 100%, no final do ciclo de 1972-1973. Outra atividade alavancada pelos investimentos pesados foi a construção civil, principalmente na área de habitação. No momento em que o governo militar cometia as suas maiores atrocidades— institucionalizou a tortura; cerceou a imprensa; e instaurou a censura prévia—, o apoio popular ao governo aumentou assustadoramente, porque o crescimento da economia trazia a aparência de normalidade, e haviam ganhos expressivos em todos os setores da população. Alguns mais, outros menos, mas todos ganharam. Isso deu certo conforto à ditadura, que não precisava de votos para se legitimar, mas de crescimento. O cenário abalou um pouco os defensores das reformas de bases, que ficaram sem respostas. Mas o fundamental é que o Brasil cresceu de uma maneira acelerada, mas concentrando renda – argumento já usado pelo Banco Mundial. (PRADO, 2011, p. 22).

Percebe-se que a retórica da modernização, do crescimento econômico era algo presente nos discursos tanto do setor público quanto da própria iniciativa privada, não perdendo de vista que mesmo com a regulamentação econômica sendo realizada pelo Estado, a participação do capital privado consistia em um parceiro fundamental para a efetivação da política em questão.

Diante disso, a cidade de São Luís a partir de meados dos anos sessenta passou por um processo de reconfiguração do seu espaço em consonância com o modelo desenvolvimentista do período. Modelo que teve em José Sarney – Governador do Estado de 1966 a 1970 – o seu representante inicial. O discurso do “Maranhão Novo”, de Sarney, consistia em tornar o Estado um polo industrial e, para tanto, investiu em obras de infraestrutura, como: o porto do Itaqui. Por sua vez, na capital, a modificação do espaço foi representada na construção da barragem do Bacanga sobre o rio de mesmo nome e a ponte José Sarney (São Francisco) sobre o Rio Anil¹¹.

¹¹ Bacanga e Anil são as duas principais bacias hidrográficas da ilha de São Luís.

Entretanto, a suposta modernização, acabou favorecendo a expansão demográfica em São Luís, principalmente com a aprovação da Lei 2979/69, conhecida como a Lei de Terras. A Lei em questão consistia na venda de terras “devolutas” por parte do Estado para a iniciativa privada¹², como consequência aconteceu à sua supervalorização e a proliferação de diversos conflitos no campo; com isso, os camponeses foram retirados sumariamente dos meios de produção e um considerável contingente desses indivíduos vieram para a capital proporcionando o aumento populacional¹³.

A respeito da política desenvolvimentista para o Maranhão, Coronel & Pereira (2013, p. 2), enfatizam:

A instalação de grandes projetos industriais no estado, como o Distrito Industrial, em São Luís, o Projeto Ferro Carajás, que associou obras de infraestrutura rodoviária, ferroviária (Ferrovia Carajás) e portuária (Porto do Itaqui), deram visibilidade ao estado, tornando-o um polo competitivo para escoamento da produção nacional. Destaca-se também, nesse período, a construção da hidrelétrica de Boa Esperança, o qual viabilizou a ampliação do sistema energético no Estado.

No caso do Distrito Industrial (DISAL), desde o ano de 1975¹⁴ já se tinham projetos por parte do Estado visando sua implantação, precisamente, pela Companhia de

¹²“Grandes empresas mediante anúncios de terras baratíssimas sem concorrência pública e sem leilão, financiadas por bancos estatais, compraram grande parte das terras do Maranhão. Alguns grupos empresariais, objetivando comprar maior quantidade de hectares, organizaram várias empresas de fachada para conseguir propriedades de até 100 mil hectares”. (NETO, 2019, p. 5).

¹³ São Luís teve um aumento populacional de mais de 70% em uma década. Conforme os números dos recenseamentos realizados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 1970 e 1980. Em 1970, a população da capital maranhense era de 270.651 habitantes, por sua vez, um década depois os números eram de 460.320 habitantes. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>. Acesso em 20 de março de 2020.

¹⁴ É também deste período a Lei 2155, de 28 de junho de 1975. A Lei em questão é referente ao primeiro Plano Diretor para a cidade de São Luís, “Para a elaboração deste plano foi contratado o escritório carioca Wit-Olaf Prochnik – Arquitetura e Planejamento CSL, com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) através da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). O plano proposto por Prochnik foi elaborado a partir de um amplo estudo técnico que identificou e sistematizou as informações existentes, mas também produziu dados a partir de pesquisas de campo realizadas com o apoio da recém-instalada Fundação Universidade do Maranhão (atual Universidade Federal do Maranhão).” (LOPES, 2018, p. 53).

Desenvolvimento de Distritos Industriais do Estado do Maranhão (CDIMA), que tinha como finalidade a definição das áreas industriais e a viabilidade de implantação dos projetos. Assim, no governo João Castelo (1979-1982), foi assinado o Decreto nº 7646/80, autorizando a implantação do Distrito Industrial, na área rural de São Luís. Decreto que já no artigo 1º discorre entre outros pontos sobre as desapropriações necessárias para a instalação do Parque Industrial,

Ficam declarados de utilidade pública para fins de desapropriação total ou parcial, por via amigável ou judicial, os direitos imobiliários compreendidos no perímetro descrito no artigo 3º deste Decreto, assim entendidos o domínio pleno, domínio útil e benfeitorias, necessárias a implantação do Distrito Industrial de São Luís, na conformidade do respectivo projeto, aprovado pelo Decreto Estadual nº 7.632, de 23 de maio de 1980. (MARANHÃO. Decreto 7646/80).

O Maracanã acabou sendo um dos locais mais atingidos pelo referido Decreto Estadual, sobretudo em virtude do marco zero para o Parque Industrial em questão ser nos seus arredores, a porta de entrada do DISAL, localiza-se em frente à entrada principal desta comunidade,

Localizado a margem esquerda da BR-135, no sentido São Luís- MA/ Teresina-PI, no KM 08, no local denominado Maracanã (...), o Distrito Industrial de São Luís, foi concebido de forma modular, constituído por lotes industriais (...). O planejamento do distrito referenciado foi estrategicamente antecipado às necessidades futuras de implantação de unidades industriais de produção (...) reservando áreas para possíveis projetos advindos da política de descentralização e desconcentração industrial, desencadeada pelo projeto Grandes Carajás, constituído pelas atividades de mineração, transporte ferroviário e porto exportador de minérios. (FERREIRA, 2003, p. 71).

Sobre o DISAL, como uma vertente da política desenvolvimentista do período, Ferreira (2003, p. 04), comenta:

A implantação do Distrito Industrial de São Luís/MA teve como fundamento básico, promover o desenvolvimento do Maranhão em consonância com a política nacional de descentralização e desconcentração industrial praticada nos anos 70, voltadas para o Norte e Nordeste brasileiro.

A expansão do capitalismo sobre a área rural de São Luís representada, sobretudo, pela instalação do DISAL (Distrito Industrial de São Luís), corresponde ao momento de preponderância/domínio deste modo de produção em relação as antigas formas de produção, de trabalho que eram operadas na região a bastante tempo, em especial, aquelas que tinham nas atividades com a terra – a lavoura – o seu principal meio de produção, em muitos casos, com as atividades voltadas para a subsistência.

4 Maracanã e o DISAL: contradições do processo industrial

Como já mencionado, a instalação do DISAL, no início dos anos de 1980, faz parte das políticas desenvolvimentistas do período militar para o Estado do Maranhão. Nesse cenário, o Parque Industrial representaria a modernização para uma região da capital em que muitas localidades, por exemplo, não possuíam rede de iluminação elétrica. Desse modo, a fábrica acabou por despertar o encantamento em algumas pessoas, sendo assim, o espaço de encarnação/materialização do progresso, do desenvolvimento, com as relações de trabalho assentadas na carteira assinada, na garantia dos direitos trabalhistas, enfim, da seguridade social.

A fábrica não é, como atestavam os liberais, tão somente um acontecimento tecnológico. É organização do trabalho e controle do tempo e da produção; vigilância sobre o operário e sobre o processo produtivo. A instalação do modelo da fábrica vem impor hierarquia e disciplina a produção e impedir: o ritmo irregular de trabalho que, no modelo de pequenas oficinas independentes, cada artesão determinava a seu bel prazer; a vida de festas que atrasava a

produção e impedia a ética moral do trabalho.
(BITTENCOURT, 2005, p. 51)

É fato, que o Distrito Industrial, representou mudanças no modo de produção em Maracanã, mas as formas de produção/reprodução da vida social são constituídas por várias determinações tanto em âmbito material quanto simbólico. No tocante aos aspectos materiais, os indivíduos como “soldados” foram recrutados para compor as fileiras das fabricas, tanto que ainda hoje o Distrito Industrial continua sendo o principal ramo de emprego, principalmente para as pessoas das classes menos favorecidas não só do Maracanã, como da área rural em geral.

Abaixo, tem-se a relação de algumas empresas instaladas no Parque Fabril nos anos 80 com seus respectivos ramos e de atuação, além do tamanho da propriedade ocupada no DISAL.

Quadro 1 - Sistema ocupacional do Distrito Industrial de São Luís/MA, GEPLAN/MA (2002).

SISTEMA OCUPACIONAL DO DI – SÃO LUÍS (FEVEREIRO DE 87)		
RAZÃO SOCIAL	ÁREA (m²)	ATIVIDADE PRINCIPAL
01 – INDÚSTRIAS IMPLANTADAS	20.000	Fábrica de gases industriais e medicinais
.01. Aganor Gases e Equipamentos	90.000	Fabricação de artefatos de alumínio
.02. Alunor Ltda	9.783	Concreto pré-fabricado
.03. Concretex S/A	17.997	Transformação e beneficiamento de produtos metalúrgicos e siderúrgicos
.04. Carajás Indústria Mecânica Ltda	18.610	Torrefação e moagem de café
.05. Café Caravelas Ltda	10.085	Torrefação e moagem de café
.06. Café Luanda Ltda	10.000	Torrefação e moagem de café
.07. Café Renascença Ltda	9.879	Confecção de pré-fabricados de cimento
.08. Engecol Engenharia Ltda	73.107	

.09. FEM – Fabrica de Estrutura Metálica	12.000	Fabricação de estruturas metálicas
.10. Fábrica de Velas Santa Clara Ltda	15.653	Fabricação de velas e produtos de limpeza
.11. Indústria Pesqueira Tutóia Ltda	135.813	Beneficiamento de pescado
.12. Ital Ltda	14.433	Fabricação de tratores anfíbios e barcos
.13. Metalur Mecânica	12.000	Montagem de equipamentos industriais
.14. Núcleo de Pesquisa e Processamento de Alimentos – Laboratório Farmacêutico – UFMA	63.842	Fabricação de produtos alimentícios e de limpeza e Laboratório Farmacêutico
.15. Premolde Ltda	52.122	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
.16. Préfabricados Alfa do Maranhão S/A	20.000	Fabricação de peças, artefatos e estrutura de cimento
.17. Supermix Ltda	651.510	Concreto pré-fabricado, transporte e bombeamento
.18. Agro-Industrial Coqueiro Ltda	20.620	Artefatos de cerâmica
.19. Articil – Artefatos de Cimento Ltda	160.312	Confecção de pré-fabricados de cimento
.20. Cerâmica Norte Brasil	108.852	Artefatos de cerâmica
.21. Cerâmica São Luís	4.337	Artefatos de cerâmica
.22. Cia Industrial Maranhense de Óleo	100.000.000	Extração de óleo de mamona
.23. Consórcio Alumar	22.213.500	Usina de alumina e alumina
.24. C.V.R.D	2.480.000	Terminal de minério de ferro
.25. Cerâmica Quebra Pote	92.171	Artefatos de cerâmica
.26. Premil Ltda		Confecção de pré-fabricados de cimento

Fonte: FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

Conforme Ferreira (2003), além das empresas supracitadas, no ano de 1987, existiam mais 29 que estavam em processo de implantação (obras de construção) ou em análise para serem instaladas. Dentre elas, observam-se os mais variados ramos de industrialização, desde a fabricação de margarina glicerina (**A.O. Gaspar Industrias Ltda**), de moveis em geral (**B & D Moveis Ltda**), de fiação e tecelagem (**Finobrasa S/A**), de fertilizantes (**FERTIMAR S/A**), passando pela produção de tijolos para a construção civil (**ARTCNAM – Artefatos de cimento no Nordeste e Amazônia Ltda**). Nesse sentido, a área do Distrito Industrial já contava com uma considerável infraestrutura: o sistema ITALUÍS¹⁵ responsável pelo fornecimento da água para as empresas, o asfaltamento da malha viária do Parque Fabril estava pronta, transportes próprios fornecido por algumas fabricas para realizar o traslado dos operários, além da passagem do coletivo da empresa TAGUATUR¹⁶ – que alimentava o bairro do Maracanã – por dentro DISAL.

Entretanto, os impactos físicos e, sobretudo, culturais foram consideráveis para as pessoas da comunidade do Maracanã. No plano material, famílias por meio de indenizações foram desapropriadas das terras que residiam por gerações, outras perderam parte de suas propriedades devido ao crescimento demográfico assistido em São Luís, o que acabou por desencadear o surgimento de diversas “ocupações” no entorno desta comunidade.

Por sua vez, no plano cultural, o Distrito Industrial causou forte impacto imagético nas pessoas, nas maneiras de sentir, pensar e agir, pois era como se uma nova cidade fosse surgindo ao lado da antiga comunidade. Inicialmente, o recrutamento foi para obras de construção do Parque Fabril e, na sequência, para venderem suas forças de trabalho nas indústrias. Em outras palavras, as fabricas em uma perspectiva aparente da realidade significavam a materialização do progresso, do desenvolvimento para a zona rural. Porém, cabe-nos os seguintes

¹⁵ O Sistema ITALUIS foi implantado em 1982, a época do Governo de João Castelo.

¹⁶ TAGUATUR TAGUATINGA TRANSPORTES E TURISMO, Fundada em Brasília no ano de 1968, mudando-se para a cidade de São Luís em 1971. Ver: <http://www.taguatur.com.br/transportes/content/ataguatur/>. Acesso em 13 de julho de 2020.

questionamentos: o progresso para quem? Desenvolvimento para quem? Como falarmos em desenvolvimento quando o DISAL tem um sistema regular de abastecimento de água e as adjacências não possuem rede de água encanada ou mesmo regularidade no abastecimento?

Dentro de uma perspectiva dialética, o Distrito Industrial significa a negação do antigo modo de produção que era praticado em Maracanã. Embora, o DISAL tenha proporcionado o desenvolvimento das forças produtivas em uma escala nunca vistas na região ou um conjunto de capital constante (maquinaria) significativo para a área rural de São Luís a partir da década de 1980; o, DISAL, também, representou o processo desenfreado de produção de mais-valia. Isso não significa que não tenha existido o sobre-trabalho ao longo da história do Maracanã, porém sobre-trabalho não necessariamente significa o mesmo que mais-valia, haja vista que só existe mais-valia com o advento do capitalismo, pois o “que distingue particularmente o modo capitalista de produção é a circunstância de a produção da mais-valia ser objetivo direto e causa determinante da produção” (MARX, 2008, p. 1157).

Imagem 1: Entrada principal do Distrito Industrial



Fonte: autor (2020)

Desse modo, as contradições do modo de produção capitalista com o tempo se mostraram evidentes, uma vez que

sua expansão a partir das fabricas do DISAL produziu a pauperização da força de trabalho das pessoas do Maracanã, em especial, no cenário de desestruturação do antigo modo de produção que era alicerçado nas atividades com a terra. Assim, com a expropriação desses sujeitos da base fundiária, da retirada dos seus meios de produção, restou para muitos somente a venda de sua força de trabalho no Parque Fabril, desse modo, o capital na condição de relação social de produção em todas as suas nuances estava consolidado em Maracanã.

Considerações Finais

Conforme o exposto, as fabricas possuem diversas funções, dentre elas, a de disciplinar os sujeitos sociais através da regularidade da produção, da construção de valores éticos e morais referentes ao trabalho. Diante disso, o tempo natural da produção agrícola ou até mesmo das atividades de pesca bem típicas em comunidades tradicionais teriam que ser substituídas pelo tempo do relógio, do badalar das indústrias, da produção constante independente do dia ou da noite.

No tocante a área rural de São Luís esse cenário não foi destoante, haja vista que o DISAL (Distrito Industrial de São Luís) é implantado a partir de 1980 com a premissa do desenvolvimento, da prosperidade, do crescimento econômico, da “civilidade”, para comunidades que até o interstício dos anos de 1970 não possuíam rede de iluminação ou mesmo estradas asfaltadas.

Em se tratando do Maracanã – formada por ex- escravos no final do século XIX – os impactos dessa política de industrialização continuam sendo visíveis, posto que as terras que no passado eram utilizadas para a lavouras e trabalhadas de maneira coletiva pelas famílias passaram a constituir parte do território do DISAL, além claro, de outra parcela ter sido tomada pelas “ocupações/invasões”.

Por fim, apesar da criação da APA (Área de Proteção Ambiental) do Maracanã¹⁷ em 1991, o processo de ocupação desordenado do solo pelas empresas ou “ocupações” tem causado diversos impactos ambientais, em especial, refletidos na poluição dos rios, nos processos erosivos acelerados e assoreamento dos canais fluviais (FILHO, 2010), situação essa que poderá ser agravada caso a aprovação da proposta de um novo Plano Diretor para São Luís seja concretizada. Proposta defendida por seguimentos do Poder Público juntamente com representantes da iniciativa privada (capital), tendo-se com um dos principais objetivos a modificação do zoneamento de São Luís, transformando a Zona Rural em Zona Industrial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Marcelo de Sousa. **A identidade em movimento: um estudo sobre a comunidade do Maracanã (1930-70)**. São Luís: UFMA, 2012 (Dissertação de mestrado).

BITENCOURT, João Batista. **A fabricação do homem-labor: o trabalho como princípio moral da sociedade moderna**. In: **Seminário Interdisciplinar de cursos de Licenciatura da UNESCO**. Criciúma: UNESCO, 2005.

CASTRO, Zaide & COUTO, Aracy do Prado. **Folias de Reis**. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado, da Educação e Cultura, 1960.

CORONEL, Daniel Arruda & PEREIRA, Maria Rosivalda da Silva. **A industrialização no Maranhão: uma análise do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial**. In: VI Jornadas de Políticas Públicas: o desenvolvimento da crise capitalista e a atuação contra a exploração, a dominação e a humilhação (Caderno de resumos). São Luís: UFMA, 2013. Disponível em:

¹⁷ Decreto 12.103, de 01 de outubro de 1991, criando a Área de Proteção Ambiental do Maracanã. Tendo-se os seguintes limites: “Art 2º - A APA de Maracanã situa-se na ilha de São Luís sendo limitada ao Norte pelo Rio Maracanã (limite Sul do Parque Estadual do Bacanga), ao Leste pela Estrada BR-135, ao Oeste pelo Módulo 9 do Distrito Industrial de São Luís e ao Sul pela localidade de Rio Grande; terá uma área de 1.831 há ficando subordinada administrativamente à Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Turismo – SEMATUR”. (MARANHÃO. Decreto 12.103/91).

<https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=6>.

Acesso em 20 de março de 2020.

Disponível em:

<http://www.taguatur.com.br/transportes/content/ataguatur/>.

Acesso em 13 de julho de 2020.

FARIAS FILHO, Marcelino Silva. **Caracterização geoambiental da Área de Proteção Ambiental da Região do Maracanã, São Luís –MA**. In: CARVALHO NETA, Raimunda Nonata Fortes (Org). **Área de Proteção Ambiental do Maracanã: subsídios ao manejo e à Educação Ambiental**. São Luís: FAPEMA, Café & Lápis, 2010.

FERREIRA, Mario Cesar Perfetti Jansem. **Distritos Industriais: opção de desenvolvimento**. Campinas: Unicamp, 2003 (Dissertação de mestrado).

FONSECA, Pedro Cezar D. **Desenvolvimentismo: a construção do conceito**. In: DATHEIN, Ricardo (Org). **Desenvolvimentismo: o conceito, as bases teóricas, as políticas**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2015.

LOPES, José Antonio Viana. **O arquiteto português Alfredo Viana de Lima e a construção do ideal moderno na cidade de São Luís do Maranhão**. Palmas: Revista Amazônica Moderna, Vol. 2, n.1, p. 40-61, abr-set. 2018.

MARANHÃO. Decreto 7646/80. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2543>. Acesso em 02 de outubro de 2019.

MARANHÃO. Decreto 12.103/91. Disponível em: https://documentacao.socioambiental.org/ato_normativo/UC/306_20100823_153930.pdf.

Acesso em 14 de julho de 2020.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Trabalho estranhado e propriedade privada**. IN: **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. **O capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Livro 1 (Volume 2).** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2011.

_____. **O capital: crítica da economia política (O processo de produção do capital). Livro 1 (Volume 1).** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

_____. **O capital: crítica da economia política (O processo global de produção capitalista). Livro 3 (Volume 6).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

NETO, Roberval Amaral. **“LEI SARNEY DE TERRAS”: conflitos fundiários e resistência camponesa no oeste maranhense nas décadas de 1970 e 1980.** Recife: ANPUH – Brasil – 30º Simpósio de História, 2019.

OLIVEIRA, Marly Job de. **A política geral do regime militar para a construção de suas políticas econômicas.** São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado).

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **O desenvolvimentismo autoritário de 1968 a 1980.** In: **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: palestras** / Ricardo Bielschowsky ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

HISTÓRIA DA BELEZA FEMININA NOS ANOS DOURADOS

Mariane de Sales Silva

“Beleza e feminilidade são perpétuos.”

(Marilyn Monroe)

1 Introdução

Ao longo da história, os ideais de corpo e beleza feminina foram sofrendo variações de acordo com seu tempo, povo e cultura. Falar de estética¹ na história é entender que a beleza é artifício principal nas relações pessoais e sociais. Da antiguidade à idade contemporânea, a mulher é a principal sujeita que se avalia e sofre avaliação segundo os padrões vigentes de seu tempo. Segundo Sant’Anna, “beleza escrevia-se principalmente no feminino” (2014, p. 14).

O corpo como cartão de visita da alma deveria estar impecavelmente dentro dos padrões exigidos socialmente, dependendo do seu meio social. A valorização de uma imagem perfeita foi e é motivo de inserção social, em que as pessoas são julgadas de acordo com a sua primeira imagem. “a primeira imagem é a que fica” e “uma imagem vale mais que mil palavras”, são ditos populares que retratam uma realidade, onde somos julgados pela nossa aparência e esses julgamentos o inserem ou o excluem em um meio.

A partir de meados do século XX, a mulher passou a ser convocada “a se fazer bela.” Se fazer bela pelo simples deleite de ser bonita, em todos os espaços, independente do horário ou idade. Segundo Denise Sant’Anna, ao mesmo tempo que se responsabiliza a mulher por ela ser feia ou

¹ De acordo com o dicionário Aurélio Eletrônico (2004): Substantivo feminino. Tradicionalmente, estudo racional do belo, quer quanto à possibilidade da sua conceituação, quer quanto à diversidade de emoções e sentimentos que ele suscita no homem.

bonita, se exalta o prazer de se embelezar. Nos discursos construídos, enuncia-se que para ser bela é preciso esforço. (ARAÚJO, 2009, p. 04).

Os discursos proferidos sobre a conceptualização da estética acompanham a necessidade em que há de alguns grupos para a disseminação de uma ideia. Os exemplos dessas ideias podem ser referidos, à exaltação da fertilidade com o culto aos corpos mais esbeltos, como foi na antiguidade ou com a produção industrial moderna, que necessitava de corpos hábeis para o mundo do trabalho. A estética, muito além da aparência física, está relacionada há algum propósito ou finalidade social. No caso das mulheres, esse objetivo está para a procriação, mas com o avanço da modernidade, esses objetivos foram disfarçados em outros meios. O público feminino foi mudando ao longo do tempo, mas continuou com um único projeto: ser bela! Essa busca da beleza é notada através do corpo, onde a perfeição de acordo com o padrão que se visa é considerada símbolo de sucesso pessoal. De acordo com Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1988, p. 17).

Chartier analisa as representações e práticas de acordo com a relação de legitimação social, que, segundo ele, há um interesse nessas relações “em termos de poder e dominação [...] um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio.” (1988, p. 17). Sant’Anna também analisa esse comportamento ligado a relações sociais, “diferente de uma história do corpo, talvez seja mais instigante e viável realizar investigações sobre algumas das ambiguidades de governá-lo e organizá-lo conforme interesses pessoais ou coletivos.” (2006, p. 4). Esses discursos sobre a estética ideal em diferentes épocas estiveram relacionados com grupos que Chartier e Sant’Anna se referem. Um grupo que se

comporta e dissemina o seu padrão bem sucedido, passa a ser símbolo ideal. Assim como esses comportamentos, o ideal de corpo e de beleza está inserido nessa rede de poder. A estética perfeita é visada de acordo com a representação amplamente disseminada e os benefícios de aceitação social adquiridos. Quem está fora do padrão não consegue se inserir em um meio que é rígido e excludente.

A estética assim – na análise de comportamento social – é tão importante e necessária quantas outras necessidades básicas para se viver. Para o público feminino isso é ainda mais importante. Ser bela não significa apenas ter nascido agraciada pela beleza, mas manter e perpetuar essa beleza. Comportar-se, vestir-se, andar, falar – principalmente as solteiras – esteve presente no manual de etiquetas para as jovens e até as mulheres casadas. A mulher que não seguia esses padrões se torna feia, não apenas esteticamente, mas por não conseguir ser bela de dentro para fora. Sant’Anna (2014, p. 16) analisou em História da Beleza no Brasil:

a transformação do embelezamento em gênero de primeira necessidade marcou profundamente o século XX. Foi quando ornamentar-se deixou de ser um gesto moralmente suspeito ou típico de uma minoria mundana para se transformar em direito de pobres e ricos, jovens e idosos. Misturado ao milenar sonho de rejuvenescer, o embelezamento virou uma prova de amor por si mesmo e pela vida – não somente um dever, mas um merecido prazer; não simplesmente um truque para ser amado, mas uma técnica para se sentir adequado, limpo e decente.

Não só as mulheres possuem uma preocupação com a estética. Os homens também estão nesse universo onde a beleza é vista como essencial em suas vidas, principalmente homens conhecidos e influentes nas camadas mais altas da sociedade. Assim como atualmente e em outros períodos *Eles* também se preocuparam com sua imagem, em que dependendo de cada período seguiam – assim como *Elas* – um modelo ideal. Um exemplo de homem bem-sucedido é Santos Dumont que no início do século XX, representou elegância e modernidade como modelo a ser seguido. Aqui não exploraremos o universo

masculino – apesar de ser tão interessante quanto o universo feminino – partindo da posição de que as mulheres sofreram e sofrem com essa ditadura da beleza mais severamente do que os homens. São influentes e influenciadas em toda a história e sua beleza não somente é em benefício pessoal, mas também em benefício dos outros, mais especificamente dos homens – dependendo de épocas e pensamentos.

Seus corpos, suas belezas, foram influenciados e modificados a fim de satisfazerem modelos cobrados por uma sociedade que de tempos em tempos refazia novos corpos e novas aceitabilidades. No caso do século XX, ou você é bela ou é feia – e isso vale para os homens. O único meio termo possível é dispor de inteligência e boa etiqueta. Esse corpo é o único objeto que consegue passar essa história da modificação da beleza e seus olhares e percepções acerca dele.

2 Belas, recatadas e do lar?

O padrão da mulher na primeira metade dos “anos dourados”², devia ser bela, estar casada ou pelo menos preocupada em arranjar um bom casamento, ser uma boa esposa, dona de casa e mãe. Não deveria andar com más companhias, não poderia praticar esportes com aspectos masculinos e ser inteligente na medida em que pudesse conversar socialmente – para no caso das jovens que ainda não são casadas – conseguir um bom marido, essa era a verdadeira *rainha do lar*.

As mulheres da classe média brasileira na década de 1950 conviviam com um ritual de regras e gestos que estavam presentes em quase todos os ambientes. De acordo com Carla Pinsky, “Sendo herdeiras de ideias antigas, mas sempre renovadas, de que mulheres nascem para ser donas de casa, esposas e mães, saberia da importância atribuída ao casamento na vida de qualquer mulher”. (2009, p. 607). Esses estereótipos eram fortalecidos através das revistas femininas *Querida*, *Jornal das*

² Historicamente, os anos 50 ficaram marcados como os anos do “pós-guerra”, o que significou um retorno a um período de estabilidade, onde a tradição volta a ser aplicada. Ver: TRINDADE, Débora Agatha Rebecchi. SOBRINHO, Bruno. A Juventude dos anos dourados: o tradicionalismo pós-guerra e a ruptura rebelde como prenúncio de revolução e vontade de liberdade, 2009.

Moças e as colunas femininas de *O Cruzeiro* - as mais famosas da época - que eram amplamente consumidas por tratar de assuntos do cotidiano, lazer, dicas de moda e beleza e como manual para um bom comportamento.

Essas revistas e manuais de beleza e comportamento tinham uma única finalidade: mostrar o padrão de beleza ideal para a mulher dos “anos dourados”. Mas qual era o padrão necessário para se considerar bela? Segundo Sant’Anna,

Cintura fina, quadris largos, ombros roliços, seios insinuantes, pernas grossas e bem torneadas: o ideal da beleza feminina durante a década de 1950 sugeria volúpia, mas ao mesmo tempo maciez e conforto. Isso não era uma novidade. Várias vezes na história, o universo erótico acolheu a preferência masculina por mulheres com formas curvilíneas e fartas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, esse antigo ideal foi realçado no cinema, na publicidade e nos concursos de miss. (SANT’ANNA, 2013, p. 114).

Esse padrão era disseminado nas capas e nas colunas dessas revistas e amplamente consumido pelo público feminino. Estar antenada com a moda, nas últimas fofocas dos artistas do cinema e rádio, nas fotos das estrelas de Hollywood eram assuntos principais trazidos pelas revistas, mas que não eram somente lidas pelo o público feminino. O público alvo eram as mulheres da classe média, mas as revistas também eram lidas por toda a família. (PINSKY, 2014, p. 24)

O *Jornal das Moças*³ foi uma das revistas femininas mais lidas da época, “A revista da mulher no lar e na sociedade” como era intitulada, tratava dos assuntos da “[...] mentalidade dominante dos chamados Anos Dourados e poderiam estar presentes nos conselhos de uma mãe para a sua filha, nos romances para moças, nos sermões de um padre, nas opiniões de um juiz ou de um legislador sintonizados com o seu tempo.” (PINSKY, 2009, p. 608). Valorizar a boa esposa, a mulher recatada, a dona do lar

3 De acordo com Carla Pinsky O semanário “ilustrado e literário” publicado pela Editora Jornal das Moças Ltda., do rio de Janeiro, já circulava havia mais de 30 anos em 1945, mantendo-se por meio de assinaturas e vendas avulsas em “bancas de todo o Brasil”. Bastante popular *Jornal das Moças* ocupa, conforme o Ibope, o primeiro lugar na imprensa feminina em 1945 e o primeiro lugar entre as revistas femininas semanais durante a década de 1950. (2014, p. 24).

perfeita, que cuidava de si e da família, era o foco das colunas da revista.



IMAGEM 1. *Jornal das Moças* circulou entre 1914 e 1965, foi uma das revistas femininas de maior vendagem nas décadas de 1940 e 1950. (Capa de 1955.)

Fonte: Blog Papoilita Coquelicot⁴

A capa de 1955 reforça o ideal que se desejava de uma boa mulher. Vestir-se elegante, manter uma boa postura eram sinais do cuidado com sua beleza, mantendo sempre um ar jovial, sinônimos das mulheres de boa classe e boa etiqueta. Assim como podemos observar na capa, sempre uma mulher jovem, branca e que possui uma boa postura e boa vestimenta. Com imagens sempre coloridas e com modelos bem vestidas, essas revistas reforçavam o padrão de uma boa conduta. Com matérias destinadas a todas as faixas etárias o *Jornal das Moças*, segundo Pinsky

⁴ <http://apapoilitacoquelicot.blogspot.com.br/2007/06/jornal-das-moas.html>. _Acessado em: 26/04/2020.

[...] está repleto de informações, conselhos e curiosidades à semelhança dos antigos almanaques, numa mistura de regras sociais, cultura em gotas, pitadas de religião e lugares comuns; assuntos que vão de insetos raros ou frases românticas até ligaçõezinhas de moral ou truques domésticos. (PINSKY, 2014, p. 27).

Melhor meio de entretenimento era também veículo de manipulação social. Pinsky analisando as sugestões de moda e beleza, o *Jornal das Moças* valorizava a chamada “estética feminina”, mas sem ousadias ou doses significativas de sensualidade explícita (2014, p. 28). De uma forma mais sutil esses conteúdos eram fixados no imaginário das moças através de matérias divertidas e bem informadas.

A beleza era necessária, a elegância desejada e o bom comportamento cobrado. As mulheres da classe média brasileira cuidavam em manter essas normas e etiquetas. As cobranças estavam em todos os meios de comunicação e sociais. O consumo das revistas são símbolos da necessidade em estar padronizada, até mesmo sem perceber. O maior símbolo da mulher bem sucedida era o casamento. De acordo com Carla Pinsky,

As garotas desde cedo aprendiam que o casamento feliz coroado pela maternidade e um lar impecável é negado às “levianas”, as que se permitem ter intimidades físicas com homens. Na atualizada classificação moral das imagens femininas, a “leviana” está a meio caminho entre a “moça de família” e a “prostituta”. Pode até “fazer sucesso com os rapazes” mas nunca se casa, pois nenhum homem honesto vai querer alguém como ela para “mãe de seus filhos”. Segundo a regra, é o homem quem escolhe a esposa, preferindo as dóceis e recatadas e repudiando as “defloradas” por outro sujeito ou mesmo as de comportamento suspeito, com fama de “emancipada” ou “corrompida”, “garota fácil”, “vassourinha” ou “maçaneta” (que passa de mão, namorada, promíscua). (PINSKY, 2013, p. 481).

Um bom casamento era o resultado de um bom comportamento. Mas nem todas as mulheres seguiram esse

padrão. O fantasma de toda boa reputação de uma família era a castidade de suas filhas. Uma moça jamais poderia ficar mal falada, ou seguir comportamentos de má conduta. As que ainda estavam namorando não poderiam cair na tentação de encontros íntimos com os namorados, ou qualquer outro homem – o que seria muito pior. Nos casos de defloração⁵ sem o consentimento da moça, o assunto virava caso de polícia. Bernardo Filho em sua dissertação⁶ de mestrado pesquisou as relações da boemia e prostituição na noite em Teresina durante as décadas de 1930 a 1970, analisando os “crimes de sedução” – como eram conhecidos e registrados na *Delegacia de Trânsito e Costumes* – casos onde as vítimas sempre eram moças que sofreram alguma tentativa de prática sexual.

Embora em muitos casos as moças tenham sido forçadas a manterem relações sexuais, em outros casos elas permitiram o ato. Mas perder a virgindade antes do casamento era mal visto socialmente e a má conduta de uma moça sujava o nome da família, uma gravidez indesejada piorava ainda mais a situação se o pai não assumisse o filho. O único jeito de reparar o erro era o casamento, mesmo sem sentimento. Em alguns casos a cerimônia era realizada, mas existem aquelas que não seguiram esse modelo. As revistas alertavam para esses problemas, sugerindo sempre a preocupação em se manter casta. Em alguns artigos tratavam o assunto com bastante clareza ou em tom mais romantizado.

3 Imprensa feminina na década de 1950.

No decorrer do século XX, as mulheres são cada vez mais cobradas a se incorporarem sobre um modelo de beleza e juventude. Esse ideal de beleza é percebido através das revistas femininas, principal meio de informação. A revolução do sexo feminino ocorrida na primeira metade do século, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, principalmente no período entre guerras, influencia o conteúdo dessas revistas.

⁵ Desvirginamento.

⁶ FILHO, Bernardo Pereira de Sá. **Catografias do prazer: boemia e prostituição em Teresina (1930-1970)**. Dissertação. (Mestrado em História do Brasil) - PPGHB, Universidade Federal do Piauí - UFPI, 2006.

Essas revistas foram responsáveis também, em voltar com os discursos de domesticidade, no período em que ao final da guerra, muitas mulheres se viram desempregadas, mas que não desejavam mais voltar aos trabalhos domésticos. Segundo Wolf,

As revistas femininas há mais de um século vêm sendo uma das forças mais atuantes no sentido de alterar os papéis das mulheres, e durante todo esse período – hoje mais do que nunca – elas sempre emprestaram charme àquilo que o sistema econômico, seus anunciantes e, durante a guerra, o governo precisava naquele momento obter das mulheres. (WOLF, 2019, p. 83).

Durante esse século a mudança dos comportamentos femininos é percebida através dessa busca incessante em ser bela e bem sucedida. Segundo Vigarello, “a Revista Feminina pretende inventar um novo estilo para essa nova geração de mulheres criando ‘a arte de trabalhar para se tornar uma mulher elegante’, ou então encontrar uma maneira de ‘ficar feliz durante toda a jornada de trabalho.’” (2004, p. 196, In: FERREIRA, 2010, 191) Como uma norma social, a mulher deve buscar constantemente o equilíbrio entre a vida doméstica, o trabalho e o cuidado estético.

Manual para manter-se bela e jovem, meio de lazer para acompanhar as fotonovelas, nas quais o amor idealizado via-se presente nas histórias de mocinhas, galãs, vilões e finais felizes, essas revistas estavam presentes nas casas das famílias de classe média e alta e serviam não só para um momento de lazer, mas para o controle da mulher em seus lares.

Muito anterior a “era da cultura *fitness*”⁷, a preocupação com o corpo era essencial para exibir os cuidados adquiridos através dessas revistas. Exibir um corpo na medida certa era considerado sinônimo de saúde e bem estar. Esse controle das medidas corporais é a marca da beleza que vai se manifestar através dos concursos de beleza que “popularizam esse novo padrão

⁷ Entendo por cultura *fitness* o movimento contemporâneo que busca a perfeição e exaltação dos corpos através de exercícios físicos, dietas, acessórios voltados para o corpo, que invadem academias, shoppings, televisão, revistas e outros. Ver: SILVA, André Luiz dos S. Imperativos da beleza: corpo feminino, cultura *fitness* e a nova eugenia. Cad. Cedes, Campinas, vol. 32, n. 87, p. 211-222, mai.-ago. 2012. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em: 14/05/2020.

estético” (FERREIRA, 2010, p. 191). Os concursos de beleza se manifestam amplamente divulgando a mulher perfeita e modelo a ser seguido. Segundo Ferreira, “Os concursos de *miss*⁸ se multiplicam no entre guerras e fazem com que as modelos exibam seus corpos perfeitos popularizando a nova silhueta”.

As propagandas publicitárias que essas revistas traziam faz parte da construção do que se quer de imagem feminina. Nelly de Carvalho, analisando a linguagem publicitária, diz que esse estímulo por parte desse tipo de publicidade é o resultado de que “a sociedade de consumo identifica e reforça o papel feminino que vem se desenvolvendo historicamente a partir da organização patriarcal da sociedade: o de sustentáculo interno da estrutura familiar.” A mulher como receptora e consumidora dessas informações que chegam aos seus lares diariamente acaba por incorporar a sua função construindo “a própria imagem da domesticidade” (1996, p. 23).

As revistas serão amplamente consumidas, principalmente por mostrarem o rosto ideal de uma mulher bela. O rosto era o alvo da “beleza vendida nas propagandas” (SANT’ANNA, 2014, p. 93), mas o corpo também tem sua importância. Revistas nacionais como *Querida* e *O Cruzeiro* dedicavam artigos especiais aos cuidados de beleza para as mulheres. Ditavam moda, comportamento, cuidados com a pele e a higiene, que eram necessários para se manter limpa, cheirosa e arrumada para se conquistar um marido. Sobre o papel da mulher e a sua aparência Carvalho analisou,

que apesar das várias faces da vida de uma mulher – mãe, profissional, esposa, dona-de-casa – a publicidade bate sempre na mesma tecla: para ser feliz e bem-sucedida, a mulher precisa estar sempre bela e ser (ou parecer) jovem. [...] os anúncios e campanhas publicitárias dirigidas ao público feminino são centrados no sucesso, na vaidade e na aparência (CARVALHO, 1996, p. 26).

As *misses* estamparam artigos dos mais variados cosméticos, em que o público feminino se vê e se idealiza. Martha Rocha,

⁸ A primeira colocada num concurso que elege a jovem mais bonita de um lugar ou a que obteve a preferência da maioria dos julgadores, com relação a outras qualidades (simpatia, p.ex.).

miss Brasil 1954, a “queridinha” entre o público era sinônimo de mulher bela e que cuidava de sua higiene. Os concursos foram os principais meios de difundir a beleza. A moda e a indústria de cosmético serão as principais beneficiadas, principalmente em produtos para o rosto, que visavam ao rejuvenescimento, sendo amplamente consumidos. De acordo Sant’Anna, “Após a década de 1950, sobretudo, inúmeros cremes de beleza podiam contar com a publicidade espetacular sobre suas supostas capacidades de agir nas profundezas da epiderme, restituir o colágeno, hidratar, rejuvenescer de dentro para fora e, ainda, ser prático, perfumado, agradável ao toque e extremamente discreto” (2014, p. 15). A beleza torna-se motivo de consumo.

As publicações dos anos de 1950 surgem para contrapor uma visão ultrapassada de beleza. Sant’Anna analisou essas publicações evidenciando que a indústria de consumo se torna amplamente utilizada.

Diferente das antigas revistas, a nova geração de publicações para as brasileiras substituiu definitivamente a expressão “remédios para beleza” pela palavra “cosméticos”. Os produtos para o tratamento do rosto e dos cabelos, criados nessa era de entusiasmo por odores mais críticos e menos adocicados, pelas embalagens de plástico e cremes sem detergente, convidavam a mulher a adquirir uma aparência juvenil e bela 24 horas por dia (SANT’ANNA, 2014, p. 114).

Esse amplo mercado de consumo aumentou o interesse de indústrias cosméticas estrangeiras que viam o Brasil como campo de lucratividade. Sant’Anna (2014, p.114) enfatiza que houve uma necessidade em explorar as matérias-primas nacionais, para suprimir uma necessidade causada pela Primeira Guerra Mundial, nos produtos aromáticos, necessários para a produção cosmética.

A *Enciclopédia da Indústria Brasileira* indicou que as técnicas de produção de perfumes e cosméticos foram modernizadas nos anos 1950. Mas, ao mesmo tempo, inúmeras empresas estrangeiras especializadas em beleza e higiene estabeleceram filiais no Brasil, inclusive a Avon, com o sistema de venda porta a porta. Na mesma época, aumentou

significativamente o número de salões de cabeleireiro no país, assim como o consumo de produtos para a lavagem dos cabelos.

A beleza passou a ser a palavra chave que movia o mercado consumidor da época. O crescimento econômico que envolvia a indústria cosmética se espalhou em todos os lugares e espaços que vendiam e propagavam um tipo de beleza. No Brasil, esse crescimento é observado desde o aumento de propagandas que vendiam esses produtos, até a instalação e aparecimento de empresas especializadas nos serviços da beleza.



IMAGENS 3 E 4. Anúncios dos cosméticos da AVON no Brasil durante a década de 1950. ⁹

Fonte: Osmoze, História da Perfumaria. Pinterest. ¹⁰

O aumento do consumo desses cosméticos é a reação da força publicitária que será realizada através das imagens figurativas nas revistas. “Segundo um artigo da revista *Manchete* de 1954, o consumo de cosméticos havia aumentado no Brasil, e

⁹ <http://www.osmoz.com.br/estatico/historia-da-perfumaria-brasileira>. Acessado em: 16/05/2020.

¹⁰ <https://br.pinterest.com/pin/432978951653341005/>. Acessado em: 16/05/2020.

nos Estados Unidos, ele era maior do que o consumo de manteiga.” (SANT’ANNA, 2014, p. 110). Sempre coloridas e com modelos belíssimas estampando as propagandas, os cosméticos são mostrados como algo indispensável para uma bela mulher. O conforto que esse proporciona na aparência e na sua compra, também são destaques nas imagens. As mulheres não precisam se preocupar em buscá-los, pois esses produtos irão até elas, através das revendedoras, no caso de algumas empresas como a Avon, que assim como outras marcas, chega ao Brasil, importando um novo comportamento vindo dos norte americano. Em um breve histórico da empresa,

Desde 1886, a Avon é uma das principais empresas que promovem o **empoderamento das mulheres**. Seu fundador, David H. McConnell, criou a empresa a partir da ideia de que as mulheres poderiam ter uma **renda independente** “para garantir o próprio bem-estar e felicidade”, em uma época em que apenas 20% das mulheres norte-americanas trabalhavam fora de casa e 34 anos antes de elas conquistarem o direito ao voto nos EUA. McConnell, que costumava vender livros de porta em porta, balizou a empresa em dois fatos: primeiro, seus clientes, principalmente mulheres, adoravam as amostras gratuitas de perfumes que ele oferecia como incentivo para que elas abrissem a porta; segundo, as mulheres se sentiam mais dispostas a comprar produtos de beleza vendidos por outras mulheres. A **história do empoderamento das mulheres** pela Avon começou quando Persis F. Eames Albee se tornou a primeira revendedora autônoma da empresa. No Brasil, a Avon opera desde 1958, comercializando produtos em todo o território nacional. Atualmente, o país representa a **maior operação da companhia** e detém sua **maior força de vendas**.¹¹

A beleza moderna e *sexy*¹² era rotulada em seus produtos coloridos e fáceis de serem usados, em que nem todas as brasileiras tinham recursos financeiros para adquirir essa nova moda. (SANT’ANNA, 2014, p.114). A essência desse novo comportamento ia além da utilização desses cosméticos. A empresa chegou ao Brasil em meados da década de 1950, mas só

¹¹ Disponível em: <http://www.avon.com.br/aavon/historia-da-avon> . Acessado em: 21/05/2020.

¹² Segundo o dicionário Informal sexy: Pessoa que consegue ser atraente sem apelar para vulgaridade

apenas na década de 1970 instalou sua fábrica, os produtos eram vendidos através das revendedoras que trabalhavam de porta em porta, isso possibilitou a inserção da mulher no trabalho mesmo que indireto e ousou para os padrões da época.

Paralelo aos concursos de beleza, que propagavam um modelo de beleza feminina ideal, a partir da década de 1950, no Brasil, pode ser percebido a revolução do comportamento, do vestuário e do corpo feminino através das colunas de Alceu Penna, na revista *O Cruzeiro*. “As garotas do Alceu”¹³, como ficaram conhecidas as mulheres que liam e se inspiravam na coluna, surgiram durante o Estado Novo e foram consideradas as *pin-ups*¹⁴ brasileiras que inspiradas na influência norte americana, estavam antenadas na moda e no novo consumo de corpo, que se manifestava de uma maneira tímida no Brasil. De acordo com Gabriela Penna, analisando o movimento dessa juventude feminina, diz que, “Alceu Penna apresentou um novo modelo feminino às suas leitoras. Indicava a proximidade de novos horizontes para as mulheres, nos quais a liberdade e o bem-estar seriam tão importantes quanto o desejo de formar uma família” (2012, p.71). Sant’Anna analisa que as “As garotas do Alceu” eram exemplos para esse novo ideal de beleza, influenciado pelas musas juvenis do cinema norte americano, como Celeneh Costa, Marilyn Monroe, Audrey Hepburn, que transgrediam a normal e exibiam novos comportamentos e estilos propagados pela indústria cinematográfica. A própria criação da revista *Playboy*¹⁵ nos Estados Unidos, também auxiliou na disseminação desses novos comportamentos.

¹³ Alceu Penna foi o artista gráfico que assinou uma coluna ilustrada na revista *O Cruzeiro*, onde cheio de ousadia construiu uma imagem inspiradora para as mulheres da época. Ver: PENNA, Gabriela Ordones. É moderno ser gostosa. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, ano 7, nº85, outubro de 2012.

¹⁴ *Pin-ups* é a referência para a aparência feminina, na valorização da beleza, da juventude e de corpos atraentes que foi muito difundido durante os anos dourados, através de fotos de celebridades que estampavam calendários e posteriormente revistas, campanhas publicitárias, etc.. Sobre isso ver: MIRANDA, Fernanda. *Pin-ups* de ontem e hoje: metodologia de comparação de imagens de feminilidades performadas. **Líbero**. São Paulo, v. 17, n. 33, p. 147-152, jan./jun. de 2014.

¹⁵ Revista norte americana criada por Hugh Hefner. A primeira edição da Playboy, com a famosa fotografia da Marilyn Monroe na capa, foi lançada em Outubro de 1953 e vendeu 54.175 unidades. A primeira edição da revista 'Playboy' no Brasil foi vendida em julho de 1978 e a capa foi estampada pela modelo e atriz americana Debra. Disponível em: http://www.purepeople.com.br/midia/a-primeira-edicao-da-revista_m1163075_. Acessado em 12/06/2020.



IMAGEM 5. A primeira edição da Playboy (1953)
 Fonte: Blog A origem das coisas.¹⁶

Marilyn Monroe maior símbolo de mulher sexy, estampou a primeira edição da *Playboy* na década de 1950, no auge de sua fama no cinema. Com um padrão de beleza que estava mudando a visão estética, seu comportamento também era comentado nos artigos das principais revistas. O *Jornal das Moças* veiculava matérias sobre o comportamento das famosas, mas sempre de forma ambígua distinguindo os novos comportamentos.

Ao mesmo tempo que promove o cinema e os astros de Hollywood, várias vezes os critica como “liberais demais”, alertando as leitoras de que “no Brasil é diferente”. Certos hábitos, posturas e episódios são adjetivados como “coisas de americano”, no sentido de excentricidade de estrangeiros que não cabem em nossa cultura. (PINSKY, 2014, p. 26).

¹⁶ <http://origemdascoisas.com/a-origem-da-playboy/>. Acessado em: 12/06/2020.

Embora essas mulheres se tornem símbolos de sucesso, a sociedade cobrava delas comportamentos que não as distanciasse de seus “verdadeiros” papéis e nem influenciasse as outras a seguirem seus comportamentos, uma “moça de família” vivia em um ambiente totalmente diferente de uma artista, mesmo assim a artista é relatada como uma mulher normal: boa esposa, dona de casa impecável e excelente mãe.

“Eu seria capaz de abandonar o rádio pelo lar.” (declarou Julie Joy, 09.05.1957)

“Antes de sua carreira está à felicidade do lar e a responsabilidade de mãe.” (em matéria sobre Lídia Matos, 16.05.1956)

“[...] eu prefiro o papel de verdadeira dona de casa, esposa e mãe.” (palavras de Mona Freemam, 19.02.1953)

“Marilyn provou que também é boa esposa.” (sobre Marilyn Monroe, 01.05.1958)

“Ser mãe! Esse é o maior desejo de Emilinha.” (sobre Emilinha Borba, 16.05.1957). (PINSKY, 2014, p. 26-27).

Nos depoimentos percebe-se que a carreira da mulher não é tão importante quanto o seu papel em casa e que a maioria dos discursos realizados são de colunista que escrevem sobre a famosa e sobre uma opinião que se desejava escutar. Para uma mulher nesse período seguir a carreira artística era um desafio, devido à ousadia em seu comportamento, mas que poderia ser relevada se mostrasse uma boa harmonia com o comportamento esperado do público feminino na época.

Hollywood dita os modelos de estrelas que viviam no glamour, durante os anos dourados, e o *sex appeal*¹⁷, que não seguiam mais um padrão conservador. A mulher brasileira começa a mudar seu comportamento baseado nessas famosas, que vestiam calças *jeans*, shorts e praticavam esportes, principalmente em praias e piscinas. “Mulher é como biscoito, quando ela está tostada é mais bonita”, ditavam “As garotas do Alceu”. (SANT’ANNA, 2014, p. 115) Ainda assim, as mudanças

¹⁷ De acordo com o dicionário Informal: Charme, sensualidade, poder de sedução ou encanto sensual que alguém apresenta ou transmite.

ocorridas nessa década, foram lentas seguidas de alguns setores conservadores. As colunas de Alceu Penna eram vistas como transgressoras e seguir esses modelos era se deixar levar para um mau falatório. “Foi preciso esperar o final da década de 1950 para que a imprensa feminina exibisse sem pudor o riso feminino misturado ao *sex appeal*.” (2014, p. 105). Isso significa dizer que essas mulheres as quais ousaram esses comportamentos foram antecessoras de movimentos que posteriormente defendiam a liberdade de seus corpos e comportamento em meio social. A imprensa vai ajudar na nova representação sobre as mulheres que se modernizaram e tornaram-se donas de sua própria beleza.

Essas novas imagens que vão sendo disseminadas no Brasil estão relacionadas com a política externa que está sendo realizada com os EUA e a própria política de modernização implantada no Brasil, na década de 1950 e principalmente no governo de Juscelino Kubitschek. Eleito em 1955, com uma política de “modernização no Brasil segundo um estilo de governo que parecia rejuvenescedor” (SANT’ANNA, 2014, p. 110) e a continuação dos planos de políticas populistas, que já estavam sendo aplicadas em governos anteriores, onde a grande massa da população era o público alvo. O lema de sua campanha “50 anos em 5”, ditava uma condensação do tempo, onde “os brasileiros deviam rejuvenescer seus costumes e valores” (SANT’ANNA, 2014, p. 110). Ou seja, o Brasil deveria se afirmar como novo, moderno e onde a alegria era sinônimo juvenil. A própria imagem de JK passava um ar rejuvenescedor, o que afirmava seus ideais. A imagem de um país moderno estava sendo moldada com a chegada de indústrias estrangeiras de transportes, de eletrodomésticos – assim como novos e modernos aparelhos – e de cosméticos, que influenciam na visão moderna e jovial, tanto na política, na economia, nos lares e nas pessoas.

Os padrões estéticos femininos sofreram variações de acordo com a sociedade que a idealizava dentro de um contexto social que era símbolo de modernidade e juventude. Ser bela significava manter um corpo belo, saudável e jovem! A mudança na indústria cosmética, e a apropriação feminina sobre esses discursos que as revistas traziam foram essenciais para a modernização desse ideal de beleza. As revistas e o cinema trouxeram uma beleza moderna e que qualquer mulher poderia

adquirir, mas, mesmo assim, nem sempre esses discursos atingiam todas as camadas da sociedade – o que parece mais influente nas classes média e alta. Os cuidados estéticos necessitavam de investimentos financeiros! Os concursos de beleza influenciam na propagação de um padrão de estética, cada um em momentos diferentes e necessidades diversas, mas que com o passar dos anos, foram se modernizando e se libertando.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. *A beleza feminina no discurso da publicidade no final do século XX*. In: Simpósio Nacional de História - ANPUH – XXV. Fortaleza, 2009.

CARVALHO, Nelly de. *Publicidade: A linguagem da sedução*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

FERREIRA, Francisco Romão. *Corpo feminino e beleza no século XX*. ALCEU. v.11, n.21, p.186-201, 2010.

PENNA, Gabriela Ordones. *É moderno ser gostosa*. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, ano 7, nº85, outubro de 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi. *A era dos modelos rígidos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *Mulheres nos anos dourados*. In: BASSANEZI, Carla. PRIORI Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 9 ed., 2º impressão, 2009.

_____. *Mulheres nos anos dourados*. São Paulo: Contexto, 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. É possível realizar uma história do corpo? In: SOARES, Carmen Lúcia. (org.) *Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados. 3 ed., 2006.

_____. *Sempre Bela*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. PEDRO, Joana Maria. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

_____. *História da beleza no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.

WOLF, Naomi. *O mito da beleza*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

SOBRE @S AUTOR@S

ADRIANA DOURADO OLIVEIRA

MESTRA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: “*MUNDO DOS NEGÓCIOS*”: as dinâmicas de crédito e endividamento no Maranhão Setecentista, orientada pela Prof^a Dr^a Pollyanna Gouveia Mendonça Muniz, sob financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). GRADUADA no Curso de LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR em Ciências Humanas - HISTÓRIA pela Universidade Federal do Maranhão, Campus V- Pinheiro (2017). Suas pesquisas voltam-se para as redes de crédito e endividamento no Maranhão Colonial, economia, clero, legislação e cultura material do período colonial.

E-mail: adriana.hst@hotmail.com

Lattes <http://lattes.cnpq.br/3609647352476600>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3956-2508>

ALEX SILVA COSTA

DOCTORANDO em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada: *Nos qui cum eo fuimus: representação e memória do milagre dos estigmas de Francisco de Assis nas hagiografias franciscanas “não oficiais”* (Séculos XIII e XIV), orientado pelo Prof. Dr. Marcus Vinícius de Abreu Baccega (UFMA), Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). MESTRE em HISTÓRIA SOCIAL pela Universidade Estadual Londrina (UEL-PR). GRADUADO em HISTÓRIA (Licenciatura) pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Membro do BRATHAIR ligado à

Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM), coordenado pelo Profa. Dra. Adriana Zierer (UEMA). Desenvolve estudos em duas áreas de pesquisa, são elas, a História Cultural e a História Medieval.

E-mail: alexandrecoستا03@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3804787883665630>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1689-4542>

ANA PAULA DURANS LOPES

MESTRA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Culturas e Poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: “NEGÓCIOS DO REINO LUSITANO NO ALÉM-MAR: agentes mercantis no Maranhão (1706-1750)”, orientada pelo Prof. Dr. Alexandre Guida Navarro (UFMA), sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA/BM- 01899/19). Membro do Grupo de Pesquisa: História, Religião e Cultura Material - REHCULT. GRADUADA no Curso de LICENCIATURA Interdisciplinar em Ciências Humanas-HISTÓRIA pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: anapauladurans@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9546368140230672>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0236-1737>

CARLOS ANDRÉ COLINS DOS SANTOS

MESTRE em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: A imprensa ludovicense no pós-abolição: análise das representações contidas em jornais ludovicenses acerca da última geração de libertos (1888-1908), orientada pelo Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira. GRADUADO em HISTÓRIA pela Universidade Feral do Maranhão (UFMA) em 2016. Membro do Núcleo de Estudos

em Política e Sociedade (NEPS) sob orientação do Professor Mestre Marcelo de Sousa Araújo, membro do GMAD (Grupo de Pesquisa do Mundo Atlântico e suas Diásporas) sob orientação do Professor Doutor Josenildo de Jesus Pereira. Tem interesse nos seguintes temas: Pós-Abolição, Imprensa, Literatura, Teoria da História, Lutas Populares, Educação.

E-mail: carlos_andre_c.s@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5785899281616135>

CLAUDIA SILVA LIMA

DOUTORANDA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada: NASCIMENTO MORAES E JOÃO ALBASINI: Um estudo sobre interpretações e concepções de liberdade, (des)igualdade e cidadania no Brasil e em Moçambique (c. 1880-1920), orientado pelo Prof. Dr. Josenildo de Jesus Pereira (UFMA), sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). MESTRA em HISTÓRIA SOCIAL, pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). ESPECIALISTA em Docência do Ensino Superior (IESF) (2015). GRADUADA em Ciências Humanas com habilitação em SOCIOLOGIA (Licenciatura) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) (2014). GRADUADA em FILOSOFIA (Licenciatura) pelo Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA) (2017). Atualmente integra o núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em África e o sul global (NEAFRICA) e o grupo de pesquisa do Estudo do Mundo Atlântico e suas Diásporas (GMAD). Desenvolve pesquisas no campo da História da África e dos Africanos com temáticas ligadas a discussão sobre: Poder; Raça; Identidade; Filosofia Africana; Historiografia Moçambicana; Colonialismo; Pós-Abolição no Maranhão; Formação social, histórica e filosófica do pensamento africano e subsaariano.

E-mail: clauclauifsj@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0200114471934448>

CLAUDIENNE DA CRUZ FERREIRA

MESTRA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: “A violência contra o feminino em *A Demanda do Santo Graal*: uma análise da condição de vulnerabilidade feminina medieval”, orientada pela Profa. Dra. Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA). GRADUADA em HISTÓRIA (licenciatura) pela UEMA (2018). Membro do Grupo de Estudos Celtas e Germânicos (BRATHAIR), coordenado pela Profa. Dra. Adriana Zierer. Tem interesses nos seguintes temas: Feminino, Violência, Gênero, Medieval, Cristianismo, Literatura, Sexualidade, Portugal, Sociedade, Educação, Poder, Cultura, Memória, Imaginário, Representação, Identidade.

E-mail: ferreira.claudienne3@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2957142280201272>

DAYSE MARINHO MARTINS

DOCTORA em POLÍTICAS PÚBLICAS (UFMA). MESTRA em CULTURA e SOCIEDADE (UFMA). GRADUADA em PEDAGOGIA, HISTÓRIA, FILOSOFIA, SOCIOLOGIA e PSICOLOGIA com formação de Psicóloga. GRADUANDA em GEOGRAFIA. DOUTORANDA em HISTÓRIA e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS UFMA), sob a orientação do prof. Dr. Alexandre Guida Navarro. ESPECIALISTA em áreas das Ciências Humanas: Psicopedagogia Clínica e Institucional; História do Brasil; Educação Infantil; Metodologia do Ensino de Filosofia e Sociologia; Metodologia de ensino de História; Ensino de História da África e do Maranhão; Planejamento educacional e políticas públicas; Ludopedagogia; Neuropsicopedagogia; Educação Especial/ Inclusiva; Psicologia Educacional; Psicologia Infantil; Arqueologia; Práticas Assertivas da Educação Profissional Integrada à EJA; África e suas diásporas; Etnologia indígena; Antropologia Brasileira; Fundamentos e Organização Curricular; Educação Integral e Integrada; Saúde Mental e Atenção Psicossocial; Educação Profissional e Tecnológica;

Pedagogia Hospitalar e Carcerária; Neuropsicologia Clínica; Mitologia; Arteterapia; Informática na Educação. Membro dos Grupos: História, Religião e Cultura Material – REHCULT/UFMA; e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - NEPEHIS/ UEMA, sob a coordenação da profa. Dra. Júlia Camêlo. Integra o GT ANPUH-MA “Ensino de História e Educação”. Realiza pesquisas com ênfase em política educacional, currículo, ensino-aprendizagem, história da educação, ensino de história do Maranhão, psicologia infantil, saúde mental, Arqueologia lacustre no Maranhão, Educação Patrimonial. Professora do Ensino Fundamental na SEMED São Luís. Especialista em Educação da SEDUC/MA, Assessora da Diretoria de Ensino no Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA). Psicóloga CRP 22/03627.

E-mail: daysemarinho@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6241320963943327>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3774-7824>

ELISÂNGELA COELHO MORAIS

DOCTORANDA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Com a pesquisa em andamento da tese nas áreas de História e Literatura intitulada: " FACES DA NOBREZA: As Práticas e Representações no Processo de Construção da identidade sócio cultural cavaleiresca da Corte Capetíngia (Entre Os Séculos XI E XII).", orientada pelo Prof^a. Dr^a. Adriana Maria de Souza Zierer (UEMA/UFMA), sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). MESTRE em HISTÓRIA SOCIAL pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS-UFMA). GRADUAÇÃO em HISTÓRIA Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência docente em instituições privadas, de nível superior, e níveis técnico e médio municipais e estaduais na área de História, com ênfase em História Antiga e Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: História, Literatura e Idade Média. Membro do HILL (História, Literatura

e outras Linguagens) e membro do Brathair - Grupo de Estudos Celtas e Germânicos. Ex- docente da IESP (Instituto de Educação Superior e Profissional), e no IESMC (Instituto de Educação Superior Miguel de Cervantes) nas áreas de História e Formação de Professores. Pesquisa as relações de poder e comportamento da cavalaria na França do século XII na obra A Canção de Rolando.

E-mail: elishst@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2030145490693150>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0978-5628>

HEMELITA DA SILVA E SILVA

MESTRA em História pelo Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS); Linha de Pesquisa: LINGUAGENS, RELIGIOSIDADES E CULTURAS; da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de dissertação intitulada: “O Sol Nascente no Maranhão: memórias e impactos da experiência imigratória japonesa na década de 1960. Sob orientação da Profª Dra. Maria Izabel Barboza Moraes de Oliveira (UFMA) e financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). GRADUADA em HISTÓRIA (licenciatura) pela UFMA (2018) Membro do Grupo de Pesquisa Poderes e Instituições. Mundos do Trabalho e Ideias Políticas (POLLIMT) liderado pela Profª Dra. Maria Izabel Barboza Moraes de Oliveira.

E-mail: hemelitassilva@hotmail.com

Lattes: lattes.cnpq.br/2116997163409341

LYNDON DE ARAÚJO SANTOS

Possui Graduação em História Licenciatura pela UNESP-Franca, SP (1992), Mestrado em Ciências da Religião pela UMESp (1995) e Doutorado em História pela UNESP, Assis, SP (2005). Pós doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFF (2014). Professor Associado IV do Depto. de História (UFMA). Tem experiência nas áreas de História e

Ciências Sociais, com ênfase nos estudos do campo religioso brasileiro, atuando principalmente nos seguintes temas: história das religiões e religiosidades, história cultural e teoria da história. Integra o quadro de pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em História da UFMA, Coordena o REHCULT - Grupo de Pesquisa História, Religião e Cultura. Material e integrante do LABEP - Laboratório de Estudos e Pesquisas do Protestantismo (UFRRJ). Coordenador nacional do GT-ANPUH História das Religiões e Religiosidades.

E-mail: lyndon.santos@ufma.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7031888111494791>

MARCELO DE SOUSA ARAUJO

DOCTORANDO em HISTÓRIA e Conexões Atlânticas: culturas e poderes, pela Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA), atuando na linha de pesquisa: Linguagens, Religiosidades e Culturas. MESTRE em CULTURA e SOCIEDADE (2012) - PGCULT/UFMA. GRADUAÇÃO em HISTÓRIA Licenciatura Plena (2005), pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Tem experiência na área de História e Antropologia, com ênfase em estudos relacionados, sobretudo a comunidades rurais, trabalhando com as seguintes temáticas: Identidade, Memória, Festas, Cultura Popular, Etnicidade e Teorias do Conhecimento. Membro do Núcleo de Estudos do Pensamento Socialista (NEPS/ UFMA), atuando na linha de pesquisa: Marxismo e Sociedade, coordenada pelo Prof. Dr Baltazar Macaíba de Sousa. Atualmente é professor da Faculdade Santa Fé ministrando as disciplinas de História para as series iniciais e Metodologia da Pesquisa Educacional para o curso de Pedagogia. Também, na Faculdade Santa Fé foi coordenador do Curso de História de 2014 a 2016, participando do processo de reconhecimento do curso junto ao Ministério da Educação (MEC) no ano de 2015.

E-mail: jcelo2010@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7598015452519313>

MARCOS MELO DE LIMA

DOCTORANDO em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada: *ENCARCERAMENTO E REFORMA PRISIONAL: A Casa de Correção do Maranhão. Seus detentos e o sistema prisional do Império à Primeira República (1856-1930)*, orientado pelo Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho. MESTRE em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Possui FORMAÇÃO PEDAGÓGICA de Docente, pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). GRADUAÇÃO em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). GRADUAÇÃO em História Bacharelado, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

E-mail: hismelo@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0707662217204242>

MARIANE DE SALES SILVA

MESTRA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: “O TEMPO DAS CURVAS: padrões estéticos femininos no Concurso de Miss Piauí 1957”, orientado pelo professor Dr. João Batista Bitencourt (UFMA). ESPECIALISTA em Projeto de Pesquisa em História (DEXTER) (2018). GRADUADA em HISTÓRIA (licenciatura) pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Tem interesse nos seguintes temas: História das Mulheres, História da Beleza, História do Corpo, Gênero.

Email: mariane-sales@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1094499561518127>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3868-1588>

NIVALDO GERMANO DOS SANTOS

DOCTORANDO em HISTÓRIA pelo PPGHIS-UFMA, onde desenvolve o projeto de pesquisa “A Igreja e as Dinâmicas Transimperiais na América Equatorial (séculos XVII e XVIII)”, com bolsa CAPES e sob orientação da professora Dr.^a Maria Izabel B. de M. Oliveira, e vinculado ao grupo “Poderes e Instituições, Mundos do Trabalho e Ideias Políticas” (POLIMT). MESTRE em HISTÓRIA pelo PPGH-UFF (2014). GRADUADO em HISTÓRIA Licenciatura pela UFMA (2011). Tem experiência em HISTÓRIA, com ênfase em História Moderna e Colonial, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado, Igreja e Sociedade; Impérios Ibéricos e América Colonial; História do Brasil e do Maranhão.

E-mail: ngermano_s@yahoo.com.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2514403911405926>

TAYNÁ SILVA CUBA

MESTRA em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) – Campus Dom Delgado. Desenvolve a pesquisa de mestrado intitulada: “A pérola no cativeiro”: Arranjos familiares de escravos em São Luís (1871 - 1888), orientada pelo Prof. Dr. Ítalo Domingos Santirocchi (UFMA). BACHARELA em HISTÓRIA (UFMA). Tem interesse nos seguintes temas: Escravidão, Lei do Ventre Livre, Sociedade, Política e Educação.

E-mail: tayná.cuba@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3546966030783628>

YURI GIVAGO ALHADEF SAMPAIO MATEUS

DOCTORANDO em HISTÓRIA pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: culturas e poderes (PPGHIS), da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Desenvolve a pesquisa de doutorado intitulada: "A (DES) ORDEM IMPERIAL BRASILEIRA: as lutas populares por cidadania no Maranhão no contexto de construção do Estado Nacional (1823-1841)", orientado pelo Prof. Dr. Ítalo

Domingos Santirocchi (UFMA), sob o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). MESTRE em HISTÓRIA, ENSINO e NARRATIVAS pelo Programa de Pós-Graduação em História, Ensino e Narrativas (PPGHEN), atual Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Brasil. ESPECIALISTA em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional pelo Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF) (2019) e Docência do Ensino Superior pelo IESF (2017). GRADUADO em PEDAGOGIA (licenciatura) pela Faculdade de Teologia Hokemah (Fateh) (2017). GRADUADO em TEOLOGIA (Bacharel) pela Faculdade de Teologia Hokemah (Fateh) (2015). GRADUADO em HISTÓRIA (licenciatura) pela UEMA (2015). Membro do Núcleo de Estudos do Maranhão Oitocentista (NEMO), coordenado pelo prof. Dr. Marcelo Cheche Galves, do INCT Proprietas; do Grupo de Pesquisa História, Religião e Cultura Material (REHCULT), coordenado pelo prof. Dr. Lyndon de Araújo Santos e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ensino de História - NEPEHIS/ UEMA, sob a coordenação da profa. Dra. Júlia Camêlo. Integra o GT ANPUH-MA “Ensino de História e Educação”. Tem interesses nos seguintes temas: Independência, Setembrada, Balaiada, Lutas Populares, Ensino, Educação, Cidadania, Poder, Política, Memória, Identidade.

E-mail: yuri_alhadeh@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1475424753641704>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8913-3966>